



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE ANGOLA
Centro de Estudos e Investigação Científica

RELATÓRIO ECONÓMICO DE ANGOLA

2019/2020

TÍTULO

Relatório Económico de Angola 2019-2020

AUTOR

Centro de Estudos e Investigação Científica (CEIC)
Universidade Católica de Angola

EDITOR

Universidade Católica de Angola
Rua Pedro de Castro Van-Dúnem, 24,
Bairro Palanca, C.P. 2064 Luanda
Website: www.ucan.edu
Email: info@ucan.edu

PRÉ-IMPRESSÃO

LeYa, SA

CAPA

LeYa, SA

IMPRESSÃO E ACABAMENTOS

Texto Editores, Lda.

LUANDA, 2021 • 1.ª EDIÇÃO

1.ª TIRAGEM (400 exemplares)

Registado na Biblioteca Nacional de Angola sob o n.º 10207/2021

**CENTRO DE ESTUDOS E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA
DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE ANGOLA (CEIC-UCAN)**

RELATÓRIO ECONÓMICO DE ANGOLA 2019-2020

PATRONO – D. José Manuel Imbamba, Magno Chanceler da Universidade Católica de Angola

Alves da Rocha – **COORDENADOR**
Ana Duarte
Fernando Pacheco
Francisco Paulo
José de Oliveira
Luís Bonfim
Manuel Alberto
Regina Santos
Teurio Marcelo
Wilson Chimuco

CENTRO DE ESTUDOS E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

INVESTIGADORES PERMANENTES

Alves da Rocha
Carlos Vaz
Francisco Paulo
Regina Santos
Teurio Marcelo

INVESTIGADORES COLABORADORES

Albertina Delgado
Ana Duarte
Carlos Leite
Fernando Pacheco
José de Oliveira
Luís Bonfim
Marco Miguel
Precioso Domingos

ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Margarida Teixeira
Lúcia Couto
Evadia Kuyota
Afonso Romão
Daniel Chimuco
Maurício Kose

Website do CEIC: www.ceic-ucan.org

NOTA PRÉVIA – FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER	7
1. Introdução.....	9
2. A Economia Angolana e o Programa de Ajustamento Estrutural	12
3. Contexto	22
4. Previsões Económicas – Principais Indicadores	46
4.1 Previsões económicas – Principais economias do Mundo	46
4.2 Estimativa de crescimento do PIB (Economias da Zona Africana)	48
4.3. A economia angolana em perspectiva.....	50
4.4 As perspectivas de crescimento da economia angolana	58
4.4.1 Hipóteses de trabalho	60
4.4.2 Comparação de estimativas do INE/Governo, Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e Economist Intelligence Unit.	62
5. A Economia Angolana e os Seus Ciclos de Crescimento	63
5.1 As crises económicas mundiais	63
5.2 Causas das crises	67
5.3. Os ciclos económicos em Angola.....	69
5.4 Datação dos ciclos económicos em Angola com o PIB trimestral.....	85
6. Problemas e Riscos Estruturais	88
6.1 O papel da agricultura	90
6.2 O papel da indústria transformadora	98
6.3 A desvalorização da moeda nacional.....	108
6.4 A diversificação da economia	110
6.5 A exploração do petróleo	115
6.6 A problemática salarial e da produtividade do trabalho	120
6.7 Outros riscos.....	128
7. A Situação Bancária em Angola	137
7.1 Introdução	137
7.2 Reformas no sector.....	140
7.3 Estrutura e gestão do balanço dos bancos em 2019	143
7.4 Composição dos passivos	151
7.4.1 Depósitos no sistema	154
7.5 Nível de capitais próprios	155
7.6 Indicadores de estabilidade financeira	156
7.7 Resultados apurados em 2019	160
7.8 Conclusões gerais	162

8. Emprego e Desemprego. Produtividade	164
9. Globalização, Exportações e Acesso aos Mercados Financeiros	174
9.1 Grau de abertura ao comércio externo da economia angolana	174
9.2 Exportações de produtos.....	176
9.3 Importações de produtos	178
9.4 Exportação e importação de serviços.....	179
9.5 Conta de rendimentos primários e secundários.....	182
9.6 Saldo da conta corrente.....	183
9.7 Conta de capital.....	183
9.8 Conta financeira	184
9.9 Reservas internacionais líquidas.....	185
9.10 A dívida pública externa	186
9.11 Reflexões sobre o acesso aos mercados financeiros internacionais.....	188
10. Balanço das Medidas de Política Económica depois de 2017	190
10.1 Reanimação do sector produtivo e diversificação da economia	191
10.2 Reforço na implementação do conteúdo sectorial do PDN 2018-2022.....	193
10.3 Políticas e programas orçamentais para o sector social	193
11. A Integração Económica Interna – A Grande Oportunidade da Covid-19	198
11.1 Vectores da economia integrada	198
11.2 Contabilidade económica regional/provincial	211
12. O Futuro da Economia e as Medidas de Recuperação.....	214
12.1 Conferir liquidez à economia – evitar falências desnecessárias e proteger o emprego	223
12.2 Política monetária e financiamento de défices – uma resposta eficiente	225
12.3 Respostas directas aos sectores mais afectados (indústria transformadora, comércio, agricultura, transportes)	226
12.4 Níveis de investimentos necessários para a promoção do crescimento económico..	227
13. Os Novos Conceitos de Economia que Ajudarão a Construir a Nova Economia Mundial – O Que Angola Deve Começar a Aprender	233
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	253
WEBSITES	259
ACRÓNIMOS	261

A Fundação Konrad Adenauer (FKA) é uma Fundação alemã que está representada em mais de 80 países, cobrindo todos os 5 continentes do Mundo.

Através da implementação de vários programas e projetos, a Fundação apoia o fomento de instituições democráticas, assim como os valores sociais da economia do mercado e o fortalecimento do estado de direito, promovendo os direitos humanos e atendendo a questões de igualdade de género por via de medidas de educação cívica.

O mundo está actualmente a enfrentar grandes desafios. Sobretudo as alterações climáticas e a pandemia estão a dominar a discussão.

Se bem que a pandemia já tenha tido um impacto significativo na economia mundial, é de esperar que dentro de alguns anos, a COVID-19 seja recordada como um fenómeno que só temporariamente afectou o mundo.

O caso da mudança climática é muito diferente: os esforços destinados a travar as alterações climáticas e lidar com as suas consequências, continuarão a preocupar incontáveis gerações depois de nós.

Não é nenhuma novidade que o executivo angolano durante décadas tem apostado no petróleo, negligenciando seriamente o fomento e a diversificação do sector não petrolífero.

Essa falha está a vingar-se, numa altura em que muitos países do mundo estão a considerar o alargamento da exploração de energias renováveis como primeira prioridade. O CEIC, por isso, descreve a fraca resistência a choques externos da economia angolana como “armadilha do petróleo”.

Em geral, o *Relatório* analisa de forma muito crítica, as falhas da política económica do país desde a independência em 1975. Apesar da ajuda de inúmeras instituições internacionais de renome, a administração do então presidente José Eduardo dos Santos (“Eduardonomics”) não conseguiu promover visivelmente a diversificação da economia do país, desta forma reduzindo significativamente a dependência do petróleo.

A implementação de medidas de política económica é (ou deveria ser) frequentemente precedida por análises científicas.

Por isso, o presente *Relatório* deveria ser de leitura obrigatória para todos aqueles que estão, ou deveriam estar, preocupados com a situação económica em Angola.

A Fundação Konrad Adenauer expressa a sua gratidão ao CEIC pela sua inestimável perícia e valiosas contribuições disponibilizadas na elaboração do presente relatório.

Com sinceridade apreciamos a oportunidade de estabelecer pontes com uma instituição tão prestigiada como o CEIC, contribuindo desta forma no apoio aos órgãos decisórios nacionais e internacionais nos seus esforços de identificar e implementar estratégias apropriadas.

Atenciosamente,
Natalie Russmann
Representante Residente da FKA na Namíbia

1. INTRODUÇÃO

Fim da pandemia, começo de quê? Terá razão de ser esta pergunta, não só para Angola, como para o mundo? Não há nenhuma certeza quanto à descoberta de uma vacina que torne a COVID-19 numa gripe normal, semelhante a outras periodicamente na cena sanitária de todos os países. No debate para as presidenciais dos Estados Unidos, realizado no dia 29 de Setembro de 2020, ficou patente o quão distante ainda se esteve desse objectivo.

Aparentemente todos os especialistas são unânimes em afirmar que os países necessitam de definir novos paradigmas de crescimento, aproveitando-se a alteração de comportamentos e corrigindo-se os efeitos negativos. E é neste contexto que se coloca a questão: o objectivo é o crescimento a longo prazo ou o combate à recessão económica instalada no país desde 2015? As variáveis a considerar, programar e gerir são diferentes nos dois casos. O Governo está convencido de que o combate à recessão se faz por intermédio de políticas restritivas, orçamentais e monetárias, que contribuam para a estabilidade dos três agregados macroeconómicos tradicionais: défice fiscal (por isso se fala tanto na consolidação fiscal), inflação (controlada pela via monetária e não pela do crescimento da produção e da oferta interna) e dívida pública¹. É a conhecida dicotomia estabilidade/crescimento: complementaridades e conflitos que cada país tem de equacionar e resolver de acordo com as suas situações presentes e condições futuras para o desenvolvimento. Este é um assunto convidando a uma reflexão profunda, de modo o poder-se, minimamente, visualizar o pós COVID-19. É uma daquelas matérias de muita discussão, dada a ampla divergência de opiniões existente. Estabilizar primeiro e depois atacar o crescimento, ou promover o crescimento de modo a garantir-se uma estabilização macroeconómica e uma consolidação fiscal sustentadas (no tempo e nos respectivos fundamentos)? Ou, usando painéis bem formulados de prioridades e considerando o tempo como uma variável estratégica, dosear uma e outro? Os centros de investigação económica e reflexão social (estes conflitos e complementaridades têm efeitos sociais notáveis) e as academias, em geral, possuem (ou deveriam possuir) boas bases teóricas de análise e avaliação, a que se devem juntar os inúmeros estudos de caso conhecidos.

¹ Desde que o Presidente João Lourenço tomou posse em Setembro de 2017, a dívida pública externa de Angola aumentou em USD 25 768 milhões de USD e 579 milhões de euros. É evidente que os efeitos esperados da sua aplicação (continua a ser-se bastante opaco nas informações sobre os destinos destes créditos, afinal contraídos em nome do país e tendo de ser reembolsados pela população) demoram (os conhecidos *lags* de reacção), mas a desconfiança é manifesta quanto ao rigor e à bondade do estabelecimento de prioridades.

Também é relevante pensar-se se no curto prazo se pretende proteger os empregos existentes (os salários poderão sair deprimidos num eventual contexto de retoma da actividade económica, configurando-se, do mesmo modo, um conflito entre manter o emprego ou garantir o salário) ou promover novas empresas e sectores (os dirigentes políticos e económicos de Angola vão ter de pensar na configuração de uma nova matriz sectorial imposta internacionalmente pelas transições mundiais em curso: a transição energética – do carbono para as renováveis, em defesa do ambiente – e a transição para uma economia do conhecimento). O que se decidir neste íterim vai ter reflexos futuros.

A pandemia provocou no país dois choques (em cima de um outro depois de 2014, com a queda do preço do barril de petróleo no mercado internacional): um choque na procura e um outro na oferta (que necessitam de serem quantificados para melhor se traçarem políticas de avivamento da economia, ou seja, quanto da recessão se deveu a um e a outro, qual o dominante dos dois e o que vai prevalecer no futuro).

O choque na procura derivado da pandemia manifesta-se na redução das despesas de consumo das famílias (devido aos confinamentos e à incerteza e ao não apoio financeiro da parte do Estado²). O choque na oferta verificou-se devido às mudanças rápidas na organização do trabalho e na produtividade. Claramente que a recuperação destes efeitos e alterações só a longo prazo, sendo para isso necessário conhecer-se a contabilidade do crescimento em Angola.

Quando se olha para a estrutura factorial do país depois de 1993 (reintrodução da economia de mercado) e se decompõe o crescimento nos seus diferentes contributos – trabalho, capital e produtividade – a que conclusões chegar? A nenhuma, porquanto não existem estatísticas sobre o *stock* de capital fixo da economia. No entanto, algumas aproximações são possíveis. Compulsando o *Relatório Económico de Angola 2018*, do CEIC-UCAN, retira-se que a principal conclusão, atendendo aos processos de produção altamente intensivos em investimento e tecnologia usados na indústria extractiva, é a da preponderância do capital no crescimento anual do PIB, com uma contribuição média anual, no período 2003-2018, de 7,3%. O investimento público deteve uma relevância assinalável – ainda que com reservas sobre os seus valores e anotações negativas quanto à sua eficiência – ao apresentar um valor acumulado de USD 117 mil milhões. A contribuição média anual do factor-trabalho quedou-se em 2,1%, atestando que uma redução da taxa de desemprego pode passar pela utilização de processos de produção mais intensivos em mão-de-obra. A contribuição do progresso tecnológico foi obtida por diferença e ao longo do período considerado tem sido negativa, comprovando a fraca competitividade da economia nacional.

Em termos sectoriais, é a actividade petrolífera e de extracção de gás a mais importante contribuinte para as dinâmicas anuais de crescimento do país (2,3 pontos percentuais), enquanto a

² A redução do consumo das famílias ocorreu também por força da desvalorização da moeda nacional, pela política cambial e pelo descontrolo da inflação.

contribuição do conjunto agricultura, pescas, manufactura, construção e comércio se fica por 2 pontos percentuais (a participação da indústria transformadora fica, em média anual no período considerado, em 0,22 ponto percentual).

O rácio de industrialização, depois de 1973/1974, só se deteriorou, e se é verdade que o país, depois da independência, escolheu um novo paradigma económico, para afirmação do qual muitas alterações deveriam ter ocorrido no âmbito de uma economia centralizada, o que aconteceu porém, foi nada, continuando a degradação do peso relativo da indústria transformadora no PIB. O peso relativo de um dos sectores mais importantes para a diversificação da produção e das exportações é de, em média anual, 4%, colocando-se, em decorrência, a necessidade de se industrializar (ou reindustrializar?) o país. Claro que sim, mas como?

O Plano recentemente aprovado sobre este assunto – sendo mais um dentre tantos elaborados no passado – é omissos quanto a uma importante e decisiva matéria: como efectuar a reindustrialização? Como recuperar valores na casa de 20% da época colonial? Na base de indústrias ligeiras ou primárias, apenas com o propósito de substituir importações, ou partindo-se para uma nova matriz industrial, moderna e competitiva? A reindustrialização do país pode levar 20 anos e nunca estará concluída, pois os novos desafios são constantes e terá de ser alicerçada numa nova indústria assente na economia do conhecimento (é uma das transições de que se falou mais atrás), fortalecida na inovação, com gente qualificada, salários elevados e forte ligação às Universidades.

Industrializar a economia para o mercado interno (não há poder de compra suficiente para ajudar a criar economias de escala) ou para exportar? Neste caso, para onde? A Europa, aproveitando-se dos tremendos recursos financeiros injectados nas suas economias por causa da COVID-19 (talvez uma aprendizagem em como se conciliar o curto prazo e o longo prazo), está a iniciar processos de europeização das suas cadeias de valor globais, tendente a diminuir a sua dependência do exterior, mormente da China³.

Se dentro de 20 anos, o propósito for de se ter um peso relativo do valor agregado da indústria transformadora no PIB de 15%, o volume médio anual de investimento neste sector teria de ser de USD 4,3 mil milhões⁴. Não nos apercebemos destes cálculos no novo Plano de Reindustrialização 2022.

E quem vai investir perante tantas alternativas, por esse mundo fora, melhores das que Angola oferece?

³ Devido à política “trumpiana” do *America First* e da defesa do *Made in America*, relançou-se o debate entre liberalismo económico e protecçãoismo.

⁴ Cálculos baseados numa taxa média anual de crescimento do PIB de 6%, num ICOR de 2 e num período de 20 anos.

2. A ECONOMIA ANGOLANA E O PROGRAMA DE AJUSTAMENTO ESTRUTURAL

Desde finais de 1979 que o FMI tem estas intervenções nas economias africanas, bastando recapitular-se as avaliações feitas por economistas africanos sobre os efeitos nefastos e desgastantes sobre os países que se viram obrigados a adoptar estes programas de ajustamento estrutural (o essencial do argumento deste filme foi a degradação dos termos de troca, a acumulação de défices fiscais e o aumento das dívidas públicas e externas e o remédio encontrado foi exactamente o mesmo que está a ser aplicado agora em Angola: aumento de impostos, redução de despesas públicas (incluindo investimentos), pressão sobre o consumo privado (das famílias), desvalorizações externas e redução dos salários dos trabalhadores acompanhadas de despedimentos, aumento das taxas de juro.

O resultado dessas políticas de ajustamento estrutural foi, em geral, um forte processo recessivo e elevados índices de inflação (a reacção africana a estes programas ficou expressa no CARPAS – *Cadre Africain de Référence pour les Programmes d'Ajustment Structurel*).

Todas estas medidas têm como pano de fundo a concepção de que o desequilíbrio externo de que os países sofrem é fruto, principalmente, do desequilíbrio interno que deriva do facto de o país, tal como sucede com algumas famílias, tender a “viver acima das suas possibilidades”, gastando mais do que ganha.

Assim, para alcançar o reequilíbrio interno é necessário, segundo o Fundo, reduzir a despesa interna através, nomeadamente, da queda dos gastos públicos – o que, simultaneamente com a subida das receitas fiscais, permitirá reduzir as necessidades de financiamento do sector público (administrativo). Em vários casos, em que a presença do Estado na produção e/ou na comercialização é mais importante, isto deve ser visto em consonância com a alienação das empresas públicas, em grande parte dos casos geradora de prejuízos e não como se pretendia, de lucros que reverteriam para os cofres públicos.

Outra medida a adoptar, esta destinada principalmente a favorecer o aumento das exportações e, de uma forma geral, a competitividade externa da economia, é a desvalorização da moeda nacional. Esta tem que ser combinada com um controlo da inflação interna para que as subidas dos preços não venham anular a vantagem (a redução dos preços dos bens para exportação) que a desvalorização contribuirá para estabelecer no domínio das relações económicas externas.

Um dos objectivos que se pretende alcançar com esta desvalorização da moeda é a alteração da estrutura dos preços internos de modo a favorecer os preços dos bens susceptíveis de serem exportados (os bens transaccionáveis), como é o caso das culturas de exportação, comparativamente com os não-exportáveis (os bens não-transaccionáveis). Espera-se assim, por exemplo, fazer aumentar o preço dos bens aos produtores agrícolas de produtos de exportação e, por esse meio, incentivá-los a produzirem mais. Note-se, porém, que o resultado final deste processo em termos de produção, de preços e de exportação depende do comportamento desses preços no mercado internacional, da efectiva possibilidade deste absorver o acréscimo de produção nacional e do comportamento do índice global de preços internos.

Dois instrumentos fundamentais para se conseguir o controlo da inflação são a política monetária contraccionista e a política de controlo dos aumentos salariais – obtida com ou sem intervenção dos outros agentes sociais através de vários meios – e que se traduzem, normalmente, por quebras, umas vezes mais significativas do que noutras, dos níveis de salários reais. São estas quedas que têm desencadeado reacções, quantas vezes violentas, por parte da população em relação aos programas de ajustamento e suas consequências no domínio social.

De quanto fica dito é evidente que o conjunto das medidas defendidas pelo Fundo constitui um “pacote indivisível” que para produzir efeitos palpáveis deve ser – pelo menos segundo o Fundo – aplicado na íntegra e não apenas parcialmente. Daí que, e esta é também uma forma de pressão sobre os governos nacionais no sentido da aplicação integral dos programas estabelecidos, o FMI tenda a denunciar unilateralmente os programas estabelecidos e a renegociar a sua aplicação quando se apercebe que os governos não estão a cumprir (relativamente à risca) o programa acordado inicialmente.

Um primeiro aspecto a salientar da análise dos programas do Fundo é que estes programas são, de facto, uma *policy mix* que, incluindo medidas diversificadas que Khan e Knight “arrumam” em políticas de procura, de oferta e de melhoria da competitividade externa, visam em primeiro lugar a prossecução do objectivo equilíbrio externo com, se necessário, a secundarização de objectivos (que também surgem explicitados) como o crescimento económico e o controlo da taxa de inflação em limites aceitáveis.

Segundo aspecto: as traves mestras dos programas do Fundo são definidas ao longo de um processo de determinação dos valores dos “critérios de execução” que começa pela identificação do saldo considerado como aceitável para a balança de pagamentos ou a balança de transacções correntes. A partir deste valor base – ele próprio fixado em função das reservas internacionais disponíveis, do crédito externo susceptível de ser obtido e das receitas previsíveis de exportação, por exemplo – e tendo em consideração as inter-relações entre variáveis que o enfoque monetário da balança de pagamentos sublinha, chega-se à determinação dos valores dos vários “critérios de execução” e, nomeadamente, daquele que surge como o principal critério.

Terceiro aspecto: as políticas de procura – ou melhor, de restrição de procura – são constituídas fundamentalmente pelas políticas monetária (crédito, taxa de juro, etc.) e orçamental (de gastos públicos, fiscal, etc.) e as políticas de oferta por aquelas que permitem aumentar, quer a eficácia da utilização dos recursos, quer a própria capacidade produtiva.

A principal política para aumentar a competitividade externa é a manipulação da taxa de câmbio mas esta só tem os efeitos desejados se combinada com outras políticas como a de contenção das subidas de preços, que passam, nomeadamente, pela restrição ao crescimento dos salários reais.

O quarto e último aspecto a autonomizar aqui e questão extremamente importante para resolver na formulação dos programas, é a da definição da ênfase relativa a dar às políticas de restrição da procura e às que visam o aumento da oferta. Essa ênfase depende de vários factores dos quais se salientam, em primeiro lugar, a causa principal do desequilíbrio existente: se ele for provocado principalmente por causas externas como é a degradação dos termos de troca, então deve ser dada uma grande importância às políticas que permitem modificar a estrutura da oferta. Se a causa principal for de natureza interna (por exemplo, um efectivo excesso de procura), há que enfatizar principalmente a política de restrição quantitativa da procura.

Outro factor que forçosamente influenciará o doseamento entre ambas as políticas é a situação económico-político-social interna e as opções e margem de manobra do poder político face a essa situação, bem como a urgência relativa do reequilíbrio, a qual, por sua vez, está dependente de vários factores políticos, económicos ou sociais. Estas considerações de carácter político têm sido tão importantes que têm estado na base da não prossecução até ao final do período previsto de muitos programas estabelecidos com a participação do Fundo.

Têm sido bastantes as apreciações valorativas dos resultados destes programas de ajustamento estrutural, mesmo de iniciativa das instituições de Bretton Woods, nomeadamente avaliando-se, comparativamente, as taxas de crescimento do PIB com e sem programas do FMI, na medida em que sintetizam e absorvem o essencial dos resultados das medidas de estabilização.

A impressão genérica que parece resultar é a de que, se é verdade que em vários dos indicadores os valores para os países com programas fortes de ajustamento são mais favoráveis que os valores dos restantes, também é verdade que as diferenças parecem não justificar grande entusiasmo. Mais, se se tomar como critério o do crescimento do consumo real por habitante – um indicador que dá uma ideia do impacto dos programas sobre o nível de vida das populações mas, que não é, recorde-se, preocupação central do Fundo –, então parece evidente que os países que os prosseguiram ficaram numa situação pior que a dos restantes países, o que vem confirmar a acusação de que o ajustamento tem custos sociais extremamente elevados e sem quaisquer garantias de uma efectiva, consistente e duradoura recuperação da situação no futuro (pelo menos no futuro próximo).

O ajustamento estrutural tornou-se na política de desenvolvimento de longo prazo de África Subsariana mais ajudada internacionalmente. Mas enquanto muitos países começaram programas de ajustamento, uma ou mais vezes, só uns poucos prosseguiram programas prolongados. Um olhar de perto sobre dois “heróis” do ajustamento, o Gana e o Senegal, fez alguma luz, quer sobre o potencial, quer sobre as limitações das actuais políticas de ajustamento em África.

O ajustamento ajudou a criar um quadro mais favorável para o crescimento económico; também contribuiu para um crescimento real consistente durante vários anos. Mas esta é uma tendência frágil, que pode ser interrompida pelo mau tempo, termos de troca adversos e as flutuações da assistência internacional (a confirmarem-se as previsões sobre o comportamento futuro do preço do petróleo e da crescente afirmação das novas fontes de geração de energia, Angola e outros países excessivamente dependentes da exportação deste produto de base terão de procurar outros fundamentos para o seu crescimento sustentado). Até porque as reformas estruturais defendidas nestes programas requerem, muitas vezes, um tempo relativamente longo para produzirem efeitos positivos (é o conhecido problema dos *lags* das políticas económicas).

O que aqui fica deve ser combinado com a impressão já recolhida atrás de que tais programas têm custos sociais – e, não raras vezes, políticos – muito elevados, nomeadamente quanto ao aumento da pobreza entre as camadas sociais à partida já mais pobres, para além dos efeitos de aumento acentuado da diferenciação social que acompanha a execução destes programas e que se deve, em parte, à ênfase que, na prática, muitos acabam por colocar nas actividades de natureza comercial e mais especulativa.

Exemplo do que se passou neste domínio no Senegal e no Gana, países em que os programas terão sido mais integralmente cumpridos, é dado pelas conclusões de um estudo de avaliação sobre aqueles países já atrás parcialmente citadas:

- a) “Por outro lado, os elementos empíricos disponíveis sugerem que o ajustamento produziu apenas um reduzido alívio da pobreza e que certas políticas funcionaram contra os pobres. Isto resultou, em parte, da tendência do ajustamento negligenciar os pequenos agricultores produtores de alimentos, excepto se forem de produtos de exportação e também do interesse selectivo dos programas de ajustamento na melhoria da eficiência governativa: ao tornar as empresas públicas mais eficientes mas ao não seguir critério idêntico em relação aos serviços públicos de saúde.”
- b) “Mas esta atenção seleccionada sobre determinados aspectos não foi a única culpada. Algumas políticas destinadas a diminuir rapidamente os défices da balança de pagamentos e orçamental – como a restrição do crédito, redução das despesas públicas e a cobrança de taxas fiscais diversas – acabaram por interferir também com o crescimento equitativo.”

- c) “Outras políticas que, em abstracto, prometiam libertar as forças produtivas em benefício de todos, tais como a privatização e a liberalização das importações, parecem fundamentar-se numa impossibilidade de fazer face à incapacidade institucional do sector privado que ajudou a produzir a necessidade do ajustamento. Algumas vezes, erros de planeamento causaram desnecessário sofrimento como aconteceu no caso do Gana.”
- d) “Uma fraca prestação no domínio da equidade social, em conjunto com as crescentes expectativas políticas, geraram ameaças à sustentabilidade do ajustamento e à estabilidade política em geral.”

Uma alternativa seria doadores bilaterais, as agências multilaterais financeiras e de desenvolvimento e receptores alterarem o ajustamento estrutural, de modo a criar um crescimento com equidade. Em vez de continuar a modificar programas através de acções complementares atrasadas e mal coordenadas entre si, as alterações às políticas devem ser introduzidas no núcleo central das políticas.

Mas isto não poderá ser verdadeiramente levado a cabo se os decisores externos continuarem a estar isolados das realidades nacionais e os pobres continuarem a não estar representados no processo de tomada de decisões económicas. O crescente movimento de aparecimento de Organizações Não Governamentais Voluntárias, bem como o de outras estruturas sociais como os sindicatos, oferece uma oportunidade para envolver os pobres na alteração do ajustamento estrutural. Uma consulta real e efectiva destes grupos, quer pelos doadores, quer pelos governos receptores torna-se necessária para que tal mudança se verifique de facto.

Refira-se, finalmente, que quer o Fundo quer o Banco Mundial têm procedido, eles próprios, a várias avaliações da aplicação de tais programas. O mais conhecido dos relatórios deste último sobre o tema tem por título *Adjustment in Africa: Reforms, Results and the Road Ahead* e data de 1994.

As conclusões a que nele se chega são sintetizadas a seguir:

- a) Mais de metade dos países realizou alterações substanciais de política económica em, pelo menos, algumas áreas. A melhoria da situação foi particularmente importante nos domínios macroeconómico, do comércio e da agricultura. As primeiras conseguiram, em muitos casos, restaurar a competitividade externa das economias ao mesmo tempo que conseguiam manter a taxa de inflação em níveis relativamente baixos. A política comercial permitiu aumentar o acesso às importações necessárias para apoiar o crescimento económico.
- b) Nos países que conseguiram melhorar de forma mais nítida a gestão macroeconómica, houve um aumento de um a dois por cento da taxa de crescimento do rendimento *per capita* entre 1981-86 e 1987-91, uma melhoria semelhante à de países com programas de ajustamento de outras regiões do mundo.

- c) Apesar destas melhorias, é preciso reconhecer que elas se distribuíram desigualmente entre os países. De facto, cerca de 1/3 dos países estudados registaram uma deterioração (e não uma melhoria) dos principais indicadores utilizados para medir as alterações na política macroeconómica. Por exemplo, na maior parte dos países as reformas nos sectores financeiro e empresarial públicos foram apenas “tentativas” já que limitadas no seu âmbito e não necessariamente apropriadas, o que trouxe como consequência uma continuação da degradação das finanças públicas e, por arrastamento e por consequência do efeito de *crowding out*, limitações de acesso ao crédito por parte do sector privado.
- d) Finalmente deve-se retirar a conclusão de que, apesar da melhoria da política económica adoptada, estamos longe do ponto em que deveríamos estar quanto à aplicação destas.

Esta conclusão permite ao Banco Mundial fazer o seguinte comentário:

“O ajustamento é necessariamente um primeiro passo para um crescimento sustentável e que conduza à redução da pobreza. Mas o ajustamento em África foi sobrecarregado com esperanças irrealistas (...). Muitos pensaram que as reformas tendo em vista o ajustamento podem ser levadas a cabo rapidamente e levar os países africanos para sendas de crescimento rápido. Estas expectativas superoptimistas e não cumpridas levaram a algum pessimismo e fadiga, quer dos países africanos, quer dos doadores. No entanto, houve progressos: a reversão da situação no sentido do crescimento mostra que o ajustamento – ainda mesmo que incompleto – pode colocar os países africanos de volta ao caminho do crescimento económico, aquele em que os esforços desenvolvidos começam a compensar o esforço despendido.”

Intimamente articulada com esta questão da dificuldade do controlo dos próprios critérios de execução e, por maioria de razão, das metas para os objectivos, critica-se nos programas do Fundo o estabelecimento de metas fixas para tais critérios, bem como para os objectivos. Uma alternativa mais de acordo com aquelas dificuldades de controlo parece ser a fixação de “intervalos de execução”, mesmo que não muito amplos, que funcionem como “guias de orientação” da política económica que dêem a esta alguma da maleabilidade de que necessitam, na maior parte das vezes, as autoridades económicas nacionais, mas que o Fundo vê sempre com muita desconfiança, em parte porque isso poderá dificultar a avaliação objectiva que pretende fazer da aplicação das medidas negociadas.

Outro ponto a merecer críticas diz respeito à desvalorização da moeda. Contrariamente ao que parece decorrer das análises do Fundo, em determinadas circunstâncias, a mesma pode provocar um agravamento do desequilíbrio externo e não uma sua melhoria.

De facto, se a oferta de exportações e a procura de importações forem demasiado rígidas, haverá uma tendência ao agravamento do défice externo, pelo menos no curto-médio prazo. É que com preços de exportações fixados no mercado internacional e com uma estrutura de exportações assente principalmente em bens com ciclos de produção extensos – como é o caso

de muitas das matérias-primas agrícolas (e outros produtos) – e, consequentemente, elasticidades-preço de resposta de curto prazo por parte dos produtores relativamente baixas, as receitas de exportação tenderão a aumentar muito pouco, pelo menos no curto-médio prazo.

Em contrapartida, se as importações forem imprescindíveis, serão dificilmente compressíveis, tudo ficando (aparentemente) na mesma. Porém, a inflação interna provocada pela subida dos preços de importação pode provocar uma inflação que se transmitirá aos preços de exportação levando à queda desta.

Aliás, um outro ponto em que o Fundo e os seus técnicos são duramente criticados é o de subestimarem sistematicamente os efeitos inflacionistas das desvalorizações que propõem.

Simultânea e contrariamente ao que se pretendia, em tais circunstâncias não é possível fazer os camponeses beneficiarem do aumento dos preços proporcionado pela desvalorização já que, em termos reais, a sua situação não se modificará devido à inflação.

Outro dos pontos críticos dos programas de ajustamento tal como formulados pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial é o pressuposto da existência de elevadas elasticidades-preço nos países em vias de desenvolvimento, o que, nomeadamente com base na experiência empírica, é fortemente contestado por estes países. Isto parece ser particularmente verdade no caso das produções agrícolas de exportação de natureza mais perene, como é o caso do café, cacau, madeiras, etc.

De facto, a evidência empírica demonstra que nestes casos a elasticidade-preço no curto prazo – não é nele que se movimentam os programas do Fundo?! – é baixa, mesmo que tenha tendência a ser mais elevado no médio-longo prazo, quando e se os agricultores se aperceberem que as subidas de preços são estáveis e não para serem invertidas nos anos seguintes e que as suas efectivas disponibilidades de terras e de mão-de-obra variam positivamente de modo a poderem tirar partido dos aumentos (potenciais) de rendimentos.

Por outro lado, a política de contracção monetária rarefaz de tal forma a moeda em circulação que, pelo menos temporariamente, surge um grande incentivo às actividades de especulação com o dinheiro e ao comércio e à criação ou desenvolvimento de um verdadeiro “mercado paralelo” de dinheiro com taxas de juro altíssimas que não deixarão de se reflectir nos custos de produção e “empurrar” os preços para cima, contrariando a política anti-inflacionista que se quer implantar. O mesmo tipo de pressão será sentido sobre as taxas de juro.

Objecto de crítica nos programas do Fundo é também o facto de neles ser dado sempre uma maior ênfase ao controlo da procura, do que à expansão da oferta. Este “enviesamento” sistemático, que tem sido responsável pelo agravamento do desemprego (principalmente urbano) que na sua sequência sempre se tem verificado, é motivado pelo facto de, embora admitindo teoricamente que as ênfases nas políticas de procura e de oferta podem ser diferentes conforme as causas do desequilíbrio externo, a verdade é que o diagnóstico da situação feito pelo

Fundo é invariavelmente o de que é o desequilíbrio interno entre procura e oferta que provoca o desequilíbrio na Balança de Transacções Correntes e, por arrastamento, na Balança de Pagamentos. Ora, não se acredita que tenha sido sempre necessariamente assim, nomeadamente nos períodos de maiores “choques” na conjuntura internacional, em que a degradação do equilíbrio externo de muitos países se deveu à degradação dos seus termos de troca motivada pelo aumento do preço da energia importada.

Este enviesamento pró-depressivo das economias tem atingido todos os tipos de despesa, nomeadamente as de investimento. Além de uma redução do seu total – que tem sido o responsável pela “desindustrialização” que tem atingido várias economias africanas –, esta quebra tem atingido principalmente, devido à ênfase colocada na produção dos bens exportáveis e à quebra genérica da absorção interna, os ramos mais direccionados para a satisfação do consumo interno. Isto limita a capacidade de produção interna de produtos destinados à troca com os produtores (e consumidores) das zonas rurais, cujo padrão de consumo é normalmente pouco sofisticado e composto de uma parte importante de bens de produção nacional. Consequência deste facto é a falta de incentivo à produção por parte dos produtores rurais, já que dificilmente encontrarão no mercado os bens de que necessitam a preços acessíveis.

Elemento importante nesta desindustrialização tem sido também a limitada disponibilidade de divisas para proceder à importação, quer de novos equipamentos, quer de peças para a manutenção dos existentes quer, ainda, para a aquisição dos sempre imprescindíveis *inputs* importados da produção industrial nacional.

Também a filosofia genericamente liberal que enforma os programas é posta em causa por vários autores. Estes não reconhecem qualquer validade teórica relativa a uma eventual superioridade económica da filosofia liberal, de *laissez-faire*, de confiança no funcionamento do mercado e das virtualidades do sector privado sobre o sector público. A ser assim, as opções do Fundo neste domínio devem ser vistas exclusivamente no terreno político-ideológico e não no das eventuais vantagens económicas da filosofia.

Naturalmente que, nos tempos actuais, – de desregulação e enfraquecimento dos sistemas de saúde e de previdência social – estas discussões readquiriram uma importância crucial para a construção das bases de crescimentos económicos mais extensivos e duradouros, sem o que a pobreza e a miséria teimarão em permanecer.

Há, no entanto, um aspecto correlato que vale a pena referir: o de que as pressões depressivas que as políticas adoptadas exercem sobre a economia (pelo menos no curto prazo) não parecem ser o melhor instrumento para o desenvolvimento da burguesia nacional, instrumento social inevitável no quadro ideológico dos programas adoptados. Fica, assim, aberto o espaço para a (excessiva?) abertura ao capital estrangeiro com todas as consequências (benéficas, mas também negativas) que usualmente se reconhece a este tipo de investimento.

Outro aspecto salientado por alguns críticos é o facto de, apesar de se reconhecer que uma parte, mesmo que menor, das causas dos desequilíbrios terem que ver com a estrutura e/ou a conjuntura internacional, não é pedido aos países que dela beneficiam – os países superavitários – que desempenhem uma parte activa no reequilíbrio das contas externas dos países deficitários, por exemplo através do aumento das suas importações provenientes destes países.

Por outro lado, quanto à estrutura dos programas, parece nítida que ela e os pressupostos de “mecanicidade” que lhe são inerentes parecem mais adaptadas às condições dos países industrializados ou dos que lhes andam perto, como será o caso de Portugal, por exemplo, do que dos Países em Desenvolvimento. Ora, parece que o Fundo não foi capaz (e ainda não tem sido capaz, a despeito das orientações emanadas por Christine Lagarde quando deixou a instituição e retomadas pela nova Directora- Geral, Kristalina Georgieva, no sentido de se ajustar os conteúdos dos Programas de Ajustamento Estrutural às características dos países ainda em desenvolvimento, agora maioritários) de se adaptar à transformação da estrutura dos seus membros desde a sua criação: o peso numérico dos Países em Desenvolvimento é, hoje em dia, esmagador e no entanto o Fundo ainda se “mexe” principalmente na área do curto prazo e não do médio-longo prazo para que parece apontar a nova estrutura dos seus membros.

O crescente peso da China na economia mundial e no comércio internacional, assim como o aprofundamento das suas relações políticas e financeiras com a África Subsariana, podem ser factores de peso para a alteração dos actuais equilíbrios/desequilíbrios, a favor dos seus países.

Estas tarefas de mais longo prazo parecem estar remetidas fundamentalmente ao Banco Mundial, quando parece certo que a crescente interacção entre curto e médio-longo prazo aconselha a uma maior sensibilidade do Fundo às necessidades de desenvolvimento dos Países em Desenvolvimento e, particularmente, às causas estruturais do desequilíbrio externo (e interno) que ele procura eliminar com as suas sugestões (?) de medidas de política económica. Neste quadro não é de admirar o aparecimento de propostas no sentido de ambas as instituições se fundirem, preferencialmente sob a batuta do Banco Mundial já que a lógica de curto prazo que preside à acção do FMI parece ser insatisfatória para resolver, de facto, os problemas da maioria de países que hoje em dia têm dificuldades (estruturais!) de contas externas.

Uma outra face dos programas do Fundo é o carácter restritivo que eles assumem, podendo levar mesmo à “sobre-utilização” das políticas restritivas, gerando uma situação conhecida por *over-kill* e que, segundo alguns autores, se conheceram (ainda que de forma limitada) em Portugal durante o 2.º programa do Fundo. Trata-se de uma excessiva (porque ultrapassando largamente o efectivamente necessário) contracção da procura interna e uma sobre-desvalorização da moeda nacional com consequente excessiva ênfase no sector exportador em detrimento do sector produtor de bens essencialmente dirigidos para o mercado interno. Este viu-se deficientemente abastecido em bens apesar de existir poder de compra interno suficiente para um maior volume de consumo.

Ligado com o anterior, é de salientar igualmente o impacto redistributivo do rendimento (em detrimento das classes mais pobres e a favor das mais ricas) que os programas normalmente têm. Este carácter resulta, nomeadamente, da política de contenção dos salários reais e do incremento às actividades especulativas, em benefício do capital financeiro, que resulta da aplicação dos programas.

Uma das facetas deste impacto é o aumento significativo da pobreza absoluta. Tendo tomado consciência desta realidade só após vários anos de críticas que lhe foram dirigidas pelo menosprezo que mostrava em relação ao impacto social negativo dos programas que levava os países a implementarem, o FMI e, principalmente, o Banco Mundial adoptaram programas que visam reduzir aquele impacto negativo sobre as camadas mais pobres da população. Tais medidas têm-se mostrado, no entanto, de um impacto muito limitado quando comparado com os efeitos negativos que os próprios programas de ajustamento desencadeiam.

3. CONTEXTO

A recuperação económica de qualquer país e independentemente das razões por detrás da quebra da produção de bens e serviços, passa pela definição de políticas adequadas e transparentes que impulsionem o crescimento económico, que se adequem à nossa realidade e que sejam compatíveis com recursos disponíveis realistas.

As diversas medidas adoptadas pelo Governo, desde que a crise se instalou depois de 2014, de apoio às empresas (de modo a serem travadas quedas irreversíveis da produção e do emprego) e os apoios sociais às famílias para minorar a sua situação de pobreza, fome e de carência de rendimentos cada vez mais desvalorizados pela política cambial) não têm resultado.

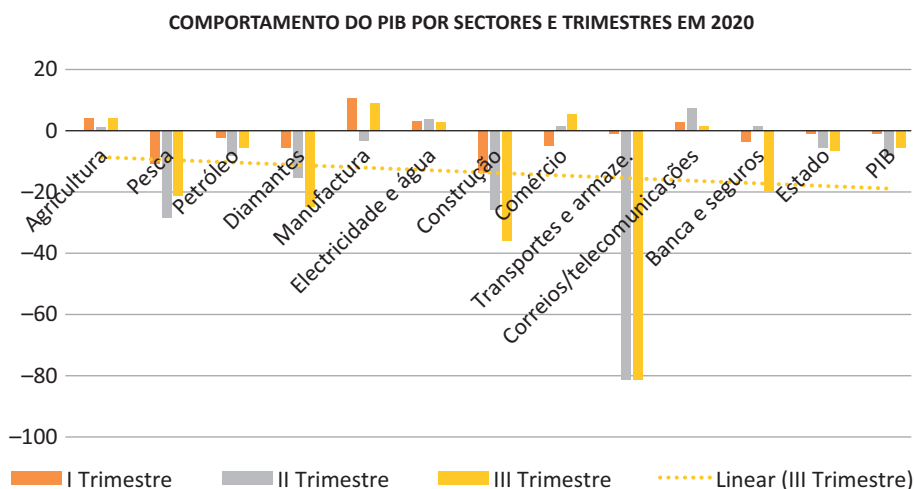
A prova é dada por uma recessão no PIB de -8,8% no II Trimestre de 2020 e de -5,8% no III Trimestre do mesmo ano, com parcelares sectoriais impressionantes no II Trimestre: -27,8% nas pescas, -8,2% no petróleo e gás, -15,6% nos diamantes e outros minerais, -4% na indústria transformadora, -78% nos transportes, -7,1% na actividade governamental, -17,1% no imobiliário e -53,6% nos impostos⁵.

A queda nos impostos chama a atenção para o facto de a sustentabilidade fiscal do Estado passar muito mais pela recuperação do crescimento económico e menos pela criação de novos impostos ou alteração das alíquotas dos existentes (o crescimento económico exerce um efeito dissuasor sobre a apetência dos governos de elevação/criação de impostos, ao alargar a base fiscal de incidência dos mesmos – mais empresas, mais rendimentos e mais empregos –, ao consentir melhor repartição dos sacrifícios associados à punção dos rendimentos privados, permitindo, assim, mais elevados níveis de poupança pública – Estado – e individual – empresas e famílias).

Alguns sectores de actividade apresentaram uma tendência mais positiva nas respectivas capacidades de crescimento no III Trimestre, embora com valores, em alguns casos ainda baixos e noutros insuficientes para se recuperarem os ganhos perdidos nos trimestres anteriores.

⁵ INE, Nota de Imprensa, Produto Interno Bruto – II e III Trimestres 20 Outubro de 2020 e Janeiro de 2021.

O gráfico que se apresenta permite verificar que os sectores Pescas, Petróleo, Diamantes, Construção e Transportes estão em crise sistemática e sistémica em 2020, não sendo, provavelmente, o IV Trimestre suficiente para recuperar os prejuízos acumulados. O próprio Estado apresenta comportamentos, no seu valor agregado, negativos ou fracamente positivos, fruto da aplicação de uma política francamente restritiva. A variação real do PIB foi de -0,9%, -8,3% e -5,8%, respectivamente para os I, II e III Trimestres de 2020. Ainda que as estatísticas do INE apontem para uma atenuação da recessão económica no III Trimestre de 2020, em relação ao II Trimestre do mesmo ano, pontualizou-se, no entanto, um agravamento da queda do PIB em variação homóloga, de -1,5% no III Trimestre de 2019 e - 5,8% no mesmo período em 2020.



Fonte: INE, Contas Nacionais Trimestrais.

Normalmente, quando o preço do barril de petróleo cai, a economia nacional despenca, colocando-se em destaque a sua fraca capacidade de resistência a choques externos. Desde a independência que tem sido assim, não se tendo registado alterações estruturais tendentes a modificar a situação de subordinação ao petróleo (o quadro seguinte ilustra, claramente, a “armadilha do petróleo” na economia nacional – quer na “eduardonomics” (parte final da governação de José Eduardo dos Santos), quer na “lourençonomics” (período inicial da administração de João Lourenço) –, da qual só se sairá com mais produção na agricultura e na manufatura, maior capacidade de gestão e de governação dos rendimentos fiscais e máxima atractividade dos investimentos privados estrangeiros, aos quais se reconhecem mais tecnologia, mais produtividade e melhor capacidade de penetração no mercado internacional).

EDUARDONOMICS E LOURENÇONOMICS							
Indicadores	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Saldo orçamental (% do PIB)	-6,4	-2,7	-0,2	-0,7	2,0	0,7	-1,7
Dívida pública (% do PIB)	42,2	41,0	56,6	68,5	89,0	107,1	134,2
Saldo externo (% do PIB)	23,6	15,7	17,5	-	23,6	23,0	16,6
Saldo comercial (mil milhões de USD)	30 590	12 489	14 548	20 150	24 960	20 599	8208
Saldo com a China (mil milhões de USD)	23 871	11 213	12 403	17 265	21 536	19 249	8594
Taxa de crescimento do PIB (%)	4,8	0,9	-2,6	-0,2	-1,7	-0,9	-6,8
Taxa de desemprego (%)	24,2	20,0	22,6	24,7	28,8	31,8	30,6
Taxa de pobreza (%)	-	-	-	-	40,6	-	-
Taxa de inflação anual (%)	7,5	14,3	42,0	23,7	18,6	16,9	25,1
Preço do barril de petróleo (USD)	96,9	53,7	41,8	48,4	71,1	64,0	42,8

Fonte: CEIC, com base em dados oficiais.

O primeiro e mais decisivo e óbvio instrumento para essa política é o Orçamento do Estado. Mais do que planos e programas, os Orçamentos de Estado são, hoje em dia, os principais instrumentos de contra-ciclo económico, não importa que economia, nem o seu estágio de desenvolvimento. Lógico, em economias de mercado. É neste lugar que se “confrontam” os mais importantes instrumentos de política económica, na medida em que todos eles têm uma expressão e dimensão sobre as finanças do Estado. A despesa não pode crescer de modo descontrolado, mas fazer a despesa certa em investimentos que permitam um benefício económico, é a receita certa. Não se trata apenas de investir em serviços públicos mais modernos, que se devem tornar mais eficazes e eficientes no atingimento da sua missão. Trata-se, igualmente, de estimular a actividade económica privada através de bons investimentos públicos. O Fundo Monetário Internacional⁶ indica que o investimento público é um elemento poderoso para qualquer tipo de estímulos à recuperação económica. No emprego em geral, o FMI apresenta números indicando que “em períodos de incerteza, o emprego aumenta entre 0,9% e 1,5% em resposta a um choque de investimento público de 1% do PIB”.

A Administração Pública em Angola continua a ser anquilosada, atrasada, ineficiente e ineficaz. Têm sido vários e diversos os programas de apoio à sua modernização desde que o país renasceu do domínio colonial (perfazendo já 45 anos de independência). Muitos e de diferentes ideologias. Nos primeiros 20 anos de independência prevaleceram os apoios e modalidades do modelo soviético e cubano, que derrubaram as práticas gestionárias da Administração portuguesa, tendo-se, então, instalado a confusão institucional entre modelos centralistas,

⁶ FMI – Investimento Público para a Recuperação, Outubro de 2020.

centralizadores e burocráticos (URSS e Cuba e outros da mesma área socialista), com o modelo administrativo colonial.

Depois de 1990, com o regresso envergonhado da economia de mercado, emergiram outros apoios para a reconversão da Administração do Estado, veiculados pelo PNUD, Banco Mundial, FMI, União Europeia, Banco Africano de Desenvolvimento e outras instituições internacionais. Todas pretendiam ajudar a construir uma Administração para o Desenvolvimento e todas falharam nesses propósitos, estando, ainda, por analisar e compreender os porquês. Não existe nenhum estudo, nem nenhuma pesquisa que ponha a descoberto as falhas deste tipo de cooperação que o Governo angolano sempre aceitou sem o suficiente regateio científico e mesmo institucional.

Entre 1990 e 2020 este tipo de assistência técnica externa continuou a existir, mesmo na ausência de conhecimento das razões dos insucessos. Em 2020, foram desenhadas e programadas acções de assistência técnica para a melhoria do funcionamento da Administração Pública em praticamente todas as instituições e serviços, com aplicação de somas astronómicas de dinheiro (uma parte doada e outra facilitada por empréstimos dessas instituições internacionais). No entanto, a situação continua praticamente na mesma.

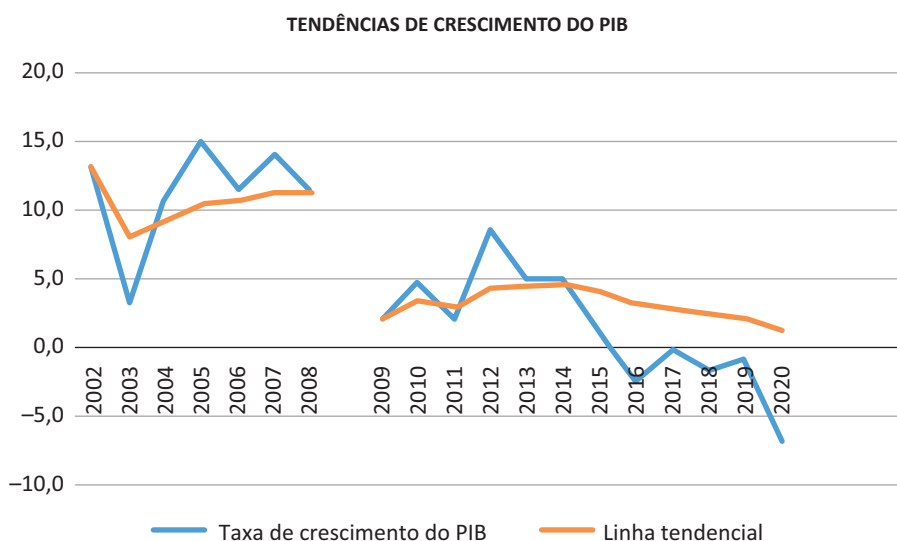
O *Doing Business 2020* aponta para uma descida de 4 posições no *ranking* de 190 economias, subindo da 173.^a para a 177.^a, passando Angola a integrar a lista das 15 piores economias para se fazerem negócios. Da lista de indicadores fazem parte 7, directa e indirectamente, relacionados com a Administração do Estado. Num mundo tremendamente competitivo é claramente insuficiente declarar-se que “*Angola de hoje é um lugar seguro para os investidores*”⁷, sem que a realidade o demonstre. Desde que, insistentemente, foram sendo feitos convites à vinda de empresários estrangeiros para investirem no país, a entrada de capitais em Angola ficou muito aquém das expectativas, pois, e ainda segundo o *Doing Business*, existem outras economias, mesmo no espectro das economias emergentes africanas, muito mais interessantes para se fazerem negócios (amplamente prejudicados pela pandemia em todo o mundo). Angola continua a padecer do vírus da ineficiência dos serviços públicos, cujos funcionários não têm da sua prestação uma postura profissional (também os exemplos superiores não são um padrão de comportamento cívico de referência e voltado para a facilitação da resolução de problemas das empresas e dos cidadãos)⁸ e os potenciais investidores estrangeiros sabem-no por intermédio das suas Embaixadas em Angola. Provavelmente, só quando os Ministros, Secretários de Estado e outros dirigentes passarem a ter um contacto mais directo com os diferentes serviços de atendimento público se poderá ter consciência da verdadeira dimensão da burocracia no país e então actuar em conformidade de modo a melhorar a posição do país no Índice do *Doing Business*.

⁷ Presidente João Lourenço na sua intervenção no África Debate, promovido pelo Tony Blair Institute.

⁸ É confrangedor, irritante e desesperante o cidadão deslocar-se a um local de atendimento público e verificar que os funcionários não lhe prestam a atenção devida, porque estão ocupados a telefonar para familiares e amigos, a jogar na Internet e a trocar mensagens no WhatsApp.

Se a Administração Pública está assim, então ocorre questionar como e onde foram gastos esses milhões de dólares, euros e Kwanzas⁹ em doações e créditos? Talvez uma parte significativa tenha sido despendida em salários e outras regalias dos consultores, assessores, expatriados estrangeiros, continuando o país a ser o “el-dorado” das consultorias e assessorias, embora se reconheça um esforço de diminuição das verbas orçamentais alocadas para esses fins, fruto de uma melhor compreensão sobre a necessidade de se substituir serviços externos por nacionais (das Universidades e empresas de consultoria angolanas).

O Orçamento Geral do Estado 2021 não analisa, ignorando mesmo, as causas estruturais da estagnação (2009/2014) e da recessão económica (2015/2021¹⁰). Insiste-se em preferenciar a consolidação fiscal (centro de gravidade da política económica), em detrimento do crescimento e da recuperação. É um Orçamento que não atende às necessidades da economia e não se preocupa com a expansão da capacidade produtiva do país a longo prazo (ciência, tecnologia, investigação, inovação, novas fontes de matérias-primas¹¹, capital humano, etc.).



Fonte: CEIC, com base em dados oficiais.

⁹ Mesmo tratando-se de doações, tem de haver sempre um fundo de contrapartida em moeda nacional, assegurado pelo Estado.

¹⁰ Alguns cálculos (baseados nos dados oficiais) apontam para um crescimento negativo do PIB em 2021 de -1,2% (CEIC).

¹¹ Excepção honrosa ao projecto “Terras Raras” que o Fundo Soberano de Desenvolvimento Económico de Angola tem em mãos.

A crise económica tem o seu início em 2009, (com a excepção do epifenómeno de 2012, ano em que o PIB registou uma taxa de crescimento de 8,5%, com as exportações de petróleo a situarem-se nos USD 69,7 mil milhões e a taxa de inflação em 9,6%) para nunca mais sequer se controlar. A linha de tendência de crescimento do PIB (aproximadamente equivalente à capacidade de crescimento da economia, ou o seu produto potencial), para o período 2009/2020 (para este ano está-se a utilizar a taxa prevista pelo CEIC (-6,8%), enquanto se aguarda pelo valor oficial do INE)) situa-se em 1,2%. Este valor expressa o quanto a economia necessita de investir para repor todas as suas potencialidades em condições de uso produtivo, destacando-se o investimento público (material e imaterial) e o papel da política orçamental.

Entre 2012 e 2015, a taxa média anual de variação real do PIB foi de 3,7%, suficiente para se atenuar a tendência de deterioração do rendimento médio por habitante e conferir outro tipo de expectativas sobre a melhoria das condições de vida da população. Porém, a sua reversão exige um crescimento muito mais poderoso, porque o que se tem vindo a perder é muito significativo, só assim se entendendo as elevadas taxas de pobreza do país: 54% para a multidimensional¹², 48,9% para a taxa de intensidade da pobreza¹³, 42% para a monetária¹⁴. As estimativas do CEIC para 2020 fixam a taxa de pobreza monetária em 45,7% devido à influência do desemprego, da ausência de crescimento e das características do modelo de distribuição (factor trabalho desqualificado e com baixas remunerações) e redistribuição do rendimento nacional (sistema e estrutura fiscal).

O investimento público considera mais a sua capacidade para criar emprego a curto prazo¹⁵ e não para gerar capacidade produtiva adicional. Para que se torne efectiva esta capacidade produtiva tem de se atacar os vectores da procura, nomeadamente exportações e consumo privado interno. Os respectivos projectos de investimento público continuam a não atender a critérios de eficiência e eficácia (na base dos quais seriam estabelecidas prioridades com valor social e retorno económico)¹⁶, aplicando-se os impostos e os empréstimos sem critérios

¹² INE, Inquérito 2015-2016.

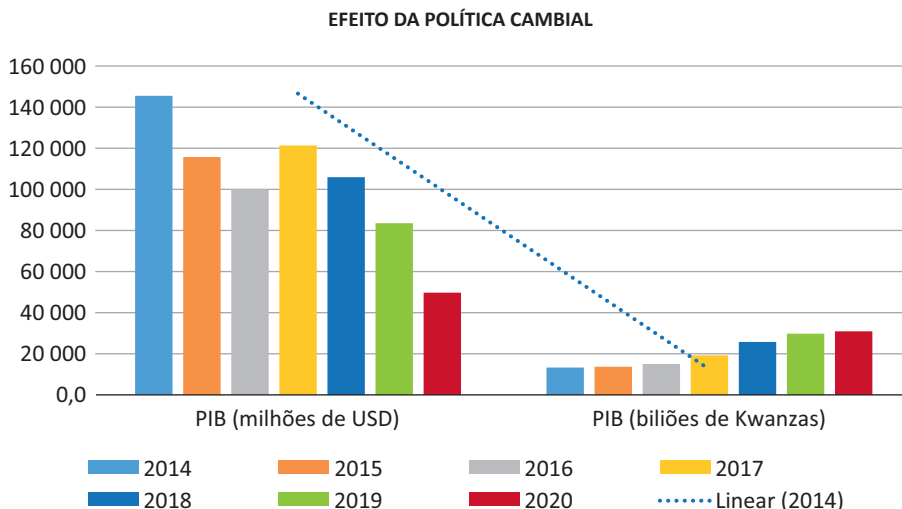
¹³ INE, Inquérito 2015-2016.

¹⁴ INE – IDREA, 2018-2019.

¹⁵ Com a actual taxa de desemprego de 33% e desemprego juvenil de 56%, irreversíveis apenas no médio/longo prazo, o MPLA arrisca-se a perder as eleições legislativas de 2022, ou então a adiá-las para um momento mais propício para si. A não ser que o preço do barril de petróleo ajude a encontrar mais fontes de financiamento fiscal e para a economia, prevendo-se que, com a vacinação em massa em todo o mundo, a recuperação das economias volte a ser efectiva, donde uma maior pressão sobre a procura e o preço do crude. As mais recentes previsões (Fevereiro de 2021) apontam para um preço médio do barril de petróleo entre USD 60 e USD 70 para 2021, podendo, até 2025, raia o intervalo 80-100 USD o mesmo barril. No entanto, reconhece-se a excessiva bondade destas previsões, sobretudo por não levarem em consideração as energias alternativas e as inovações técnicas e tecnológicas em muitos domínios de actividade grandes consumidores de refinados, incluindo o dos transportes.

¹⁶ Ler a reflexão de Mario de Zamaróczy (chefe de Missão do FMI para Angola) e Marcos Souto (representante residente do FMI em Angola) intitulada “Navegando por Mares Bravios”, no *Jornal de Angola* (parágrafo 6, segundo período).

rigorosos de valia económica e social¹⁷ e ainda e sobretudo com considerações políticas adjacentes nos processos de escolha.

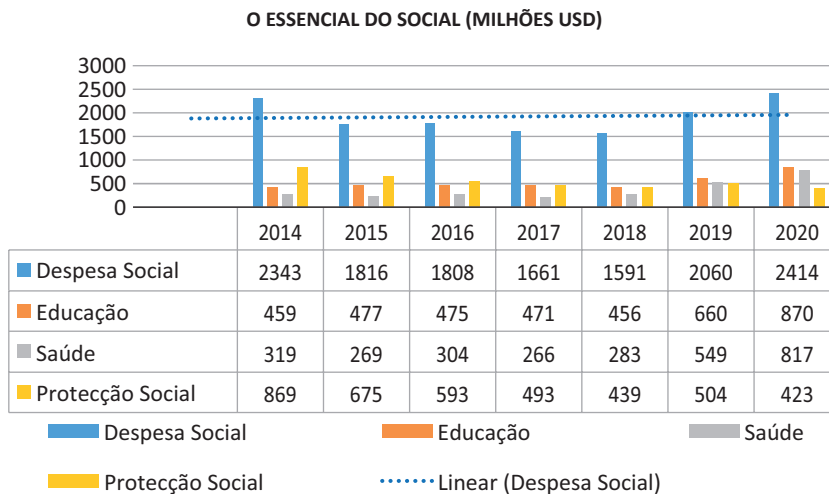


Entre 2014 e 2020, o Produto Interno Bruto, em USD, desvalorizou-se 64,7% (USD 145 668 milhões em 2014 e USD 51 402 milhões em 2020), enquanto em Kwanzas, e para o mesmo período, registou-se uma variação percentual de 122,7%.

O OGE 2021 não se preocupa/ocupa da construção de um verdadeiro e sustentável Estado Social, a despeito do MPLA se reivindicar da ideologia do socialismo democrático. Neste item, o OGE 2021 tem falta de ambição (é insuficiente o incremento anual das despesas orçamentais para os sectores sociais, como mais adiante se destaca quando se faz a análise das despesas sociais ao longo do tempo¹⁸), perdendo-se a oportunidade da pandemia para se refundar/construir um sistema de saúde e de segurança e assistência social virado para a população.

¹⁷ Alexandra Simeão: “Faz algum sentido existir um ginásio milionário na Assembleia Nacional e não haver água nas escolas, voltar a inscrever a biblioteca milionária do Palácio quando a hemodiálise sobrevive aos soluços?”, Crónica no *Novo Jornal* “Por um País para Todos – o Executivo perdeu a bús-sola?”, 10 de Novembro de 2020.

¹⁸ É evidente e o CEIC teimosa e recorrentemente o tem assinalado nos seus Relatórios Anuais, que não basta aumentarem-se as despesas para os sectores sociais, sem se cuidar da sua eficiência e eficácia em climas de proliferação da corrupção, como o são a educação, a saúde, a protecção social. Na ausência de análises custo-eficiência e custo-eficácia jamais se poderá dar resposta à pergunta “por que mares nunca dantes navegados andarão as milionárias (porque se tratam de milhares de milhões) verbas atribuídas aos sectores sociais” quando a situação não melhora e até piora?



Fonte: OGE, 2014-2020.

A tendência comportamental dos gastos sociais ao longo de sete anos é expressa por uma linha recta, simbolizando uma constância nos montantes afectos às seis componentes em conjunto (para além das indicadas no gráfico, adicionam-se “recreação, cultura e religião”, “habitação e serviços comunitários” e “protecção ambiental”). De ressaltar, os saltos verificados na saúde e na educação em 2019 e 2020 e a brutal queda nas despesas com a protecção social (-51,3%). Neste item, o *Mo Ibrahim Index de 2020* coloca Angola no grupo dos seis piores países da África Subsariana, com a Líbia, o Sudão, o Congo, a Libéria e a Guiné-Equatorial.

As taxas de variação das despesas sociais em Kwanzas correntes apresentam um comportamento aleatório, corrigido, de certa forma, em 2019 e 2020, mormente na educação e na saúde (neste caso, por influência da pandemia sanitária). A protecção social é a componente que menos interesse suscita no estabelecimento de prioridades do Governo, embora seja uma das mais importantes para o equilíbrio social.

A despeito de cauteloso, o cenário macroeconómico adoptado no OGE 2021, acaba por ser demasiado optimista ao “decretar” 2021 como o ano do início da revirada, porquanto a única certeza que existe é a da incerteza quanto à evolução da pandemia (apesar das vacinas, ainda não é seguro e definitivo que o vírus seja desalojado do seu ambiente de reprodução e actuação) e do preço do barril de petróleo¹⁹. No cenário macroeconómico do Fundo Monetário Internacional aponta-se para um crescimento de 3,2%, corrigido para valor nulo no cenário macroeconómico do Governo. Com as reservas já anteriormente apontadas, só com alterações

¹⁹ Mario de Zamaróczy e Marcos Souto, op.cit.: “... a diversificação é uma necessidade absoluta, porque as reservas de petróleo são limitadas e as perspectivas de longo prazo para a procura internacional de petróleo são desfavoráveis devido à viabilidade das fontes renováveis de energia”.

substanciais no preço do barril e na produção de petróleo (as previsões são pessimistas até 2022) se poderão atingir metas mais condizentes com as necessidades sociais da população, mormente no tangente ao emprego.

A inversão da tendência de aumento da população desempregada só a médio prazo (2022-2024) será obtível, desde que sejam registados níveis adequados de investimento produtivo (directo – no *stock* de capital fixo das empresas, e indirecto – no investimento público, portador de melhoria das bases materiais (infra-estruturas) e imateriais (educação e saúde) do crescimento – e se debele, significativamente, a burocracia e outras imperfeições da Administração Pública, como os compadrios que continuam a existir (adjudicações directas de obras públicas a familiares e amigos), a falta de transparência, o excesso de programas oficiais de intervenção (entre tantos outros, os mais recentes – Janeiro e Fevereiro de 2021 – estão virados para o combate aos plásticos e para estruturar e facilitar o transporte de produtos dos centros de produção para os de consumo), os elevados custos de contexto (aceleradores da falta de competitividade da economia), como a carência de electricidade e água, de estradas de conexão dos centros de origem aos centros consumidores, de execução de contratos e de resolução de insolvências). Acrescem ainda, mesmo havendo abundância de investimentos produtivos a médio prazo (desejado mas, porém, difícil de acontecer), os *time-lags* dos investimentos (tempo de maturação das aplicações de capitais), variantes consoante a sua natureza. No final do dia, investe-se mas a criação de emprego pode acontecer apenas 6/18 meses depois.

O país continua sem alternativas sustentáveis às exportações de petróleo – o principal factor de crescimento do PIB desde a independência nacional, secundado pelo investimento público em obras públicas. Não obstante, declarações oficiais sobre a necessidade de se alterar a estrutura produtiva (receia-se poder tornar-se num novo jargão político, tal como aconteceu com a diversificação da economia e os *clusters*), o OGE 2021 não fornece linhas para a refundação do perfil da economia angolana, tão sobre-dependente do petróleo e dos bens e serviços não transaccionáveis.

Assumir-se que o país vai sair da crise num formato V²⁰ (de -6,8% – estimativas do CEIC para 2020 –, para 3,2% – cálculos do FMI e de algumas agências de notação financeira internacionais)

²⁰ Este tipo de recuperação económica significa que na sequência de uma queda vertiginosa do PIB de um ano para outro, a sua recuperação – passadas as causas da regressão, como actualmente com a COVID-19 – ocorre logo de imediato a taxas elevadas de variação, ou seja, uma recuperação na vertical e que recoloca o país na situação anterior à crise. Porém, em países como Angola, com as insuficiências estruturais conhecidas, os efeitos costumam ser mais prolongados no tempo e sistémicos em termos sectoriais, só invertíveis a médio prazo através de políticas consequentes. Pensou-se que este padrão de reposição das capacidades de crescimento ocorresse depois do que incorrectamente se chamou de Grande Depressão de 2009, mas, na Europa, tal não se verificou, tendo, pelo contrário, ocorrido o prolongamento da recessão em 2012 e 2013, fruto de políticas de austeridade impostas depois de 2011 (comprovando-se que austeridade e crescimento são como azeite e vinagre).

é temerário, porque todo o mundo desenvolvido que sustenta a procura mundial de petróleo vai demorar 2 a 3 anos a recuperar, como o próprio FMI o admite (projectão de Outubro de 2020²¹).

Mais avisado e cauteloso, o Governo estima um crescimento nulo durante 2021, trabalhando-se no sentido de preparar 2022 para a recuperação de algumas das dinâmicas de crescimento registadas no passado (entre 2012 e 2015, a taxa média anual de variação real do PIB foi de 3,7%, suficiente para se atenuar a tendência de deterioração do rendimento médio por habitante e conferir outro tipo de expectativas sobre a melhoria das condições de vida da população).

Mas ainda assim, sem o controlo da inflação, rendimentos do trabalho (alavancas do consumo privado) e os lucros das empresas (sustentáculos da acumulação privada de capital) perderão algum do seu valor social e importância económica²². Com o Decreto Presidencial de Fevereiro de 2021, o Banco Nacional de Angola passará a deter um estatuto de total independência do Governo, perdendo o respectivo Governador o estatuto de membro do Governo, com assento no Conselho de Ministros. Não se acreditando que este divórcio possa realmente acontecer no imediato – como tantas outras áreas da economia nacional, esta é mais uma de consolidação a médio prazo – dadas as “convivências” políticas existentes, não abdicando os poderes administrativos e económicos instituídos de um instrumento de controlo de dinheiros e de afectação de recursos monetários (onde se incluem as divisas), deve, no entanto, reconhecer-se positividade desta tomada de decisão, até para se alinhar o país com as práticas internacionais (dir-se-ia que esta reforma, verdadeiramente estrutural, só peca por tardia). Fixando-se o BNA e a política monetária no controlo da inflação e na preservação do valor da moeda nacional (símbolo de soberania, ao lado do hino e da bandeira), a política orçamental poderá também ganhar autonomia e estabelecer-se em domínios efectivamente geradores de crescimento económico (contribuinte líquido para a estabilidade dos preços)²³ e rendimento social. O confinamento da política monetária aos domínios assinalados, vai, com certeza, libertar os bancos comerciais das excessivas interferências da entidade bancária central (obrigatoriedade de concessão de financiamentos aos projectos do PRODESI, sem curarem de saber e testar a sua viabilidade financeira e técnica), passando o mercado de crédito a funcionar segundo regras de mercado, ou seja, oferta de poupança/procura de empréstimos. Com a inflação controlada e desfeita a fixação administrativa das taxas de juro, então, o preço do dinheiro no mercado de capitais poderá tender para a sua baixa (evidentemente, se as poupanças internas forem em quantidade suficiente para cobrir a procura de crédito). Por aqui, a independência do BNA

²¹ Fundo Monetário Internacional – *World Economic Outlook*, Outubro de 2020. A sua actualização em Janeiro de 2021, melhora as expectativas de retoma da actividade da economia mundial e de algumas economias desenvolvidas, mas deve sublinhar-se que a previsão de crescimento de 5,5% em 2021 se fica a dever, em mais de 40%, à recuperação na China, avaliada em 8,3% em 2021 e 5,9% em 2022. Não fora este país e a economia mundial não retomaria a sua rota de crescimento de forma tão significativa.

²² Alves da Rocha – “Algumas Perguntas para 2021”, *Semanário Expansão*, 8 de Janeiro de 2021.

²³ Mesmo em condições de saldo orçamental nulo, a despesa pública tem um efeito multiplicador sobre a criação de crescimento (Teorema de Haavelmo).

representa uma viragem relativamente a um passado com tiques acentuados de socialismo e gestão centralizada e administrativa. No entanto:

- a) Continuando a ser nomeado pelo Governo, que garantias de resistir a interferências e pressões do poder executivo? Sendo o Estado, na sua identificação abstrata, o principal/único accionista do Banco Central, tem o privilégio de o escolher, assim como, os seus Administradores. Serão os mesmos independentes?
- b) Como proceder à coordenação entre a política monetária e a política orçamental?
- c) O Governo vai mesmo deixar de utilizar a emissão de moeda para financiar a totalidade ou parte dos seus défices? Como distribuir e utilizar os lucros do Banco Central, resultantes da sua actividade (Banco Emissor por excelência)?

De acordo com o Fundo Monetário Internacional – com exclusão da China (que nem sequer entrou em recessão em 2020), da Ásia do sudoeste e da Irlanda – não se vislumbra nenhum V em 2021 para a esmagadora maioria das economias do planeta. Por isso, é difícil acreditar que tal tipo de reposição do crescimento económico possa acontecer em Angola²⁴. Para os principais parceiros comerciais europeus de Angola presume-se que a retoma só deverá estar concluída no final de 2022 (Espanha e França depois de 2023 e Itália para lá de 2025). Fazer negócios para recuperar a economia (e colectar impostos) então com que países²⁵? Resta a China, ao esperar um crescimento do seu PIB para 2021 de mais de 8%²⁶. Aí poderá estar o parceiro estratégico de Angola para o crescimento da sua produção de bens e serviços e a amenização do peso da sua dívida pública externa²⁷.

²⁴ São 5 anos de recessão desde 2015 e cujos efeitos estruturais sobre a sua capacidade de crescimento estão, por enquanto, por apurar, pressentindo-se apenas terem sido tremendos.

²⁵ O mercado interno costuma ser, em certas economias, a salvação, sendo, porém cruciais dimensão demográfica e económica, elevado poder de compra interno e infraestruturas que o tornem mais integrado e capacitado para gerar economias de escala. Estes ganhos de dimensão normalmente estão associadas às grandes empresas, mas também podem ser criados por empresas de menor dimensão (pequenas e médias), funcionais e inovadoras, mormente quando se trabalha em sistemas produtivos integrados e com capacidade de inovação. É consabido que em estruturas desta natureza, as pequenas e médias empresas necessitam das grandes empresas, criadoras de faixas e segmentos de mercado propícios para a intervenção lucrativa das pequenas e médias estruturas empresariais. A aversão às unidades empresariais de grande porte só pode ser compreendida à luz de princípios ideológicos de extrema-esquerda, sempre e sistematicamente avessos ao chamado grande capital.

²⁶ Para o FMI (*World Economic Outlook Update*, January 2021), a China terá crescido 2,3% em 2020, projectando-se 8,1% para 2021 e 5,6% para 2022. O Banco Mundial (*Global Economic Prospects*, January 2021) é menos optimista: 2,0% em 2020 e 7,9% em 2021. Seja como for, crescimentos significativos e robustos. Em 1980, a China respondia por 2% do PIB mundial e em 2015 por 22% dessa mesma riqueza planetária. Em 2018, foi o maior exportador mundial e depois de 1985 passou a integrar a lista dos 10 maiores exportadores do mundo.

²⁷ Anunciada recentemente a exportação para todo o mundo de 600 milhões de doses vacinais descobertas pelas estruturas de Investigação & Desenvolvimento da China e produzidas pela sua indústria farmacêutica. Este facto é relevante para África, cuja capacidade de produção de medicamentos é fraca e reduzida.

É convencimento de muitos economistas, sociólogos e empresários angolanos que o país não vai reconverter-se da crise económica e social sistemática com um OGE de austeridade (este foi o erro de Bruxelas em 2010, apoiado pelo FMI, ao terem imposto modelos de austeridade em toda a União Europeia). Kristalina Georgieva, directora do Fundo Monetário Internacional, já fez saber que não quer precipitações na retirada dos estímulos orçamentais e monetários às economias membros desta organização financeira internacional. No mesmo sentido, se colocam as advertências e intervenções do Banco Central Europeu de Christine Lagarde ao estabelecer um apoio financeiro ao combate à pandemia e à crise económica europeia estimado em 750 mil milhões de euros para os próximos 5 anos (em África, o correspondente do BCE – BAD – não tem essa capacidade financeira, propondo, pelo contrário, políticas orçamentais e monetárias restritivas).

Estas visões contrastam com outras excessivamente liberais que entendem que o encerramento de empresas e de outras actividades é um processo normal de limpeza dos vírus atentatórios da eficiência económica. Quando o mundo viveu a maior crise económica do século XX (um pouco parecida com a actualmente experimentada por Angola, mesmo sem a complexidade da falência dos sistemas bancários e do colapso das bolsas), o Presidente norte-americano Herbert Hoover e o seu Ministro das Finanças Andrew Mellon entenderam que a melhor resposta à derrocada das bolsas era deixar falir a actividade económica e, consequentemente, nada se fez, porquanto o importante era purgar a sociedade: aumento do desemprego em exponencial, fechamento de muitos bancos, falência de empresas, quebra brutal da confiança, diminuição do poder de compra, redução do produto potencial (capacidade futura de crescimento) foram as principais consequências de uma ideologia económica centrada na ideia de que o mais importante, mesmo em situações de crises, é deixar os mercados funcionarem. Quatro anos depois, Franklin Delano Roosevelt elegeu-se para fazer exactamente o contrário, tendo a sua política do *New Deal* ultrapassado a recessão e projectado a economia para uma recuperação notável²⁸.

Pode e deve questionar-se se, face à acumulação de défices fiscais em Angola (2016, 2017, 2018, 2019 e 2020), a política orçamental deve ter este tipo de contornos, ou, em alternativa, ser, de facto, restritiva para se readquirir capacidade de geração de saldos positivos, ou ainda, intervir na margem (um pouco menos de défice, outro tanto de mais intervenção contra-ciclo). Ou seja, perante as crises financeiras dos Estados, esta “teoria de intervenção na margem” propõe-nos que alguma coisa tem de ser feita (mas com respeito pelas regras da consolidação fiscal), mas nunca numa perspectiva “keynesiana” ou “rooseveltista”, ou ainda, ao Banco Central

²⁸ A *New Deal* (1933-1937) era constituída por uma série de programas consistentes e convergentes com o objectivo de recuperar e reformar a economia estado-unidense e de auxílio aos prejudicados e marginalizados pela Grande Depressão: investimentos maciços em obras públicas (barragens, pontes, autoestradas, escolas, hospitais, aeroportos, etc.), que geraram milhões de novos postos de trabalho e disseminaram rendimento nacional. Do ponto de vista social, instituiu-se o salário mínimo e começou-se a praticar o seguro-desemprego e o seguro-aposentação.

Europeu. Porém, face às incertezas e riscos mundiais²⁹, “fazer pelo mínimo” pode não ser a receita mais certa, se, entretanto, não forem criados ou adquiridos outros fundamentos para um crescimento sustentado.

Outra matéria de relevância para a economia angolana é a da poupança. Os Orçamentos de Estado, ao exagerarem a incidência fiscal sobre as empresas e as famílias, sinalizam que o aforro é de menor importância para o financiamento da economia. É do rendimento disponível da economia que se faz a repartição entre consumo e poupança, donde quanto menor for a sua dimensão, menor será o consumo das famílias (pobreza, fome e miséria) e reduzida também a quantidade de aforro. Estabelece-se um diálogo contraditório entre consumir mais e poupar menos, ou poupar mais e consumir menos, apenas ultrapassável quando a economia cresce (distribuindo mais rendimento) e a carga fiscal se confina em intervalos de justiça social e de utilização eficiente dos impostos por parte do Estado. Não se deve perder de vista que o financiamento do investimento (público e privado) é feito pela poupança (interna e externa) e escasseando, o investimento ressurte-se. É com esta poupança que os bancos financiam os projectos de investimento (não havendo outros meios de o fazer), devendo-se aos aforradores (depositantes ou investidores em bolsa) garantias de credibilidade e segurança do seu dinheiro, o que passa por se emprestar só quando as solicitações dos investidores apresentarem abonações credíveis, reais e efectivas. Nos sistemas bancários não podem existir empréstimos de favor ou de cariz político. Por isso a relevância da poupança.

Há países onde a tradição de poupar é mais do que apenas uma estratégia económica. A Alemanha (taxa de poupança de 19,1% dos rendimentos disponíveis em 2018) e Luxemburgo com 21,9%, igualmente em 2018, são os maiores aforradores do mundo. Há países onde a cultura e a tradição não subscrevem a necessidade de poupança como essencial para o desenvolvimento, dando-se preferência a consumos imediatos, de bens de consumo não duradouro e duradouro (viaturas, jóias). Não se trata apenas de, nestes países, os salários e rendimentos serem, efectivamente, baixos, mas de uma questão cultural. Em 2018, o Museu Histórico Alemão inaugurou uma exposição denominada “Poupar – Uma Virtude Alemã” que visou demonstrar e explicar esta prática e tradição germânica desde a fundação do primeiro Banco de Poupança alemão em 1778 (o exemplo apresentado foi o de um cartaz, presente na Exposição, a publicitar, em 1953, uma família de 3 membros protegendo-se da chuva com um guarda-chuva em forma de uma moeda de 10 centavos com a legenda “mesmo um bocadinho pode ajudar quando precisares”). Cultura e tradição *matters in a negative way* em muitos países em desenvolvimento.

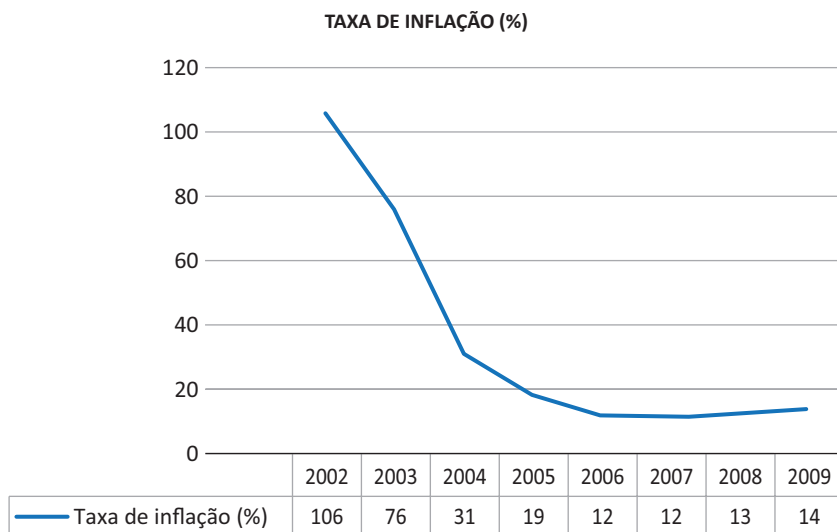
²⁹ “Os índices bolsistas vivem deslumbrados pelos máximos históricos, que provaram ser imunes a Trump e à pandemia. Mas Robert Shiller, Prémio Nobel da Economia em 2013 e uma voz que costuma ser solitária, mas certa, veio há um mês recomendar prudência: “a crise do corona vírus e as eleições de Novembro elevaram os receios de uma grande crise bolsista, aos níveis mais altos de muitos anos. Ao mesmo tempo, o valor das acções está no máximo. Esta combinação volátil não significa que vá haver um colapso bolsista, mas sugere que o risco de isso acontecer é relativamente grande. Este é um tempo para se ser cuidadoso” (23 de Outubro, *New York Times*). Nota Shiller que só em 1929 e 2000 é que houve um tão grande desvio entre a capitalização e os lucros das empresas, o que pode indicar que a bolha pode explodir.”; Francisco Louçã, *Expresso*, Caderno de Economia, 20 de Novembro de 2020.

A inflação continua a ser um dos grandes problemas da economia nacional, não tendo havido políticas sustentáveis de controlo das variações dos preços em limites socialmente toleráveis e economicamente rentáveis. Pode dizer-se que desde que o comportamento dos preços começou a ser medido pelo INE depois de 1990 (o primeiro ano-base foi justamente 1990), a economia angolana tem permanecido em zonas de elevadas taxas de inflação. Entre 1991 e 2000, a moeda nacional perdeu completamente o seu real valor, tendo-se verificado uma fuga para outros activos (divisas, bens materiais) menos atreitos a tão profundo desgaste dos rendimentos expressos em Kwanzas. O conflito militar – ao dificultar o exercício de uma actividade produtiva corrente – pode ter sido o principal factor, que as políticas de estabilidade dessa altura não foram suficientes para proclamar a sua inversão.

TAXAS DE INFLAÇÃO – 1991-2000 (%)									
1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
175,7	495,8	1837,7	971,9	3784,0	1651,3	64,0	134,8	329,0	268,4

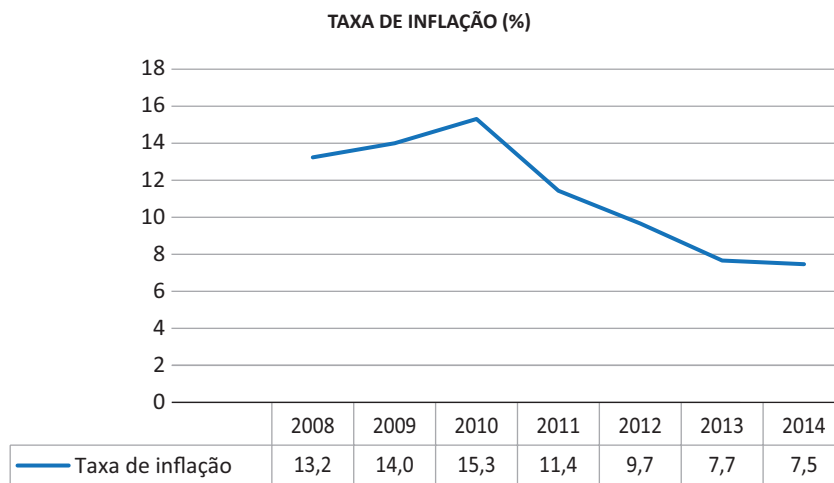
Fonte: INE

Depois de 2002, o controlo da inflação foi mais eficaz, auxiliado pelo crescimento económico verificado e baseado nas exportações de petróleo (receitas em divisas em crescimento sistemático até 2008) e pelos investimentos públicos tendentes a reabilitar/construir uma base infraestrutural fundamental para o país. Até 2008, o Governo conseguiu reduzir a taxa de inflação anual de 105,6% para 12,8%.



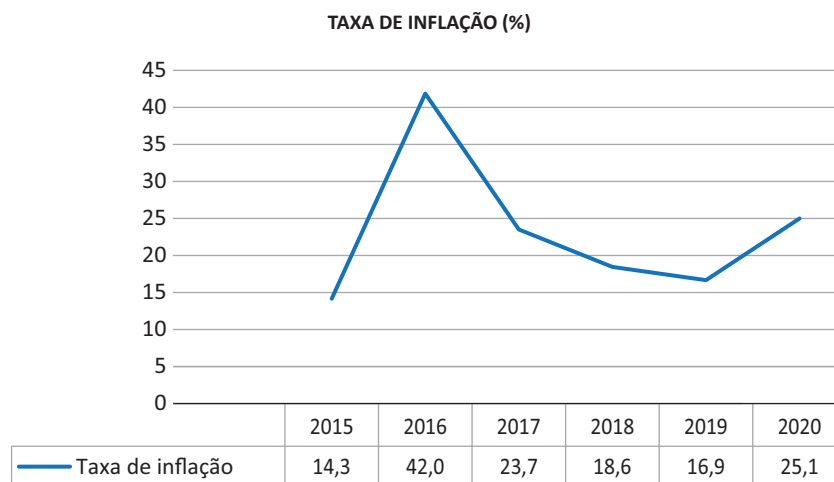
Fonte: CEIC, com base em dados do INE.

Com a crise internacional do *subprime* 2008-2009, a dinâmica de crescimento foi severamente afectada, as exportações de petróleo entraram em declínio e os investimentos públicos tiveram de ser adequados às disponibilidades orçamentais. A inflação voltou para níveis relativamente elevados, porém, incomparáveis com os prevalecentes antes de 2000.



Fonte: CEIC, com base em dados do INE.

A clara desinflação registada entre 2008 e 2014 (retratada no gráfico) foi, no entanto, absorvida por outro ciclo inflacionista provocado por novo abrandamento da actividade económica, com origem num novo colapso do preço do barril de petróleo, numa redução das exportações e do investimento público.



Fonte: CEIC, com base em dados do INE.

Depois da reinstalação da economia de mercado (Março/Abril de 1992 com a primeira desvalorização do Kwanza) e da medição da intensidade da variação dos preços, os programas de política económica do Governo passaram a tratar o controlo da inflação como um dos seus objectivos. Primeiro, pela inclusão de um capítulo específico intitulado “política de rendimentos e preços” e mais tarde pela institucionalização do salário mínimo nacional.

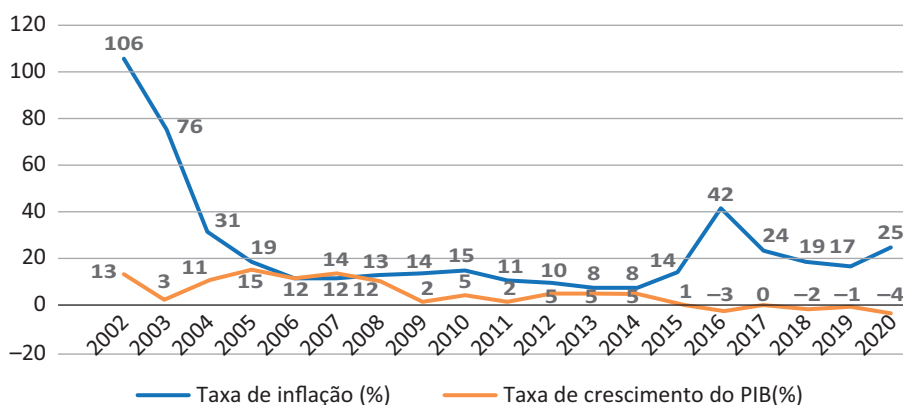
Pelo historial da inflação resumidamente apresentado, a subida dos preços continua a ser um flagelo social, infligindo perdas de valor assinaláveis nos rendimentos do trabalho, nas prestações sociais das famílias mais pobres e nos ganhos reais da actividade produtiva. O fenómeno da repercussão para diante dos efeitos negativos da subida de preços projectou a economia para uma espiral de inflação difícil de controlar (inércia da inflação).

Ao Banco Central cabe, à margem da actuação do Governo, prosseguir uma política monetária cujo único objectivo estratégico é o da estabilidade dos preços, através do controlo da oferta de moeda. Os monetaristas defendem a independência absoluta da acção dos bancos centrais, porque consideram que a inflação é sempre e em qualquer lugar um fenómeno puramente monetário, donde a ser tratado exclusivamente pela política monetária. Não obstante, a inflação continua.

Não será estultícia chamar à colação, para se encontrar uma explicação mais abrangente do comportamento resiliente da inflação, a oferta global e as suas variações, medidas pelas taxas de crescimento do PIB.

O gráfico seguinte prova existir uma correspondência entre aumento da produção (oferta geral de bens e serviços) e a taxa de inflação: entre 2002 e 2008, a inflação foi combatida/controlada com crescimento económico (taxa média anual de crescimento do PIB de 10,7%), tendo-se repetido esta receita num período muito curto, entre 2012 e 2014. Depois, a conexão continua a verificar-se, mas no sentido de menos crescimento (recessão depois de 2015) e mais inflação.

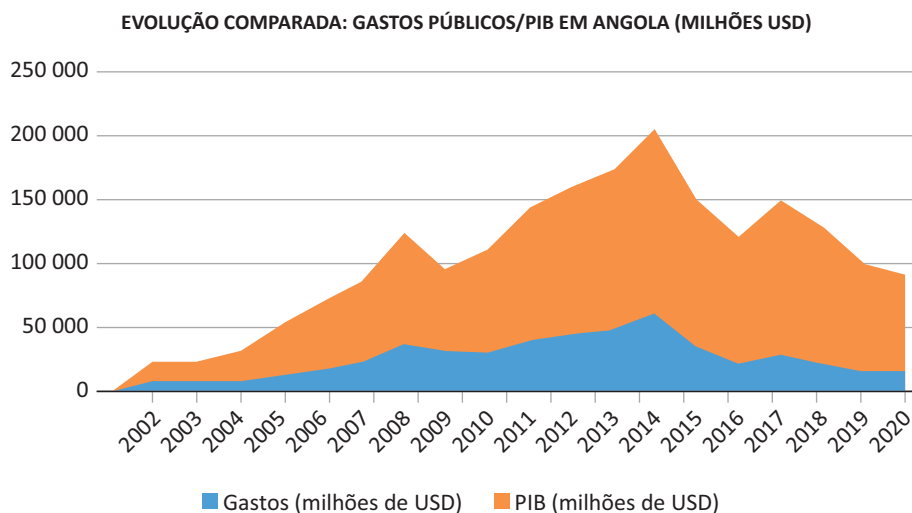
EVOLUÇÃO COMPARADA: INFLAÇÃO/PRODUÇÃO



Fonte: CEIC, com base em dados oficiais.

Parece assim que sem crescimento da oferta acabará por ocorrer sempre inflação, mesmo quando a política monetária é restritiva, donde ser crucial um entendimento entre finanças públicas, vector monetário e crescimento da produção, para a ocorrência do qual é indispensável haver investimento.

O Fundo Monetário Internacional – a despeito do seu lendário conservadorismo e atitude de condenação do investimento público, dando primazia absoluta ao investimento privado e considerando o do Estado como um mero complemento em áreas de actividade para onde as aplicações de capital privado não são atractivas – considera que o investimento público é urgentemente necessário para combater, de forma sustentada (criação de sistemas nacionais de saúde racionais, equilibrados, eficientes e inclusivos) as incidências da COVID-19 e de outras endemias características dos países em desenvolvimento de África. Ao mesmo tempo, criadores de milhões de empregos³⁰. Nesta publicação, o FMI destaca mesmo que o investimento público é *“um elemento potencialmente poderoso para qualquer pacote de estímulos à recuperação económica: criaria milhões de empregos no curto prazo e poderia, também, criar muitos empregos adicionais indirectamente no longo prazo”*³¹. O multiplicador do investimento público foi estimado, neste estudo, em 2,7 com o significado conhecido da Teoria Keynesiana (recordando: o efeito multiplicador desse investimento transformaria cada dólar ou euro do dinheiro público em 2,7 dólares ou euros de crescimento do PIB).



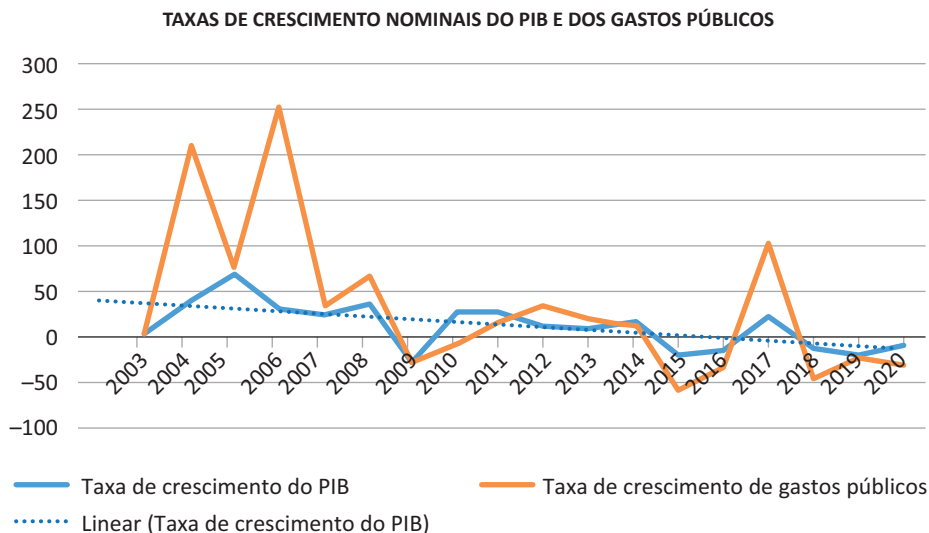
Fontes: OGE e FMI (Relatórios sobre Angola)

³⁰ Fundo Monetário Internacional – Monitor Orçamental – Investimento Público para a Recuperação, Outubro de 2020.

³¹ Capítulo II do documento.

A comparação entre as duas grandezas cujos valores se encontram no gráfico anterior, permite concluir pela desestatização da economia nesta componente do Produto Interno Bruto. Na verdade, o peso dos gastos públicos no valor agregado nacional passou de 47,9% em 2002, para 21,1% em 2020, uma quebra de 26,8 pontos percentuais.

A incidência negativa desta significativa redução fez-se sentir na qualidade dos serviços públicos fornecidos pelo Estado, que poderia ter sido compensada por um incremento da eficiência. As despesas públicas em 2020 foram estimadas em 16 mil milhões de USD. Paradoxalmente – porque se tratou de um ano de queda do preço do barril de petróleo – 2014 registou o maior montante de despesa pública do período 2002/2020, avaliada em mais de 61 mil milhões de USD (poderá dizer-se, como explicação, que a inércia vinha de trás, dos bons velhos tempos de petróleo caro).



Fontes: OGE e FMI.

A análise dinâmica das taxas nominais de crescimento do PIB e dos gastos públicos consente o cálculo de uma *proxy* ao multiplicador da despesa do Estado, estimado em 0,758, uma vez mais com o significado conhecido.

Quanto mais elevado for o seu valor, mais a actividade produtiva e social se beneficia da participação das finanças do Estado na Economia. Valores abaixo da unidade revelam a falta de qualidade das despesas públicas, relacionada com o excesso de burocracia, o mapa de preferências do Estado distorcido da realidade, as escolhas públicas inquinadas de factores disruptivos, etc.

A qualidade da despesa pública é um item importante para a avaliação dos seus efeitos sobre a actividade económica, podendo, mesmo acontecer (pelo menos teoricamente) que um índice inferior à unidade possa induzir efeitos multiplicadores (*spread effect*) significativos sobre o PIB. A questão está em como se avaliar a qualidade dessa despesa do Estado, na ausência de um painel de parâmetros sinalizadores da boa e da má alocação de verbas (sempre escassas, é bom lembrar) e de considerações pertinentes e realistas sobre a valoração social desses gastos (seguramente que para a sociedade o metro de superfície não é uma boa despesa pública, em comparação com os investimentos na habitação social, na educação, nos hospitais e em tantas outras obras e intervenções desta natureza³²). Nesta matéria das escolhas públicas (investimento e despesas mais ou menos correntes) tem de haver uma clara distinção entre curto prazo e longo prazo.

O investimento público é particularmente necessário em sectores críticos e voltados para a criação de valor a curto prazo e de produto potencial a longo prazo, em particular nos cuidados de saúde (boa saúde diminui os índices de absentismo, eleva a boa disposição e incrementa ganhos de produtividade de curto prazo), escolas, infra-estruturas físicas e digitais, edifícios (hospitais) e transportes.

O seu peso relativo no PIB sempre se situou em níveis baixos, não representando mais do que 7,5% em média de 18 anos (2002/2020)³³. Os seus máximos aconteceram durante os anos dourados da economia nacional (2002/2008), com uma média de 8,1% e um pico de 12,8% em 2009. A partir deste ano, a importância relativa do investimento público no valor económico anualmente agregado foi-se deteriorando, evidentemente explicado pelas vicissitudes das crises vivenciadas e ainda em vivência, na economia e nas finanças públicas.

A comparação entre as dinâmicas de crescimento do PIB e dos investimentos públicos aponta para uma *proxy* do multiplicador de 0,446, bastante menos significativa que 2,7 anteriormente apontado para as economias mais organizadas, produtivas e desenvolvidas.

Esta diferença nas capacidades de influência do investimento público sobre o sistema económico radica, evidentemente, na maior organização, na mais elevada produtividade geral dos factores, nas malhas de relações intersectoriais mais densas próprias das economias desenvolvidas. Continua válido o mesmo tipo de considerações aduzidas sobre a despesa pública quanto à sua bondade, isto é, há bons e maus investimentos, sendo também aqui que se coloca o assunto da sustentabilidade da dívida pública.

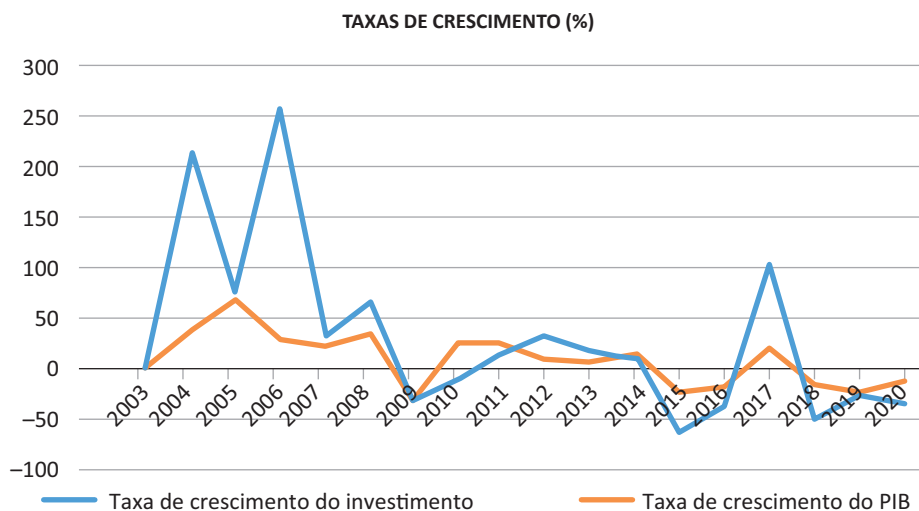
³² Porque há outras alternativas no domínio dos meios de transporte, menos caras, provavelmente mais eficazes e menos exigentes em arranjos a montante e a jusante. Muitas vezes o *small is more beautiful*, só que inviabilizam negociações laterais.

³³ É bom lembrar que estas cifras se referem às verbas orçamentadas e não executadas. Em média, a taxa de execução dos investimentos públicos situa-se na vizinhança de 70%.

Na verdade, já não são apenas a taxa de crescimento do PIB, as taxas de juro acordadas entre prestamistas e o Estado, a expressão do défice orçamental e a taxa de amortização do stock de capital fixo público que contam para a sua análise. A qualidade da despesa pública assume, igualmente, preponderância semelhante, sendo por isso que alguns economistas de renome entendem poder haver lugar para uma “boa dívida pública” e uma “má dívida pública”, dependendo, afinal, do modo como os empréstimos são aplicados. Se forem para obras de regime acumula-se dívida pública má. Por isso é que o painel de prioridades do Governo tem de estar bem definido e ser transparente para que todos entendam, afinal, para onde se encaminham os impostos, presentes e futuros, estes destinados a pagar dívida pública.

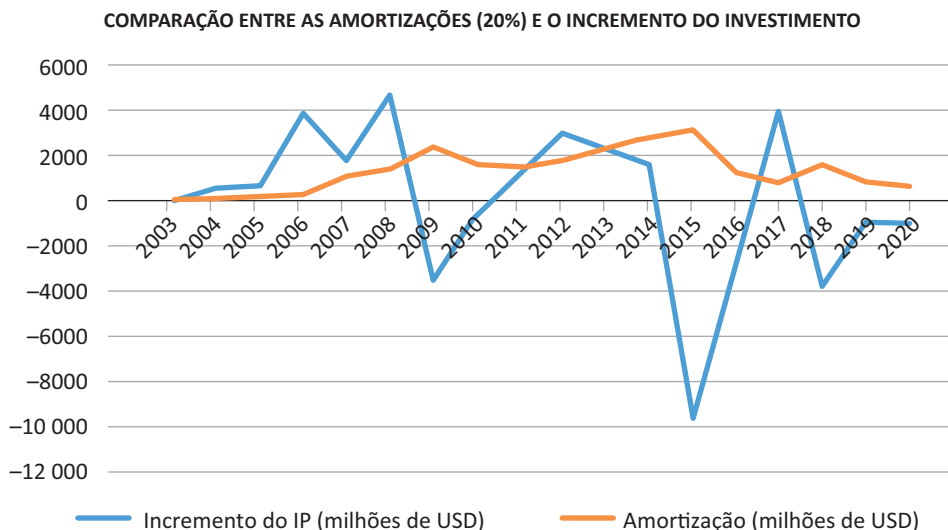
Paul Krugman, Prémio Nobel de Economia, membro, entre outras, da Academia das Ciências de Lisboa, que não tem medo das palavras (e por isso alguns extremistas do liberalismo e evangelistas do mercado não apreciam as suas abordagens), escreveu, num artigo recente e provocatório no *New York Times*, elucubrando sobre a bondade da dívida pública: “se for bem usada, renova/constrói infra-estruturas, reequipa escolas e hospitais, cria emprego e poupa recursos no futuro”.

Voltando ao tema do gráfico seguinte, observa-se que se o investimento público é um dos factores de crescimento da economia (não o factor, ao qual se deve juntar a produção/exportação de petróleo), fica a dúvida sobre a discrepância, no período 2003 e 2007, entre as duas taxas (que investimentos o Estado fez que não tiveram relevância sobre o PIB?).



Fonte: OGE e FMI.

Ainda um outro campo de análise expressa-se na comparação entre novos investimentos e amortizações do *stock* de capital público existente.



Fonte: CEIC, com base em dados oficiais.

Sem investimento em capital físico (infra-estruturas, equipamentos, habitação, edifícios fabris, escolas, hospitais, etc.) e capital humano (educação, saúde, formação, inovação, ciência e tecnologia) compromete-se a capacidade de crescimento a médio prazo. O investimento público em Angola é o mais importante da componente de formação bruta de capital fixo, só suplantado pelo investimento privado na extracção de petróleo.

Na ausência de investimentos e de força de trabalho qualificada, apta e apetente a manobrar com destreza os equipamentos pertencentes às últimas revoluções industriais, pouca coisa acontece, em matéria de transformações estruturais e de modificações na formação social, no seio da qual se entrecruzam forças produtivas, meios de produção e relações de produção, na maior parte das vezes em contradição no decurso das suas dinâmicas de evolução e de mudanças, em direcção à obtenção de equilíbrios favoráveis ao crescimento económico e ao desenvolvimento social.

A diversificação dos sistemas e estruturas económicas e produtivas tem de ser acompanhada de transformações na formação social, pela introdução de políticas valorizadoras da força de trabalho e maximizadoras da relação entre trabalho, capital e tecnologia, caso contrário situações de exploração dum factor por outro factor de produção acabam por encontrar terreno fértil para a sua ocorrência. É evidente a dificuldade em conciliar interesses do capital com os da força de trabalho, cuja resolução/aproximação tem muito de social (capital humano, relações sociais, protecção social, educação, saúde, etc.).

O processo de diversificação em Angola só tem sido visualizado e analisado na estrita óptica produtivista e económica *tout court* e não na perspectiva das transformações na formação social angolana. Diversificar para produzir, diminuir as importações, aumentar os lucros e propiciar divisas, é isso o essencial da diversificação na óptica do Governo e da quase totalidade dos empresários. O social apenas aparece sob a forma de criação de emprego, não se cuidando da sua qualidade e sem consideração pelo nível da sua remuneração, perdendo-se de vista que a Lei de Say provavelmente não tem espaço de aplicação nos dias de hoje, havendo necessidade de se atender ao binómio produção/consumo.

A competitividade alicerçada na qualidade da produção e dos serviços tem de ser trabalhada no seio da formação social, porque só assim se tornará “eterna” e competitiva (passe o necessário pleonismo, para se enfatizar a ideia): *“A competitividade de um país baseia-se não somente na competitividade das suas empresas, mas também na eficiência do conjunto da sua estrutura produtiva, na qualidade da sua infra-estrutura tecnológica e nas inter-relações entre as partes do sistema de produção. As “externalidades tecnológicas” favorecem os esforços próprios das empresas, elevando a qualidade de suas escolhas. Competitividades em âmbito macro e microeconómico são, portanto, complementares. Neste sentido, a tecnologia é capaz de alterar as vantagens comparativas das nações (e das suas empresas) e as suas possibilidades de inserção na economia mundial, particularmente nos momentos em que se difundem novas tecnologias de base. Essas vantagens não são dadas e estáticas, mas evoluem e requerem, portanto, um esforço de aprendizagem tecnológica e organizacional contínuo”*³⁴.

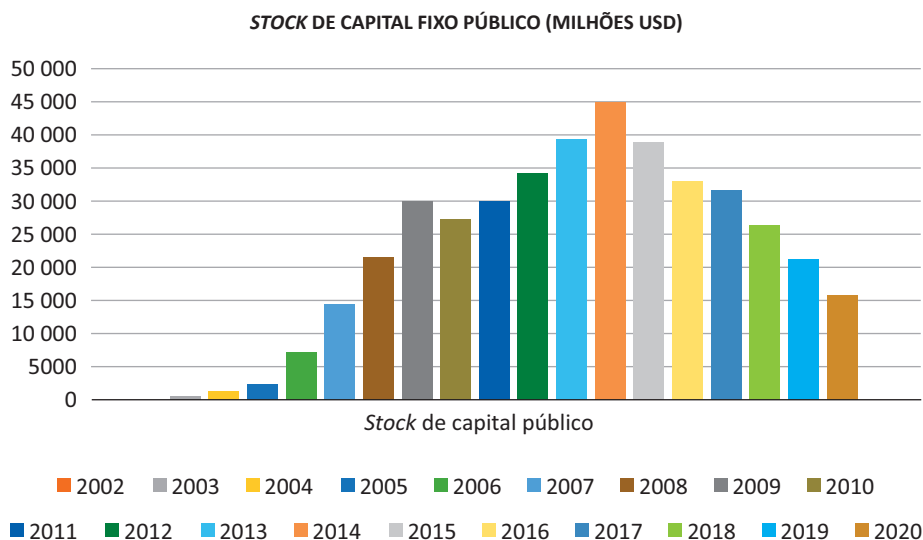
O próprio desenvolvimento tecnológico, do qual a diversificação é tremendamente tributária (fazê-la com recurso aos meios de produção da Primeira ou mesmo da Terceira Revolução Industrial é um caminho de recuo), apresenta-se como um factor essencial das transformações das relações de produção e de uso de novos meios de produção: *“o desenvolvimento tecnológico apresenta hoje, ainda mais do que em épocas anteriores, imenso desafio para os países de industrialização tardia. Se no padrão anterior, a tecnologia era basicamente incorporada nas máquinas e equipamentos e os países em desenvolvimento podiam acessá-la através das importações e dos contratos de licenciamento de tecnologia, actualmente esse acesso tornou-se muito mais complexo e especializado. Portanto, diferentemente do que se acreditou por muito tempo no Brasil, para a difusão das novas tecnologias não basta elevar a taxa de investimento em capital fixo e adquirir capacitação para operá-lo eficientemente”*³⁵.

³⁴ “Investimento Recente, Capacitação Tecnológica e Competitividade”, Suely Muniz, Investigadora do Instituto de Pesquisas Tecnológicas. *Folha de São Paulo*, Caderno “Dinheiro”, 17 de Dezembro de 1999.

³⁵ “Investimento Recente, Capacitação Tecnológica e Competitividade”, Suely Muniz, Investigadora do Instituto de Pesquisas Tecnológicas. *Folha de São Paulo*, Caderno “Dinheiro”, 17 de Dezembro de 1999.

E é justamente neste contexto que se insere a dimensão do *stock* de capital fixo da economia: Qual o seu nível quantitativo? Qual a sua propriedade? Quais as suas características (edifícios, máquinas, tecnologia, etc.)? Em que sectores se constituiu? Como foi financiado? Em que regiões do país se aplicou? Nada se sabe, a não ser que, como ressaltado anteriormente, é na actividade petrolífera que o grosso do capital fixo da economia se deve ter integrado.

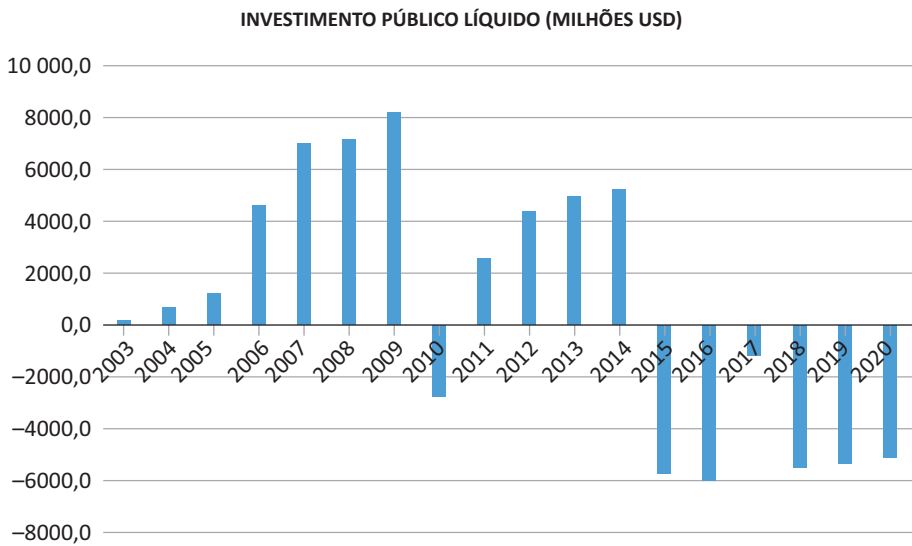
A tentativa de se determinar o *stock* de capital fixo público aparece no gráfico seguinte, cujos cálculos se basearam nas informações dos Orçamentos do Estado e na assumpção de uma vida útil dos investimentos públicos de 8 anos, para se pré-acautelar o seu tremendo e rápido desgaste ao longo do tempo (edifícios, estradas, ferrovias, portos, equipamentos) e a sua falta de manutenção.



Fonte: CEIC, com base em dados oficiais.

Até 2014, ocorreu um investimento desenfreado, possibilitado pela finalização da guerra civil, pelo primeiro grande financiamento chinês em 2004 e justificado pelo estado de calamidade das infra-estruturas, destruídas, por um lado e inexistentes por outro. Colocou-se, então, a necessidade de infra-estruturar o país e criar, nessa plataforma e sequência, a base material para o crescimento.

Os Planos Oficiais de Desenvolvimento entre 2003 e 2017 enfatizaram esta componente do crescimento, mas desprezaram a qualificação dos programas de investimento público, não se tendo definido critérios de avaliação e de validação técnica, económica e social (preferenciando-se decisões e considerações de natureza política). O resultado projectou-se na sua deficiente qualidade e capacidade para provocar um crescimento económico eficiente e relativamente duradouro.



Fonte: CEIC, com base em dados oficiais.

Em 2014, atingiu-se o máximo do *stock* de capital público fixo, com um valor de USD 45 003,2 milhões, hoje provavelmente degradado na sua grande totalidade, sem o mesmo valor económico e com uma apetência menor de provocar crescimento da economia.

4. PREVISÕES ECONÓMICAS – PRINCIPAIS INDICADORES

4.1 Previsões económicas – Principais economias do Mundo

As perspectivas de crescimento económico mundial apresentadas para o ano de 2020, por quase todas as instituições, dão conta de uma grande recessão da economia global: -4,4% para o FMI, -5,2% para o Banco Mundial -4,3% para a Comissão Europeia e -4,2% para Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE). Nunca foi registado um crescimento tão baixo da economia mundial desde a Segunda Guerra Mundial.

CRESCIMENTO ECONÓMICO – PRINCIPAIS ECONOMIAS											
Fonte	Previsões FMI (Outubro 2020)			Previsões BM (Junho 2020)		Comissão Europeia (Novembro 2020)			OCDE (Dezembro 2020)		
Economias/Anos	2020	2021	2022	2020	2021	2020	2021	2022	2020	2021	2022
Avançadas	-5,8	3,9	2,9	-7,0	3,9	n/d	n/d	n/d	-3,8	4,7	3,7
Zona Euro	-8,3	5,2	3,1	-9,1	4,5	-7,8	4,2	3,0	-7,5	3,6	3,3
China	1,9	8,2	5,8	1,0	6,9	2,1	7,3	5,6	1,8	8,0	4,9
Alemanha	-6,0	4,2	3,1	n/d	n/d	-5,6	3,5	2,6	-5,5	2,8	3,3
Japão	-5,3	2,3	1,7	-6,1	2,5	-5,5	2,7	0,9	-5,3	2,3	1,5
Reino Unido	-9,8	5,9	3,2	n/d	n/d	-10,3	3,3	2,1	-11,2	4,2	4,1
Estados Unidos	-4,3	3,1	2,9	-6,1	4,0	-4,6	3,7	2,5	-3,7	3,2	3,5
Mundo	-4,4	5,2	4,2	-5,2	4,2	-4,3	4,6	3,6	-4,2	4,2	3,7
OCDE									-5,5	3,3	3,2

FONTE: FMI, BM, Comissão Europeia, OCDE.

As grandes economias do planeta não serão poupadas; prevê-se uma grande recessão em quase todos os países como se pode ver no quadro acima. Curiosamente, a China será um dos poucos países a registar um crescimento económico positivo em 2020, apesar de ser o primeiro país a ser afectado pela pandemia logo no princípio do ano.

A economia chinesa tem vindo a crescer nos últimos cinco anos em média quase 7% por ano e a registar uma taxa de crescimento de 1% em 2020. É um facto notável, só compreensível à

luz das políticas sanitárias e de investigação de ataque aos efeitos da pandemia da COVID-19 e aos apoios ao sistema económico, empresarial e social.

Claro que o valor apontado para 2020 afronta a trajectória de crescimento da segunda maior economia do mundo, mas não deixa de ser um indicador da força desta economia asiática, que tem conseguido conciliar autoritarismo político com desenvolvimento económico e proceder a reformas estruturais quando delas se mais necessitam (entre 1978 e 2018 foram retirados da pobreza 740 milhões de cidadãos).

A não entrada em recessão deste gigante asiático poderá afectar positivamente muitos países com os quais tem fortes relações económicas e comerciais, como o caso de Angola que exporta mais de metade do seu petróleo bruto para este país.

O Reino Unido, de acordo com a Comissão Europeia, entre as grandes economias, é o país que mais será afectado em termos de crescimento económico, prevendo-se uma recessão de 11,2%, seguida da Zona Euro (onde a Alemanha terá uma recessão de 6%) e do Japão. Os Estados Unidos na pior das hipóteses terão uma recessão de 6,1% de acordo com o Banco Mundial, mas a Comissão Europeia prevê uma recessão de 3,7% para a maior economia do Mundo. A nova administração do presidente eleito Joe Biden terá a responsabilidade de garantir que o crescimento económico seja um facto em 2021 e nos anos subsequentes.

O FMI, o Banco Mundial, a Comissão Europeia e a OCDE estão confiantes da retoma do crescimento económico da economia mundial e das suas principais economias em 2021. Tendo em consideração o crescimento económico positivo verificado em 2019, o negativo que se prevê em 2020 e o positivo previsto para 2021, claramente se espera uma retoma em forma de “V” da economia global e dos países mais industrializados.

Este é um tema pertinentíssimo e ainda em análise entre os economistas – se as retomas serão em forma de v, w ou nike. Neste momento, a reflexão ainda não está concluída, se bem que as opiniões e estudos tendam para uma retoma mais dilatada no tempo, afirmando mesmo o FMI que, em África, a recuperação dos níveis de crescimento de antes da pandemia só ocorrerá em 2023 ou 2024.

Os anúncios da disponibilização de vacinas (Oxford, Pfizer, Moderna, Sputnik V, Coronavac, etc.) pelas principais farmacêuticas constituem uma luz ao fundo do túnel para a economia mundial. Alguns países como os Estados Unidos, Alemanha, Reino Unido e China possivelmente começarão a administrar de uma forma maciça a vacina em 2021, embora prevaleçam dúvidas sobre a sua eficácia e sobre o respectivo tempo de maturação, falando-se em seis meses para que a produção dos efeitos de descontaminação apareçam. Caso haja sucesso, muitas das restrições impostas pelos países para controlar a propagação da COVID-19, que afectam negativamente as actividades económicas, serão levantadas em 2021, contribuindo assim para um maior crescimento económico.

4.2 Estimativa de crescimento do PIB (Economias da Zona Africana)

As fracas instituições de muitos países africanos, a má governação e a pouca transparência no uso dos recursos públicos que caracteriza a maioria dos países do continente fez com que muitos pensassem que África não poderia resistir ao impacto sanitário, económico e social do vírus. No entanto, os dados indicam que, até ao momento, África é o continente com o menor número de casos e fatalidades em comparação com a Europa e a América.

As medidas de contenção da propagação do vírus tomadas por muitos países, levou à falência de muitos negócios e empresas, provocando destruição de empregos, o que por sua vez está a aumentar os níveis de pobreza no continente, afectando negativamente o PIB *per capita*. A falta de um sistema de segurança social funcional e global na maioria dos países do continente, faz com que os que perderam o emprego e a população pobre não tenham a ajuda necessária para manter um padrão de vida digno.

Segundo o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), tendo em conta uma recessão económica do continente africano entre -1,7% e -3,4%, prevê-se uma destruição de cerca 24,6 a 30 milhões de postos de trabalhos em toda a África³⁶. Isso afecta, principalmente, os milhões de trabalhadores pobres que representam cerca de metade dos empregados. A economia informal será a única escapatória para muitas destas pessoas.

Como boa parte dos países em África são exportadores de matéria-prima para as economias mais industrializadas, a recessão económica destas economias afecta negativamente as economias africanas produtoras de *commodities*. Assim, muitos países africanos poderão enfrentar uma recessão económica em 2020 de acordo com as previsões do FMI, do Banco Mundial (BM), do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e do NKC African Economics.

As previsões das três instituições (FMI, BM e BAD) apontam para o crescimento económico moderado de alguns países africanos em 2020 tais como Benim, Burkina Faso, República Centro-Africana, Costa do Marfim, Egipto, Etiópia, Quénia, Tanzânia e Togo. A NKC African Economics prevê que só a Etiópia, Guiné-Bissau, Togo e Djibuti terão crescimento económico. O bom desempenho destes países vai amortecer a recessão económica no continente.

Os produtores de petróleo serão todos afectados negativamente, o que na verdade tem ocorrido mesmo antes da pandemia, devido à quebra no preço do barril no mercado internacional desde meados de 2014.

A zona ao Sul do Sara que integra 47 economias, incluindo Angola, Nigéria e África do Sul, terá uma recessão de 3% em 2020 de acordo com o FMI e 2,8% de acordo com o Banco Mundial. Excluindo as três grandes economias da região, a recessão é mais moderada -0,3% (BM).

³⁶ African Development Bank 2020, *African Economic Outlook 2020*, Supplement, page 35.

CRESCIMENTO ECONÓMICO DE ALGUMAS ECONOMIAS AFRICANAS									
Fonte	Previsões FMI (Outubro 2020)				Previsões BM (Junho 2020)		BAD (Maio 2020)		NKC African Economics
Economias/Anos	2020	2021	2022	2023	2020	2021	2020	2021	2020
Angola	-4,0	3,2	3,0	3,9	-4,0	3,1	-5,3	1,2	-9,3
Nigéria	-4,3	1,7	2,5	2,5	-3,2	1,7	-7,2	0,1	-2,7
África do Sul	-8,0	3,0	1,5	1,5	-7,1	2,9	-7,5	1,3	-8,9
África Subsariana	-3,0	3,1	4,0	4,4	-2,8	3,1	n/d	n/d	n/d

Fonte: FMI,BM,BAD,NKC.

Conforme apresentado no quadro acima, a África do Sul é o país da região³⁷ que poderá ter a maior recessão em 2020 de acordo com as previsões do FMI, BM e BAD. E faz todo sentido, tendo em conta que é o país com maior número de casos em todo o continente. Este país emergente africano está a atravessar problemas políticos e sociais desde a destituição do presidente Zuma que está a ser acusado de corrupção e tráfico de influência.

As grandes empresas públicas como a transportadora nacional (South Africa Airways), a Eskom (produtora de electricidade), a Telkom SA, entre outras, estão a passar por vários problemas o que está afectar a economia do país. O presidente Ramaphosa tem a responsabilidade em conduzir os destinos económicos desta grande economia africana.

A Nigéria, que apresentou crescimento económico moderado nos últimos anos (0,8% em 2017, 1,9% em 2018 e 2,2% em 2019), será também assolada com uma recessão em 2020 (-4,3% para o FMI, -3,2% para o Banco Mundial e -7,2% para o BAD). A crise no mercado internacional de petróleo, as questões políticas internas (guerra com o Boko Haram) têm afectado negativamente o maior produtor de petróleo no continente nos últimos anos.

Quanto a Angola, o FMI e o Banco Mundial dão uma recessão de 4% para 2020 e o BAD uma recessão de 5,3%. Mais à frente apresentaremos as previsões do CEIC e as do Governo.

As três instituições esperam uma retoma do crescimento económico para 2021 mas a níveis baixos em comparação com a magnitude das recessões.

³⁷ NKC African Economics considera que Angola terá uma recessão mais profunda do que a África do Sul.

4.3. A economia angolana em perspectiva

Desafios entretanto a serem ultrapassados

Até 2022, a economia angolana apresenta cinco grandes riscos: o comportamento do preço do petróleo e a probabilidade de se desviar do cenário de base (USD 68 por barril), apesar do acordo com o FMI; o elevado peso da dívida pública (interna e externa) e do respectivo serviço podem limitar a captação de investimento directo estrangeiro e a contracção de empréstimos nos mercados internacionais (apesar do Acordo com o FMI); o potencial efeito negativo de contágio sobre o sector financeiro derivado da transição para um regime cambial flexível; os choques sobre a dívida pública provenientes do baixo crescimento do PIB e do possível abaixamento do preço do barril de petróleo e, por fim, um mais do que esperado (programado) declínio na produção de petróleo (com redução da dinâmica do PIB, do montante das receitas fiscais e da viabilidade da nova política cambial). Afinal, tudo em redor do petróleo, a grande determinante e em situações de crise a maior incógnita do crescimento económico e do desenvolvimento social do país.

A redução desta dependência vai levar anos e a diversificação das exportações mais tempo ainda, porque o país não tem um ADN exportador (para lá do petróleo e eventualmente da energia), capacidade de penetração e de criação de parcerias, competitividade, conhecimento dos mercados externos, inovação de produtos e processos, etc. Os mercados internacionais são muito exigentes, não devendo ser encarados de ânimo leve, como decorre de muitas intervenções públicas da parte da gestão intermédia do Governo.

O desenvolvimento regional³⁸, tendo por base as autarquias, municípios e províncias, está consagrado na Constituição da República de 2010 e encontra-se plasmado em diferentes artigos. O artigo 21.º, alínea m), estabelece, como uma das tarefas fundamentais do Estado, “*promover o desenvolvimento harmonioso e sustentado em todo o território nacional, protegendo o ambiente, os recursos naturais e o património histórico, cultural e artístico nacional*”.

Entretanto, são conhecidas as assimetrias regionais no país, não tendo havido modelo de crescimento que as atenuasse: o interior é cada vez mais interior (incapaz de atrair investimento privado, inapto de reter população economicamente activa, muito distante dos padrões de vida médios do país, afastado das grandes, determinantes e estratégicas decisões sobre o desenvolvimento económico) e o litoral, com argumentos cada vez mais convincentes para reunir as condições para a sustentabilidade do seu crescimento económico. A Lei do Investimento Privado não vai ser suficiente para inverter as tendências de concentração da iniciativa privada nas zonas que actualmente mostram condições de competitividade bastante acima da média nacional, nem mesmo para diversificar as estruturas produtivas das regiões. Por exemplo, a

³⁸ Esta designação não faz parte do léxico do sistema de planeamento angolano, mas crê-se que tendencialmente se caminhará para aí, não apenas por ser a prática internacional, mas igualmente por poder vir a corresponder a outra forma de agrupamento de províncias com características económicas e naturais semelhantes.

região Luanda/Bengo concentra mais de 56% de toda a indústria transformadora, em nítido contraste com a região Centro/Leste (Malanje, Lundas, Cuanza Norte e Moxico), onde se encontram menos de 7% das empresas dedicadas à manufatura. E a relevância é ainda maior ao pensar-se ser a transformação de matérias-primas a de maior valor agregado para as economias, aumentando o emprego e os rendimentos nacionais. Juntando ao eixo Luanda/Bengo a zona Centro/Oeste (Cuanza Sul, Benguela, Huambo e Namibe), a concentração torna-se absurda (80%), deixando-se massas importantes de população confinadas à agricultura subdesenvolvida das regiões mais interiores.

As assimetrias são igualmente válidas para o emprego, com cerca de 70% localizado naquelas regiões.

Quanto ao rendimento nacional – o elemento crucial do poder de compra e, consequentemente, da capacidade de gerar uma procura crítica para a rentabilidade dos investimentos – as desproporções são do mesmo modo notáveis, rubricando Luanda mais de 75%. Juntando-se Benguela e Cuanza Sul, a concentração de rendimentos no litoral do país pode atingir a cifra de 90%! Entre a província de maior rendimento médio por habitante (Luanda) e a de menor (Moxico), medeia uma diferença de 74 vezes, obviamente a favor da primeira.

Portanto, o modelo e a política de descentralização têm de se munir de instrumentos mais poderosos e convincentes para que as autarquias possam ter alguma possibilidade de sobrevivência económica e sustentabilidade financeira. Os investimentos públicos podem ter aqui um papel importante a desempenhar, mormente nesta nova época de redução das influências e interferências políticas na escolha dos gastos públicos. A decisão da localização geográfica dos empreendimentos públicos tem de obedecer a critérios claros de eficiência económica (atração de investimento privado, balanço positivo benefício/custo) e de capacidade de ajudarem a melhorar as condições de vida das populações.

Será que as autarquias encerram algum potencial económico capaz de reduzir, em alguma medida, as desigualdades de rendimento, geração de empregos e criação de empresas verificadas presentemente? Ou corresponderão apenas a propósitos de natureza política, relacionados com as aspirações das populações de maior autonomia e acrescida intervenção na definição das opções sobre os seus destinos? Qual a efectiva capacidade de, através das autarquias, se atrair actividade económica e fixá-la, tornando-a sustentável? Qual o balanço custo/benefício de se organizar territorialmente o país em unidades administrativas de dimensões diferentes e, consequentemente, com capacidades diferenciadas de atracção de actividade económica?

Pode-se aceitar que a colocação nos aspectos económicos possa ser um exagero. No entanto, não se pode deixar de concordar com as abordagens sobre a localização espacial das fábricas, explorações agrícolas e outras actividades produtivas baseadas nas conhecidas economias de aglomeração. Economias propiciadas pela existência de população, centros de decisão, relacionamento entre empresas de dimensões diferentes, recursos humanos de qualidade,

sistemas bancários e financeiros, canais de escoamento da produção e de recepção de produtos, densidade dos módulos de transporte, escolas e universidades. Luanda concentra tudo isto (30% da população, 90% do sistema bancário, 75% do sistema empresarial, 65% das Universidades e Institutos Tecnológicos, 95% dos centros de decisão, 80% do sistema de transporte), apresentando-se, também, como a rainha da informalidade (o trabalho com mais de 56% das famílias obtendo os seus rendimentos a partir deste sistema; o sector comercial, por sua vez, está baseado em mais de 80% na informalidade; o uso e a ocupação do solo são caracterizados por 71% da população que vive em habitações informais ou precárias do ponto de vista tanto das condições do acesso à infra-estrutura urbana. Quanto à segurança da posse destas propriedades, o acesso e posse da terra acontece maioritariamente de modo informal – 61,3%; e o sistema de circulação e transportes é dominado pelos transportes informais, onde, além de outras modalidades informais, tem-se que cerca de 80% da população usa os candongueiros como meio de transporte quotidiano).

Algumas escolas do Pensamento Económico estabeleceram as condições em que as unidades produtivas se tornam mais eficientes quando se concentram em regiões com um mercado maior, em número de consumidores e de poder de compra. É nesta perspectiva que se pode e deve falar sobre a rentabilidade da regionalização. Poder de compra e massa crítica de procura endógena de cada região são os maiores chamamentos para os investimentos privados que, obviamente, procuram o lucro e o ressarcimento dessas aplicações de capital. Acrescem aspectos relacionados com os custos de transportes dos bens e da informação (sobretudo do primeiro, nesta fase de desenvolvimento tecnológico incipiente da maior parte dos municípios). Se forem suficientemente baixos, as empresas poderão disfrutar de economias de escala, derivadas da concentração geográfica da produção e de custos de entrega baixos. Paul Krugman defende que num país bem-dotado de estradas, com custos de transporte baixos, a localização óptima de um estabelecimento produtivo passa a obedecer a outros critérios, como pequenas diferenças espaciais nos custos de produção.

Para que estas condições existam, a rede de estradas tem de estar à altura de proporcionar capacidade de fixação de investimentos e actividade económica. O estado de degradação das chamadas redes secundária e terciária coloca, logo à partida, muitos municípios fora da disputa dos investimentos privados. E mesmo os investimentos públicos, de acordo com os critérios de escolha e localização definidos pelas instituições do Estado, não se têm constituído num factor de desvio de empreendimentos produtivos para os municípios mais deles carentes. Dir-se-ia que a opção do Estado tem sido a de colocar os empreendimentos públicos infra-estruturais à disposição de zonas e territórios onde o índice de concentração de produção e prestação de serviços é maior. Uma forma de transmitir maior rendibilidade aos investimentos privados. Com evidente prejuízo de áreas territoriais afastadas dos centros urbanos e cada vez mais marginalizadas dos processos de crescimento do valor agregado. Agravam, deste modo, a sua condição de marginais do desenvolvimento e fornecedores de mão-de-obra e matérias-primas desvalorizadas. Quanto mais pequena a extensão territorial, maiores os desconfortos económicos.

Outro aspecto delicado relaciona-se com a densidade populacional, mais um elemento da dimensão dos mercados. A fraquíssima densidade populacional de muitos municípios, mormente do interior, desconecta-os do todo nacional, votando-os a actividades económicas primitivas e de quase subsistência e à margem da civilização, tornando-se apetentes à ocupação estrangeira da parte dos países fronteiriços. A questão que está aqui em discussão é a da política demográfica do país, da dimensão populacional óptima e da desertificação de amplas zonas do interior. Mas a fraca dimensão populacional relativa também influencia a localização dos serviços de justiça, saúde e educação: as economias de escala e as poupanças públicas dependem, afinal, da quantidade de utilizadores de cada município.

As competências atribuídas às autarquias (artigo 219.º da Constituição da República), se podem ajudar a melhorar, mesmo que marginalmente, algumas das condições de vida das populações (o essencial das decisões continua a pertencer ao poder central do Estado), são claramente insuficientes para atrair investimento privado, portador de produção, emprego e rendimento (a parte final do artigo é genérica e vaga: “*promoção do desenvolvimento económico e social*”).

Em quanto a descentralização regional influenciará o crescimento económico nacional? De que modo poderá ser um meio de atenuação das tremendas assimetrias entre litoral e interior? Em quanto a descentralização criará economias de aglomeração no interior do país? Não são suficientes suposições e especulações teóricas sobre as consequências da descentralização. Dum ponto de vista político, o argumentário a favor da descentralização regional não oferece contestação, por ser um meio de fazer as populações participar na equacionação dos seus problemas e na descoberta das melhores soluções. Mas de outros pontos de vista (administrativo, constitucional e metodológico) o facto de Angola ser um Estado Unitário (artigo 8.º da Constituição da República) determina que o essencial e mais importante das decisões políticas e de política económica continuem a pertencer ao Estado e à Administração Central do Estado (ACE), não restando à Administração Local Autárquica (ALA) senão responsabilidades e zonas de intervenção marginais, provavelmente insuficientes para alavancar o crescimento económico e o desenvolvimento social local. Por muito que se avance na descentralização administrativa e mesmo financeira, a natureza marginal dos seus efeitos económicos perdurará. A autonomia na definição de políticas económicas próprias de cada província (com participação e repercussões dos municípios) é impossível no actual quadro constitucional.

Em Ciência Económica não há como fugir de conceitos básicos, como eficiência, eficácia, equidade e racionalidade. É conveniente lembrar que a racionalidade é um dos postulados da economia (parte-se do princípio de que todos os agentes económicos são racionais nas suas escolhas), a par do equilíbrio (os mercados equilibram sempre por força da actuação livre dos seus mecanismos de ajustamento). São princípios definidos e defendidos pela economia liberal neoclássica, mas nem sempre ou quase nunca verificáveis nas economias reais. Via de regra, a eficiência conflitua com a equidade e se um dos objectivos da descentralização regional for o de se melhorar a equidade entre as regiões/províncias/municípios na distribuição do rendimento

nacional, a observância da eficiência – se for tida como critério essencial de afectação de recursos escassos – pode agravar a desigual repartição espacial do crescimento económico. E entre eficiência e eficácia as convergências são claras? A eficiência tem a ver com a produtividade e a economicidade dos meios. A eficácia relaciona-se com a capacidade de se implementarem “coisas”. O projecto de descentralização regional está considerado em todos os documentos oficiais do Governo e do MPLA. Mas o modo como as entidades de governação o apresentam e defendem é racional? Poderá ser eficiente e eficaz nos propósitos e objectivos defendidos, como o da redução das disparidades e desequilíbrios? A racionalidade, neste caso, relaciona-se com o trinómio descentralização/população/localização das empresas (actividade económica).

Não se pode desligar a descentralização regional da população, nem tão pouco do crescimento económico e da localização das empresas e firmas – as que, no final do dia, dão corpo ao investimento, ao aumento da produção e à criação de emprego – valendo por dizer que sem pessoas (força de trabalho e consumidores) não se cria uma massa crítica de procura económica endógena atractiva do investimento privado. Ou seja, e de acordo com os dados populacionais do INE, existem municípios com tão pouca população que nunca serão capazes de atrair actividade económica (e são em número elevado). E se estivermos de acordo com as teorias que enfatizam os factores de atracção (factores centrípetos) e de repulsão (factores centrífugos) da localização espacial da actividade económica (de acordo com Walter Isard), então ficaremos com a certeza de que a descentralização regional não será suficiente para atenuar os desequilíbrios territoriais actuais e futuros, que, do meu ponto de vista, tenderão a acentuar-se.

As propostas do Plano de Desenvolvimento Nacional sobre estas matérias poderão não ser as mais ajustadas à rendibilização da descentralização, com eficácia e racionalidade. Respiga-se, transcrevendo na totalidade: *“Esses objectivos foram acompanhados pela proposta de um Modelo Territorial, orientado para uma rápida reconstrução do potencial produtivo e do bem-estar da população, tendo por base o desenvolvimento de uma rede de pólos de desenvolvimento, pólos de equilíbrio, plataformas de internacionalização e eixos de desenvolvimento, consolidados e potenciais, cujos principais traços são:*

- *Uma grande região metropolitana organizada em torno de Luanda, concentrando as principais infra-estruturas de internacionalização e a sede dos principais grupos económicos e das empresas e instituições internacionais que actuam no País, embora com dificuldades para ultrapassar a forte dualidade e a incapacidade de criação de emprego e garantir condições de vida condignas a todos os habitantes e, por isso, exigindo políticas fortes de ordenamento e desconcentração.*
- *Uma segunda plataforma de internacionalização no eixo Benguela-Lobito – com base na indústria e nas actividades logísticas, em serviços avançados e num importante sector turístico – e uma aglomeração urbana dinâmica no centro geográfico do País (Huambo-Cuíto) na base de actividades agro-pecuárias e industriais, competitivas no mercado nacional, e de serviços avançados de educação e investigação.*

- *Um vasto conjunto de territórios remotos e periféricos, caracterizados por muito baixas densidades populacionais, ausência de aglomerações urbanas e muito fraca intensidade de relações económicas e de fluxos de pessoas e bens e objecto de acções públicas, visando a sua integração na economia nacional”.*³⁹

Com Luanda a concentrar presentemente 75% da actividade económica e emprego, praticamente 30% da população total e o eixo Luanda-Benguela-Lobito a debitar praticamente 90% e 37%, respectivamente, os tempos que se avizinham serão caracterizados por um agravamento das assimetrias regionais em Angola. Razões: as economias de aglomeração em torno destes dois eixos, que ainda levarão muito tempo a transformarem-se em deseconomias de aglomeração e a dificuldade em os eixos interiores apresentarem capacidades de captação de investimentos privados (os governadores provinciais estão bem conscientes destas dificuldades e têm-no manifestado em fóruns que organizam justamente com o propósito de influenciarem os empresários privados).

É neste contexto que se pode criar uma “armadilha da regionalização (autarcização)”, ideia retirada de “armadilha da globalização” de Stiglitz e Krugman⁴⁰: melhoria das condições políticas de participação, sem dinamismo económico e melhoria na repartição do rendimento em cada província ou município.

O crescimento económico para que aconteça tem de ser o resultado de uma combinação eficiente dos factores de produção, entre os quais se pode enfatizar o investimento, justamente o objectivo central deste Fórum de Negócios. Aliás, os processos e tentativas de captação de investimento são uma realidade mundial, justamente dentro do paradigma das economias de mercado e do funcionamento livre dos mercados.

Acresce igualmente que as oportunidades de investimento em Angola, na sua perspectiva provincial, acabam por ser todas semelhantes, ainda que se possam identificar vantagens competitivas naturais relacionadas com as características idiossincráticas de cada província, tais como recursos minerais, florestas, mar, terras aráveis, pecuária, belezas naturais, incidências histórico-culturais, disponibilidade de água, etc. No entanto, e de acordo com algumas evidências empíricas reveladas por estudos adrede elaborados e mesmo com a evolução do pensamento económico, parece que as vantagens competitivas construídas acabam por se impor e mostram-se mais determinantes do que as naturais. Se assim não fosse, dificilmente se explicariam os casos de sucesso económico permanente e sistemático de países como Suíça, Áustria, Japão, Coreia do Sul, Singapura, Maurícias e mesmo a República Popular da China.

³⁹ *Plano de Desenvolvimento Nacional, 2018-2022, páginas 69 e 70, na versão PDF.*

⁴⁰ Muitos economistas, dentre os quais Stiglitz e Krugman, apontam a armadilha da globalização para muitos países, afirmando-se que o que se observou a partir dos anos 80 foi uma intensificação do comércio externo sem dinamismo interno (consequentemente, com mais pobreza e permanência do subdesenvolvimento).

Evidentemente que mais vale terem-se recursos naturais do que não ter. A questão está em como os aproveitar e inserir nos diferentes sistemas produtivos e modos de produção. E o caso do petróleo é paradigmático e a doença holandesa, o exemplo mais acabado de utilização deficiente, desequilibrada e em favor de classes empresário-políticas dominantes de recursos minerais não renováveis. A começar pela Holanda, os efeitos dilacerantes do *rent seeking* estenderam-se aos países em desenvolvimento ricos neste recurso mineral, mas que não têm as capacidades de resiliência duma Holanda, assentando o seu crescimento em estruturas produtivas débeis, desequilibradas, sem capital humano, sem capacidade tecnológica e sem matrizes de relacionamento intersectorial agregadoras de valor e criadoras de emprego.

Valem estas considerações para referir que, internacionalmente ou internamente dentro de cada país (uma vez mais desconsiderando o pleonismo), são outras as valências que acabam por diferenciar os países entre si e as regiões (províncias no caso de Angola) no seu interior, aparecendo hoje como diferenciadoras e fonte de progresso, o capital humano, o capital institucional, o capital social e o capital empresarial. Havendo-os, as oportunidades de investimento serão em maior número e a capacidade de atracção do sector privado mais relevante. E a explicação é simples: o capital humano, por exemplo, é, até hoje e no contexto das Teorias do Desenvolvimento Económico Endógeno, o único factor com rendimentos à escala crescentes, ao contrário da terra, do capital físico e do trabalho indiferenciado. As províncias do país que conseguirem aliar à sua disponibilidade de recursos naturais estas valências, seguramente que vão conseguir transformar potencialidades de crescimento em realidades efectivas, criando-se mais emprego, melhorando-se o consumo das famílias e até promovendo transformações nas suas forças produtivas e relações de produção.

O capital humano é recorrentemente referido em Angola enquanto necessidade para o desenvolvimento económico e o progresso social. Porém, e por vezes, muitas das entidades privadas e públicas e mesmo individualidades ao referirem-no não têm a dimensão da sua importância estratégica, fazendo-o apenas por uma questão de moda (tal como a diversificação e mesmo a substituição das importações). Por exemplo, a província que em Angola for capaz de oferecer aos investidores privados um sistema de ensino primário permanente, extensivo e de qualidade terá afinal construído uma agenda de competitividade para si. O ensino primário é o berço do desenvolvimento, é onde tudo começa e sendo de qualidade os efeitos de arrastamento a jusante são incomensuráveis, em especial sobre a produtividade geral do trabalho. Mas também sobre os parâmetros de aferição do ensino técnico e universitário.

Aliás, com capital humano de qualidade – até parece uma redundância, porque capital humano não pode deixar de ter qualidade, pela sua própria definição – a investigação, fundamental e aplicada, acaba por ser um seu corolário. A inovação, associada à investigação fundamental e aplicada, é o factor essencial da Teoria do Desenvolvimento Económico de Joseph Schumpeter, um dos mais brilhantes economistas de todos os tempos, com a sua “invenção” da “destruição criadora”. As províncias devem compreender de que forma, podem promover o

aparecimento dos empresários à Schumpeter, inovadores, abertos ao risco, vocacionados para a mudança e portadores de futuro. É ao capital humano e ao capital empresarial que compete a assumpção deste processo de revolução das bases produtivas para o crescimento.

Foi elaborada, pelo anterior Governo, uma Estratégia de Valorização dos Recursos Humanos em Angola, de grande alcance (até 2025 e que está em processo de actualização), não apenas temporal, como metodológica e onde estão definidas as profissões do futuro económico de Angola e identificadas as capacidades de oferta de formação da parte de todos os agentes nacionais (Institutos, Universidades, etc.). E estas profissões são as que farão valer a diversificação da economia nacional e adaptadas às condições de cada província.

A explosão universitária depois de criadas as regiões universitárias do país, foi uma tentativa, correcta no contexto e no tempo em que foi delineada, de se ajustarem os perfis do trabalhador especializado às características de cada província e de se tentar travar os fluxos migratórios em direcção às cidades grandes do litoral. Este pode ser um caso de adaptabilidade das características deste factor de produção às vantagens comparativas naturais de cada província. No Namibe, o exemplo é dado pela Academia de Pescas e Ciências do Mar: costa marítima de 480 quilómetros, creditando 65% da actividade pesqueira do país e uma diversidade de espécies marítimas considerável. A maximização desta vantagem natural, pela via da qualificação dos recursos humanos nestas especialidades, pode passar pela construção de pontes de colaboração com outros países africanos em matérias de formação, investigação e inovação.

Quanto à diversificação da economia – um dos aspectos da economia da regionalização – os processos adjacentes e envolventes são complexos, tributários de políticas macroeconómicas de reposição e garantia dos equilíbrios fundamentais (inflação, taxa de câmbio, défice fiscal, défice da balança corrente externa) e microeconómicas de persuasão sobre o investimento privado. A “boa diversificação”, conceptualmente é errada esta diferença entre boa e má diversificação, mas do ponto de vista prático pode ajudar a explicar e compreender melhor os seus aspectos essenciais. Fundamenta-se na competitividade, relacionada com a disponibilidade de recursos naturais diferenciadores e na quantidade e qualidade dos factores de produção disponíveis ou então numa eficiência criada na base do capital físico – infra-estruturas económicas e sociais –, do capital humano e do capital institucional.

São estes os domínios diferenciadores entre as províncias, quando a Constituição da República é tremendamente centralista e as políticas económicas de apoio aos sectores produtivos são centralmente definidas. A diversificação dos tecidos produtivos provinciais tem uma relação estreita com a descentralização administrativa e financeira em curso e quanto mais esta se aprofundar, maior será a liberdade dos governos provinciais para tentarem maximizar as vantagens naturais ou adquiridas, existentes nas suas regiões e áreas de influência.

A diversificação da economia nacional tem de ser o resultado da diversificação dos tecidos produtivos provinciais, ou então não o será de todo. A desconcentração (em curso, mesmo sem

a velocidade necessária) e a descentralização, actualmente ainda em processo de discussão sem muita vontade política de a consumir, acabarão por se impor pela força dos factos e da vontade das populações idiossincraticamente diferentes, porque possibilitarão a definição de políticas económicas regionais/provinciais próprias e específicas. Deste modo, o apoio ao crescimento económico de cada uma delas poderá ser mais efectivo, racional e eficiente (do que resultarão actividade económica, lucros, salários e impostos para as realizações sociais). E um dos domínios de experimentação pode ser o dos processos de autorização dos investimentos públicos em cada uma das províncias.

4.4 As perspectivas de crescimento da economia angolana

As perspectivas que a seguir são apresentadas foram elaboradas na base do modelo estrutural existente no CEIC (um modelo IS-LM-BP) denominado MODUCAN⁴¹. O MODUCAN é um modelo de previsão macroeconómica construído com base nas equações do modelo IS/LM, que trata do equilíbrio simultâneo no mercado de bens e no mercado monetário, ou seja que determina os pontos correspondentes à taxa de crescimento do PIB e à taxa de juros.

Tendo em conta que a economia angolana é bastante aberta (com rácio Exportações/PIB acima dos 50%), incluiu-se no modelo as equações da Balança de Pagamentos, incorporando as equações do modelo de Mundell-Fleming de uma pequena economia aberta. O modelo usa as equações da estrutura IS-LM-BP, onde os equilíbrios nos mercados de bens, monetário e cambial são determinados simultaneamente.

Para a construção do modelo utilizaram-se os dados das Contas Nacionais do INE e da Balança de Pagamentos do BNA, tendo como ano base 2002. Assim, as principais variáveis exógenas são: os gastos públicos, o investimento (público), as exportações (petrolíferas e não petrolíferas) e o agregado monetário M3.

A taxa de crescimento económico depende dos valores que cada uma destas variáveis assumir. As projecções abarcam o período 2020/2022.

Assim, o quadro seguinte apresenta os pressupostos técnicos que estão na base dos resultados que o MODUCAN gerou concernente às expectativas de crescimento da economia nacional, tendo em conta a pandemia que o mundo enfrenta e o corte na produção petrolífera que Angola está sujeita como membro da OPEP.

Tendo em conta os pressupostos, o modelo macroeconómico dá os seguintes resultados quanto às expectativas de crescimento do PIB total, do PIB petrolífero e não petrolífero.

⁴¹ Construído com o apoio do CMI, na base das parcerias tidas com esta instituição norueguesa, e de Jan Isaksen, um brilhante economista que trabalhou em íntima ligação com os investigadores do CEIC para a produção deste material de previsão.

PREVISÃO DE CRESCIMENTO DA ECONOMIA NACIONAL				
Pressupostos técnicos (valores em milhões de Kwanzas)	2020	2021	2022	2023
Gastos Públicos (com base no OGE)	2.387.962	2.364.082	2.340.442	2.317.037
Investimento Público (com base no OGE)	814.720	787.886	761.936	736.840
Investimento Privado (com base nos dados do INE)	3.685.865	3.722.724	3.759.951	3.797.551
Petróleo bruto milhões de barris (MINFIN) corte da OPEP 2020	470	446	465	490
Volume de diamantes produzidos: 1000 Quilates (MINFIN)	8.010	9.000	9.900	11.088
Agregado Monetário M3 (BNA)	12.156.697	12.217.480	12.278.568	12.339.961
% PIB Petrolífero	22	24	22	23
% PIB não Petrolífero	78	76	78	77

Resultados do MODUCAN (%)	2020	2021	2022	2023
Taxa de Crescimento PIB	-6,97	-1,90	1,60	2,82
Sector petrolífero	-6,95	-5,15	4,38	5,38
Sector não petrolífero	-5,45	-0,67	0,64	1,58
Diamantes	-16,10	12,36	10,00	12,00

Fonte: CEIC- MODUCAN.

Como se pode observar, o CEIC previa uma nova recessão para 2020, muito mais profunda do que a dos anos anteriores, devido à paralisação da maior parte da actividade económica e das dificuldades no sector petrolífero. Os dados das Contas Nacionais do IV Trimestre registaram uma quebra de actividade de – 5,4% (variação homóloga) não muito distante do valor do CEIC.

Muitas pequenas e médias empresas estão praticamente paralisadas em todo o país, com grandes dificuldades financeiras. O alívio económico prometido pelo Governo, no início da primeira fase do confinamento em Abril de 2020, não foi suficiente para evitar a falência de empresas.

O Investimento Público que poderia impulsionar o crescimento tem sofrido cortes sucessivos desde 2016. O Investimento Privado é direccionado maioritariamente para o sector petrolífero, deixando o sector não petrolífero com poucos recursos, já que as altas taxas de juros e o elevadíssimo nível de burocracia na banca comercial inibem os empresários de contraírem empréstimos para aumentar os investimentos.

Uma implementação integral e responsável do PIIM em todo o território nacional poderia suavizar a recessão, visto que iria aumentar a execução do investimento público e criar mais oportunidade de trabalho nas localidades.

4.4.1 Hipóteses de trabalho

a) O que acontecerá se o agregado monetário se contrair ainda mais?

Se o BNA, no âmbito da política de controlo da inflação, decidir aplicar uma política monetária restritiva de modo a reduzir o agregado monetário por exemplo em 10% nos próximos anos, o resultado será uma recessão mais profunda conforme o quadro seguinte.

PREVISÃO DO CRESCIMENTO DA ECONOMIA NACIONAL				
Pressupostos técnicos (valores em milhões de Kwanzas)	2020	2021	2022	2023
Gastos Públicos (com base no OGE)	2.387.962	2.364.082	2.340.442	2.317.037
Investimento Público (com base no OGE)	814.720	787.886	761.936	736.840
Investimento Privado (com base nos dados do INE)	3.685.865	3.722.724	3.759.951	3.797.551
Petróleo bruto milhões de barris (MINFIN) corte da OPEP 2020	470	446	465	490
Volume de diamantes produzidos: 1000 Quilates (MINFIN)	8.010	9.000	9.900	11.088
Agregado Monetário M3 (BNA)	10.941.027	9.846.925	8.862.232	7.976.009
% PIB petrolífero	22	24	22	23
% PIB não petrolífero	78	76	78	77

Resultados do MODUCAN (%)	2020	2021	2022	2023
Taxa de Crescimento PIB	-7,07	-1,98	1,54	2,78
Sector petrolífero	-6,95	-5,15	4,38	5,38
Sector não petrolífero	-5,55	-0,75	0,58	1,55
Diamantes	-16,10	12,36	10,00	12,00

Fonte: CEIC – MODUCAN.

b) E se a produção e as exportações de petróleo forem mais baixas em 2020?

A recessão poderá atingir os dois dígitos em 2020.

PREVISÃO DO CRESCIMENTO DA ECONOMIA NACIONAL				
Pressupostos técnicos (valores em milhões de Kwanzas)	2020	2021	2022	2023
Gastos Públicos (com base no OGE)	2.387.962	2.364.082	2.340.442	2.317.037
Investimento Público (com base no OGE)	814.720	787.886	761.936	736.840
Investimento Privado (com base nos dados do INE)	3.685.865	3.722.724	3.759.951	3.797.551
Petróleo bruto milhões de barris (MINFIN) corte da OPEP 2020	435	446	465	490
Volume de diamantes produzidos: 1000 Quilates (MINFIN)	8.010	9.000	9.900	11.088
Agregado Monetário M3 (BNA)	12.156.697	12.217.480	12.278.568	12.339.961
% PIB petrolífero	22	24	22	23
%PIB não petrolífero	78	76	78	77

Resultados do MODUCAN (%)	2020	2021	2022	2023
Taxa de Crescimento PIB	-10,30	1,74	1,60	2,82
Sector petrolífero	-13,83	2,41	4,38	5,38
Sector não petrolífero	-7,28	1,17	0,64	1,58
Diamantes	-16,10	12,36	10,00	12,00

Fonte: CEIC - MODUCAN.

c) Em que variável exógena se reflecte a luta contra a pandemia?

Partindo-se da hipótese de que são os Gastos Públicos para conter a incidência e a propagação da doença e tomando-se um incremento de 10% no seu montante, ter-se-á:

PREVISÃO DO CRESCIMENTO DA ECONOMIA NACIONAL				
Pressupostos técnicos (valores em milhões de Kwanzas)	2020	2021	2022	2023
Gastos Públicos (com base no OGE)	2.484.445	2.732.890	3.006.179	3.306.797
Investimento Público (com base no OGE)	943.564	912.486	1.021.984	988.324
Investimento Privado (com base nos dados do INE)	3.685.865	3.722.724	3.759.951	3.797.551
Petróleo bruto milhões de barris (MINFIN) corte da OPEP 2020	470	446	465	490
Volume de diamantes produzidos: 1000 Quilates (MINFIN)	8.010	9.000	9.900	11.088
Agregado Monetário M3 (BNA)	12.156.697	12.217.480	12.278.568	12.339.961
% PIB petrolífero	22	24	22	23
%PIB não petrolífero	78	76	78	77

Resultados do MODUCAN (%)	2020	2021	2022	2023
Taxa de Crescimento PIB	-5,54	-0,01	4,46	4,72
Sector petrolífero	-6,95	-5,15	4,38	5,38
Sector não petrolífero	-4,02	1,22	3,50	3,49
Diamantes	-16,10	12,36	10,00	12,00

Fonte: CEIC – MODUCAN.

4.4.2 Comparação de estimativas do INE/Governo, Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e Economist Intelligence Unit

As diferenças quanto às dinâmicas futuras de crescimento, as previsões diferem, embora não se distanciem muito umas das outras. Métodos diferentes de cálculo e hipóteses de trabalho distintas justificam-no. O comportamento da produção e do preço do barril de petróleo são dois pressupostos comuns a todas as previsões, se bem que de valorações diferentes. Acresce a possibilidade de, com a vacinação em massa e a imunidade de grupo, possa verificar-se, mesmo que em novas modalidades, o retorno da actividade da sociedade.

PREVISÕES DO CRESCIMENTO ECONÓMICO EM ANGOLA (%)			
	2021	2022	2023
Governo	0,0	-	-
FMI	0,4	2,4	3,5
Banco Mundial	0,9	3,5	-
EIU	-0,6	1,3	1,9
CEIC	-1,98	1,54	2,78

Fonte: Governo – *Relatório de Fundamentação OGE 2021*; FMI – *Relatório sobre Angola*, Setembro de 2020; Banco Mundial – *Global Economic Prospects*, January 2021; EIU – *Angola*, March 2021.

As diferenças entre as fontes consideradas podem ser explicadas pelas características específicas dos modelos de previsão usados, pelas hipóteses de trabalho assumidas (de onde se destacam as assumpções quanto à produção e ao preço do petróleo e aos efeitos reactivos da “excessiva gama”⁴² de incentivos governamentais à iniciativa privada) e pelo papel concedido à política orçamental e política monetária, se mais restritivas ou menos expansionistas, equivalendo ao “confronto” entre consolidação fiscal, estabilidade dos preços, crescimento económico, criação de emprego e melhoria de condições de vida.

⁴² Para 2021, estão previstos 70 programas, 8750 actividades, 182 objectivos e 345 metas, com elevados custos financeiros orçamentais e com deficiente avaliação da eficácia dos resultados.

5. A ECONOMIA ANGOLANA E OS SEUS CICLOS DE CRESCIMENTO

5.1 As crises económicas mundiais

Falar de ciclos económicos – via de regra associados a fases de melhoria e degradação das condições sociais – é identificar, estudar e comentar as fases alternativas de crescimento, estagnação e recessão da actividade produtiva. Entre crises e anos de pânico, a economia mundial regista, desde 1294, 33 abalos, uns mais graves, acentuados e prolongados no tempo e outros que não passaram de meros avisos à navegação⁴³. As maiores e mais prolongadas crise económicas foram a Longa Depressão de 1873-1896 (23 anos consecutivos de quebra da actividade produtiva na Europa Ocidental, que teve origem num excesso de produção, originariamente causado pela Segunda Revolução Industrial e pela limitação da dimensão dos mercados internos⁴⁴) e a mais recente de 1929-1932.

A Longa Depressão de 1873-1896 espalhou-se por toda a Europa. Um dos seus grandes efeitos sociais foi a fuga de europeus para outros continentes. Calcula-se que no período de 1873 a 1896, milhões de pessoas saíram dos seus países de origem. Alguns países incentivavam a vinda desses imigrantes. A Argentina recebeu sobretudo italianos e espanhóis. O Brasil recebeu italianos, portugueses, espanhóis e alemães que se fixaram principalmente no sul e sudeste do país. A África do Sul (na época colónia da Inglaterra) recebeu holandeses e ingleses. A Austrália e a Nova

⁴³ Waldon Volpiceli Alves – *Uma Breve História das Crises Económicas Mundiais*.

⁴⁴ Tendo-se originado a corrida aos mercados externos e a criação das colónias africanas decorrentes da partilha acertada na Conferência de Berlim de 1884-1885 (também conhecida como Conferência da África Ocidental ou Conferência do Congo), realizada em Berlim entre 15 de Novembro de 1884 e 26 de Fevereiro de 1885, com a participação de 14 países europeus e convocada pelo Chanceler alemão Otto von Bismarck. Em paralelo com a Revolução Industrial, ocorreu, de igual modo, uma revolução agrícola puxada pela introdução de fertilizantes, maquinaria e novas formas de cultivo da terra que culminou com um aumento significativo da produção. Quer uma, quer outra revolução resultaram, também, de uma fortíssima colaboração entre empresas, Governos e Universidades, nos domínios da investigação e inovação. Esta crise de sobreprodução (e outras que se seguiram) tinha sido, de certo modo, antecipada por Karl Marx nos seus escritos e nas suas reflexões sobre a queda eminente do capitalismo britânico e europeu e que conduziriam à diminuição tendencial da taxa de lucro, motor do funcionamento do sistema. No entanto, estes novos espaços geográficos careciam de poder de compra para poderem absorver os excessos de produção das metrópoles europeias, não tendo funcionado como alternativas para a sua compra. Mais tarde, estes mercados passaram a funcionar como fornecedores de matérias-primas e produtos de base que alimentaram as transformações produtivas das metrópoles coloniais.

Zelândia receberam sobretudo ingleses e os Estados Unidos ingleses, italianos, irlandeses, alemães, austríacos e judeus. O Canadá e a Argélia acolheram muitos franceses. Claro que não foi só nessa época que os europeus migraram para esses países, mas o grosso das migrações ocorreu nessa época. Para conter a crise, muitos países abandonaram de vez o liberalismo económico.

A crise de 1929-1932 foi antecedida, também nos Estados Unidos, pela ocorrência entre 1920 e 1921, como consequência da devastação humanitária e da queda da produção ocorridas durante a Primeira Guerra Mundial. Com o fim da guerra em 1918, empresas que vendiam armas aos combatentes europeus ficaram sem encomendas, demitindo trabalhadores e “desaquecendo” certos sectores da economia que forneciam material a estas indústrias. Para agravar, a desmobilização dos soldados fez com que centenas de milhares saíssem do exército e ingressassem no mercado de trabalho civil gerando mais concorrência e, consequentemente, mais desemprego e achatamento de salários. Para dificultar mais ainda a situação, o FED, o Banco Central dos Estados Unidos, aumentou a taxa de juro básica para 7% ao ano, considerada uma das maiores da história dos Estados Unidos, que foi imposta a todos os bancos, diminuindo o crédito, o que fez com que as empresas investissem menos, gerando mais desemprego ainda. Este ciclo iria repetir-se em 1929-1932.

Esta crise, primeiramente americana, depois mundial, foi despoletada na agricultura. Nas plantações agrícolas, a produção de alimentos era imensa, devida à mecanização, mas os agricultores não conseguiam, nem exportar, nem vender no mercado interno os seus produtos. Havia excesso de alimentos para poucos compradores e os preços diminuíram brutalmente, desestimulando fazendeiros a produzir (deflação dos preços, que leva a adiar decisões de consumir e de produzir na expectativa que subam). Muitos deles que haviam penhorado as suas terras aos bancos para receber empréstimos faliram⁴⁵, pois não tinham onde vender os seus produtos. Outros fazendeiros passaram a diminuir a produção, comprando menos máquinas, produtos químicos e contratando menos. Com os fazendeiros vendendo menos e diminuindo a produção, as cidades pequenas e médias, normalmente dependentes do chamado agro-negócio, começaram a entrar em crise económica. Nesta época, quase 60% da população norte-americana ou vivia no campo ou em cidades que dependiam do campo. O desemprego chegava primeiro a estes lugares.

Na Bolsa de Valores de Nova Iorque, as acções de muitas empresas começaram a subir artificialmente. A euforia psicológica era grande e a fé no lucro fácil era enorme, com as acções a terem altas brutais, embora os lucros das empresas não apresentassem tamanha expectativa. As vendas de muitas indústrias diminuíam devido à crise nas pequenas e médias cidades norte-americanas. A subida artificial do valor das acções piorou em 1929, quando muitos

⁴⁵ A directriz Governo/BNA de obrigatoriedade de concessão de crédito aos empresários, representa uma clara interferência sobre as leis do mercado monetário e levará à ocorrência de muitas imparidades, porquanto os projectos de investimento privado não têm qualidade, os empresários, na sua maioria não têm capacidade de gestão e as garantias reais são inexistentes. Continuar a insistir em empréstimos políticos pode levar à falência de alguns bancos. Os casos do BESA, do BPC e do BCI são paradigmáticos em matéria de empréstimos de natureza política.

empresários, ávidos pelo lucro que a venda delas gerava, aumentaram a oferta de acções das suas empresas, vendendo a mais pessoas. Os lucros de grande parte das empresas, que já não acompanhavam o *boom* de venda de acções, distanciaram-se, mais ainda, do seu valor. Para piorar, muitas empresas, querendo vender mais acções, passaram a “mentir” sobre as suas taxas de lucro, aumentando-as sempre, defraudando os balanços contabilísticos. Assim, muitas empresas criaram um castelo de areia que só se manteria por puro factor psicológico, ou seja, tinha de se continuar confiando no sistema de compra e venda de acções para que funcionasse.

No entanto, no segundo semestre de 1929, em Setembro, algo mudou. Muitas pessoas não conseguiam o enriquecimento fácil que esperavam. As acções não davam lucro. Notícias de encerramento de empresas, problemas em explorações agrícolas, desemprego em cidades pequenas e médias, tiraram a confiança de muitos intervenientes na Bolsa. Milhões de intermediários começaram a mudar de comportamento. Em vez de comprarem acções, as pessoas passaram a vendê-las, livrando-se das mesmas. A produção das empresas continuou a diminuir mais ainda, pois a crise nas pequenas e médias cidades fez piorar a venda de produtos em todo o país. Para quem comprou acções, dezenas de milhões de pessoas e milhões de empresas e ainda bancos, o lucro continuava a descer, assim como o valor das acções. Os bancos que tinham feito empréstimos a milhões de pessoas deixaram de receber as prestações destes empréstimos, bem como as empresas que venderam a crédito. As poucas vendas das empresas faziam com que demitissem trabalhadores. O círculo vicioso estava formado. A confiança de muitos investidores deu lugar ao medo.

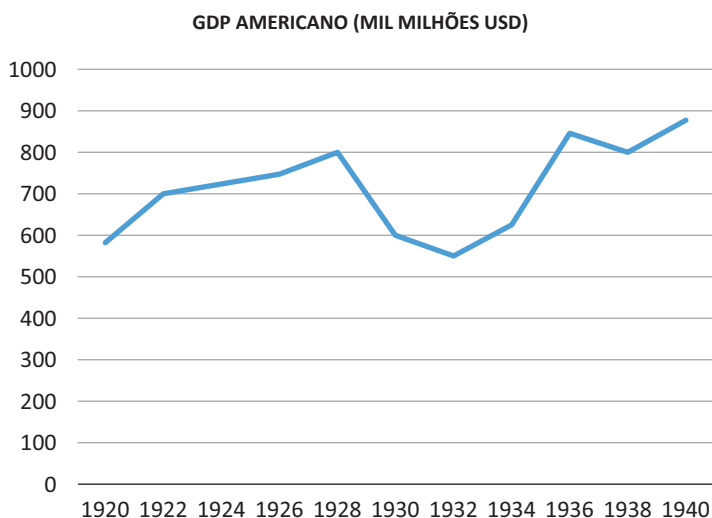
No começo de Outubro, o preço das acções começou a cair. Poucos se disponibilizaram em adquiri-las e o mercado inundado de “papéis podres” derrapou completamente. Muitos dos que investiram dinheiro nas acções viram o seu preço cair e entraram em desespero. Esse medo tomou conta de milhões de pessoas que queriam desesperadamente vender o que compraram. Com a crise de confiança na Bolsa, o preço das acções caiu vertiginosamente, devido ao facto de todos quererem vender e ninguém comprar. O Governo americano, liberal de doutrina económica⁴⁶, recusou-se a comprar os “papéis podres” do mercado, pois seguia o receituário do liberalismo. Assim, o valor de muitas acções bolsistas chegou a zero do seu valor de emissão, de um dia para o outro. A tragédia aconteceu no dia 29 de Outubro de 1929, a chamada terça-feira negra, quando simplesmente a Bolsa de Valores de Nova Iorque foi encerrada.

As medidas económicas de Roosevelt surtiram efeito positivo. De 1933 a 1936 a economia do país cresceu. O PIB dos Estados Unidos, que encolhia desde 1929, voltou a crescer e atingiu, em 1936, um patamar parecido ao de 1928. Em 1937, o país era mais rico que em 1927, auge da grande expansão económica do país. O nível de emprego, no entanto, demorou um pouco mais para crescer (os conhecidos *lags* de reacção e o desfasamento no multiplicador de emprego).

⁴⁶ O liberalismo económico não admitia que o Estado interviesse na economia, nem para salvar empresas em dificuldades. Se falissem, como aconteceu, faliassem.

Em 1936, tinha atingido o nível de 1924 e só voltou ao nível de 1928 em 1939. O preço de tanto sucesso económico, no entanto, foi repercutido na enorme dívida pública, contraída pelo Governo dos Estados Unidos para cobrir as despesas com os programas da *New Deal*. Em 1929, o peso da dívida pública no PIB era de 17% e em 1932 foi de cerca de 40%.

Mas a crise foi vencida, os empregos recuperados, os salários aumentaram (propiciando o aparecimento de novas indústrias nos ramos dos automóveis, da alimentação e das bebidas), as exportações incrementaram-se, a diversificação da economia aprofundou-se e a Bolsa de Valores (um dos símbolos do capitalismo) em franca recuperação. A confiança no sistema voltou e, com ela, os investimentos privados.



Fonte: USA GDP Annual Pattern and Long-term Trend, 1920-40, in Billions of Constant Dollars, based on data in Susan Carter, ed. *Historical Statistics of the United States: Millennial Edition* (2006) series Ca9.

Outras crises económicas se verificaram⁴⁷, de menor amplitude e destruição (com excepção da ocorrida em 2008/2009, e a mais recente crise pandémica, com ferimentos colossais nos

⁴⁷ A Crise das Tulipas em 1635-1637, na Holanda (que depois passou a ser uma dos maiores exportadores de flores do mundo) devido à queda abrupta do preço desta extraordinária flor, cotada na Bolsa do país a preços elevados e especulativos no início de 1635. A Holanda foi quem “inventou” a Bolsa de Valores em 1602. A crise do petróleo em 1971 e 1973, mais recente e que teve como razão a mudança radical da propriedade dos poços de petróleo no Médio Oriente, dos britânicos para os árabes. A crise camaronesa em 1980-1982 ocasionada por uma desvalorização real da moeda nacional provocada pela entrada substancial de divisas (exportação de cacau, café e algodão) e a subsequente perda de clientes. A crise japonesa, também conhecida como a crise bancária japonesa ou a do rebentamento da bolha de activos japoneses, no começo dos anos 90 e que gerou a recessão no país por muitos anos.

tecidos económicos e sociais), do que as referidas anteriormente. Porque é que estas crises acontecem? Diferentes explicações e abordagens.

No contexto da Teoria dos Ciclos Económicos⁴⁸ encontram-se três tipos: de curta duração (cerca de 40 meses e conhecidos por ciclos de Kitchin), de média duração (ou ciclos de Juglar de seis a dez anos) e os de longa duração (ou ciclos de Kondratieff, de sessenta anos de ascensão ou declínio).

5.2 Causas das crises

Há quem sustente que resulta de uma interferência indevida, de algum agente externo, que desrespeita as leis básicas que regem a economia. Por isso, os liberais defendem o princípio do *laissez faire, laissez passer*, onde o mercado deve funcionar livremente, sem interferências. Para melhor exemplificar esta ideia, Adam Smith, o criador do liberalismo económico, mostrou que a economia é regida pela lei da oferta e da procura, ou seja, o preço de um produto é determinado pelo encontro entre a oferta e a procura. Baseado nisso, Smith explicou bem como funciona a inflação e defendeu o derrube de barreiras alfandegárias para controlá-la, pois quanto mais produtos fossem oferecidos, vindos do exterior, inclusive se o país não conseguisse produzi-los, menor seria o seu preço. Smith defendeu a ideia da livre circulação de mercadorias, vencendo no mercado aquele que tivesse maior competência ou mérito. Para conseguir este mérito, os países acabavam por incentivar a inovação tecnológica, o que não acontece em mercados fechados.

Já para os keynesianos, a crise era o resultado da falta de investimento, pura e simples. John Maynard Keynes afirmava que o investidor era um animal arreado, um *animal spirit*, que sempre quer acumular mais capital. Enquanto essas circunstâncias não se encontrarem reunidas, o investimento privado não acontece, aguardando-se por uma situação mais favorável. Enquanto não investia, a sociedade padecia. Essa ausência de investimento é que paralisava a economia, gerando a crise. Nessas circunstâncias, cabia ao Estado intervir na economia, investindo em determinados sectores cujos *spread effects* fossem mais vastos e duradouros no tempo. Estes investimentos geram procura, fazendo assim o investidor acreditar que pode investir mais. Caberia ao Estado investir em obras públicas essenciais ao funcionamento de determinada região, gerando consumo, mas também pela via de outras despesas correntes de funcionamento, as quais, pelo viés dos salários, também contribuiriam para a reanimação da economia (“as despesas do Estado são sempre receitas dos privados”). Outros efeitos

⁴⁸ Ciclo económico: flutuação periódica e alternada entre expansão e contracção de toda a actividade económica (agrícola, industrial e comercial): um ciclo típico consiste num período de expansão económica, seguido de um outro de recessão, depois de um de depressão e finalmente de um de recuperação. Há muita literatura disponível sobre os ciclos económicos, seja estritamente teórica, seja no domínio de estudos aplicados.

adicionais ocorreriam sobre o emprego, portador de mais salários e consumo privado, criando-se, deste modo um círculo virtuoso estimulante para o empresário privado. Keynes revelou que esta ideia originária do círculo virtuoso da despesa pública tinha sido inspirada pela economia do Egito Antigo, onde os Faraós, através da construção das pirâmides, esfinges, templos e outros monumentos (chamados pejorativamente de obras faraónicas) faziam a economia egípcia se movimentar nos intervalos dos ciclos de estagnação da agricultura. A crise, portanto, segundo Keynes, seria oriunda da falta de investimento, do medo do investidor, medo esse que poderia acabar, com a interferência, pontual, do Estado no jogo económico.

Para a teoria marxista, a crise representa um momento de transição que levará a uma recessão. Para os marxistas, a crise incentiva o conflito de classes ou a revolução social e era, segundo esta teoria, algo natural dentro do sistema capitalista, pois a concorrência provocava a anarquia da produção em massa. Sem regras que a definissem, a produção dentro das empresas sempre tendia a crescer, gerando superprodução e, com os salários dos trabalhadores achatados, haveria pouco consumo, gerando falência de empresas, demissões em massa, que gerariam menos consumo, e, por fim a própria crise. Nestas condições, Marx assegurou que um acirramento da luta de classes ocorreria no seio da população. Uma prova que Marx dava era que, sempre que havia superprodução na agricultura, os *stocks* eram destruídos e não distribuídos à população faminta.

Assim, o evitar das crises económicas passa muito pelo papel que o Estado deve ter na economia e na sociedade, especialmente em tempos de menor intensidade de crescimento, prenunciadores de estagnação ou de quebra geral da actividade produtiva. As posições também divergem nestes aspectos.

Milton Friedman repudiava a ideia de que a despesa pública fosse benéfica à economia, contrapondo que toda a probabilidade conduziria à inflação. Este mestre da economia monetária e da Escola de Chicago, juntamente com o seu discípulo, Thomas Sargeant, afirmaram que a inflação é *“em todo o lado e sempre um fenómeno monetário-orçamental”* (para estes mestres, o importante era controlar a quantidade de moeda na economia). Este postulado faz parte dos manuais de política monetária, cuja teoria subjacente foi aplicada durante bastante tempo, no seguimento do esgotamento/limitação do modelo keynesiano pós-Segunda Guerra Mundial que originou um período de prosperidade na Europa jamais vivido na sua história e que foi apelidado dos gloriosos 30.

Esqueceu-se Friedman e os seus seguidores de procurarem saber se nestas circunstâncias como é que as economias estão a funcionar: abaixo do pleno emprego ou na chamada linha de fronteira de possibilidades de produção? Neste caso, Friedman e os seus discípulos teriam razão: qualquer procura suplementar estimulada pelo Estado teria como resultado preços mais elevados.

Todavia, Keynes argumentava que, normalmente, a economia funciona em níveis de sub-utilização da sua capacidade produtiva, implicando graus elevados de desperdício (dependentes do *quantum* do hiato do produto). Também os novos clássicos alinham com Friedman, ao defenderem que a despesa pública é inútil⁴⁹, tendo como única consequência expulsar o investimento privado (o conhecido fenómeno do *crowding out* que, por razões diversas, alteia as taxas de juro). É um argumento simpático e atraente, porque coloca, no centro do sistema económico, a economia privada, a única que faz o crescimento, num contexto de improdutividade do Estado.

No entanto, não se devem perder de vista duas matérias. Em primeiro lugar, as taxas de juro não são um fenómeno inteiramente de mercado, possuindo uma componente administrativa muito forte pela intervenção dos Bancos Centrais ao estabelecerem diversos limites, dentro da política monetária que conduzem e gerenciam. Assim, um incremento da despesa pública financiada por défice orçamental, não faz necessariamente, subir a taxa de juro. Em segundo lugar, taxas de juro mais baixas não conduzem inevitavelmente a mais investimento, dependendo do nível das expectativas dos empresários. Sempre que as economias se encontrarem em situação de crises de produção, a redução das taxas de juro acaba por ser um poderoso e provavelmente o único estímulo ao investimento privado, como compensação da forte redução da procura agregada⁵⁰.

5.3. Os ciclos económicos em Angola

O estudo dos ciclos económicos é tremendamente exigente em estatísticas (em quantidade, qualidade e diversidade) e rigoroso na sua fundamentação científica. Natureza, causas, duração e correlações são os itens a serem considerados nesta análise, para que se produzam aproximações correctas sobre a realidade, propiciadoras da definição de políticas económicas e sociais de conjuntura ou de curto prazo⁵¹. *“O estudo dos ciclos económicos é uma área de investigação com uma longa tradição em economia. A este respeito, é importante notar que existem dois tipos de ciclos económicos comumente considerados na literatura: o ciclo económico clássico*

⁴⁹ Existem textos de enorme interesse sobre a Teoria da Improdutividade do Estado que os neo-clássicos e os novos clássicos defendem, ao afirmarem que este agente do circuito económico não cria valor, limitando-se a ser um intermediário entre quem paga impostos (mero colector de rendas fiscais) e a economia, não acrescentando valor nenhum quando fornece educação, saúde, inovação, investigação & desenvolvimento e infra-estruturas e, consequentemente, Estado improdutivo deve ser reduzido à sua mínima expressão (defesa, justiça e segurança pública). Excelentes críticas a estas posições neoliberais podem ser encontradas no livro de Mariana Mazzucato, *O Valor de Tudo – Fazer e Tirar na Economia Global*, 2019, Bertrand.

⁵⁰ No caso de Angola e analisando-se os níveis de confiança dos empresários publicados pelo INE e referentes ao IV Trimestre de 2020, verifica-se que a desconfiança e a incerteza são muito elevadas desde 2015, não tendo as políticas económicas, produtivas e empresariais conseguido inverter estas tendências. Por isto, também, a recessão continua.

⁵¹ O longo prazo é uma sucessão de curtos prazos, ainda que não seja um somatório dos mesmos.

e o ciclo de crescimento. Os ciclos clássicos referem-se a períodos alternados de contracção e expansão, enquanto que os ciclos de crescimento dizem respeito a períodos alternados de aceleração e desaceleração da actividade económica. Em geral, antes de uma recessão, há uma desaceleração da actividade económica e usualmente observa-se uma aceleração antes de se atingir uma fase de expansão. Além disso, pode haver desacelerações que não se traduzem em recessões ou acelerações que não resultam em fases de expansão”⁵². Complicado? Claro que sim, mas fundamental para se compreenderem as causas das coisas. Por isso, o CEIC está a estudá-los para Angola e os resultados a serem incluídos no seu Relatório Económico.

Retirando-se o período entre 1976 e 1985, durante o qual se verificou um apagão estatístico, é possível datar o início dos ciclos económicos em Angola em 1989, graças ao papel do FMI depois da adesão às instituições de Bretton Woods em 1984, através dos seus relatórios sobre a situação económica e financeira, mormente no âmbito das Missões ao abrigo do Artigo 4.º. Mas igualmente através de um Relatório, em dois volumes, de uma Missão do PNUD em 1989⁵³, elaborado por uma equipa chefiada pelo saudoso Silva Lopes e da qual fez parte Jorge Braga de Macedo da Academia das Ciências de Lisboa. São relatórios fundamentais para se escrever a História Económica de Angola⁵⁴.

Com a crise económica e a crise sanitária (ambas associadas a medidas insuficientes, mal calibradas e afastadas da realidade e sem ou muito pouco impacto sobre a procura agregada da economia), o factor que agora passa a contar para o crescimento (perdida, e por algum tempo – talvez 10 anos – a alavanca das exportações petrolíferas⁵⁵) é o investimento privado e o investimento público. Não havendo investimento em inovação, tecnologia e formação profissional (todos importantes ainda que com relações diferenciadas para o incremento da produtividade), dificilmente se registarão aumentos do PIB a médio prazo. E se o aperto da despesa pública se prolongar por demasiado tempo, então a redução da procura se tornará estrutural e sistémica, assim como a do investimento. Este é um ponto fundamental para o “novo-normal” pós-COVID-19. O Estado tem de garantir um nível aceitável de procura agregada para servir de atractivo ao investimento privado.

⁵² António Rua – “Datação dos Ciclos Económicos em Portugal”, Banco de Portugal, Novembro de 2020.

⁵³ PNUD – *Angola: Análise Económica Introdutória*, 1989.

⁵⁴ Por isso continuo empenhado na minha pesquisa, iniciada há 12 anos, intitulada “Análise do Desenvolvimento Económico em Angola entre 1950 e 2008” (título provisório), interrompida por motivos diversos e a necessitar de ser estendida até 2020.

⁵⁵ A controvérsia sobre a economia do petróleo em Angola está instalada, na base da questão seguinte: quantos mais anos vão durar os actuais campos de petróleo, num cenário de recusa das multinacionais do petróleo instaladas no país em fazerem investimentos de prospecção e aproveitamentos deste recurso? As razões essenciais ligam-se à vida economicamente útil dos actuais jazigos, à utilização de outras fontes de energia, ao comportamento de longo prazo do preço do petróleo e à descoberta de novos campos (cuja exploração pode estar ameaçada por argumentos e posições de força ambientais).

Como está a economia angolana: em pleno emprego ou em subemprego? Com uma quantidade suficiente de moeda em circulação? A liquidez das empresas é bastante para cobrir necessidades de compra de insumos e de pagamentos de salários?

A primeira situação nunca ocorreu, nem ocorrerá, porque é uma figura teórica para simbolizar que nas proximidades da curva de fronteira de possibilidades de produção as despesas públicas devem ter, principalmente, a função de aumentar o produto potencial da economia (passagem a uma outra curva) através da inovação, ciência, tecnologia e capital humano.

Então, a economia nacional e o seu sistema de produção estão em zona de desperdício de recursos, sendo a taxa de desemprego da força de trabalho (32%) o indicador mais expressivo⁵⁶. Acresce que quando 55% dos jovens não conseguem encontrar emprego, prosseguir com políticas que verdadeiramente não afectam o nível geral de actividade, e, por arrastamento, o emprego, significa que toda uma geração pode estar condenada a perder os seus direitos a um futuro de progresso. Entre Keynes e os Novos Clássicos parece não haver dúvidas na escolha, mesmo afastando-se de raciocínios maniqueístas⁵⁷.

Questiona-se, muitas vezes, quanto podem custar estas duas crises. Segundo estimativas das autoridades portuguesas, cada mês de confinamento custa à sua economia 4,5% do seu PIB (em redor de 8,7 mil milhões de euros). Se aplicarmos, sem nenhum ajustamento, este valor à economia angolana, podemos estar a falar de perdas em cerca de 4,8 mil milhões de dólares imputáveis apenas ao mês de confinamento que levamos desde que foi decretado o estado de emergência (o Secretário de Estado dos Transportes declarou que a presente crise económico-sanitária vai provocar prejuízos neste sector de mais de USD 1,3 mil milhões). Se adicionarmos as perdas imputáveis à recessão (aproveita-se para dizer que os dados oficiais de criação de 800 mil postos de trabalho durante 2019 não podem ser reais, porque a sê-lo, Angola conseguiu criar a ilusão de um novo paradigma económico. A saber, com diminuição de produção e de valor acrescentado consegue-se criar uma enorme quantidade de empregos, levando a concluir que não se precisa do crescimento para encontrar emprego para as pessoas), então os prejuízos são significativos: no último trimestre de 2019, o INE apresentou uma recessão de 0,9% em variação homóloga, o que pode ter significado uma perda de PIB de USD 952 milhões.

⁵⁶ Há outros indicadores de desemprego, medidores do desperdício das economias, como a taxa/índice de subutilização das capacidades produtivas instaladas, nos domínios produtores de bens e serviços. É provável que em Angola e, por exemplo, na indústria transformadora, este indicador esteja no intervalo (30%-40%), devido à crise económica, à falta de procura privada (final e intermédia, das famílias ou das empresas) e aos baixos índices gerais de produtividade (produtividade geral dos factores de produção).

⁵⁷ O maniqueísmo é uma filosofia sincrética e dualista que divide o mundo entre Bom e Mau. Entre Keynes e os Novos Clássicos podem coexistir zonas de contacto maximizadoras de efeitos finais.

O desemprego, que significa perda de oportunidade de aumentar o PIB, estimado em 32% segundo as estatísticas do INE, equivale a um desperdício de mais de USD 9,2 mil milhões. Para concluir que todos os programas de governação e de política económica existentes (para além do OGE) têm de ser revistos em profundidade, porque estão desajustados da realidade actual.

O pacote da África do Sul para apoio à sua economia em recessão e às despesas com a pandemia acaba também por ser insuficiente (cerca de 7,1% do seu PIB), mas para todos os efeitos muito superior ao que foi reservado pelos poderes oficiais para Angola (aplicando a percentagem sul-africana estar-se-ia a falar de USD 7,4 mil milhões, que o Governo alega não ter⁵⁸).

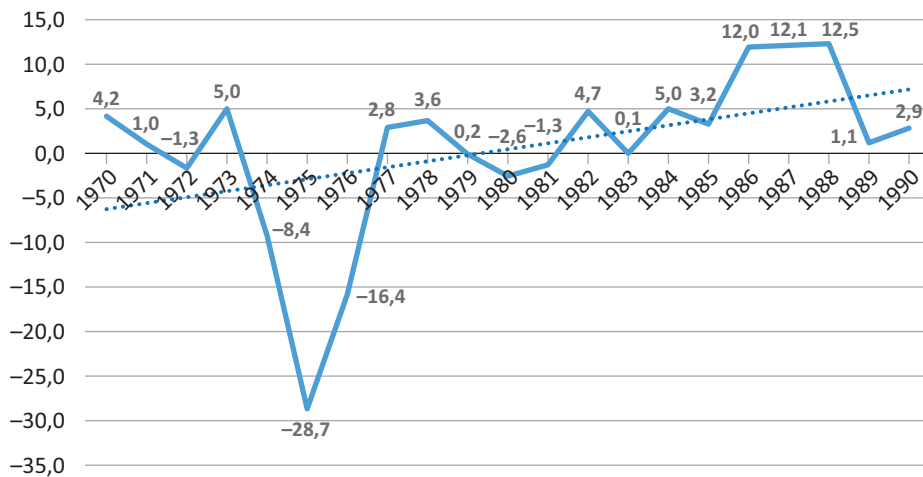
Como toda a gente sabe, estão disponíveis pacotes de ajudas financeiras multilaterais, bilaterais e de outras fontes que estão à disposição de todos os países, em especial das economias africanas mais afectadas pela presente crise económica e pelo seu agravamento futuro devido à pandemia sanitária. Por isso, não são aceitáveis respostas que o Governo está a fazer o que pode. É altura de se discutir com todas as instituições que reservaram fundos para estes propósitos, como o estão a fazer a África do Sul, o Uganda, a Nigéria, Moçambique, o Ruanda, o Quénia, o Egipto, a União Africana, etc.

O estudo dos ciclos económicos em Angola – desenvolvido a partir de agora – abarca uma série estatística desde 1960 até 2020. Uma longa trajectória de altos e baixos, com a independência de permeio e a adopção de um modelo de organização económica diferente do baseado na estrutura dos mercados, de acordo com as suas leis, consagradas na literatura económica. Durante este período de 60 anos ocorreram vários episódios de retracção da actividade produtiva, com causas diferentes, mas sempre com efeitos negativos sobre o funcionamento da economia e da sociedade.

Entre 1974 e 1990, ocorreram cinco importantes desacelerações nos ritmos de crescimento do PIB, ocasionados pela independência e pela instalação de um regime de apropriação colectiva dos meios de produção, profundamente desestimulador do exercício da liberdade económica e da afirmação da iniciativa privada, em completo colapso com a partida dos empresários portugueses e a não existência, de todo, de um empresariado angolano de substituição, que pudesse prosseguir com a dinâmica de crescimento dos anos anteriores à independência.

⁵⁸ Governar é encontrar soluções, tendo sido para isso que se assumiram as respectivas pastas e se comprometeram no juramento à Nação e perante o Presidente da República: encontrar as soluções para os problemas.

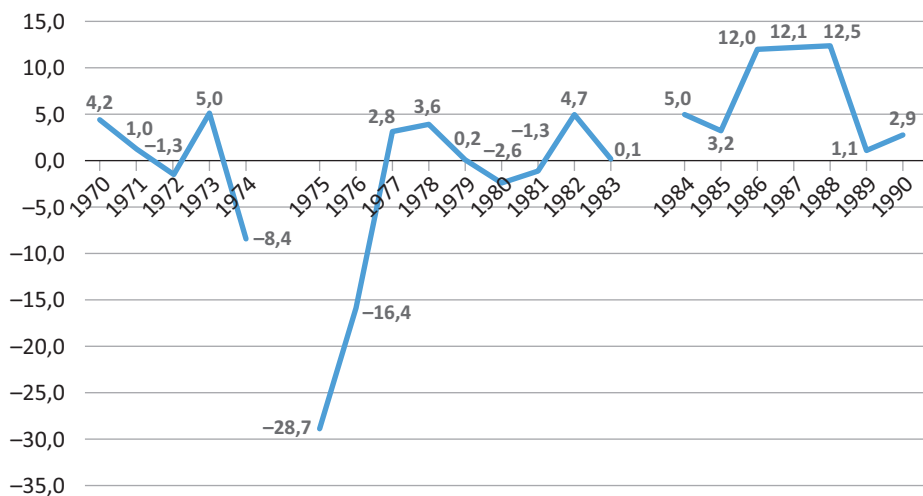
TAXAS DE CRESCIMENTO DO PIB



Fonte: Livro *Macroeconomia*, DATA System-MSPA *Handbook Of World Development Statistics*, pp. 154 e 155; "Long Term Socio-Economic Perspectives Branch", Department of Economic and Social Information e Policy Analysis, United Nations, June 1993.

Ao desagregar-se a série cronológica anterior é possível datarem-se períodos mais curtos e descortinar os ciclos intra-temporais.

TAXAS DE CRESCIMENTO DO PIB



Fonte: Livro *Macroeconomia*, DATA System-MSPA *Handbook Of World Development Statistics*, pp. 154 e 155; "Long Term Socio-Economic Perspectives Branch", Department of Economic and Social Information e Policy Analysis, United Nations, June 1993.

São visíveis três ciclos e um subciclo económicos:

- O período pré-independência, ao qual, em 1974 e 1975, se associam as turbulências políticas e sociais típicas de elevada instabilidade económica e quebra de confiança. Os episódios ocorridos encontram-se descritos em muitos livros, especialmente, de autores portugueses. A partida em massa dos colonos colocou em dificuldades o funcionamento da estrutura económica e produtiva do território, donde é significativa a quebra da actividade (-8,4% em 1974 e -28,7% em 1975). A independência foi declarada em 11 de Novembro de 1975 num clima já de guerra civil, de crise de produção e de consumo, de redução das exportações de petróleo (a posição dos Estados Unidos foi de preparação da retirada das suas multinacionais do sector, de não reconhecimento da autonomia política e de desencadeamento duma ofensiva militar no terreno contra as forças do MPLA e de uma outra diplomática, visando impedir o reconhecimento internacional (dos países ocidentais) do novo país). A despeito deste boicote, no final de Janeiro de 1976, mais de 80 países reconheceram e saudaram Angola como novo membro do concerto das Nações. Quanto às intensidades de crescimento, o IV Plano de Fomento 1974-1979 apresenta cifras diferentes das observadas nos gráficos anteriores: 1971 com 5,4% e 1972 com 6,2%⁵⁹.
- O período de instalação do socialismo (1975-1983), com a alteração das estruturas institucionais, administrativas e políticas coloniais, a nacionalização de praticamente todas as empresas de propriedade portuguesa e a criação da base socialista da economia e da sociedade. A conquista da independência nacional, em 11 de Novembro de 1975, fez-se num ambiente de relativa turbulência e de instabilidade política interna, com o abandono precipitado da Administração colonial (sem se ter procedido, duma forma serena e compreensível, à transmissão das principais pastas da governação do território) e num contexto internacional de guerra fria e de surgimento dos primeiros sinais de desagregação do sistema socialista europeu e mundial. O MPLA assumiu a liderança do país em condições de fragmentação do espaço territorial nacional, em clima de guerra civil e de fuga generalizada dos quadros da Administração colonial, com reduzida experiência de gestão e programação económica e com o desafio ideológico de construir um modelo de desenvolvimento económico e social diferente do que vigorou no passado e moldado para a resolução dos problemas essenciais e gerais da população. As tarefas essenciais da fase de Reconstrução Nacional foram definidas pelo Primeiro Congresso do MPLA e subordinadas ao objectivo estratégico da “edificação de um estado de democracia popular e à criação das bases materiais e técnicas do socialismo”. Está a falar-se de 1976 e 1977, caracterizados pela ruína da economia, com centenas de empresas paralisadas, a queda catastrófica da produção, o desemprego em massa, a escassez generalizada de produtos alimentares, matérias-primas e insumos para a produção, a insuficiência de meios de transporte, etc. A recuperação do PIB ocorrida em 1978 deveu-se ao sector mineiro (em particular, o petrolífero), depois

⁵⁹ Presidência do Conselho – IV Plano de Fomento 1974-1979, Angola, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1974.

de solucionados os diferendos políticos com os Estados Unidos e do estabelecimento dos acordos de exploração de petróleo. A despeito de várias tentativas para se evitar a queda da extracção de minério de ferro, algumas das minas acabaram por entrar numa espécie de pousio, que ainda dura⁶⁰. O aspecto identificado como determinante, essencial e fundamental deste período foi o alargamento irreversível do sector socialista da economia, passando a economia a ser cada vez mais dirigida pelo Estado, em prol da consecução dos objectivos nacionais. Estas reformas corresponderam à assumpção de um modelo de organização económica e social, assente na propriedade colectiva dos meios de produção (representada pelo Estado e pelo sector cooperativo) e na criação de novas relações de produção. Se até 1977 se foi constituindo e alargando o sector socialista da economia – fundamentalmente através do controlo pelo Estado das propriedades abandonadas pelos seus anteriores proprietários ou administradores – prestou-se, durante o período 1978-1980, especial atenção ao reforço do controlo estatal sobre a actividade das empresas estrangeiras (a actividade destas empresas passou a ser rigorosamente delimitada com a publicação da Lei n.º 10/79 sobre os Investimentos Estrangeiros⁶¹), ainda que se tivesse reconhecido e aceite o seu importante papel no novo modo de produção do país e na necessidade de se estabelecerem relações económicas internacionais de uma forma cada vez mais aberta.

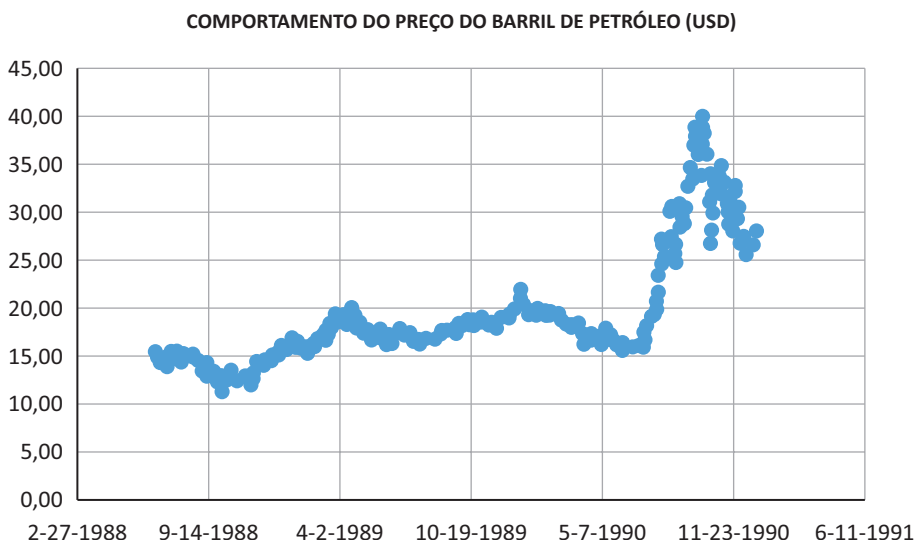
- O subciclo económico 1978-1982 (dentro do mais largo entre 1978 e 1983), tipicamente clássico na perspectiva de António Rua⁶², com uma fase inicial de desaceleração, depois recessão e finalmente recuperação, até um pico de 4,7%, justamente no seu último ano. Correspondem aos anos durante os quais se começou a compreender as insuficiências e desadequações do modelo socialista à economia e sociedade angolanas. A necessidade de se buscarem apoios externos das e nas instituições financeiras internacionais começou a ser encarada, tendo-se iniciado a elaboração de uma série de estudos económicos e institucionais (com apoio da cooperação húngara) tendentes a preparar a entrada de Angola como membro das instituições de Bretton Woods. Entre 1978-1980 foi reforçada a Sociedade Nacional de Combustíveis (SONANGOL), bem como o seu papel no desenvolvimento da indústria petrolífera, ao mesmo tempo que se incrementou substancialmente a participação financeira do Estado na Companhia de Diamantes de Angola (DIAMANG) para mais de 77%. Simultaneamente, e de acordo com as resoluções do Primeiro Congresso do MPLA, deu-se prosseguimento à política de nacionalizações e confiscos e à criação de novas empresas estatais como a base de sustentação do modo de produção socialista entretanto adoptado. Neste período assistiu-se, igualmente, ao crescimento do sector cooperativo, como uma das traves mestras do novo modo de produção socialista.

⁶⁰ As taxas de crescimento verificadas neste período pelo sector das minas e petróleos foram de: -4,7%, em 1975, 17,4% em 1976, 4,3% em 1977 e 7,7% em 1978.

⁶¹ Afinal o primeiro Código do Investimento Estrangeiro no país a que se seguiram outras Leis de enquadramento e atracção de capitais externos.

⁶² António Rua – “Datação dos Ciclos Económicos em Portugal”, Banco de Portugal, Novembro de 2020.

- Finalmente, o ciclo económico 1984-1990, durante o qual o país passou a ser membro do FMI e do Banco Mundial (1984/1985), face ao que se comprometeu com a realização de uma série de reformas que facilitassem a reinstalação da economia de mercado, em contexto de independência nacional e de globalização. Trata-se de um ciclo de formato relativamente atípico (a evolução do PIB faz-se em linha quebrada), ao qual corresponde uma taxa média anual de crescimento do PIB de 7,7%, devida quase exclusivamente à influência das exportações de petróleo e ao excelente comportamento dos seus preços e procura mundial.



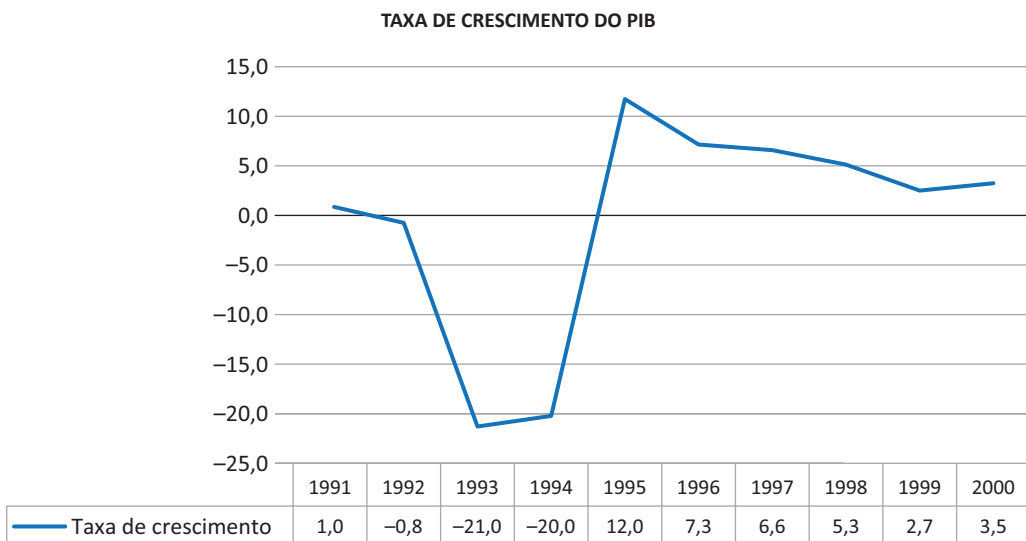
Fonte: Bloomberg.

“A decisão estratégica de faseadamente se modificar o sistema económico de direcção centralizada foi tomada em meados da década de 1980 e a sua tradução política estava contida no Programa de Saneamento Económico e Financeiro (SEF)⁶³. Problemas vários impediram a sua implementação prática, tendo da sua existência ficado a discussão de uma nova visão para a economia angolana, a produção legislativa de base e a elaboração de determinados estudos económicos e financeiros fundamentais. Depois desta opção pela economia de mercado, a política económica nacional desenvolveu-se por uma série de ciclos interrompidos e que afectaram drasticamente a sua efectividade prática. Estes ciclos incompletos e inacabados traduziram-se em diferentes programas de política económica de duração efémera. Entre 1989 e 2000 nada

⁶³ Para um conhecimento detalhado sobre o que foi este programa, das suas razões, dos seus proponentes e dos motivos do seu abandono, devem ser consultados os 8 artigos de Mário Nelson Cardoso Maximino publicados no *Novo Jornal* em Agosto, Setembro e Outubro de 2017. Constituem uma valiosa contribuição para o que se poderá vir a chamar de História do SEF.

menos do que doze programas de política económica essencialmente virados para a estabilização, mas nenhum com pretensões estratégicas de médio e longo prazo. As médias de 1,2 programas por ano ou de 10,6 meses por programa são bem a expressão da incidência de situações de instabilidade política e militar, bem assim como da feição como a transição para a economia de mercado foi equacionada. Neste particular aspecto, faltaram, abertamente, um modelo adequado às condições peculiares do país nesse período e uma vontade política determinante. Esta natureza cíclica está intimamente relacionada com a maneira de se fazer política económica e com a falta de uma cultura institucional e de gestão macroeconómica característica duma economia de mercado.”⁶⁴.

Finalizada (?) a transição ou a recuperação da economia de mercado – tal como as reformas estruturais, as transições para modelos e regimes diferenciados, nunca estão acabadas – a economia do país mergulhou num novo ciclo de altos e baixos nas variações da sua produção.



Fonte: Missão do Fundo Monetário Internacional, Fevereiro de 1994; *Angola – Recent Economic Developments*, IMF, September 1997; *Concluding Statement of the IMF Mission to Angola*, September 1999.

O período entre 1991 e 1994 foi o mais negro da história económica angolana, com uma taxa anual média de crescimento do PIB de -10,2%, explicado pela guerra civil entretanto estendida a todo o território nacional, na sequência da não-aceitação dos resultados das eleições

⁶⁴ Alves da Rocha – *Os Limites do Crescimento Económico em Angola: As Fronteiras entre o Possível e o Desejável*, Mayamba Editora, 3.ª edição, Luanda, 2012.

(legislativas e presidenciais) de 29 e 30 de Setembro de 1992, em aplicação dos Acordos de Bicesse de 31 de Maio de 1991. As negociações conducentes à assinatura destas tréguas tendentes a pôr fim a uma guerra que nessa altura durava há 17 anos, com muitos baixos e poucos altos, criaram, na comunidade internacional e entre os angolanos, níveis de desconfiança elevados sobre o pós eleições.

Novos êxodos populacionais ocorreram internamente e os investidores estrangeiros adiarão, por completo, intenções de investimento para a recuperação da economia e do social de Angola (permaneceram os destinados às explorações petrolíferas, que passaram a ser objecto de cuidados especiais de segurança).

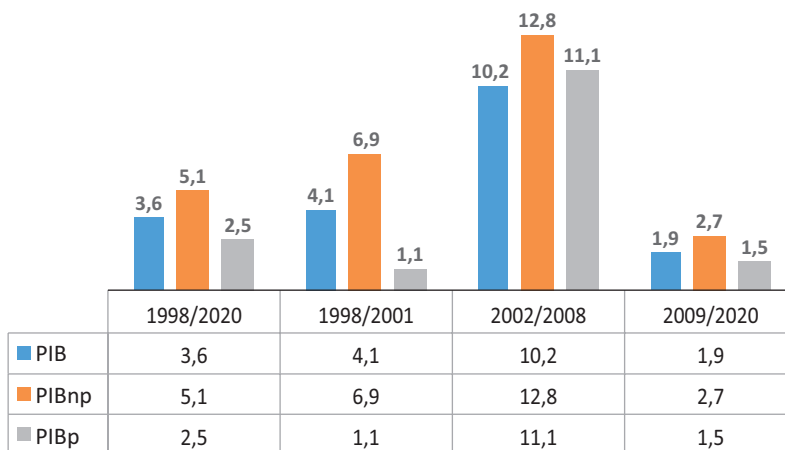
Os crescimentos negativos estenderam-se praticamente a todos os sectores de actividade.

TAXAS REAIS DE CRESCIMENTO ENTRE 1991 E 2000 (%)					
Anos	Agricultura	Petróleo	Diamante	Indústria Transformadora	Construção
1991	-14,9	7,3	22,9	-10,8	3,0
1992	-27,3	10,5	45,7	-16,3	5,1
1993	-46,2	-8,4	-88,2	-15,4	-45,1
1994	8,5	9,2	89,1	6,6	21,8
1995	37,6	12,0	-3,2	17,5	15,0
1996	9,0	11,1	-11,1	8,0	7,0
1997	9,7	3,2	58,7	9,3	13,0
1998	5,0	3,5	88,5	4,9	10,0
1999	-10,1	3,5	-20,0	4,0	10,0
2000	3,0	1,6	5,0	5,6	6,0

Fonte: Missão do Fundo Monetário Internacional, Fevereiro de 1994; *Angola – Recent Economic Developments*, IMF, September 1997; *Concluding Statement of the IMF Mission to Angola*, September 1999

Depois de 1998, novos ciclos de alternância de crescimento, estagnação e recessão se verificaram em Angola, e que sinteticamente podem ser descritos através do gráfico seguinte.

AS DIFERENTES DINÂMICAS E FASES DE CRESCIMENTO EM ANGOLA



Fonte: INE, Contas Nacionais, Relatórios de Fundamentação do OGE e Relatórios do FMI (Artigo IV).

São perfeitamente identificáveis quatro ciclos económicos, com taxas médias anuais de crescimento bem diferenciadas. O período 1998/2020 esteve sujeito a duas crises financeiras internacionais, mas também a épocas de franco crescimento da economia mundial, especialmente comandadas pelas dinâmicas da China, que se assumiu como um dos grandes motores do crescimento planetário.

Algumas observações que se fazem *mister*:

- a) A despeito da longa duração (1998-2020) se apresentar com taxas significativas de variação real da actividade produtiva, verificou-se mais tarde, apesar da paz e dos comportamentos positivos no petróleo – a fonte primária do valor de tudo –, nos ciclos de crescimento seguintes, não se terem criado condições para um mínimo de sustentabilidade. Mesmo o período 2002/2008, ainda que com algumas explosões passageiras de incremento da produção, não se mostrou atreito a criar resistências consolidadas nos diferentes sectores e, por isso, a diversificação não aconteceu, num ritmo que a transformasse numa verdadeira revolução estrutural do tecido produtivo nacional⁶⁵.
- b) O sub-período 1998/2001 correspondeu a uma atenuação das variações positivas do PIB e do PIB não petrolífero e a um decréscimo na intensidade de variação da produção petrolífera. No geral, pressentia-se, conforme mais atrás assinalado, o fim da guerra civil e os programas entretanto elaborados estavam centrados na preparação das bases infra-estruturais e macroeconómicas (reformadoras) para a retoma do crescimento. E, na

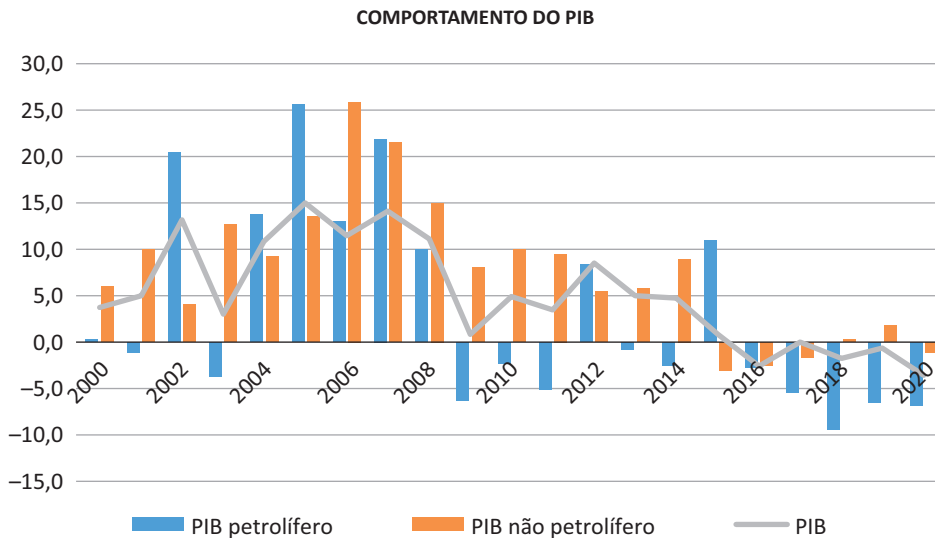
⁶⁵ Alves da Rocha, Francisco Paulo, Luís Bonfim e Regina Santos – *Estudos Sobre a Diversificação da Economia Angolana*, Angola Catholic University Press, 2016.

verdade, foi isso o que aconteceu: livre circulação de pessoas e bens por todo o território nacional, maior interesse dos investidores externos, condições para a construção de um mercado interno suficientemente dimensionado, etc.

- c) O sub-período 2002-2008 correspondeu a uma fase dourada do crescimento económico de Angola, com taxas reais de variação surpreendentes: 10,2%, 12,8% e 11,1%, respectivamente, para o PIB, PIB não petrolífero e PIB petrolífero. Acredita-se que este ciclo de crescimento não se repetirá tão cedo (podendo mesmo ser irrepetível de todo em todo), porque, ainda que se introduzam reformas estruturais, a qualquer nível, continuarão a faltar condições básicas (na educação, na saúde, na investigação, no capital humano, na densidade competitiva e de investigação & desenvolvimento, na cidadania, na cultura, etc.⁶⁶). No contexto planetário, as outras economias também avançam, se transformam e cada vez mais disputam os mesmos espaços na economia-mundo. Este mini-período dourado apresta algumas características especiais: taxas anuais médias de crescimento elevadas; PIB não petrolífero a beneficiar, sobretudo, das variações positivas na construção civil e nos investimentos públicos (o segundo mais relevante factor de crescimento, a par das exportações de petróleo); PIB petrolífero dentro dos padrões internacionais da época, com elevados preços do barril de petróleo.
- d) Por fim, o período 2009/2020 com duas crises específicas: uma, passageira, de duração de um ano, entre 2008 e 2009; outra, mais longa, situada entre 2014 e 2020, mais concretamente 2016 e 2020, caracterizada por uma recessão resiliente, com origem na queda do preço do barril de petróleo no segundo semestre de 2014 (tal como tinha acontecido no segundo semestre de 2009) e na ausência de reformas institucionais de fundo. Assim, a intensidade do crescimento em qualquer das sub-economias (petróleo e o resto) atenuou-se, correspondendo, aliás, a um movimento de longo prazo de redução tendencial da capacidade de crescimento da economia nacional.

O gráfico seguinte sintetiza os comportamentos económicos em Angola, anteriores aos Acordos de Paz, da ocorrência da crise financeira internacional 2008/2009 e da crise mais recente 2016/2020.

⁶⁶ O Desenvolvimento e o Progresso são uma combinação permanente e dinâmica de transformações culturais em todos os domínios da pessoa humana e das instituições, conforme Adérito Sedas Nunes, *Sociologia e Ideologia do Desenvolvimento* (Moraes Editores, 1968). Ver igualmente *Aspectos Sociológicos do Crescimento Económico*, Bert F. Hoselitz, Editora Fundo de Cultura, 1964, para se poder compreender que o desenvolvimento e o progresso são uma totalidade social e cultural e não apenas uma questão de números. A sustentabilidade do crescimento e a sua repetição cíclica não dependem apenas dos investimentos materiais. As mudanças de mentalidade são, provavelmente, o factor essencial da sustentabilidade do crescimento e da resiliência a intempéries (esperadas, como a oscilação do preço do barril de petróleo, ou inesperadas, como a COVID-19).



Fonte: INE, Contas Nacionais.

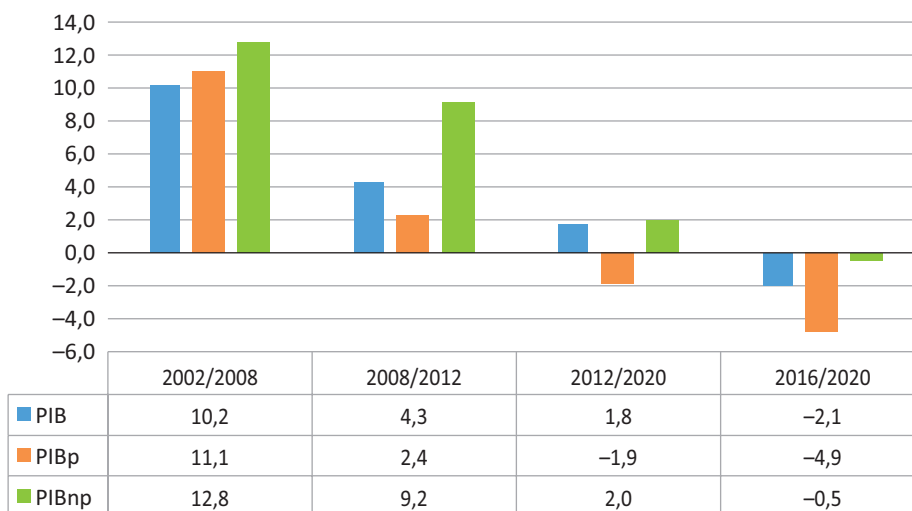
As linhas traçadas no gráfico expressam cabalmente a tendência de desaceleração estrutural da dinâmica de crescimento. E, do mesmo modo, dá indicações sobre a capacidade de crescimento da economia, calculada na base das cifras do período correspondente à longa duração, ou seja, cerca de 3,6%. Com investimentos em capital humano, físico, tecnológico, institucional, científico e empresarial este valor (relativamente baixo, atendendo às condições existentes de capital natural) pode ser aumentado no longo prazo, sendo, para isso, curial tomar as atinentes e pertinentes medidas.⁶⁷

Outra forma de datar os ciclos económicos em Angola está exposta no gráfico seguinte, através do qual são possíveis as constatações que se anotam: entre 2008 e 2012 verificou-se uma queda acentuada na taxa de crescimento do PIB (de 10,2% para 4,2% ao ano), sobretudo explicada pela diminuição do efeito-contágio do petróleo e do crescimento do não petrolífero; igualmente nas outras componentes da economia real ocorreram deslizamentos nas respectivas intensidades de crescimento (-8,7 pp no petrolífero e - 3,6 pp no não petrolífero).

⁶⁷ Os países do eixo asiático (Japão, China, Coreia, Malásia, Indonésia), para onde se vai transferir o centro de gravidade do desenvolvimento económico e social do mundo neste século XXI, trabalham na base de planos de desenvolvimento do capital humano a 50 anos. A sua cultura e tradição (expressas em comportamentos de rigor, disciplina, organização, compromisso e dedicação) e o autoritarismo que alguns deles usam no cumprimento dos programas e das decisões explicam os seus grandes sucessos económicos e sociais, com projecção nos domínios do desenvolvimento científico e tecnológico. A República da Coreia tem sido um dos bons exemplos sobre esta capacidade de organização, responsável pela retoma da sua economia depois de finalizada a guerra da Coreia em 1954 (ver Alves da Rocha, Semanário *Expansão* de 4 de Maio de 2018, “Que País É Este, Quem É Este País?”).

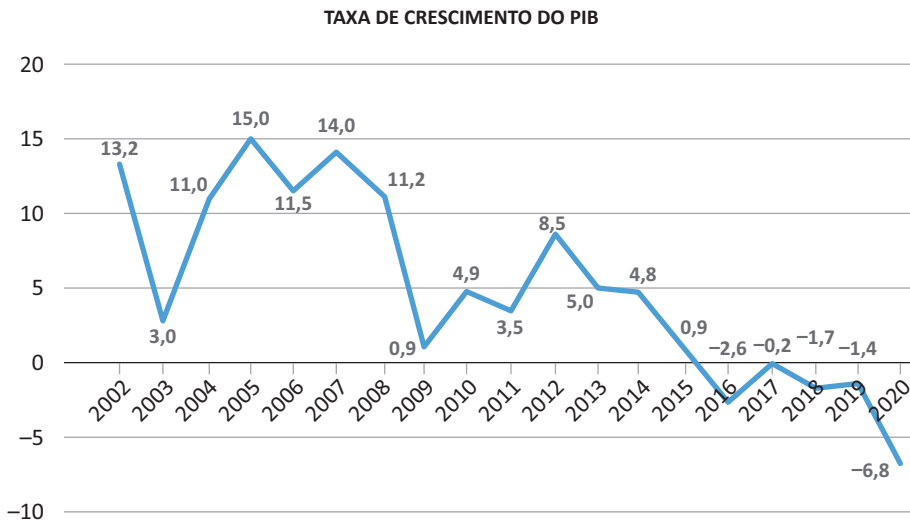
- a) A crise de desaceleração só não foi mais acentuada devido à influência apaziguadora da economia não petrolífera, explicada pelo efeito construção/investimento público e pela incidência do sector de serviços (comércio, transportes, banca e seguros).
- b) A linha de redução da intensidade de crescimento continuou a verificar-se no período 2012-2017, para a qual contribuíram: a queda do preço do petróleo em 45% no segundo semestre de 2014, o rebentamento da bolha imobiliária que nos períodos anteriores sustentou o crescimento do PIB não petrolífero e a retracção na construção, na indústria transformadora, no comércio e nos transportes.
- c) Entre 2016 e 2020, o ciclo foi totalmente negativo, independentemente da componente do crescimento, confirmando-se a perda de gás no crescimento desde o período 2002/2008. É curioso assinalar que entre o ciclo 2002/2008 e o 2016/2020 as perdas de crescimento foram: -12,3 pp no PIB, -16 pp no petróleo e -13 pp no não petrolífero. Estas tendências, reais e efectivas, ajudam a explicar e a entender que, não obstante os muitos programas governamentais para acudir à economia, a retoma não só ainda não aconteceu (mesmo admitindo-se a existência de *lags* entre medidas e políticas e resultados), como a recessão se instalou durante seis anos consecutivos. Igualmente, quando a economia estagna ou regride, o sistema social treme, especialmente quando é fraco e desprovido de resistências suficientes para se manterem níveis mínimos de condições de vida.

COMPARAÇÃO DAS CRISES ECONÓMICAS

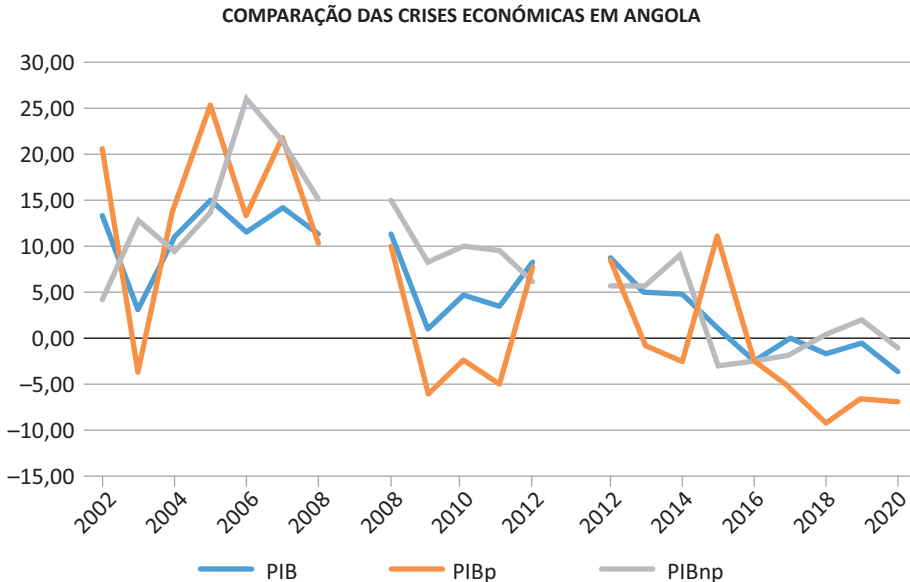


Fonte: CEIC, com base nas Contas Nacionais.

Para uma visualização mais linear sobre os ciclos económicos em Angola representa-se os gráficos sem e com agrupamento pelos períodos referidos.



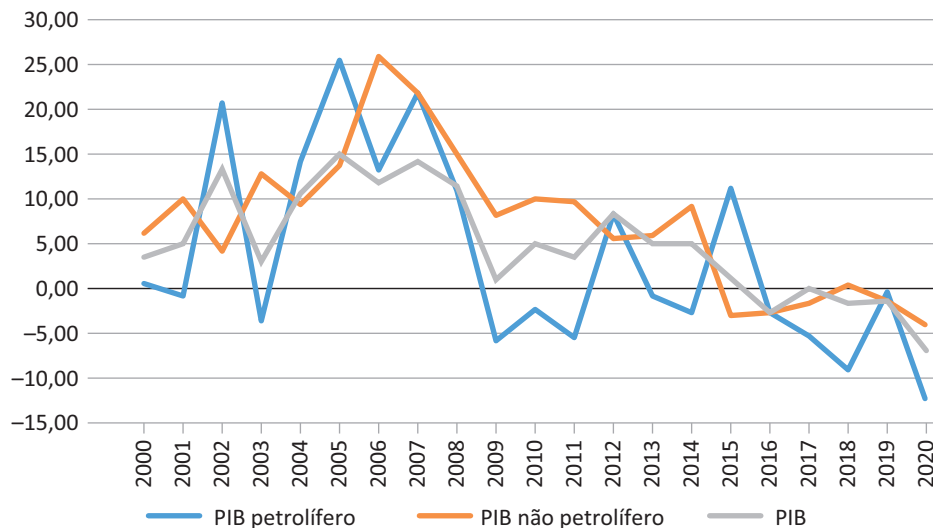
Fonte: Contas Nacionais do INE.



Fonte: CEIC, com base nas Contas Nacionais.

Tal como decorre da definição anterior, também em Angola a parte recessiva do ciclo económico tocou todas ou a maior parte das actividades económicas: petrolíferas e não petrolíferas, como se pode confirmar pelos gráficos seguintes.

OS CICLOS ECONÓMICOS EM ANGOLA

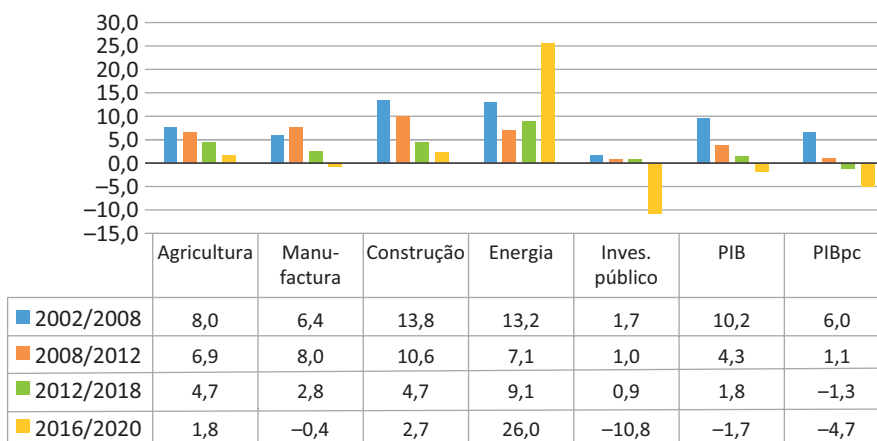


Fonte: INE, Contas Nacionais.

A acentuação da fase descendente do ciclo de Kitchin ocorre depois de 2014.

Enquanto factores que completam a explicação e a compreensão dos ciclos económicos em Angola, seleccionaram-se a agricultura, a manufatura, a construção, o investimento público e o PIB por habitante como componente da procura agregada privada, de cujo comportamento e expressão depende a produção não mineral.

FACTORES DAS CRISES PARA ALÉM DO PETRÓLEO – TAXAS MÉDIAS ANUAIS DE VARIAÇÃO



Fonte: CEIC, com base nas Contas Nacionais.

O crescimento da agricultura (em sentido amplo, com pecuária e florestas) foi-se sempre atenuando entre 2002 e 2020 alertando-se para que, no actual contexto de discriminação negativa do sector, não se irá constituir numa das alavancas da diversificação, da criação do mercado interno e da substituição das importações.

Dois sectores ou cadeias de valor agregado podem constituir um novo modelo de crescimento descentrado do petróleo: agro-indústria e energia, qualquer um deles com enormes potencialidades para a diversificação da economia e para as exportações.

Portanto, o grande debate situa-se em torno de como conseguir inverter as tendências do passado – desde 2009, mas especialmente depois de 2014 – e garantir uma variação real do PIB sustentável, mas admitindo que a sustentabilidade acaba sempre por ser relativa (qual a taxa de crescimento do PIB considerada sustentável no tempo? Bastará para isso ser superior à taxa de crescimento da população? Será suficiente estabelecer-se na vizinhança da taxa de crescimento potencial da economia difícil de se calcular?).

5.4 Datação dos ciclos económicos em Angola com o PIB trimestral

O exercício de datação de ciclos económicos é uma tarefa desafiante, contudo o estudo dos ciclos económicos é uma área de investigação com uma longa tradição em economia.

Sobre este exercício, o trabalho pioneiro de Arthur Burns e Wesley Mitchell refere o seguinte: *“Business cycles are a type of fluctuation found in the aggregate economic activity of nations that organize their work mainly in business enterprises: a cycle consists of expansions occurring at about the same time in many economic activities, followed by similarly general recessions, contractions, and revivals which merge into the expansion phase of the next cycle; in duration, business cycles vary from more than one year to ten or twelve years; they are not divisible into shorter cycles of similar characteristics with amplitudes approximating their own”*.

Burns e Mitchell definem os ciclos de negócios (económicos) como flutuações da actividade económica, com ciclos expansivos ou recessivos.

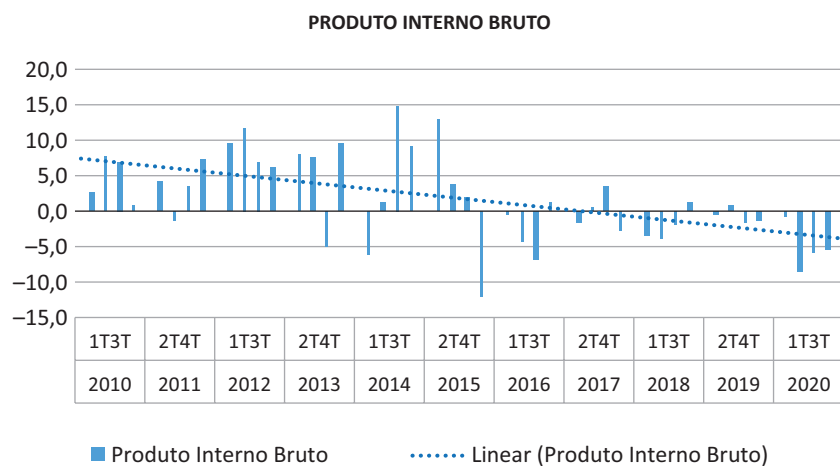
O pioneirismo de Burns e Mitchell serviu de base para a datação dos ciclos nos Estados Unidos, prática que tem sido conduzida pelo National Bureau of Economic Analysis (NBER). De acordo com a literatura anglófona, a datação dos ciclos económicos é feita partindo da identificação dos *peaks* e dos *troughs* (pontos altos e baixos da actividade económica).

A nossa análise teve como base os trabalhos do NBER e do Banco de Portugal, numa tentativa de aproximar não somente os conceitos e pressupostos do estudo por eles desenvolvido, bem como ajustá-los metodologicamente à realidade de Angola.

A série trimestral das medidas encadeadas do PIB construída pelo INE tem o seu começo em 2010, e a sua datação trimestral corresponde sensivelmente a trinta e nove trimestres, o que permite de alguma forma identificar pontos de viragem (*peak & trough*) da economia angolana.

CRONOLOGIA DOS CICLOS ECONÓMICOS BASEADA NO PIB REAL TRIMESTRAL					
DATAS		DURAÇÃO TRIMESTRAL			
		Contração	Expansão	Ciclo	
<i>Peak</i>	<i>Trough</i>	<i>Peak and Trough</i>	<i>Trough anterior a este Peak</i>	<i>Trough desde o Trough anterior</i>	<i>Peak desde o Peak anterior</i>
2010T1	2011T2	5	-	-	-
2011T3	2013T3	8	1	9	6
2013T4	2014T1	2	1	3	11
2014T2	2016T3	9	1	10	3
2016T4	2017T1	2	1	3	10
2017T2	2018T3	5	1	6	3
2018T4	2019T1	2	1	3	6
2019T2	2020T4	6	1	7	4
MÉDIA		4,75	1	5,71	6

Fonte: CEIC, baseado nas Contas Nacionais trimestrais.



Fonte: INE, Contas Nacionais.

A duração média entre um ponto alto e baixo da actividade económica é de cinco trimestres, ou seja, os períodos entre uma contração e outra têm essa duração. Já a expansão tem uma duração mais curta na medida em que, entre um ponto baixo e outro, o intervalo é de apenas um trimestre, dando conta de uma recuperação logo no trimestre a seguir.

De acordo com o gráfico apresentado, a trajectória do PIB apresenta um comportamento interessante, sendo que em alguns trimestres exibe uma queda que facilmente é recuperada no trimestre imediato.

A regra informal de identificar as recessões como períodos em que se registam pelo menos em dois trimestres consecutivos de variação em cadeia negativa do PIB real, tal como sugerido por Julius Shiskin em 1979 num artigo do *New York Times*, acontece no último trimestre de 2015, período em que se registam contracções mais longas⁶⁸.

A duração média de ciclo para o caso angolano é de seis trimestres, facto facilmente explicado pelas limitações na disponibilidade de dados.

O estudo dos ciclos económicos continuará sendo uma questão debatida na economia nacional, à medida que o sistema de dados e a sua disponibilidade for fortificado, a sua datação será mais facilitada e melhor ajustada metodologicamente.

⁶⁸ António Rua – “Datação dos Ciclos Económicos em Portugal”, Banco de Portugal, Novembro de 2020.

6. PROBLEMAS E RISCOS ESTRUTURAIS

O CEIC tem chamado a atenção para o facto de que Angola está em crise económica desde 2009 (ainda que abordagens oficiais e de outros economistas coloquem o seu início em 2014, na sequência com mais uma queda do preço do barril de petróleo no seu segundo semestre) da crise internacional do *subprime*⁶⁹: em 2008, a taxa de crescimento do PIB foi de 11,2% e em 2009 de 1,89% para não mais se regressar aos níveis anteriores. No segundo semestre de 2014 assistiu-se a uma quebra de mais de 45% no preço do barril de petróleo, de cuja actividade depende a capacidade de importação do país (a componente importada da produção nacional é de mais de 70%), as receitas fiscais e as reservas internacionais. Inevitavelmente que o resultado só podia ser a quebra da produção nesse ano e em 2015. Como as reformas macro e microeconómicas tardam em acontecer (na dimensão, eficácia e eficiência requeridas⁷⁰), a recessão sistemática fez a sua aparição e em 2016, 2017, 2018 e 2019 o PIB diminuiu, em valores acumulados cerca de 5,2%.

As medidas de contenção da COVID-19 estão a provocar, depois de 2019, uma contracção da actividade económica em 2020, que pode chegar aos 7%, de acordo com as previsões da Universidade Católica de Angola (o Banco Mundial coloca-a em -4%⁷¹, aguardando-se as previsões do Fundo Monetário Internacional a serem conhecidas brevemente)⁷². Consequentemente, as taxas de desemprego dispararam (a geral para 32% e a da população jovem para 57,5%), a taxa de pobreza aumentou (41% de acordo com os dados oficiais do IDREA 2018/2019) e a fome e miséria instalaram-se. As igrejas cristãs de Angola, com destaque para a Católica, não se cansam em acções de ajuda humanitária junto das periferias das grandes cidades, em particular Luanda, com o objectivo de atenuarem as sofridas condições de vida da população, que, numa

⁶⁹ Para eventuais aprofundamentos consultar os *Relatórios Económicos de 2014, 2015 e 2016* do Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola.

⁷⁰ As reformas e as medidas de política económica têm um *lag*, variável e diferente consoante a sua natureza, que é desconhecido em Angola. Estes desfasamentos ajudam a compreender que os efeitos da sua aplicação nunca serão imediatos, sendo, por isso, que os modelos macroeconómicos de previsão, mas sobretudo de decisão, devem trabalhar com equações dinâmicas.

⁷¹ World Bank – *World Economic Prospects*, 2020.

⁷² Até final de 2020 não se vislumbraram intervenções de política económica capazes de corrigir as quebras de actividade registadas por efeito de inércia e da COVID-19, tendentes a tornar mais suave a quebra final do PIB.

grande percentagem, não tem água (nem saneamento básico, nem electricidade, nem acesso à saúde), ficando muito mais difícil cumprir as medidas de segurança sanitária⁷³.

Quando uma economia não cresce ou regride, quando os indicadores sobre o clima de negócios continuam muito problemáticos, quando o capital humano não corresponde às exigências colocadas pelas transformações estruturais dos tecidos económicos, quando as instituições não existem, quando a instabilidade institucional é elevada (nunca em Angola e em tão pouco tempo ocorreram tantas nomeações e exonerações) e quando o Governo continua a tomar decisões polémicas e desajustadas da presente realidade (a aquisição de 200 viaturas topo de gama para as entregar aos Ministros, Secretários de Estado e outros membros da nomenclatura, o investimento de USD 42 milhões para se construir a sede da Comissão Nacional Eleitoral, a construção de um hospital para os dirigentes, a construção do bairro administrativo para o Estado, o ressarcimento de uma dívida externa dum país africano em espécie⁷⁴, etc.), não pode haver atracção de investimento privado, mormente o estrangeiro. Apesar de um novo Presidente da República – cuja eleição suscitou muita expectativa – e dos programas de governação anunciados na sequência da sua tomada de posse (cujos conteúdos não se diferenciam muito dos do passado), a economia está em derrapagem desde 2016, os índices de confiança são de expressão reduzida e têm estado em queda desde há muito tempo⁷⁵ e o investimento tarda em acontecer. A diversificação não se faz sem reformas estruturais, investimento e confiança.

Como se referiu anteriormente, as expectativas criadas pela sua eleição foram muito elevadas, em especial durante 2018, com o anúncio das medidas contra a corrupção e a favor da transparência e com a sua diplomacia económica e política externa que o levou a visitar vários países a fim de apresentar a nova cara da NOVA ANGOLA. Foram conseguidos vários financiamentos externos (a dívida pública neste ano aumentou cerca de USD 11 mil milhões) e muitas promessas de fluxos de investimento externo (que não se transformaram em aplicações reais e efectivas). Entretanto, a economia continua amarrada por uma série de constrangimentos, alguns dos quais já foram referidos. A intervenção do FMI, de resto, como noutros países, tem sido muito polémica, por se centrar exclusivamente nos aspectos da estabilização das finanças públicas e das taxas de câmbio, deixando, para segundo plano, as questões sociais, a retoma do crescimento e do emprego, as quais, segundo a sua doutrina, acabarão por se resolver depois dos ajustamentos e da estabilização.

⁷³ Estas acções de ajuda humanitária estão a dar origem ao aparecimento de intervenções oportunistas de grupos de pessoas que descobriram que o uso, não se sabe se autorizado, de camisolas com a figura do mais alto representante da Nação pode ser altamente conveniente na obtenção de recursos. Evidentemente que em condições de salários baixos e desiguais, de alta inflação, de pobreza e miséria, este tipo de comportamentos tem terreno fértil para se revelar. Politizar as necessidades de quem mais precisa é um acto repulsivo.

⁷⁴ Está-se a referir aos 100 milhões de dólares pagos com 2500 cabeças de gado, 300 das quais sucumbiram.

⁷⁵ Consultar os Relatórios Trimestrais de Conjuntura do INE.

Com a recessão ocorrida em 2020, são cinco, os anos consecutivos de quebra de actividade, de aumento do desemprego (sem crescimento económico não se criam empregos), de redução dos rendimentos, de diminuição do PIB por habitante, de aumento das situações de pobreza e miséria e de atrofiamento do nosso acreditar no país (por mais alto que seja o patriotismo, quando o funcionamento das bases económicas e sociais é deficiente, torna-se difícil aguentar sacrifícios, que invariavelmente recaem sobre quem menos pode suportá-los).

6.1 O papel da agricultura

Depois de anos sucessivos a crescer de modo irrisório (1,77% em 2016; 1,41% em 2017 e 0,8 em 2019) ou a decrescer (2% em 2018), o sector agrícola conheceu uma taxa de crescimento de 4,4% em 2020. Quanto ao peso do sector no PIB, a média entre 2002 e 2018 foi de 6,7%. Apesar disso, a situação mantém-se deveras preocupante, pois o país tem necessidade absoluta – e tem essa possibilidade – de crescimentos mais robustos, não apenas porque a diversificação da economia o exige, mas também para que se possam reduzir os gastos na importação de alimentos, apesar de estes terem passado de 3.257,6 milhões de dólares em 2017 para cerca de 3.160,5 milhões em 2018 e pouco mais de 2.613,2 milhões em 2019, embora se tenha de ter em conta que para tais números está a contribuir a depreciação da moeda.

O insignificante peso político do sector agrícola em Angola desde o fim da guerra é algo inexplicável. É certo que nos últimos anos se tem notado uma maior preocupação com ele, causa e consequência de um certo dinamismo a nível empresarial e das famílias produtoras, o que, por sua vez, é fruto da crise cambial que se vive desde há vários anos. Não havendo a mesma disponibilidade de divisas anterior, quer em quantidade, quer em preço, é natural que se procurem alternativas internamente para uma crescente procura de alimentos. Acontece, porém, que os persistentes problemas estruturais, que se arrastam desde o início da reconstrução do país, constituem um obstáculo difícil de transpor.

De acordo com o actual Ministro da Agricultura (da Agricultura e Pescas desde 2020), numa afirmação que tem repetido desde a sua nomeação no início do segundo semestre de 2019, os grandes problemas do sector podem ser sintetizados em conhecimento, logística e mercado. A afirmação é correcta mas não está completa e o modo como têm sido tratados – directa ou indirectamente – tais problemas merece alguns comentários ao longo desta secção.

No Relatório Económico do CEIC de 2015, numa análise que se mantém actual, foi feita uma enumeração relativamente pormenorizada dos principais constrangimentos do sector, separando-os em três grupos: pelas incidências a nível externo ao sector e do ambiente de negócios; a nível do sector, mas fora do controlo do agricultor; e a nível do agricultor. A maior parte de tais constrangimentos encontra-se longe de estar ultrapassada.

Os mais determinantes constrangimentos dizem respeito à concepção de desenvolvimento e ao modo errático como se definem e implementam (ou não se implementam) as políticas e

as medidas políticas. Este não é um problema específico do sector, mas do Executivo angolano no seu todo, no entanto aqui ganha outra dimensão, dadas as suas características: diversidade, dispersão das actividades e dos produtores, influência noutros sectores como a indústria, entre outras. Com efeito, a agricultura não pode ser gerida de modo centralizado e compartimentado como tem sido, antes deve de ser encarada de modo holístico e com elevado nível de integração. Por outro lado, continua a prevalecer a ideia de “projecto” que, seja privado ou mesmo público, surge sem que se tenham em devida conta as várias e necessárias envolventes e conexões. Daí resultam as “queixas”, ou reclamações, de falta de estradas para escoamento de produtos, de rações para os animais ou para os peixes, ou de energia eléctrica, para além da exiguidade em recursos humanos (ou de condições para a sua remuneração), tanto para actividades complexas e sofisticadas das empresas que se consideram de vanguarda, como para a “simples” assistência técnica aos agricultores familiares ou aos pequenos e médios agricultores. Falta quase sempre a tal visão holística e integrada.

Vejam-se alguns exemplos. Depois dos anunciados propósitos de se pôr fim à actividade empresarial pública na área da produção, após as desastrosas experiências da década e meia anterior, e após o início do processo de privatização danoso para o Estado devido ao nível de degradação das infra-estruturas e dos equipamentos, eis que o Estado, para além de manter empresas que são autênticos sorvedouros de verbas do OGE (ainda que eufemisticamente rotuladas de parcerias-público-privadas), como a Aldeia Nova e a Quiminha, volta a investir na produção directa em várias unidades como, por exemplo, em Samba Cajú (Cuanza Norte) e Qui-zenga (Malanje), estando, neste último caso, em curso a instalação de um projecto irrigado no valor de 123 milhões de dólares, sem se ter em conta o descalabro que foi o investimento anterior nesse domínio, como é o caso, entre vários outros, das Ganjelas na Huíla, que se encontra abandonado há muitos anos, para além do mau uso dado a praticamente todos os demais, salvo uma ou outra conhecida excepção, motivada pelo recurso generoso a técnicos expatriados.

Constrangimento igualmente determinante é a extrema fragilidade institucional que atravessa o ambiente de negócios agro-alimentar. Se as empresas públicas fracassaram, não foi apenas pelo modelo em si, mas também pelas circunstâncias em que elas operaram, entre as quais não se pode deixar de considerar essa fragilidade. O PRODESI tem conhecido dificuldades para a sua concretização devido à grande fragilidade das empresas, não apenas em matéria de gestão, mas sobretudo de visão, e acabam por refugiar-se na ausência de apoios por parte do Estado, com destaque para o problema do crédito. Entretanto, as instituições do Estado que deveriam motivar, mobilizar, fazer formação, inovar, enfim, facilitar e estimular o processo de crescimento das empresas e monitorar a sua evolução e a dos projectos que executam, não o fazem porque não têm capacidade para tal.

Outro exemplo sintomático, que se trata aqui de modo mais exaustivo por razões compreensíveis, é o que se passa com a assistência à agricultura familiar. O PEDR – Programa de Extensão e Desenvolvimento Rural – foi aprovado em 2004 e tinha como grande objectivo

o relançamento da extensão rural em Angola. A ideia ficou, mas não se conseguiu delinear uma metodologia de actuação, sem a qual o serviço será forçosamente ineficaz. Embora tenha chegado ao seu termo cinco anos depois, continua a ser usado como referência porque não houve capacidade de se conceber um outro que o sucedesse. Segundo o relatório consolidado 2017-2018, o IDA assistiu 1.042.355 famílias (das cerca de três milhões existentes), 568.730 delas (54,6%) no quadro do PEDR, 457.466 (43,9%) com actividades de fomento (o que significa uma distribuição pouco articulada de insumos, e 16.159 (1,5%) através de parceiros (deduz-se ONGs). No total, o número de famílias assistidas representou 37,85% das previstas, e com diferenças significativas de cumprimento em função das províncias, de 3% na Lunda Norte a 100% em várias delas. As famílias assistidas correspondem apenas a 7,6% dos agricultores familiares existentes no país e 15,2% das famílias que se previa assistir. O panorama dos anos seguintes não conheceu melhorias, dadas as dificuldades financeiras persistentes. Esta é a dura realidade que não é encarada de modo sério.

Entretanto, o Executivo acordou empréstimos com o Banco Mundial, com o FIDA e com o BAD para apoio à agricultura familiar na perspectiva da sua ligação ao mercado, em municípios de seis províncias, que deveriam ser encarados como laboratórios para a concepção e adopção de modelos de extensão agrícola ou rural e de escolas de formação de técnicos que permitissem o alargamento do modelo às outras regiões do país. Alguns progressos foram conseguidos (com as Escolas de Campo, a correcção de solos e mais recentemente as caixas comunitárias), mas a persistente fragilidade institucional e a descoordenação das intervenções, quase sempre com base em abordagens *top-down*, de que os chamados blocos compactos (campos mecanizados cuja eficácia é tecnicamente discutível, pelo menos em certas condições) são um espelho, conduziram a resultados tímidos, se tivermos em conta os montantes despendidos. Tudo indica que o alargamento desses projectos a outras províncias só será possível com recurso a novos empréstimos, o que tornará o modelo insustentável. Isso resulta da ausência de medidas complementares aos Projectos, como o reforço do IDA em autoridade e capacidades que lhe permitam exercer o seu papel tutelar e regulador em matéria de definição de políticas e de medidas de política, sua monitoria e avaliação.

Em meados de 2020 foi aprovado o Plano Integrado de Aceleração da Agricultura Familiar e Pesca Familiar (PIAAPF), mas do qual não se têm ouvido notícias, não estando claro se se trata de uma “umbrela” de toda a intervenção no domínio da agricultura familiar, o que é sintomático do que se disse atrás. Isto explica-se ainda pela fragilidade do IDA, cujas atribuições oficiais não são suficientes para o desenvolvimento de todas as suas pretensões. Seria preciso juntar assistência agrícola e pecuária, extensão e desenvolvimento rural numa abordagem integrada que permitisse ao IDA trabalhar todas as questões sem divisões artificiais. Os programas actualmente em execução são divididos em quatro temas: desenvolvimento rural, campanha agrícola, introdução de novas culturas alimentares (mais resistentes à seca) no Sul de Angola e inovação tecnológica, mas as acções realizadas são quase sempre pontuais. Falta elaborar conteúdos mais sólidos, com conceitos e metodologias claros, o que facilitaria a procura de

financiamentos para além de permitir maior consistência e eficácia no terreno. A inexistência de um programa de desenvolvimento rural que permita “captar” as percepções ou sentimentos no meio rural de modo sistematizado, como o CEIC tem vindo a defender há muitos anos, é um problema que o Executivo quase ignora. Esta questão torna-se mais pertinente pelo facto de, a partir do início dos anos 10, o desenvolvimento rural ter deixado de ser tema tratado pelo Ministério da Agricultura para passar primeiro para o Ministério da Família e da Promoção da Mulher e depois para o Ministério do Comércio, aqui integrado no Programa Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza, cujas acções estiveram sempre pouco ou nada coordenadas com o Ministério da Agricultura, situação que agora pode ser revertida.

Se a “ideia” da extensão rural está assumida, muito resta por fazer, pois o Executivo não só não foi capaz de construir uma metodologia que tivesse em conta a realidade angolana na sua diversidade, como não tem sido capaz de formar quadros que possam constituir uma “escola de extensão”. O recurso tem sido a contratação de serviços da FAO – no âmbito do MOSAP, um projecto assistido técnica e financeiramente pelo Banco Mundial – para implantar as *Farmer’s Field Schools* (Escolas no Campo do Agricultor), mas, depois de vários anos e muitos gastos, os resultados ainda não são satisfatórios, pois a dependência da FAO mantém-se e o número de técnicos formado é reduzido e muitos abandonam o IDA por falta de solução para os salários. Por outro lado, continua por definir uma carreira de extensionista que seja atractiva e dê confiança aos técnicos. Na verdade, o MOSAP deveria ter sido melhor aproveitado para tal, mas a tal segmentação e falta de integração não têm permitido, e sobretudo falta visão estratégica.

Com recursos humanos extremamente limitados, por carências orçamentais mas não só – o IDA do Cunene funciona com seis técnicos “extensionistas” quando deveria ter 60 pelo quadro orgânico – baixos salários, envelhecimento físico e de ideias, falta de instalações adequadas e de veículos (incluindo motorizadas), o IDA cumpre com apenas 10% do seu plano de assistência às famílias. O panorama nas províncias sem “projectos” tipo MOSAP é o mesmo.

A falta de formação dos técnicos e de condições de trabalho não permite fiabilidade na informação sobre a produção obtida em cada campanha agrícola, como o CEIC não se tem cansado de denunciar. Tal informação resulta de estimativas, tendo como referência de cálculo as médias orientadas pela estrutura central. Apesar dos esforços nos últimos anos, por parte do Ministério da Agricultura, Pecuária e Pescas, para melhorar esta situação, com reflexos na qualidade dos relatórios anuais da campanha agrícola, a fiabilidade é claramente modesta. Isso explica, em parte, porque este ano o relatório não apresenta os dados quantitativos relacionados com a produção agrícola. Porém, é sintomático que a área cultivada com força manual se mantenha em níveis tão elevados (mais de 70%).

Em termos de informação qualitativa, não existe o hábito nem, em vários casos, a capacidade de usar e analisar documentos escritos para fundamentar uma acção ou justificar um projecto. O IDA apenas participa na concepção de alguns projectos, mas não elabora nenhum a partir das informações e dos planos que podem vir da base. Os projectos com financiamento externo

não passam pelo Departamento, e não existe liberdade nem tempo suficientes para se poder elaborar projectos internos.

Uma outra deficiência importante, com origem na falta de formação adequada, mas também na prevalência do modelo hierárquico de relações, prende-se com a relação dos técnicos com os agricultores familiares e suas organizações. Por um lado, existe um problema de percepção do IDA e das EDAs, pelo facto dos insumos agrícolas vindos do Ministério serem geralmente distribuídos por eles⁷⁶. Isto retira o foco sobre a real função do Instituto, mas é preciso reconhecer que, frequentemente, os próprios técnicos não têm muito mais para ajudar do que “distribuir” estes insumos e se sentem desamparados por ter tão pouco para dar, mesmo que seja a crédito como tem sido geralmente o caso quando a distribuição depende do IDA e não de projectos externos. Mas é essa distribuição que acaba por conferir-lhes algum poder, quer junto dos agricultores, quer das instituições locais de todos os tipos. Por outro lado, não existe nenhum tipo de consulta sistematizada e a informação disponível também não está sistematizada, principalmente pela insuficiência de técnicos no campo e de meios para eles se deslocarem, sendo chocante que muitos deles não sabem como devidamente promover, organizar e fortalecer as organizações comunitárias⁷⁷. São problemas institucionais que explicam porque o comércio rural não avança, porque se cometem erros como o “negócio” do gado do Chade e os escândalos com a exploração da madeira, entre outros.

Porém, a formação de técnicos agrários deve ser vista numa perspectiva mais alargada e a partir de uma realidade que poderá ser melhor entendida se dispusermos de números. Quantos técnicos médios e licenciados (agrónomos e veterinários) foram formados desde 2002? Onde estão? Qual a percentagem que trabalha efectivamente no sector? Quais as razões? Porque razão os técnicos médios, na maioria, não vão trabalhar para o sector nem seguem cursos superiores a ele ligados e procuram outros sempre que podem? Porque é que os cursos superiores agro-pecuários são pouco atractivos e mal pagos?

Em 2019/2020, na sequência de uma análise sobre cadeias de valor no sector agrícola, a União Europeia financiou um estudo que permite concluir a existência de uma série de gargalos de difícil compreensão no funcionamento da cadeia – o processo de exportação tem custos de transacção relativamente elevados, se comparados com outros países exportadores, sendo que cada contentor, antes de ser carregado num navio no porto de Luanda, deve passar por um procedimento com cinco a sete etapas –, e que com relativo esforço organizativo e algum investimento perfeitamente ao alcance do Estado e do sector privado poder-se-ia dar um salto significativo nos níveis de produção em toda a cadeia de valor do café, incluindo a exportação, com

⁷⁶ Esse tipo de prática, diz-se, passa a ser do passado a partir do ano 2020/21. Mas o mesmo já foi dito noutras ocasiões.

⁷⁷ Caso haja interesse em aprofundar este tipo de questões, ver *Relatório do Diagnóstico e Avaliação das Necessidades de Reforço das Instituições* do MINAGRIF, MINAMB e dos Governos Provinciais da Huíla, Namibe e Cunene citado na bibliografia.

base nos pequenos agricultores e nas explorações empresariais “tradicionais” e, sobretudo, numa nova perspectiva de relançamento do cultivo de café arábica. Os ganhos seriam importantes em termos de emprego, agregação de valor e ganhos em divisas. O estudo não parece ter merecido a devida atenção da parte das instituições competentes e arrisca-se a entrar na história de “elefantes brancos de papel” de que Angola é pródiga praticamente desde a independência. A análise pontual da cadeia de valor na campanha de 2018-19 – algo que nunca é feito pelo Instituto do Café pela crónica falta de capacidades de todo o tipo, incluindo a da sua necessidade – transmite uma impressão de sustentabilidade económica frágil. Mas apresenta uma janela de oportunidade para progressos rápidos e constantes num futuro próximo. As novas plantações, cuja produtividade fará enormes progressos nas próximas duas campanhas agrícolas, constituem a evidência empírica concreta desta projecção. E seguramente que o milhão de dólares de exportação anual actualmente conseguido será largamente ultrapassado.

A ausência de perspectiva de desenvolvimento adequado no pensamento das lideranças do país, e das elites em particular, sobressai quando se fala do tema “tractores”. Não oferece dúvida nenhuma a razão que têm os agricultores e as agricultoras quando reclamam a necessidade de o Estado providenciar serviços de mecanização para que eles possam suportar o esforço físico, aumentar a produtividade e tentar manter os jovens no campo. Mas o Executivo procura “resolver” esta questão de modo incorrecto – adquirindo equipamentos e fornecendo serviços de modo assistencialista que atenua as dificuldades num intervalo de tempo muito curto, pois, tal como noutras situações, os equipamentos têm de ser bem geridos, usados com eficácia e eficiência, bem mantidos e repostos de modo racional. Nada disso se verifica na prática. Por tal razão, apesar das verbas despendidas ao longo das últimas décadas, apenas 4 % da área cultivada no país é feita com trabalho mecanizado. Um assunto que deveria merecer reflexão e nunca é tratado por quem tem de fazê-lo⁷⁸.

Nos primeiros meses de 2020, o Executivo aprovou a reforma das instituições do seu aparelho central. Haveria muito a dizer sobre a bondade dos resultados no sector agrícola, começando pelo facto de decorrido quase um ano a reforma não ter saído do papel. O mais grave porém, é a perda de importância, que já era baixa, da Segurança Alimentar e Nutricional. Quando na maioria dos países em situação idêntica a tendência tem sido a de elevar o seu patamar, passando para junto das Presidências da República ou do Governo, nós passamos de um Gabinete dependente do Ministro da Agricultura para um departamento da Direcção Nacional da Agricultura. Essa razão pode explicar a falta de estratégia coerente para tratamento de tão séria questão e os resultados estão à vista.

Em relatórios anteriores do CEIC abordou-se a importância e necessidade de se considerar a Lei de Liebig, ou Lei dos Factores Limitantes, para se compreender o insucesso da agricultura

⁷⁸ As incoerências do desenvolvimento de Angola atingem níveis paradoxais quando se constrói uma unidade de tractores, mas não se fabricam enxadas ou catanas ou outros utensílios e equipamentos simples que multiplicariam de imediato a produtividade de agricultoras e agricultores.

em Angola, ou, se se preferir, do agro-negócio angolano em termos da cadeia de valor enquanto fenómeno global. Segundo tal lei, e em termos genéricos, o nível de fertilidade dos solos, ou seja, a quantidade de nutrientes das plantas, sendo um dos gargalos, como agora se diz, da produção agrícola, tem de ser equilibrada. Por mais que se aumente um ou mais dos nutrientes, por exemplo, azoto ou fósforo, isso não significará aumentos da produção correspondentes se houver um ou mais nutrientes, como zinco ou qualquer outro, que estejam abaixo de um nível mínimo. Por isso, a Lei de Liebig é também conhecida como a Lei do Mínimo. Noutras palavras, uma planta será tanto mais forte e produtiva quanto o ponto mais fraco na sua cadeia de necessidades o permitir.

O desenvolvimento agrícola, ou o desenvolvimento em geral, e principalmente quando se tenta perceber o modo como se tem encarado esse desenvolvimento depois da independência, permite concluir que a Lei de Liebig se pode generalizar e aplicar ao seu equacionamento e às tentativas de se encontrar finalmente um rumo.

Na verdade, a atracção pela modernização acelerada da economia e da sociedade – que haveria de se revelar fatal e explicar a situação que vivemos –, tanto no tempo em se pretendia construir o socialismo, como mais tarde no capitalismo adoptado, teve como vector comum a ideia de projecto grandioso ao estilo “soviético” isto é, grandioso, ineficaz e ineficiente, que serviu de referência nos primeiros tempos e que não mais seria abandonado. Obras de infra-estruturas grandiosas e vistosas, para as quais não havia capacidade de gestão e de manutenção. Complexos agrários, fábricas, centralidades, aeroportos, pólos industriais e agro-industriais, mais recentemente, todos tiveram em comum dificuldades de gestão e de manutenção e na maior parte dos casos tiveram efeitos perversos e entraram em decadência e falência.

Este desejo de modernização acelerada não é domínio exclusivo da classe governante e política. Ela atravessa praticamente toda a sociedade. Daí que não se notem críticas nesse sentido por parte da oposição nem da maioria dos analistas, mesmo quando se manifestam contra políticas ou medidas adoptadas ou implementadas pelo Executivo.

Isto resulta da concepção errada de desenvolvimento que predomina no país e tem duas origens: uma de carácter endógeno, que reflecte um preconceito comum aos países africanos no pós-colonialismo, o de julgarem possível atingir, em pouco tempo, os considerados “níveis de desenvolvimento” das antigas metrópoles ou potências coloniais; outra de carácter exógeno, induzida pela ideia de construção do socialismo tomando como referência o modelo em vigor na antiga União Soviética e seus aliados, e mais tarde, na China depois da ascensão de Deng Xiao Ping ao poder, ainda que, neste caso, com outras variantes.

De acordo com essa concepção de desenvolvimento, que não difere do paradigma da pobreza em que se basearam os modelos produtivistas dos anos 60 e 70, que faliram em África e noutros continentes ainda nos anos 80, sendo substituídos por outros (como os que inspiraram os ajustamentos estruturais então impostos a muitos países africanos) que não tiveram melhor

sorte, o “desenvolvimento” é uma meta, pode (e em casos extremos há quem defenda que deve) ser transmitido por especialistas (o que explica o recurso exagerado a expatriados), é feito para o povo, tem no “projecto”, e isso é fundamental, a sua chave (daí derivam as dispendiosas consultorias e as dependências em relação às agências internacionais e o aumento da dívida externa) e a participação das pessoas ou cidadãos não passa de um meio, ou de um artifício, para se conseguir o projecto ou prometer o seu sucesso.

Esse entendimento de desenvolvimento merece ser analisado à luz da Lei de Liebieg ou do Mínimo. Um projecto pode ter quase tudo para dar certo, desde o financiamento (interno ou externo), *know-how* (de expatriados ou nacionais), mas se faltar um factor, um só, não vai ter sucesso. Por exemplo, o Executivo pode fornecer os quinhentos tractores prometidos aos antigos combatentes, mas não pode garantir os outros factores necessários para que os tractores tenham eficácia e, muito menos, eficiência. Não existem terrenos desmatados em quantidade suficiente, não pode garantir combustível (atenção à esperada subida do seu preço), nem tractoristas, nem peças de reposição, nem mecânicos, nem organização, nem capacidade para resolver eventuais conflitos de gestão que emergem nessas circunstâncias, como são as “invejas”, entre outros, tal como já está a acontecer. Isto é, neste caso são vários os factores que podem actuar como limitantes do projecto.

Há alternativas ao paradigma de desenvolvimento, designado por alguns autores de convencional e a que aqui se chama “soviético” para uso interno, responsável por todas as calamidades que conhecemos. Vários países têm seguido essas alternativas com sucesso, na Ásia, na América Latina e mesmo em África.

O importante é, desde logo, considerar que desenvolvimento não é uma meta, mas um processo que vem do passado. Nessa perspectiva, não é uma estrada ou o comboio que pode “levar” desenvolvimento a um território. A população desse território (província, município ou comuna) tem um passado, uma história, uma experiência, e isso tende, frequentemente, a ser encarado como um factor limitante, ou ponto fraco, mas também pode ser um ponto forte. O historial de realização de feiras e mercados rurais no Uíge, que tem uma tradição secular (quem conhece a história de Maquela do Zombo compreende o que se pretende dizer, mas o mesmo se pode dizer para quase toda a extensão da província), que se manteve durante todo este tempo de independência sem qualquer intervenção governamental, e que nunca mereceu qualquer atenção da parte do Executivo responsável pelo sector, que, claro, vai “investindo” em sucessivos projectos de comercialização modernos, dispendiosos e sucessivamente ineficazes, como o PAPAGRO e outros.

Neste paradigma, a que se pode designar paradigma para a cidadania, o desenvolvimento é, pois, construído pelas pessoas e com as pessoas, e com ele o projecto não é a questão ou ideia-chave, mas sim um meio para as instituições locais e os cidadãos assumirem o controlo dos recursos, controlo esse que lhes permitirá exercer o controlo do poder e diminuir a dependência externa em relação aos expatriados, às consultorias e às agências internacionais. Isso é visível no

exemplo dos mercados do Uíge. Nesse sentido, a participação não é um meio mas uma meta, pois visa o desenvolvimento e a democracia. Daí que seja curial a inspiração que nos dá o moçambicano Professor José Negrão (1956-2005), para a concretização do equilíbrio entre direitos cívicos e políticos, por um lado, e direitos económicos sociais e culturais, por outro. O que permitiria uma abordagem adequada do desenvolvimento dos espaços sociais – que por vezes se confundem apenas com o “rural” – para atenuar a pobreza e as desigualdades regionais, bem como os preconceitos inter-regionais ou etnolinguísticos que prejudicam o desenvolvimento no seu todo.

Este raciocínio pode explicar o posicionamento de quantos acreditam que a agricultura angolana tem de ter por base, nesta fase, um maior aproveitamento dos recursos internos: terra, água, agricultores e agricultoras, reciclagem e valorização de técnicos formados, uso de tecnologia com baixo nível de insumos externos. Porque não há divisas, porque a dívida não pode continuar a crescer e porque não será tão cedo que criaremos um ambiente amigo do investimento privado, seja nacional ou estrangeiro. Se se tiver o cuidado de fazer contas facilmente se poderá concluir que isso é possível.

6.2 O papel da indústria transformadora

Costumam ser elencadas cinco condições para a industrialização dos países que ainda a não possuem:

- A primeira condição – talvez relativamente necessária ou facilitadora ou coadjuvante, mas seguramente nunca suficiente, particularmente por tudo o que se escreveu e escreve acerca da maldição dos recursos naturais, mormente os de natureza mineral e com destaque para o petróleo⁷⁹ – é, claro, a disponibilidade de recursos naturais. Esta condição está directamente relacionada com a natureza específica da indústria transformadora, que consiste na fabricação de artigos a partir de matérias-primas naturais ou artificiais. Assim, a abundância destes recursos naturais funciona como um estímulo para os empresários criarem indústrias de transformação. Junta-se a esta facilidade, uma outra traduzida, em princípio, nos baixos custos internos de transporte. Nem sempre, porém, a disponibilidade de recursos naturais facilita, imediata e directamente, a industrialização dos países. Dependendo da natureza desses recursos naturais, os investimentos necessários para a sua exploração industrial rentável podem, por vezes, ultrapassar a capacidade interna de financiamento, exigindo a intervenção de poupanças externas mais interessadas na exportação em bruto do que transformada. Em relação a outros tipos de matérias-primas de origem não mineral, a sua industrialização interna depende, muitas vezes, da dimensão dos mercados nacionais, via de regra, relativamente pequena para construir uma competitividade baseada nas economias de escala. Acresce que o acesso aos mercados externos depende menos

⁷⁹ Alves da Rocha – “Petróleo e Desenvolvimento Económico – Uma equação impossível em Angola?” LUCERE, Revista Académica da Universidade Católica de Angola, n.º 4, Dezembro de 2006.

da competitividade dos produtos que das políticas seguidas pelos grandes países industrializados e dos comportamentos oligopolistas das grandes corporações industriais. Daí que as indústrias exportadoras tenham de ser objecto dum tratamento cuidadoso, tendente a ultrapassar alguns dos obstáculos que podem defrontar nos mercados internacionais. Por exemplo, o estabelecimento de acordos de exportação de longo prazo pode ajudar essas indústrias a diminuir as resistências dos mercados externos, a aumentar a produção e a diminuir os custos. A iniciativa AGOA dos Estados Unidos pode ser uma oportunidade para a industrialização de alguns produtos africanos, bem assim como diligências semelhantes da União Europeia e do Japão. O segundo problema das indústrias exportadoras, expressa-se na integração vertical das respectivas actividades, ou numa linguagem moderna, as fileiras produtivas. A melhoria da sua competitividade externa pode estar relacionada com a escolha correcta das fases dessa fileira nas quais o país se deve especializar.

- A segunda condição é a da disponibilidade de recursos humanos. Trata-se dum aspecto importante e sensível e que se projecta num contexto mais enquadrador e vasto, equivalente a avaliar a influência da organização social e política sobre o funcionamento da economia e a estudar a estratificação social, a demografia e os arquétipos culturais. Trata-se, no fundo, duma análise global das instituições. A industrialização está fortemente ligada à modernidade, às inovações tecnológicas, aos avanços científicos e às reformas estruturais, pelo que a transformação social interna é um quesito muito facilitador do processo de transformação nacional das matérias-primas. Resta avaliar e compreender por onde este processo de transformação social e de modernidade começa e até onde a própria industrialização actua como um factor de aceleração das mudanças culturais. O estudo, a análise e a avaliação dos recursos humanos nos países em desenvolvimento apresentam três eixos de incidência:
 - a) Desequilíbrios estruturais na distribuição da mão-de-obra por especialidades profissionais: normalmente ocorre uma sobre disponibilidade de mão-de-obra não qualificada e de certas profissões, como as de Direito e de Letras, uma penúria de força de trabalho altamente qualificada, de engenheiros, técnicos, biólogos, gestores, informáticos, etc. e uma quantidade restrita de qualificações intermédias.
 - b) Processos de urbanização sem industrialização suficiente, devida ao êxodo rural de trabalhadores desejosos de deixarem as condições de vida miseráveis em troca da miragem dum emprego nas cidades.
 - c) Estratificação social muito diferente da que prevaleceu na Europa e nos Estados Unidos nas diferentes revoluções industriais, caracterizada pela coexistência dum número relativamente restrito de trabalhadores industriais qualificados, com uma população rural numerosa e pobre, assim como com assalariados privados dum emprego estável no sector moderno da economia. Portanto, duma maneira geral, a situação dos recursos humanos impõe restrições severas à industrialização.

- A terceira condição relaciona-se com os recursos técnicos e a capacidade tecnológica das economias em desenvolvimento. Se a industrialização é, por definição, modernidade e inovação tecnológica, produtividade e competitividade, resulta que a inexistência ou a fraqueza dos recursos técnicos e da capacidade tecnológica equivale a um forte e intransponível obstáculo à sua realização. As experiências de utilização das técnicas e tecnologias dos países industrializados não têm sido positivas, dada a sistemática ausência de processos de adaptação criativa aos meios envolventes dos países não industrializados. Na falta de estruturas nacionais de ciência e tecnologia, as pesquisas locais são fracas e sem originalidade, conduzindo, no geral, a técnicas de produção pouco rentáveis. Assim, nestes contextos podem ser correctas as opções que se centrem na melhoria das técnicas tradicionais de produção.
- Como quarta condição para a industrialização das economias mais atrasadas identificam-se os mercados. A dimensão dos mercados é um elemento primordial para a decisão de implantação de actividades transformadoras, em qualquer país, mas mais acentuadamente nas economias atrasadas, onde os ambientes macroeconómicos e a corrupção aumentam o risco do investimento. A dimensão dos mercados está relacionada com as indivisibilidades e as economias de escala que determinado tipo de indústrias transformadoras exige como condição de optimização (são os casos da siderurgia, da petroquímica e da indústria automóvel, não sendo, por consequência, de estranhar que estas actividades se encontrem viradas para o mercado internacional, teoricamente de dimensão ilimitada e estejam preferencialmente localizadas nas economias mais desenvolvidas, cujo modelo de inserção externa é baseado no livre-cambismo). Existem, no entanto, outras indústrias transformadoras mais condescendentes neste critério – e, assim, a dimensão mínima de produção economicamente rentável é menos exigente – o que, de certo modo, protege as indústrias locais dos países onde os custos de transporte são elevados. A dimensão do mercado é, aproximadamente, função da população total, do rendimento médio por habitante e da distribuição do rendimento. Este último atributo da dimensão dos mercados é, particularmente, importante nas sociedades mais atrasadas, onde se verifica uma excessiva concentração do rendimento. Uma distribuição mais equilibrada do rendimento confere maior possibilidade de instalação à indústria transformadora, porque o leque de produção é mais variado e com uma procura final economicamente relevante. Onde a concentração do rendimento for acentuada, o leque possível de produtos industriais limita-se à gama de bens de luxo e bens de consumo de massa (de baixa qualidade, de reduzida incorporação de tecnologia e trabalho especializado). Pelo contrário, com mais classes de rendimento, outros tipos de produtos têm viabilidade económica. Os mercados internos não esgotam a problemática da sua dimensão económica. Se a sua dimensão não propicia rentabilidade suficiente às novas indústrias, há sempre a possibilidade do mercado externo. Trata-se, no entanto, dum mercado muito mais exigente em determinados atributos, como o preço, cumprimento de prazos de entrega, qualidade e produtividade. Se é verdade que em relação ao preço uma maior competitividade (aparente) pode ser

conseguida pelos subsídios à exportação (proibidos pela OMC em determinadas circunstâncias), já no concernente aos restantes atributos a capacidade concorrencial depende da organização industrial interna (capital social) e da natureza da política industrial. Convmém, no entanto, ter presente que as indústrias podem ser agrupadas em dois grupos: as indústrias determinadas pela oferta, cujas taxas de crescimento são determinadas pela importância dos recursos naturais ou pelos perfis técnicos e institucionais, e as indústrias determinadas pela procura, em que a produção pode aumentar à medida que os mercados se desenvolvam. Porém, logo que a taxa de crescimento atinja um certo valor, todas as indústrias são determinadas pela oferta.

- Como quinta condição enumera-se a capacidade de importar e a ajuda pública ao desenvolvimento. Esta capacidade de importação é fundamental para o desenvolvimento industrial, na medida em que pode colmatar algumas das falhas da oferta interna em termos de matérias-primas, bens intermédios, bens de equipamento, *know-how* e mão-de-obra qualificada.

Quantos Planos ou Programas de Industrialização/Reindustrialização já foram elaborados em Angola? Muitos, entre autónomos e integrados em perspectivas mais alargadas. Quais os resultados, a despeito do muito dinheiro aplicado? Resta apurar, mas, provavelmente, muito poucos (porque é que a aversão às avaliações é endémica? Em vez de se apreciar as suas *efectivas performances*, elabora-se um novo documento). Alguns indicadores apontam, de facto, para o insucesso da maior parte dos programas de industrialização, na medida em que o peso do VAB da indústria transformadora no PIB nunca foi além, em média anual, de 4%, a participação do emprego industrial no total dos volumes de emprego (agricultura familiar incluída), na melhor das hipóteses, não suplanta, em média anual, 2%, a produtividade média aparente do trabalho industrial não chega a USD 68 000 por trabalhador e por ano (nem vale a pena colocá-la em comparação com a da África do Sul, cerca de sete vezes mais) e os ganhos de produtividade têm sido mínimos, numa análise de longa duração, 2002-2018. De que modo se perderam os investimentos públicos e os privados? Porquê? Será que apesar de apelidados de investimentos privados, a sua cobertura foi pública, pelo OGE, não incomodando que se não avaliem os resultados?

Independentemente de se tratar de novos/reformulados governos, o ciclo de repetição de programas e planos repete-se em cada ou mesmo dentro de cada legislatura. Mais adiante (no Capítulo 10 – *Balanço das Medidas de Política Económica depois de 2017*) encontra-se uma breve análise do estado da arte em 2019/2020, valendo, para já, afirmar-se que, na sua essência, se tratam mais de listas de intenções e acções, as quais, como disse atrás, de reduzida eficácia sobre a realidade e especialmente sem avaliações intermédias e finais, necessárias para se retirarem lições. Aparentemente, a atitude negativa contra as avaliações está a desaparecer, sendo de relevar alguns exercícios presentemente em curso de efectivação. Mas a mania dos planos e programas, essa continua sendo a mais recente um novo Plano de Industrialização de Angola – Industrialização de Angola 2022 (recentemente actualizada para 2025), na sua

essencialidade, uma repescagem de planos anteriores – até com razão, porque, na verdade, pouco se transformou, apresentando-se, repetidamente acções e medidas, acompanhadas de queixas contra decisores públicos e solicitações ao Governo. Comparando com os anteriores planos de industrialização, está lá tudo o que está nos anteriores.

Por outro lado, não é possível transformar a indústria transformadora e industrializar o país em três anos. Um plano de transformação estrutural da manufactura tem de ter um horizonte temporal de pelo menos vinte anos: tecnologia, inovação, investigação & desenvolvimento, novas fontes de matérias-primas, capital humano, novas profissões, competitividade das importações e das exportações, bom ambiente de negócios e assim sucessivamente. Se os contextos estiverem despoluídos de burocracia, corrupção, tráfico de influências, a indústria acontece por si própria. Os planos, ao seleccionarem actividades para onde dirigir os investimentos privados, provocam distorções, no consumo e na produção, reduzindo o bem-estar nacional (no final de contas, o que está em causa é a permanente escassez de recursos que aconselha aplicá-los com critério e custo de oportunidade).

Há um conceito trabalhado já há alguns anos por teóricos da Economia Industrial chamado “indústrias industrializantes” para, justamente, simbolizar as dinâmicas inerentes aos processos de transformação estrutural associados à manufactura.

O desenvolvimento económico sustentável caracteriza-se, entre outros aspectos, pelas seguintes tendências: elevadas taxas de crescimento do rendimento por habitante, índices altos de variação da produtividade total dos factores de produção, coeficientes significativos de transformação estrutural da economia, importantes transformações sociais e ideológicas e abertura da economia⁸⁰. Um país que apresente, por exemplo, uma taxa de variação anual do PIB por habitante de 10%, consegue duplicar o seu valor em sete anos, o que é importante para a melhoria das condições de vida. Foi o que a China conseguiu nos últimos anos antecedentes da COVID-19, isto é, em cada sete anos desse período duplicou o valor do seu rendimento médio social.

No entanto, a máxima repercussão social duma duplicação do rendimento por habitante em cada sete anos depende dos modelos de distribuição da renda, do acesso às oportunidades de emprego e de negócio e da transformação estrutural dos sistemas económicos. Este é o ponto que, para efeitos da presente reflexão, importa reter. As transformações estruturais são, afinal, o cerne da diversificação dos tecidos produtivos e da sua industrialização.

Evidências empíricas retiradas de muitos estudos de correlação entre o aumento do rendimento médio e as transformações económicas estruturais apontam no sentido duma alteração sustentada da participação relativa sectorial no PIB, à medida que o rendimento por habitante cresce.

⁸⁰ Michael Todaro and Stephen Smith – *Economic Development*, 2003.

Em Angola, as informações estatísticas disponíveis (INE, Contas Nacionais 2002-2020) apontam para uma variação de mais de 3,8 vezes no Produto Interno Bruto por habitante entre 2002 e 2008 a preços correntes (cerca de 8% ao ano, em média geométrica, ou seja, a possibilidade de ser duplicado em nove anos). Em 2018, o Produto Interno Bruto por habitante foi de USD 3621, sem a correcção da paridade do poder de compra e em 2020 (dados provisórios) de USD 2014, uma queda, desde 2002, de 270%. A relevância do PIB por habitante para a análise das mudanças estruturais está no facto de as mesmas não existirem sem poder de compra, que acompanhe os ganhos de produtividade necessariamente associados às mudanças de estruturas e às alterações nos gostos dos consumidores (aspecto normalmente ausente destas análises, como se quem compra no final da cadeia de transformação mantém imutável a natureza e a especificidade das suas necessidades)⁸¹. Raciocínio semelhante, igualmente importante para o processo de crescimento com qualidade, é válido para as cadeias intermédias de produção/*inputs*, identicamente atreitas a mudanças qualitativas influenciadas pelo progresso tecnológico, tendencialmente poupadoras de recursos.

Quanto à estrutura económica tem permanecido, no essencial, inalterada, no mesmo período de tempo. O quadro seguinte esclarece a tendência das alterações estruturais em Angola.

TENDÊNCIAS DAS ALTERAÇÕES ECONÓMICAS ESTRUTURAIS EM ANGOLA (os valores estão expressos em percentagens do PIB)				
Sectores de actividade	2002	2008	2018	2020 (provisório)
Agricultura, pecuária, florestas	4,1	3,4	4,1	9,2
Indústria transformadora	3,7	3,5	4,0	4,8
Construção	5,1	6,7	10,2	12,0
Serviços	38,2	35,0	35,1	38,1
Petróleo	44,5	49,7	34,5	32,0
PIB/habitante (USD)	544,4	4099	3621	2014

Fonte: INE, Contas Nacionais 2002-2020.

Ou seja, a forma como o sector de enclave se relaciona com o resto da economia tem impedido o surgimento dum movimento sustentado de alteração da estrutura produtiva interna. Em dezoito anos, entre 2002 e 2020 (2002/2008 com uma taxa média anual de variação do PIB de 10,2%, atenuada para 1,9% entre 2009/2020, por efeito da crise financeira do Lehman Brothers

⁸¹ Por isso é que estabelecer-se como critério de mudança a meta de 9% do PIB para a Indústria Transformadora em 2025 acaba por ser, essencialmente, a expressão de uma vontade política, subscrita por muitos interesses empresariais privados (gravitantes onde parece existir dinheiro público), sem fundamentação numa abordagem estruturalista (logo holística) da economia e dos sectores em que se divide.

e das quedas do preço do petróleo nos mesmos períodos, entrecortados por subidas insuficientes e irregulares), o crescimento foi claramente insuficiente para induzir alterações estruturais estruturantes e consistentes. A única nota digna de registo é o comportamento da participação relativa da indústria da construção, com um incremento de 7 pontos percentuais em dezoito anos, justificando, assim, que os investimentos públicos na criação de *stock* de capital físico têm sido o segundo factor de crescimento da economia angolana. A indústria transformadora não tem desempenhado o papel que tem de cumprir no processo de transformações estruturais e no incremento do valor agregado interno.

Dum outro ângulo de análise, a indústria transformadora nacional apresenta valores médios anuais para a produtividade bruta aparente do trabalho inferiores em cerca de 60% aos das economias mais eficientes da SADC (África do Sul, Maurícias e Seychelles) e 35% mais baixos do que a média da região. Não obstante, e excluindo-se da comparação, a extracção de petróleo, a manufactura apresenta os valores sectoriais mais elevados.

COMPORTAMENTO DA PRODUTIVIDADE BRUTA APARENTE DO TRABALHO (os valores estão expressos em dólares americanos por trabalhador)				
Sectores de actividade	2002	2008	2017	2019 (provisório)
Agricultura, pecuária, florestas	291	1143	1739	2956
Indústria transformadora	10467	52504	68572	49344
Construção	5124	18465	28030	18015
Comércio	2140	8348	5882	5351
Transportes	4273	25956	11350	10670

Fonte: CEIC, Estudos sobre Produtividade e Emprego, com base nas Contas Nacionais do INE.

Convém chamar a atenção para a necessidade de se discutir que industrialização está em causa em Angola, num tempo de Terceira Revolução Industrial mundial em transição para a Quarta (que está a acelerar a mudança total dos países mais desenvolvidos) e de configuração de um novo modelo industrial para a Europa – mais autocentrado e baseado no aprofundamento das relações intra-comunitárias – onde muito pouca coisa fora das novas tecnologias e da inteligência artificial contribuirá para a diversificação das exportações e incremento sustentável da produção, quando se ultrapassar o limiar da capacidade de absorção interna das economias. Dizer, igualmente, que os processos de industrialização no mundo se aceleraram muito depois da Primeira Revolução Industrial 1760-1840 (Inglaterra com o *kick-off*, Europa Ocidental e Estados Unidos), cujo resultado essencial foi a substituição do trabalho artesanal pelo trabalho assalariado e a introdução de maquinaria em todas as cadeias de produção.

A Primeira Revolução Industrial (1760-1860) confinou-se à Inglaterra e caracterizou-se pelo aparecimento de indústrias têxteis (algodão proveniente da Índia e lã da Escócia) e da introdução de teares mecânicos nos processos de produção.

A Segunda Revolução Industrial foi territorialmente mais extensiva (Alemanha, França, Rússia e Itália), ocorreu entre 1860 e 1900 e caracterizou-se pelo uso do aço, da energia eléctrica e dos combustíveis derivados do petróleo, a invenção do motor a explosão, da locomotiva a vapor e o desenvolvimento de produtos químicos. A Inglaterra beneficiou de um conjunto de condições que lhe conferiram a liderança da industrialização em massa: existência de uma burguesia rica e com consciência de classe e do seu papel nos processos de transformação do país, domínio da mais extensa e importante Zona de Livre Comércio da Europa e do Mundo, êxodo rural em massa para as cidades onde se localizavam as indústrias (passando a dispor de uma mão-de-obra barata explorada, que assumiu um papel central na Teoria Marxista do Valor e da queda tendencial do sistema capitalista) e a localização privilegiada junto à costa (propiciando facilidades de acesso aos mercados ultramarinos).

A Terceira Revolução Industrial iniciou-se durante o século XX e ocorre actualmente, caracterizando-se pela adopção do computador no comando e programação do funcionamento das cadeias de produção e na vida social em geral, da engenharia genética, do celular e da inteligência artificial.

Onde é que Angola está neste momento? O novo Plano de Industrialização 2020-2025 não apresenta esta avaliação, nem tão pouco se debruça sobre a História da Industrialização do país, que a tem e onde se podem recolher informações úteis e importantes para o delineamento de estratégias sustentáveis. Via de regra, assegura-se, até à exaustão, a existência e disponibilidade de recursos naturais para a industrialização do país sem se equacionarem as importantes questões do capital humano, da investigação (a agricultura angolana só será competitiva e inserível eficientemente no processo de industrialização de “trás para diante” se recorrer à investigação em massa sobre produtos, métodos de produção e organização do trabalho) e da ordenação dos espaços.

Por outro lado, convém não esquecer que a industrialização no mundo acelera as desigualdades entre países e só os mais aptos a introduzir novas tecnologias e processos de destruição criadora sobreviverão. A China é um exemplo paradigmático de como um país recupera de atrasos seculares (provavelmente milenares?) face à economia mundial e hoje comanda as mais importantes transformações tecnológicas do mundo.

A industrialização em África, enquanto processo desestruturante/reestruturante/innovador não existe, não sendo suficientes os casos da África do Sul, Nigéria e Quênia (neste dois casos de industrializações (?) retardadas).

A indústria transformadora é o cerne dum processo de diversificação económica estrutural e sustentado. As razões são fáceis de enumerar:

- A industrialização das economias é um fenómeno ligado ao desenvolvimento económico, não havendo economias avançadas sem um sector transformador forte, dinâmico e de elevado valor agregado interno.
- A industrialização é, muitas vezes, vista como potenciadora da geração de emprego. Entre nós, o desenvolvimento da agricultura, no sentido moderno do termo, vai ter de passar pela libertação de quantidades elevadas de mão-de-obra, que deverão ser absorvidas pelas actividades manufactureiras, numa primeira fase, e de serviços, num segundo momento, quando a qualificação dessa força de trabalho for compatível com os processos tecnológicos usados nestes sectores de ponta.
- A industrialização é o caminho mais seguro para se reduzir a dependência externa e a concentração das exportações. É deste modo que se consegue estabilizar os rendimentos externos provenientes da participação no comércio internacional.
- A industrialização é um poderoso factor de crescimento, modernização e desenvolvimento da agricultura, envolvendo-a num processo de integração económica interna valorizador dos recursos naturais do país.
- Dados os baixos níveis de produtividade do trabalho em todos os sectores de actividade, a industrialização contribui para os elevar, através da sua maior eficiência económica.
- Finalmente, a industrialização é o processo que sustenta as mudanças económicas e sociais associadas à saída dos estádios mais primários de desenvolvimento.

A indústria transformadora, dada a posição que ocupa nos tecidos económicos, desencadeia efeitos a montante e efeitos a jusante de arrastamento de outras actividades produtivas e de serviços.

Para que o sector manufactureiro, em geral, e os correspondentes ramos de actividade, em particular, sejam o motor da diversificação da economia, as relações a montante devem ser mais numerosas do que as desencadeadas por outros sectores de actividade.

As relações a jusante referem-se à capacidade da indústria transformadora induzir o crescimento dos sectores aos quais fornece as mercadorias de que necessitam para a sua actividade.

Que ramos industriais devem ser envolvidos no processo de industrialização com diversificação da economia?

A selecção pode socorrer-se de vários critérios, dos quais os efeitos a montante e a jusante são dos mais usados.

Estudos internacionais apontam para a seguinte classificação.

ACTIVIDADES DE ELEVADA CONTRIBUIÇÃO PARA A DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA		
Ramos de actividade	Índice de ligação a jusante	Índice de ligação a montante
Indústrias de couro	0,645	2,39
Metais de base	0,98	2,36
Vestuário	0,025	2,32
Indústria têxtil	0,59	2,24
Produtos alimentares e bebidas	0,272	2,22
Papel	0,788	2,17
Produtos químicos e de refinação do petróleo	0,599	2,13
Produtos metálicos e maquinaria	0,43	2,12
Madeira e mobiliário	0,582	2,07
Construção	0,093	2,04
Tipografia e impressão	0,508	1,98
Outros produtos manufacturados	0,362	1,94
Indústria da borracha	0,453	1,93
Minerais não metálicos	0,87	1,83

Fonte: *Économie du Développement*, Dwight Perkins, Steven Radelet et David Lindauer, 2006.

Verifica-se que são os efeitos a montante – directos e indirectos – os que melhor indicam os caminhos da diversificação da estrutura económica. Do conjunto de ramos de actividade assinalados no quadro, destacam-se as indústrias ligeiras (têxteis, vestuário, calçado e produtos alimentares) como as melhores habilitadas para contribuir para um processo sustentado de industrialização e diversificação económica.

Evidentemente que esta metodologia de escolha de actividades industriais pode ser aprofundada (no sentido de se esmiuçarem os ramos de produção e mesmo de produtos), tendo como base, uma matriz de relações intersectoriais. Era isto que o novo Plano deveria ter cuidado.

Quais as melhores modalidades de se incentivar o desenvolvimento industrial? Através de restrições (quantitativas e aduaneiras) do comércio internacional (recentemente, a OMC, pela segunda vez, avisou as autoridades governamentais para a violação de regras de trocas comerciais em vigor e rubricadas por Angola), ou pela via da liberalização das importações (matérias-primas e produtos finais)? É evidente que teoricamente se reconhecem virtualidades num modelo de fomento da produção interna pela via do controlo das compras ao exterior, sendo,

todavia, determinante que essa substituição seja competitiva, poupando-se recursos em divisas e incentivando-se a criação de cadeias de valor internas. O modelo adoptado pela Governação angolana é, claramente, de substituição de importações, caldeado, aqui e ali e sempre que possível, por fomento de exportações. Estas acabam por ser secundárias e marginais por falta de competência de concorrer as diversas franjas do mercado internacional. Claro que é uma opção de modelo e de política industrial/comercial consagrado pela Ciência e pela Doutrina Económica e igualmente validado por algumas experiências internacionais. No entanto, é conveniente estar-se consciente dos seus limites, não podendo ser eterno e um instrumento permanente de fazer indústria, dados os correspondentes efeitos perversos – distorções na produção e no consumo – e as eventuais retaliações da parte de outros países ameaçados nas suas exportações.

E ainda neste item: o que é mais eficiente, as restrições directas de quantidades a importar ou a influência das escolhas de importações através dos preços inflacionados pelas tarifas aduaneiras? Neste caso, torna-se aconselhável distinguir entre o efeito fiscal das tarifas e o efeito económico sobre a produção interna, cujo fomento, afinal, está em causa neste tipo de abordagem de incentivos à produção nacional.

Outra questão relaciona-se com o prazo de aplicação das tarifas aduaneiras: deve ser o mínimo possível para marginalizar e depreciar efeitos perversos anteriormente referidos (donde os de distorção da produção são os mais importantes) e evitar retaliações internacionais. A um país como Angola, com tantas oportunidades de diversificação desperdiçadas, não será fácil aceitarem e perdoarem-se práticas restritivas da liberdade de comércio internacional por muito tempo.

6.3 A desvalorização da moeda nacional

Para a teoria clássica, a desvalorização permite a obtenção de três efeitos positivos: torna as exportações mais competitivas, aumenta as margens de lucro relativamente às das actividades viradas para o mercado interno (o que conduz a uma realocação dos factores e recursos de produção) e reduz o poder de compra por compressão da procura e alta dos preços de importação. Estes efeitos positivos só ocorrerão se a soma das elasticidades procura-preço das exportações e das importações for superior à unidade (Teorema de Marshall-Lerner). Os seguidores da abordagem do FMI garantem que esta condição se verifica para a maioria dos países em desenvolvimento. No entanto, existem três excepções em que a desvalorização engendra efeitos negativos:

- a) A primeira refere-se aos países exportadores de matérias-primas e de produtos de base, cujas cotações são fixadas no mercado mundial, não dispondo os respectivos países de margem de manobra para os influenciar. O mercado mundial de algumas matérias-primas e de alguns produtos de base (com excepção do petróleo, dos diamantes, do ouro

e de outros metais preciosos) aproxima-se muito dum mercado de concorrência perfeita em que os preços são um dado, só alteráveis face a modificações estruturais na oferta e/ou na procura (alterações na natureza dos *inputs* para a indústria transformadora, modificações na produtividade, etc.). Assim sendo, os resultados do incremento das exportações por redução de preço provocado pela desvalorização estarão sujeitos à maior ou menor rigidez dos preços do mercado internacional. Por outro lado, o mercado mundial daquele tipo de produtos está sujeito a uma cartelização crescente, donde a competitividade das exportações esperada duma política de desvalorização monetária ser, quase sempre, mais aparente do que efectiva.

Em contrapartida, os países que alinham em políticas activas de desvalorização acabam por ser penalizados com o aumento do preço das importações de todos os bens, o que inviabiliza, por exemplo, uma estratégia de substituição de importações.

A realocação dos factores de produção para as actividades viradas para a exportação pode ser catastrófica nos casos em que sejam produzidos bens cuja procura mundial é recessiva ou cujas cotações se mostrem tendencialmente decrescentes; do mesmo modo, quando a componente importada das exportações for muito elevada, a política de desvalorização torna-as menos atractivas.

- b)** A segunda excepção reporta-se a países cujo valor do défice externo é à partida muito elevado, de tal sorte que o aumento dos preços das importações suplanta os ganhos conseguidos no sector exportador. Se a elasticidade procura-preço das importações for fraca (procura rígida) pode resultar uma baixa do rendimento global (*ceteris paribus*, uma elasticidade das importações rígida faz aumentar mais do que proporcionalmente à variação dos preços e da taxa de câmbio as importações globais, diminuindo o diferencial exportações menos importações, donde uma redução do PIB ou dos rendimentos). Uma desvalorização possui efeitos deflacionistas (diminuição do PIB) quando $\epsilon < (M-X)/M$ em = elasticidade procura-preço das importações.

Esta condição verifica-se em países com uma relação elevada entre o saldo negativo da balança comercial e as importações, o que não é o caso de Angola.

- c)** A terceira excepção respeita os casos em que a elasticidade-preço das exportações é baixa e em que a indústria nacional depende fortemente das importações de matérias-primas, produtos intermédios e bens de capital. O aumento do preço destes bens ocasionado pela desvalorização coloca dificuldades à indústria, com eventual projecção no decréscimo de produção, não compensado pelas receitas de exportação.

Ora bem, parece que todas estas excepções são aplicáveis à maior parte das economias africanas subsarianas, do que se conclui que a correcção do défice externo pela desvalorização das moedas nacionais raramente é verificada e quando acontece é momentânea e não sustentada.

6.4 A diversificação da economia

A diversificação da economia é um processo, equivalendo por dizer que se eventualmente tem um início, nunca terá um fim, enquanto os países existirem. Ou seja, é um processo permanente. Consiste, igualmente, num processo económico normal de transformação estrutural que, obviamente, pode ser acelerado com políticas públicas de intervenção sobre as suas bases fundamentais.

Para as correntes neoliberais, a diversificação vai acontecendo pela exclusiva intervenção das forças de mercado e dos agentes económicos privados, pela via da afectação/reafectação de recursos e de factores de produção segundo uma lógica de eficiência. Para as correntes keynesianas, que reconhecem o papel do Estado como agente de fomento do crescimento económico, existem políticas públicas que facilitam, podendo mesmo apressar, as transformações estruturais das economias. A intervenção do Estado nas economias, segundo estas correntes doutrinárias, só é eficaz quando a governação – que é igualmente um acto de gestão de recursos públicos e de afectação de factores de produção (funcionários públicos) – for transparente e a administração da “coisa pública” não estiver inquinada pela corrupção.

Não é o caso de Angola, como amplamente se conhece, sempre nas últimas posições nos índices internacionais que medem a forma como os recursos públicos são usados. E nestas circunstâncias, quanto mais intervenção estatal existir mais ineficiência se gera, mais corrupção se acumula, mais enriquecimento ilícito acontece, mais desigualdade na repartição do rendimento nacional se cria. Justamente devido a estas evidências é que os Manuais de Ciência Económica e as políticas económicas recomendadas por praticamente todas as instituições internacionais para o desenvolvimento (das quais Angola faz parte) recomendam a reestruturação da máquina administrativa e política do Estado como um processo permanente de melhorar a sua intervenção na sociedade e economia, tornando as suas despesas mais produtivas e reprodutivas, criando utilidades para a população e garantindo condições para a sustentabilidade do crescimento económico.

A diversificação das economias pode ser analisada segundo diferentes prismas: as exportações (produtos e clientes), as importações (produtos e fornecedores), o emprego – as reformas económicas estruturais tendem a eliminar emprego agrícola, tornando-o mais eficiente pelo aumento da produtividade do trabalho, e a aumentar postos de trabalho na manufactura e nos serviços, onde a utilização de tecnologia aumenta o valor agregado interno e melhora a competitividade –, fontes de financiamento da economia (impostos para o Estado, crédito e empréstimos para o restante dos agentes), tecnologia (a deslocalização de algumas fábricas chinesas para Angola recentemente anunciada pelo Governo como forma de acelerar a industrialização do país pode ser uma má opção, tratando-se de fábricas com tecnologias ultrapassadas e equipamentos reciclados, tendo sido esta a via escolhida durante os anos fortes da cooperação África-antigas metrópoles coloniais). Assim sendo, estão disponíveis diferentes indicadores estatístico-económicos que medem o grau de diversificação das economias.

A diversificação económica é o recíproco da concentração. Como se sublinhou anteriormente, a diversificação é o estado natural das economias em direcção às transformações estruturais que lhes são inerentes numa economia de mercado. Pode mesmo afirmar-se que, nesse sentido, a diversificação acontece “diariamente”, pois as economias transformam-se constante e permanentemente. Mas exige-se liberdade económica para os agentes privados. O ritmo destas transformações é que pode não corresponder às aspirações da população, sempre sedentas por melhorias rápidas e significativas nos seus níveis de vida, nem à função de preferência dos partidos políticos, igualmente ávidos por demonstrar a “bondade” e a maior eficácia das suas propostas.

Quanto maior o grau de concentração numa economia, menor é a sua capacidade de resistência a choques externos e menor também o espaço de absorção dos efeitos negativos dessas turbulências internacionais. A presente situação económica e financeira do país é um exemplo cabal das consequências nefastas da dependência do petróleo. Como a diversificação está nas suas fases muito primárias e não se deu a este processo a devida relevância política e estratégica – apesar dos inúmeros documentos oficiais sobre planos, estratégias e programas de desenvolvimento, o atraso é evidente, tendo o Governo e o partido que o sustenta politicamente preferido priorizar a criação dum pequeno grupo social rico e afortunado – as consequências são a queda brutal das receitas do Estado (receitas fiscais) e da economia (receitas cambiais), a retracção do crescimento do PIB (3,3% para 2016 e 3,5% para os próximos anos até 2020), a retomada da inflação a dois dígitos (a taxa poderá situar-se nos 15% no final do corrente ano), a queda do poder de compra dos trabalhadores e das classes que têm nos rendimentos do trabalho a sua principal fonte de vida e a diminuição do valor das exportações.

Devido ao atraso na diversificação e ao excesso de dependência do petróleo, Angola está em crise, não se vislumbrando soluções viáveis a curto prazo e saídas estruturantes a médio prazo.

O processo de diversificação das economias apela à existência de um conjunto básico de condições – redes eficientes de transportes rodoviários, ferroviários e aéreos, de energia e água, de logística e de transporte de matérias-primas e produtos acabados (intensificação da malha de trocas internas e do comércio intra-sectorial) e de condições super-estruturais – boa governação, transparência na utilização dos dinheiros públicos (que afinal são pertença da população que paga os impostos e não de nenhum Governo), políticas económicas consistentes e com sentido (monetárias, cambiais, fiscais – há sistemas fiscais “inimigos” dos agentes económicos e violadores da competitividade), bom ambiente de negócios (uma vez mais, no *Doing Business* do Banco Mundial de 2020, Angola ainda não deixou os últimos lugares), investimento privado, mormente estrangeiro (portador de tecnologia, organização e capacidade de penetração do mercado internacional). E depois muito capital humano e bastante capital empresarial.

No quadro dum processo de reformas estruturais, o papel do Estado concretiza-se através da criação de um ambiente favorável à expansão da actividade do sector privado, e que no essencial passa por medidas de racionalização e de reorientação da própria Administração

Pública. Assume particular destaque a redefinição do relacionamento Administração Pública/Sector Empresarial com o propósito de a tornar mais transparente, célere e eficaz, através da atribuição a determinados serviços públicos de competências pluridisciplinares para o conhecimento, tratamento e decisão sobre as questões legais mais relevantes. Neste contexto, cabe ainda a consideração de mecanismos de regulação que acompanhem o processo de privatizações dos bens e serviços de carácter público, de modo a evitar práticas monopolistas por parte dos novos operadores e a defender os interesses dos utentes e consumidores.

As transformações estruturais em causa no país têm um custo financeiro elevado, provavelmente acima da capacidade de financiamento existente e projectável no médio prazo. Para não se falar dos ajustamentos em alguns dos subsistemas super-estruturais, como as mentalidades, as instituições e as atitudes.

Não se sabe em quanto o processo de diversificação da economia nacional foi prejudicado pelo controlo da taxa de inflação pela via da âncora cambial. Do ponto de vista das experiências exitosas de diversificação, a desvalorização cambial é uma medida presente nas estratégias e políticas nacionais, não apenas nos países ricos em petróleo e outros recursos naturais não renováveis, como naqueles em que a dependência externa se concentra na exportação de matérias-primas e bens alimentares. A diversificação é também um processo de gestão e provocação de expectativas, que levem os investidores privados, dentro das condições e factores anteriormente apontados, a aplicarem as suas e as alheias poupanças em actividades de elevado potencial de competição externa. A acomodação dos empresários nacionais aos modelos proteccionistas, cuja implementação eles próprios solicitam aos seus governos e a falsa-ideia-clara de que a diversificação é apenas interna, para substituir simplesmente o que é importado, tem adiado estes processos em muitas economias emergentes e em desenvolvimento, ricas ou não em petróleo e outros produtos de base.

Com as informações que vão chegando, os estudos que vão sendo elaborados e as previsões que se vão efectuando (em horizontes de largo prazo, umas com mais e outras com menos credibilidade e confiança), o ciclo do petróleo está na verdade a chegar ao fim. Não apenas enquanto fonte de financiamento da actividade económica de alguns países e financeira dos seus Estados e Governos, mas igualmente como uma componente da produção nacional. O ciclo do petróleo – provavelmente a melhor designação será “ciclo do petróleo caro” – está a ser afectado pelo preço desta *commodity* e também pelos extraordinários ganhos de eficiência que se vão acumulando, ano após ano, desde 1971/1973, depois da dramática subida do preço médio em praticamente 100%.

A diversificação tem uma contabilidade que se pode resumir na pergunta: qual o seu preço e de que modo pode ser financiada? A resposta à primeira parte da questão exige a disponibilidade de dados estatísticos e a consideração duma estrutura do PIB correspondente a uma malha produtiva desconcentrada. Para a segunda, ter-se-á de recorrer à Teoria Económica e às equações caracterizadoras dum mercado de capital em economia aberta.

É consabido que a economia angolana depende, directa e indirectamente, das receitas de exportação do petróleo (produto de base, sujeito às imponderabilidades que mais atrás foram assinaladas e que podem travar, em certas circunstâncias e contextos, o crescimento económico, tornando-o mais lento e menos inclusivo), sendo, portanto, aconselhável, não apenas reduzir o seu peso relativo no Produto Interno Bruto por substituição de outras mercadorias, como agregar valor interno.

Quanto pode custar o processo de diversificação da economia, apenas em custos de investimentos, directos, indirectos e induzidos?

Tomando-se um horizonte temporal de cerca de dez anos (2030) – justificado pela sua complexidade, tributária de transformações profundas em todos os sectores, nas mentalidades e posturas (por exemplo, ter-se o trabalho, a iniciativa e a inovação como valores culturais supremos e não a preguiça, o absentismo, o amiguismo e o tráfico de influências) – e determinados valores para alguns indicadores de eficiência é possível chegar a uma estimativa.

Admita-se a estrutura seguinte em 2025 e 2030 (economia em vias de industrialização, com um sector de serviços de elevada produtividade):

ESTRUTURA DO PIB EM 2030		
Sectores de actividade	2025	2030
Agricultura	12,5	11,5
Petróleo	31,5	26,5
Manufatura	9,1	14,5
Serviços	30,5	31,5
Construção	12,5	13,5
PIB	96,1	97,5

Fonte: CEIC, baseado nas Contas Nacionais.

Qual o custo envolvido nesta transformação, considerando 9,1% em 2025 como a meta do Governo para o peso relativo da indústria transformadora?

Estimativas, baseadas em conceitos económicos como o ICOR e a produtividade marginal do capital e em pressupostos como uma taxa média de crescimento do PIB de 3,5% ao ano até 2025 e de 3,9% até 2030 e uma taxa média anual de inflação de 10% (os processos de mudanças normalmente implicam alterações nos sistemas de preços relativos e nos macropreços) são apresentadas no quadro seguinte.

INVESTIMENTOS MÉDIOS ANUAIS (MILHÕES USD)		
Sectores de actividade	2025	2030
Agricultura	385	98
Petróleo	585	392
Manufatura	292	363
Serviços	536	181
Construção	203	445
PIB	1084	1478

Fonte: CEIC, baseado nas Contas Nacionais.

Como financiar este montante de investimento?

O mercado de capital em economia aberta é a modalidade mais adequada e a poupança é única forma de o fazer. Quando o mercado de capital está em equilíbrio, o investimento iguala a soma da poupança privada (S_p), poupança pública (S_g) e as entradas líquidas de capital (ENC). Recorrendo à equação de equilíbrio deste mercado em economia aberta, chega-se à conclusão de que a economia e as suas necessidades de investimento financiam-se com os saldos da balança de pagamentos e as entradas líquidas de capitais externos.

A sua positividade depende da eficiência geral da economia e da produtividade geral dos factores no sentido de Solow, no primeiro caso, e dum ambiente de negócios atractivo para os investimentos estrangeiros, no segundo. Ou seja, o financiamento da diversificação está dependente da capacidade de exportar mais e melhor (o petróleo vai continuar dominante na estrutura das exportações) e das entradas líquidas de capitais externos (normalmente exigentes em garantias, *accountability*, *compliance*, combate à corrupção, transparência e inserção do sistema financeiro angolano no sistema financeiro internacional).

Mas ainda se pode descortinar uma outra modalidade de financiamento do investimento médio anual de USD 1500 milhões: a eficiência das aplicações de capital. Havendo mais eficiência, a sua taxa de retorno aumenta consideravelmente, equivalendo, a uma reconfiguração dos valores dos coeficientes capital-produto, reduzindo-os (com os mesmos investimentos conseguem-se os mesmos crescimentos nos valores agregados). Procedendo desta forma e admitindo progressos consideráveis na qualificação dos diferentes tipos de capital (humano, social, empresarial, institucional e material (investimentos em obras públicas)), o esforço anual médio de investimento poderia baixar para cerca de 500 milhões de USD. Ainda assim, considerável.

Da aprendizagem que se tem retirado da leitura de muitos textos sobre este tema e de acordo com o já sublinhado a este propósito mais atrás, pode dizer-se haver uma boa e uma má diversificação. A boa é a que se centra num modelo de competitividade de altos salários e elevada produtividade. É o modelo que funciona em contextos de economias abertas e de globalização crescente das forças produtivas nacionais. A má diversificação é alicerçada em salários baixos, produtividades incompetitivas e num mercado doméstico fechado e protector de interesses das elites económicas e políticas. A melhoria da competitividade depende, evidentemente, da existência de ambientes de negócios bem estruturados, transparentes e que convidem ao investimento privado.

Esta é uma responsabilidade do Governo, do Estado e dos seus serviços de apoio ao funcionamento da economia. Mas depende, igualmente, dos privados, mormente pela libertação da sua mentalidade de assistidos pelas instituições públicas de quem, afinal, dependem para traçar o essencial das suas estratégias empresariais. E não deveria ser assim.

6.5 A exploração do petróleo

O apogeu do petróleo em Angola aconteceu há uns anos, quando o país tinha uma produção próxima dos dois milhões de barris/dia (b/d) e as cotações andavam acima dos 100 dólares, gerando receitas para o Estado muito superiores às actuais, as quais atingiram o seu máximo anual em 2012 com um total de 43.000 milhões de dólares, com uma produção de 1.728.918 b/d, a começar a linha descendente que se tem mantido até agora, pois em 2020 a produção rondou a média de 1.270.000 b/d.

As receitas petrolíferas começaram a subir, de forma inesperada até certo ponto, a partir de 2002, em paralelo com a subida da produção do país – a média diária já rondava os 900.000 b/d – e de forma ininterrupta até 2008 com Angola já a produzir à volta de 1,8 milhões de b/d, altura em que o mundo sofreu a crise financeira do *subprime*, causada pela especulação financeira nos Estados Unidos que se estendeu à Europa e à Ásia.

O país estaria hoje em muito melhor situação se, durante a primeira década deste milénio, quando as receitas subiam todos os anos, tivesse criado um Fundo de Estabilização que serviria para equilibrar o OGE, em anos de baixa das cotações do barril como aconteceu em 2008-09. Ignorou-se a dura experiência com a baixa dos preços desde meados dos anos 80 até ao virar do século e que a extrema dependência de Angola dos preços dum só produto, sobre os quais não tem qualquer capacidade de influência, poderia causar no futuro, de novo, sérios problemas ao seu desenvolvimento. Em vez disso criou-se na segunda década deste milénio um “Fundo Soberano” que, em termos práticos, para pouco mais serviu do que fazer o país perder umas centenas de milhões de dólares das suas receitas petrolíferas, como é do domínio público, até à mudança da sua gestão em 2018.

A crise financeira que abalou o mundo em 2008-09 e gerou uma recessão económica no mundo desenvolvido, passou rápido pelo mercado petrolífero mundial e, em 2010 as cotações do barril já atingiam de novo valores elevados, com uma média naquele ano de 80 dólares, continuando a subir no ano seguinte para valores à volta dos 100 dólares que se mantiveram até meados de 2014. Mais uma vez, Angola teve receitas anuais avultadas que, bem investidas, teriam permitido começar a implementar já na época a tão apregoada e necessária “Diversificação Económica” que é um processo complexo e demorado que só dá frutos a médio e longo prazo.

As políticas traçadas não conseguiram – alguns economistas dirão que não conseguem ainda – implementar de forma globalmente coordenada, sob os prismas temporal e espacial e, tendo em conta todos os passos da sua operacionalização, as acções e investimentos necessários e prioritários, à tão necessária diversificação económica que o país precisa como única forma de entrar numa etapa de desenvolvimento, que não se deve confundir com crescimento do PIB com base no aumento do preço e/ou do volume de produção do petróleo, como já aconteceu, com um valor perfeitamente abstracto no *per capita*, sem correspondência real no aumento do nível de vida dos angolanos e que está bem documentado em vários Relatórios Económicos do CEIC/UCAN.

A fim de se perceber como se têm comportado as receitas do petróleo nos últimos anos elaborou-se o quadro – *ANGOLA – Produção de Petróleo, Preços e Receitas do Estado* –, o qual permite compreender como se articulam entre si os volumes de produção/preços/receitas para que em qualquer altura, mesmo sem conhecer os dados estatísticos, com base na cotação do barril, noticiada diariamente, ter-se uma ideia aproximada de quanto está a ser a receita do Estado por barril, num dado momento.

Os valores apresentados no quadro que se segue, dividido por anos, indicam a produção total na primeira linha, seguindo-se a propriedade dessa produção entre as três principais entidades envolvidas, onde os valores na linha “Concessionária” correspondem aos volumes que as companhias, operando sob o Contrato de Partilha de Produção (CPP), ou de Serviço com Risco, têm de entregar a custo zero à ANPG – Agência Nacional de Petróleo e Gás – apresentando-se mais abaixo o valor total anual das receitas do Estado, constituídas pelas receitas da venda do petróleo da Concessionária e dos impostos pagos ao Ministério das Finanças, a seguir os preços anuais, em média ponderada e os valores das receitas por barril, ambos em dólares e, por último, as percentagens por barril a que esse valor corresponde.

ANGOLA – PRODUÇÃO DE PETRÓLEO, PREÇOS E RECEITAS DO ESTADO						
Designação	2012	2014	2016	2018	2019	2020
Produção ^(a)	1.728.918	1.671.673	1.721.675	1.478.940	1.376.357	1.271.460*
Concessionária	700.206	531.646	389.495	371.680	304.018	248.619*
Sonangol	157.500	222.269	238.905	236.866	244.644	232.890*
Companhias ^(b)	872.212	917.758	1.093.275	870.394	827.695	789.951*
Receitas Estatais (milhões de USD)	43.000	30.200	8.400	14.700	10.800	6.190
Concessionária	29.300	20.300	5.500	9.700	7.100	3.940
Impostos	13.700	9.900	2.90	5.000	3.700	2.250
Preço de Venda ^(c) (por barril exportado)	111.09	96.02	41.85	70.34	65.20	40.99
Receitas Estado ^(d) (por barril produzido)	67.91	49.50	13.33	27.23	21.50	13.87
Receitas Estado/Preço de Venda ^(d)	61%	51%	32%	39%	33%	34%

^(a) Expressa em barris e em média diária.

^(b) Inclui todas as companhias de petróleo estrangeiras e angolanas privadas investidoras.

^(c) Valores em dólares.

^(d) Em percentagem do preço médio de exportação do barril.

* Valores de 2020 são provisórios.

Fonte: Sonangol, ANPG e Ministério das Finanças.

Os dados de 2012 até 2020 mostram-nos uma diminuição dos volumes de produção e dos preços e das receitas, embora estas variem muito em função das cotações do barril, como se constata em 2018 com o preço médio anual à volta dos 70 dólares. Aliás, a volatilidade das receitas do petróleo é uma constante dos últimos anos, umas vezes por excesso de oferta ou de procura, outras por influência da especulação financeira nos “Mercados de Futuros”. O ano de 2020 é uma exceção porque a grande baixa de preços se ficou a dever a uma redução drástica, repentina e nunca vista do consumo, devido à pandemia da COVID-19.

Uma observação atenta do volume de petróleo que cabe à Concessionária mostra três factos distintos. Primeiro e mais comum é que esse volume diminui de ano para ano em paralelo à redução da produção total, o que é natural. Mas uma segunda observação mostra que o preço de venda do barril tem muita influência no volume de petróleo que é entregue à Concessionária. E pode até acontecer que uma menor produção em ano de alta cotação do barril, como 2014, gere maiores receitas da Concessionária.

Veja-se que, entre 2016 e 2018, o volume total de produção reduziu 242.735 b/d mas o petróleo da Concessionária só reduziu 18.265 b/d. A explicação está na diferença de cotações do barril. Em 2016, a cotação média anual do barril foi de USD 41,85 e em 2018 foi de USD 70,34. A terceira constatação mais flagrante acontece ao analisar os volumes da Conces-

sionária em 2014 e 2016. Em 2014, com uma produção de 1.671.673 b/d, a Concessionária recebeu 531.646 barris por dia. Em 2016, com uma produção maior de 1.721.675 b/d, a Concessionária recebeu apenas 389.485 b/d. E a explicação é simples e está nas cotações médias do barril que em 2014 foi de USD 96.02 e em 2016 de USD 41,85, ou seja menos de metade.

Isto acontece porque na maioria dos contratos de petróleo em vigor – excepto o do bloco 0, em Cabinda que é do tipo Concessão e apenas com imposição fiscal – os impostos e a partilha do “petróleo de lucro” variam em função da taxa interna de rentabilidade da operação e esta, naturalmente, varia em função do preço de venda do barril. Quanto mais baixo está o barril, maior é o volume de “petróleo custo” para cobrir despesas de operação e amortização de investimentos, reduzindo-se o volume do “petróleo lucro” donde se pagam impostos e se retira os volumes para a Concessionária.

As cotações em 2020 só conseguiram recuperar rapidamente – no 2.º trimestre caíram para uma média de 27 dólares mas nos III e IV trimestres já estavam à volta dos 44 dólares – porque a OPEP e os seus aliados, entre os quais a Rússia, fizeram cortes de produção de quase 10 milhões de barris/dia a partir de Maio e os Estados Unidos reduziram a produção de *shale oil*. Nos últimos tempos, os cortes da OPEP+ têm sido reduzidos, em muito pequena escala e de forma mensal controlada, a fim de não desequilibrar o mercado com níveis de oferta acima do consumo, reduzir os excessos de *stocks* nos países industrializados, o que já está quase completado e manter os preços a níveis satisfatórios à volta dos 60 dólares.

O rácio receitas do estado por barril, em valor absoluto e em percentagem, dá-nos grandezas aparentemente contraditórias, pois cotações muito diferentes dão-nos percentagens idênticas. Em 2019, com uma cotação média de USD 65.20, a receita do Estado por barril foi de USD 21.50, correspondendo a 33% do preço de venda. Em 2020, com uma cotação média de USD 40.99 por barril, a receita do Estado foi de USD 13.87 por barril equivalente a 34% do preço de venda.

As mesmas relações em anos anteriores mostram, por exemplo, que com o petróleo ligeiramente acima dos 70 dólares a percentagem do valor das receitas do Estado aproxima-se dos 40% do preço de venda do barril. Continuando para trás verificamos que cotações à volta dos 95 dólares dão receitas ao Estado de cerca de 50% do preço de venda e acima de 110 dólares, como em 2012, a percentagem das receitas do Estado eleva-se para cerca de 60% desse valor.

Estes exemplos devem encarar-se como valores relativos para um cálculo rápido, que nos dá uma imagem de como estão a acontecer as receitas do Estado com o petróleo, em dado momento. É natural que daqui a uns anos, com a entrada em produção de campos marginais, as percentagens se reduzam um pouco, pois esses campos vão pagar menos impostos e entregar menos petróleo à Concessionária mas, até que isso aconteça, pode-se manter o raciocínio enunciado. E se se quiser ser conservador com cotações do barril abaixo de 50 dólares, calcula-se que a receita do Estado equivalerá a 30% do preço de venda do barril.

Agora o que é muito importante levar em conta, para perceber que montantes geram as receitas do Estado com o petróleo, com esta base simples de cálculo, é lembrar que 51% de 96 dólares, 40% de 72 dólares ou 30% de 40 dólares dão valores reais de USD 49.50, USD 28.80 e USD 12.00 respectivamente, muito diferentes entre si, como é natural. Os dados aqui apresentados mostram, contudo, que mesmo em situação de baixas cotações, o petróleo é um produto com uma longa história de geração de “renda” para os seus produtores e alguns consumidores.

O petróleo é a riqueza mineral que mais receitas fiscais dá aos seus produtores – ou consumidores como na Europa e no Japão em que os impostos e taxas sobre a gasolina e o gasóleo constituem mais de 50% do preço de venda ao público – pela renda que gera, fruto da diferença entre os custos totais de produção, incluindo lucros das companhias e os preços de venda e dos enormes volumes que movimenta, constituindo a matéria-prima com maior valor monetário nas transacções do comércio internacional.

Estando na linha descendente em termos de produção petrolífera que, no máximo, poderá ter o seu declínio atenuado com possíveis descobertas futuras, Angola enquanto aguarda que o processo de diversificação económica dê frutos palpáveis, poderá, no entanto, voltar-se para o incentivo à indústria mineira, nomeadamente de alguns minérios que estão a entrar no que os economistas chamam de “super-ciclo” devido à subida acelerada das suas cotações. A descarbonização da energia e a consequente passagem em força para o uso de electricidade renovável está a dar origem a uma corrida mundial a determinadas riquezas minerais das quais se salienta o cobre, o cobalto, as “terras raras”, o lítio e o níquel. Mas até o próprio minério de ferro tem estado a melhorar as suas cotações.

A passagem ao consumo mundial de energias de fontes renováveis, que está em curso e se vai prolongar a longo prazo, é uma garantia para que as cotações do cobre, que já ultrapassaram os USD 10.000 por tonelada, se mantenham altas a longo prazo. Uma turbina eólica usa 8 toneladas de cobre por cada MW de capacidade, e sendo uma das fontes que se está e vai continuar a desenvolver afincadamente, dá uma imagem dos futuros consumos. Os diversos minérios que se conhecem sob o nome de “terras raras” – e que Angola vai produzir alguns – são uma das bases de produção de quase tudo que está ligado à electrónica. O lítio e o cobalto são fundamentais para as baterias dos automóveis eléctricos e têm aumento de consumo e cotações garantidas pelas próximas décadas.

Associado ao petróleo temos o gás natural que, como o menos poluente dos combustíveis fósseis, vai manter a importância no balanço energético mundial mais algumas décadas que os combustíveis de origem petrolífera. Isso permite a Angola desenvolver esta riqueza de forma directa, usando-a na geração de electricidade, para que o país não esteja apenas dependente das energias renováveis de fonte hídrica, concentradas só na bacia do Cuanza, porque não está livre de secas prolongadas, ou usando-o no complexo de liquefação instalado no Soyo.

Outras hipóteses que se colocam ao uso do gás natural, para além do tradicional uso como fonte de fertilizantes para a agricultura, é o fabrico de amónia que muito provavelmente vai ser o combustível adoptado para o transporte marítimo no quadro da descarbonização energética mundial que está em curso, constituindo ambos produtos para uso interno e de exportação.

A fabricação de hidrogénio verde, a partir da água, usando fontes de energia renovável, que no caso de Angola serão naturalmente de base hídrica, deve entretanto ser um objectivo estratégico do país após 2030, porque pode constituir mais um produto industrial de exportação, valorizando uma das suas riquezas naturais. A electricidade e o hidrogénio vão provavelmente ser as principais fontes a usar nos transportes ligeiros e nos camiões, respectivamente.

Com o investimento na investigação que alguns países europeus, impulsionados pela Alemanha e a França, vão fazer nos próximos anos e os projectos de grande escala de produção de hidrogénio verde que devem ser implementados na Europa e no Médio Oriente até ao final da década, admite-se que, por volta de 2030, os novos complexos de produção tenham atingido a standardização industrial deste processo de produção de hidrogénio, necessária para que tenha preços para competir com os fabricantes actuais de hidrogénio cinzento, e os futuros de hidrogénio azul, a partir do gás natural, que será uma opção transitória não aconselhável a países que podem investir no futuro no hidrogénio verde, como Angola.

6.6 A problemática salarial e da produtividade do trabalho

Foi decretado pelo Governo um ajustamento do salário mínimo nacional em 30%, para vigorar a partir de Abril de 2019. Não se tratou de um aumento/incremento, mas sim de um acerto do seu valor tendente a minimizar perdas do seu real valor de aquisição depois de 2014, data da última concertação nesta matéria. Uma perda acumulada estimada em 161,7%, ou seja, 21,2% de redução média anual. É muito, em especial para quem tenha da remuneração do trabalho a única fonte de rendimento para a família. E são muitas nestas condições, que seguramente não conseguirão viver com pouco mais de 1070 Kwanzas por dia. A fome e a pobreza continuarão a existir. Durante este mesmo período, de que modo os salários dos empresários (não foram ajustados?), os lucros e as rendas das empresas se comportaram? A pergunta é sincera e não capciosa, pois não se acredita não ter ocorrido o fenómeno da repercussão para a frente resultante da inflação.

Porém, alguns empresários e empresárias são frontalmente contra (*Novo Jornal*, reportagem sobre esta matéria publicada em 7 de Março de 2020, página 2), argumentando com a não correspondência nos níveis de produtividade do trabalho. A produtividade do trabalhador não depende apenas de si (dos seus conhecimentos, das suas habilidades, da sua capacidade de trabalho, da sua destreza, do valor que o trabalho culturalmente representa para si, do absentismo, da sua saúde – no curto prazo mais e melhor saúde melhora a produtividade e diminui o absentismo –, do ambiente de trabalho, da segurança do seu posto de trabalho, que

provavelmente a Nova Lei Geral do Trabalho não garante⁸²), mas também dos próprios empresários (como se relacionam com a força de trabalho das suas empresas? A “chicote” ou com diálogo?), da organização das empresas (de que modo se estabelece a divisão do trabalho no seu interior? Adam Smith considerava que o motor essencial do desenvolvimento era a divisão social do trabalho, que trazia em seu bojo a especialização, fonte de produtividade), do ambiente de trabalho nas unidades de produção (discutem-se os planos de produção? O tipo de formação adicional de que os trabalhadores e empresários necessitam, já que as Universidades angolanas não estão aptas a fornecê-la? As metas de produção e de produtividade? A partilha dos ganhos de produtividade?) e finalmente do próprio ambiente macroeconómico, cuja estabilidade deve ser assegurada pelo Estado.

Dessa mesma reportagem do *Novo Jornal*, retirou-se a afirmação seguinte: “os acréscimos têm de existir quando há produtividade. Não se pode aumentar salários quando não há aumento da produtividade, a não ser que seja um assunto aleatório. Um bom gestor não pode, nem deve aumentar salários senão houver produtividade”⁸³.

Veja-se, então, a ligação salário-productividade. Em microeconomia estabelece-se uma condição de equilíbrio – chamada de maximização do lucro – entre o valor da produtividade marginal do trabalho e o salário. Sempre que o primeiro termo superar o segundo, as empresas terão lucros, sendo o limite a igualdade (o que mais uma unidade de trabalho acrescenta não pode superar o valor do salário). Deste ponto de vista científico é lícito afirmar-se que mais salário tem de corresponder a mais produtividade, sob pena de se poderem desencadear fenómenos inflacionistas.

Mas o salário mínimo tem igualmente uma função social, não podendo ser apenas analisado do ponto de vista dos lucros dos empresários e das empresas (se o mercado de emprego funcionasse dum modo eficiente e racional, sem distorções, assimetrias e falhas, provavelmente não haveria necessidade do estabelecimento deste tipo de limite). Mas a realidade é outra e a repartição primária do rendimento nacional pelos factores de produção enferma de desigualdades, que podem ser atenuadas, actuando-se a jusante pelo sistema fiscal, ou a montante por este tipo de intervenções administrativas.

Mas o salário é igualmente uma macro-variável. É uma componente da procura agregada da economia, advindo daí a capacidade de criação e difusão de crescimento e de situações de melhoria das condições de vida, que engendrará oportunidades de investimento, emprego e lucros. E por mais paradoxal que possa parecer, mais salários e salários mais elevados,

⁸² Evidentemente que deixaram de existir empregos para toda a vida e a segurança não pode ser total, competindo às empresas, trabalhadores e Estado criarem as melhores condições para a ocorrência da flexisegurança. Os sistemas de previdência social, pública ou privada ou mista, são importantes almofadas minimizadoras dos excessos de insegurança no trabalho da parte dos trabalhadores.

⁸³ Citou-se tal e qual, apesar de erros de concordância e de pensar-se que o “senão” devia estar separado, ou seja, “se não”.

podem significar lucros mais elevados, dinâmicas de crescimento da economia mais acentuadas e melhor distribuição do rendimento. Felizmente que a maioria dos empresários angolanos tem do salário mínimo uma análise e uma perspectiva correcta.

O que é mais importante neste momento para a sociedade angolana, os trabalhadores, os empresários e os decisores públicos: o desemprego ou o trabalho com um salário mínimo? O que é que tem mais peso em termos económicos? O desemprego traduz ineficiência económica, não garantia do direito ao trabalho, nem dos direitos do trabalho, desutilidade social dum recurso relativamente abundante. O trabalho com salário mínimo corresponde a viver-se pobre e sem rendimento seguro. Se a tónica da política económica (em particular da política de emprego) for dada ao combate ao desemprego, a rigidez do mercado de trabalho pode ser um óbice importante para essa finalidade. Pelo contrário, se for a situação dos actuais trabalhadores que conta e a sua defesa se entender passar pelo estabelecimento dum salário mínimo obrigatório, então o desemprego prevalecerá, podendo mesmo ocorrer destruição de postos de trabalho e inflação pela via dos custos empresariais.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT), reconhecendo que nas condições actuais, os salários mínimos continuam a ser um tema de debate na agenda política de todos os países, incentiva todos os países-membros a adoptar a norma do salário mínimo para se reduzir o número de trabalhadores pobres e proporcionar a protecção social dos trabalhadores vulneráveis⁸⁴.

A norma fundamental para a reflexão em torno do estabelecimento dum salário mínimo nacional é a de que o trabalho é a única fonte de riqueza, rendimento, desenvolvimento e progresso. Quase tudo numa economia se pode (deve?) reduzir ao trabalho. Já Marx argumentava que o próprio capital mais não é do que trabalho cristalizado. Sem trabalho nada mais pode ser exigido. Os aspectos económicos acabam por ser sempre os determinantes em última instância dos domínios sociais. Se uma economia não funcionar do ponto de vista da produção e da produtividade nada mais pode ser estabelecido, como regra, como princípio ou como intenção.

Valem estas considerações para dizer que a variável determinante para o estabelecimento do salário mínimo tem de ser a produtividade e o seu comportamento ao longo do tempo, isto é, os ganhos de produtividade⁸⁵. Determinar por lei a prática dum salário mínimo, sem exigir em contrapartida o cumprimento duma norma básica de produtividade, corresponde à assumpção de vários riscos: o primeiro, no âmbito da inflação: aumentar a massa de salários (porque é disso que se trata ao estabelecer-se um valor fixo para o salário mínimo) para um

⁸⁴ Um fenómeno recente é o aumento da taxa de pobreza entre trabalhadores, questionando-se, portanto, se o aumento do emprego é condição suficiente para a sua redução e colocando-se, de modo muito mais enfático, a importância dos níveis salariais dos trabalhadores.

⁸⁵ A OIT define os critérios seguintes para enquadramento do valor do salário mínimo: necessidades dos trabalhadores e das suas famílias, índices de produtividade do trabalho e necessidade de se manter um nível elevado de emprego.

mesmo volume de trabalhadores é potenciar o incremento nominal da procura (consumo privado) para uma mesma oferta; o segundo, poder-se-á traduzir na consideração do salário mínimo como uma espécie de bónus social ou de um “direito de humanidade”, a que todos os trabalhadores terão acesso só pelo simples facto de o serem ou de o parecerem; o terceiro, no âmbito do emprego: sempre que o salário mínimo estabelecido por lei suplantar a produtividade marginal esperada do uso de mais uma unidade de trabalho, os agentes económicos preferirão não investir, não aumentar a produção ou explorar mais intensamente a quantidade de factores de produção existente; o quarto, é observável no domínio dos custos de produção: aceitar o cumprimento duma referência salarial mínima corresponde, directamente, a um aumento dos custos unitários de produção e a uma repercussão imediata sobre os preços de venda (inflação pelos custos de produção).

Para valores baixos da produtividade do trabalho, como é manifestamente o caso da economia não petrolífera nacional, o salário mínimo acaba por corresponder, na prática, a um subsídio que a sociedade atribui aos trabalhadores por razões de solidariedade (quase um rendimento mínimo garantido), mas que tem um custo social traduzido no custo de oportunidade de outras aplicações deste montante em numerário e um “custo de dignidade” veiculado pela dependência que cria e pelo seu carácter assistencial; mas tem também um custo económico espelhado em receitas que se deixam de realizar.

O salário mínimo é bom para quem já se encontra no mercado de trabalho, mas mau para quem procura emprego. No primeiro caso, é uma garantia dum rendimento mínimo para adquirir uma cesta básica de produtos, podendo, no entanto, não haver garantia de que o montante estabelecido por lei seja sempre respeitado. No segundo caso, é mau para os excluídos do mercado de trabalho porque funciona como um entrave à criação de novos postos de trabalho, porque a sua imposição tem como contrapartida directa o aumento dos custos empresariais, levando as empresas a utilizar mais eficientemente os recursos existentes.

A presente situação económica de Angola coloca-se no seguinte triângulo: inflação elevada (16,9% em 2018, 25,1% em 2020 e 24,9% nos primeiros dois meses de 2021)⁸⁶, com um aumento significativo da sua velocidade entre Dezembro de 2019 e Fevereiro de 2021, cerca de 2,8% ao mês), desemprego considerável (30,6% no IV Trimestre de 2020 e 55,3% para a população jovem, de idades compreendidas entre 15 e 24 anos) e crescimento económico em recessão permanente desde 2016 (-5,1% para 2020). Talvez ainda seja cedo para se falar de estagflação – não menos de 3 anos de dados estatísticos e análises correspondentes –, mas os sinais são preocupantes.

⁸⁶ O Governador do BNA afirmou, na sequência da reunião do Comité de Política Monetária de Março de 2021, ser difícil a manutenção da taxa de inflação de 18,7% estabelecida pelo Governo no *Relatório de Fundamentação do OGE 2021*, devido ao carácter eventualmente excessivo da restritividade da política monetária.

A estratégia tributária do Governo centra-se num aumento dos impostos caldeado por uma pretensão de melhoria da sua eficiência pela via da eliminação/correção das situações de fraude e evasão fiscais. Com impostos e taxas de juro elevadas torna-se difícil combater o desemprego pelo aumento da produção (*supply side economics*), sendo, portanto, provável que a recuperação da economia – perdida a alavanca do petróleo caro – demore algum tempo (nesse sentido se colocam as previsões divulgadas pelo Banco Mundial, FMI e OCDE e também as do CEIC (apresentadas neste *Relatório*).

Mas existem outras razões para o desemprego.

Se o custo do trabalho não é o principal responsável do desemprego e se, de qualquer modo, não se puder contar com a flexibilidade dos salários para restabelecer o pleno emprego – ou numa perspectiva menos exigente, aumentar os níveis de emprego da economia – então o problema essencial está no nível da procura global (ponto de vista keynesiano). A solução para o desemprego conjuntural reside numa procura global mais forte, nas suas componentes pública e privada⁸⁷. Os gastos públicos estão de momento condicionados pela queda das receitas fiscais e o consumo privado (das famílias e das empresas) está bloqueado: o das famílias pela inflação e o próprio desemprego; o das empresas pela falta de capacidade de prover insumos internos e pela insuficiência de divisas para os obter no mercado externo. Nesta perspectiva, este tipo de desemprego corre o risco de se transformar em estrutural, haja em vista as poucas soluções capazes de o dirimir.

Pode o salário mínimo ser um estímulo ao aumento da procura das famílias? A prática de um salário mínimo numa qualquer economia é controversa. É o velho dilema eficiência/equidade.

Francisco Louçã apresenta duas justificações para a essencialidade do salário mínimo⁸⁸:

- a) O salário é o pilar da recuperação: numa situação de permanente recessão da economia angolana, com quebras significativas do poder de compra dos rendimentos do trabalho – os de maior efeito para o empoderamento da procura das famílias, o maior agente da economia em número de pessoas – a prática de uma política salarial proactiva pode ajudar a alavancar o retorno ao crescimento e viabilizar os investimentos privados e os correspondentes incentivos fiscais e de outra natureza; passará, assim, a poder-se responder-se à questão “*produzir para quem em contexto de forte limitação de exportação, por falta de competitividade externa*”.

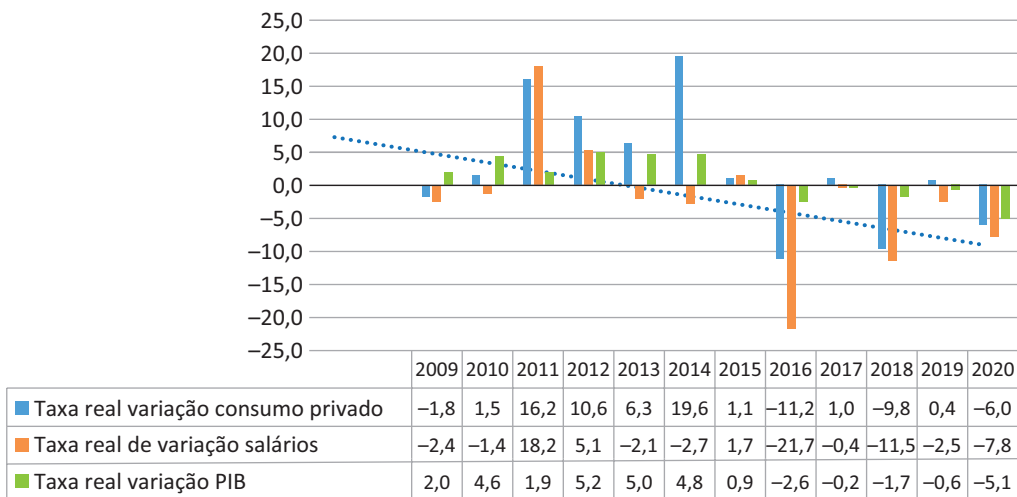
⁸⁷ Para se completar a análise da problemática do desemprego haveria ainda de se falar do desemprego estrutural alimentado pelas transformações da estrutura da procura e da produção: a modernização tecnológica é fundamental para a competitividade, mas, em certas condições, inimiga do emprego.

⁸⁸ Francisco Louçã: “Porquê é que o Salário Mínimo é Essencial?”, *Semanário Expresso*, Caderno de Economia, 22 de Agosto de 2020. Retiram-se os fundamentos para uma política de reavivação da economia pela via dos componentes da procura final das famílias, da qual o salário é fundamental.

- b)** O salário mínimo uma referência social: não apenas para os valores republicanos de dignidade, cidadania, igualdade, solidariedade e liberdade, como, igualmente, para as políticas sociais, no sentido de se saber se a política de rendimentos do Governo valoriza o salário e o emprego e protege quem precisa das políticas sociais⁸⁹.

O poder de compra dos rendimentos em Angola, e não apenas dos salários, tem sofrido perdas sucessivas desde 2012.

EFEITOS DAS CRISES SOBRE O CONSUMO PRIVADO E OS SALÁRIOS



Fonte: CEIC, com base em documentos oficiais.

Pensa-se serem irrecuperáveis e os detentores de rendimentos, em especial dos rendimentos do trabalho, vão ter de por si só ajustar em baixa ou o consumo ou a poupança ou os dois em devidas proporções.

A actualização do salário mínimo, que deve ser feita no seio da concertação empresários/sindicatos, pode desencadear efeitos sobre os restantes salários da economia. É bem verdade que o salário nominal médio nacional é baixo – cerca de AKZ 44.400 no final de 2019 – mas não deixa de estar conforme os níveis de produtividade, igualmente baixos. Em 2019, a produtividade média bruta aparente do trabalho foi de pouco mais de USD 15.000 por trabalhador. Existe uma Comissão governamental para o estudo do salário mínimo e que tem uma metodologia de cálculo dos ajustamentos a introduzir no salário mínimo nacional, essencialmente centrada nos preços de um cabaz de bens de primeira necessidade, o que é correcto. Só que as variáveis

⁸⁹ Para Francisco Louçã, os dois instrumentos que mais se devem realçar em termos da sua eficácia no combate ao empobrecimento da população, são as prestações destinadas a apoiar os mais necessitados, os aumentos das pensões e os incrementos do salário mínimo. Todas estas prestações corrigidas da paridade do poder de compra interno.

explicativas do comportamento dos salários são muitas, algumas complexas no seu inter-relacionamento que não constam dos estudos dessa Comissão. Um valor eventualmente aceitável para o ajustamento do salário mínimo seria o respectivo incremento absorver, por inteiro, a inflação ocorrida em 2020, ou seja, AKZ 230.082⁹⁰, mesmo assim insuficientes para cobrir o manancial de necessidades básicas dos empregados⁹¹.

O salário mínimo é nacional e não apenas do Estado. Portanto, tem de se saber igualmente qual a capacidade do sector empresarial privado – o sector empresarial público pode fazê-lo numa maneira mais fácil dados os subsídios que recebe do Estado para colmatar eventuais prejuízos financeiros – para aceitar e absorver, dum ponto de vista económico e de produtividade geral dos factores de produção, possíveis aumentos. Volta-se a sublinhar que o ponto essencial relaciona-se com os impactos económicos sobre a competitividade nacional, num momento em que o Governo está aflito em encontrar, a curto prazo – verdadeiramente difícil – fontes alternativas de geração de receitas externas, dado justamente a generalizada falta de capacidade competitiva da economia nacional.

Estarão os organismos do Estado e em especial o Ministério das Finanças capazes de acomodar os aumentos nesta componente da variável salários? Onde ir buscar o dinheiro? A reconfiguração do seu quadro de funcionários civis será suficiente (eliminação dos chamados “trabalhadores-fantasmas”)? Pode ser um estratagema, mas que se esgota mal o fenómeno dos fantasmas esteja debelado. Se o Governo e os governantes estivessem verdadeiramente interessados em gerar poupanças públicas – a serem encaminhadas para gerar emprego e atenuar as degradantes condições sociais da população – já deveriam ter implementado duas reformas essenciais: aplicação integral da Lei da Proibidade Pública (um sinal de separação entre negócios e política – no Brasil a confusão entre os interesses públicos e privados conduziu à mais grave crise económica, social e política de que há memória nesta jovem democracia, que tem tantos anos quantos Angola tem de independência⁹²) e redução dos cargos governativos (que tem vindo a ser ensaiada, mas por enquanto desprovida de competência e eficácia⁹³).

Porque razão os economistas insistem na produtividade económica como um dos elementos dinâmicos das economias? Em toda a parte, a análise do comportamento das economias parte da consideração da evolução da produtividade, a componente qualitativa essencial do crescimento económico, sem a qual não há progresso e à revelia da qual se não pode melhorar as condições de vida da força de trabalho.

⁹⁰ Equivalente a USD 35 mensais.

⁹¹ Existe muita polémica em redor do salário mínimo, havendo quem argumente que o mesmo não tem de cobrir as necessidades básicas, serviço, então apenas como referência dos limites até onde devem ir as discussões em sede de Conselhos de Concertação Social.

⁹² Conta-se a sua democracia depois de derrubada a ditadura militar.

⁹³ Reformar não se pode limitar às danças de cadeiras e ao sistemático movimento de nomeação e exoneração de membros da Administração Pública, Central e Provincial.

A produtividade é o instrumento central dum polígono octogonal que atende à necessária integração das diferentes perspectivas do funcionamento da economia. Na verdade, a produtividade interage com a competitividade – a pressão actual da globalização e da conquista de quotas do mercado internacional – o emprego, o salário (estas duas macro-variáveis jogam um papel nuclear na repartição funcional do rendimento nacional – e por isso são determinantes para a redução da pobreza – e na composição e evolução do consumo privado), a tecnologia (entendida na vertente das transformações tecnológicas indutoras de melhorias na organização do trabalho, nos processos de produção e na introdução de novos produtos consentâneos com as dinâmicas da procura final e intermédia), a rendibilidade empresarial (fundamental nas economias capitalistas e necessária para o desenvolvimento das empresas), o valor acrescentado micro e macroeconómico (quanto mais elevada for a produtividade, mais intenso se tornará o valor agregado pelas empresas, actividades económicas e economia em geral), as pessoas (a produtividade influencia a vida das pessoas e os respectivos relacionamentos) e os *stakeholders*, ou seja, todos os que são afectados directamente pela actividade das empresas, tais como os consumidores, os accionistas e os trabalhadores.

Produtividade e emprego podem ter uma relação antinómica, na medida em que a produtividade é obtida a partir do volume de emprego. O crescimento económico dum país pode resultar dum incremento simultâneo do emprego e da produtividade, da manutenção do emprego e do aumento da produtividade, ou da conservação da produtividade e do aumento da força de trabalho utilizada no processo produtivo. A situação ideal é a primeira – havendo que respeitar determinadas proporções nos correspondentes coeficientes técnicos –, equivalendo a segunda situação a um modelo intensivo em capital (físico, científico e tecnológico) e a terceira a processos de fabrico intensivos em mão-de-obra. Os ganhos de produtividade – que posteriormente serão repartidos entre os factores de produção trabalho e capital, em determinadas combinações – dependem do quantitativo de mão-de-obra, da geração tecnológica dos instrumentos e ferramentas de trabalho, da competência do capital humano e da qualidade da governação corporativa das empresas e da economia. Para um determinado volume de produção (micro ou macroeconomicamente considerando), quanto maior o emprego, menor será a produtividade e vice-versa, quanto maior a produtividade, menor a quantidade de mão-de-obra utilizada. Por isso, a gestão do binómio produtividade-emprego, nas diferentes ópticas em que se apresenta, é de capital importância exigindo, complementarmente, informação estatística abundante e confiável.

Entre a produtividade e o salário também se estabelece uma relação matemática e económica, mas de sentido positivo e auto-reforçador. Na teoria marginalista, a condição de equilíbrio no mercado de trabalho é dada pela igualdade entre o valor da produtividade marginal do trabalho e o salário, o que significa que a maximização do lucro empresarial ou da mais-valia nacional depende da circunstância de o salário não ultrapassar a produtividade. De resto, os ganhos de produtividade são a única fonte não inflacionária para os aumentos salariais. Na verdade, se os ajustamentos salariais se fizerem, apenas em função da taxa de inflação, pode desencadear-se uma espiral inflacionista geral, com as perversidades e efeitos nefastos conhecidos.

Finalmente, vale a pena sublinhar que a valorização do poder de compra nacional – um dos caminhos para a redução da pobreza – está relacionada com duas políticas públicas concretas: a da estabilização dos preços e a da melhoria da produtividade. Qualquer uma delas tem componentes variadas e implicações importantes.

A preocupação e os estudos com a produtividade remontam à Primeira Revolução Industrial, tornaram-se determinantes com o fordismo e o taylorismo (a época do automóvel de massa) e aprofundaram-se durante a Segunda Guerra Mundial com a necessidade de se aumentar rápida e expressivamente a produção industrial.

A noção de produtividade está relacionada com a economia de meios – produzir mais com menos recursos – mas nos dias de hoje, em que se exacerba a concorrência e se luta pela conquista de franjas de mercado exigentes, o conceito de produtividade desloca-se da economia de meios para um modelo mais orientado pela intensidade de esforços de I&D, visando a capacidade de diferenciação de produtos e serviços especializados.

A economia angolana apresenta uma produtividade muito baixa, uma das suas grandes debilidades para enfrentar, com relativo sucesso, os desafios da integração económica regional e da globalização. Entre 2000 e 2017 foram contabilizados aumentos no valor da produtividade bruta aparente do trabalho, como decorrência do próprio crescimento do PIB. No entanto, a sua média, em dólares americanos correntes para aquele período, cifra-se apenas em USD 18.522, contratando com USD 75.000 para a África do Sul e USD 60.000 para o Botswana. Em 2018, a produtividade do factor trabalho diminuiu para USD 17.600. Deveriam ter sido estas reformas estruturais a merecer as prioridades dos agentes da governação.

A produtividade é o indicador básico da saúde de uma economia: no longo prazo é o seu crescimento que comanda a evolução dos salários e dos ganhos de bem-estar dos consumidores.

6.7 Outros riscos

Apesar de o FMI e o Banco Mundial preverem taxas de crescimento da economia mundial acima de 2,8% até 2021, economistas como Nouriel Roubini (conhecido como “economista das desgraças”, lembrando que foi ele quem primeiro e com alguma antecedência alertou para a crise do *subprime* de 2008/2009) e Brunello Rosa da London School of Economics⁹⁴ acreditam existirem razões para um abrandamento do crescimento económico mundial a partir de 2019: a escalada da guerra comercial entre a China e os Estados Unidos (o FMI já tem estudos sobre os efeitos negativos mundiais deste conflito desencadeado por Donald Trump), o “braço-de-ferro” entre a Administração Trump e a Reserva Federal americana quanto ao aperto da política monetária, a desagregação da Europa depois do Brexit, a ascensão dos radicalismos

⁹⁴ Jorge Nascimento Rodrigues – *Quando Chega a Próxima Crise*, Semanário Expresso, Caderno de Economia, 5 de Janeiro de 2019.

e populismos nas democracias europeias, as incertezas quanto às eleições americanas de 2020 e o trauma da Europa dos 29, cujo PIB vai ser ultrapassado pelo da China. Os riscos para o crescimento da economia mundial e das economias integrantes vão-se alterando à medida que os acontecimentos ocorrem. E naturalmente a suceder-se esta crise (*Crónica de uma Morte Anunciada* de Gabriel Garcia Marques), Angola não vai ficar de fora (creio que ninguém hoje no país teria a coragem de afirmar que a economia nacional não seria atingida, como aconteceu em 2008, com declarações de alguns responsáveis governamentais da altura). Num clima geral de abrandamento do crescimento mundial, o preço do barril de petróleo manteria uma tendência de abaixamento, apesar das medidas de contenção da produção decretadas pela OPEP.

Mas em Angola, os riscos para a retoma do crescimento económico serão acrescidos pelo aumento da pobreza e a continuação do modelo de redistribuição do rendimento que ainda não sofreu ajustamentos de monta, permanecendo o essencial da desigualdade proveniente da governação anterior. O PIB por habitante vai continuar em valores baixos até 2022, prevendo-se para 2019 um valor de USD 3290. Mas o mais sério é que os incrementos anuais desta grandeza vão anualmente diminuindo até final da presente legislatura, permitindo, portanto, concluir-se que o crescimento económico não vai gerar rendimento suficiente para distribuir mais e melhorar as condições de vida da população⁹⁵.

Como já se tem afirmado nestes Relatórios, os angolanos empobrecem a cada ano que passa, um péssimo sintoma para a criação de um mercado interno de dimensão razoável que sustente a substituição das importações.

O Governo prevê uma retoma do crescimento para 2022 de 2,5%, em consonância com o FMI, mas em dissonância com o Banco Mundial, que a corrige em alta para 3,5%⁹⁶. No entanto, esta e as projectadas até 2022 necessitam de serem revistas na medida em que tiver sido registada uma recessão em 2018 (-1,7% para o FMI e -1,8% para o Banco Mundial), quando, pelo anúncio do Ministro da Economia e do Planeamento, o valor dever ter sido de -5,1%, aguardando-se pelas informações das Contas Nacionais⁹⁷. Nesta perspectiva, a economia provavelmente não vai crescer tanto quanto o Governo e o FMI prevêem até 2025⁹⁸, sendo mais consistentes as antevisões da Economist Intelligence Unit (2,4% entre 2022 e 2025)⁹⁹.

Mas ainda assim, como obter uma taxa de 2,5% em 2022 num cenário de altas taxas de juro, montante elevado de juros da dívida pública, total (30% das despesas governamentais) e

⁹⁵ Incrementos anuais do PIB por habitante em USD: 2018 = -621; 2019 = -400; 2020 = 97; 2021 = 6.

⁹⁶ World Bank – *Global Economic Prospects*, Janeiro de 2021.

⁹⁷ No entanto, tudo aponta para esse valor, atendendo às informações relativas aos comportamentos do primeiro semestre que apontavam para uma quebra geral da actividade de cerca de 7%.

⁹⁸ No Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022 está prevista uma taxa média anual de crescimento do PIB de 3% entre 2018 e 2022, que necessariamente baixa para 1,96% se a recessão de 2018 for confirmada.

⁹⁹ Economist Intelligence Unit, *Angola Country Report*, March 2021.

interna (15% do total das despesas públicas) e um incremento de 34,5% nas verbas orçamentais alocadas genericamente a outras despesas públicas? Vistos de outro ângulo, estes entraves ao crescimento (efeito *crowding out*) tornam-se mais expressivos se comparados com a receita fiscal não petrolífera, representando os juros da dívida pública, em 2019, 102,7%.

Ou seja, a dependência fiscal do Estado das receitas do petróleo acentua-se em vez de diminuir, valendo, afinal, por constatar duas coisas: a dinâmica de crescimento e de criação de riqueza (salários, lucros, etc.) do sector não petrolífero não tem correspondido ao esperado, nem às medidas que o Estado tem tomado no sentido da diversificação da economia e a Reforma Tributária (não sei se já foi dada como finalizada) não tem produzido os resultados criados pelas expectativas colocadas sobre si¹⁰⁰. As estatísticas aparentemente o confirmam: a fiscalidade não petrolífera vai passar de 7,9% do PIB em 2014, para 4,7% em 2019, de acordo com as estimativas do Fundo Monetário Internacional¹⁰¹.

O peso do Estado (despesas e receitas públicas) ainda é bastante elevado na economia angolana. Qualquer economia do mundo (num sistema de economia de mercado) tem duas economias: uma, que produz e gera valor agregado (salários, rendas e lucros), é constituída pelas empresas que necessitam de espaço e condições para trabalhar, e outra, constituída pelos serviços públicos, que não produz e não gera valor (o Estado não é um agente de produção e os salários dos seus funcionários e outras despesas são cobertas através dos impostos, que representam uma amputação dos rendimentos criados pelas famílias e pelas empresas, devendo, por isso, dar provas constantes de que é um bom intermediário entre a economia e a sociedade em geral). Numa perspectiva de optimização na aplicação dos recursos escassos, o Estado só deverá contrair dívida pública para cobrir investimentos em capital físico e humano (as tais condições necessárias para que as famílias e as empresas criem valor). Os diversos serviços devem ser cobertos pelas receitas normais e o aumento da sua eficiência.

Em 2019, a dívida pública total representou praticamente 107,1%% do PIB e 296,8% do PIB não petrolífero¹⁰² (se não houvesse petróleo, a economia angolana estaria praticamente falida).

Uma vez mais, a dependência do petróleo e a incapacidade da economia nacional em criar mecanismos e condições que a libertem de influências nefastas e promovam o crescimento em bases sistémicas e sistemáticas. Será difícil resolver a questão cambial do país (dando-lhe a estabilidade necessária para facilitar o funcionamento da economia não petrolífera) apenas com a substituição das importações, sem se ponderar a sua eficiência.

¹⁰⁰ Os empresários (angolanos e estrangeiros) queixam-se das atitudes policiais dos agentes da AGT na procura de dinheiro a qualquer preço, quando as unidades produtivas se debatem com problemas graves e diversos para garantir a produção e os postos de trabalho.

¹⁰¹ IMF, Country Report n.º 18/370 de Dezembro de 2018 e intitulado *ANGOLA – Request For An Extend Arrangement Under The Extend Fund Facility*.

¹⁰² IMF, Country Report n.º 18/370 de Dezembro de 2018 e intitulado *ANGOLA – Request For An Extend Arrangement Under The Extend Fund Facility*.

A poupança de divisas pela redução das importações apresenta limites dados pela elevada componente importada da produção nacional, o que deve estar a influenciar (em contexto de dificuldade de acesso à moeda externa) a capacidade de crescimento do sector não petrolífero (0% em 2018 e 1,8% em 2019¹⁰³).

Por outro lado, as exportações não minerais continuam pífias, prevendo-se que atinjam uma cifra de apenas 2,4% do PIB, ou o equivalente a USD 147 milhões em 2020. Incluindo-se os diamantes, a situação não melhora substancialmente (USD 1100 milhões), para ajudar a preencher as necessidades de financiamento da economia nacional, estimadas em USD 7248 milhões, segmentados em défice da conta corrente e amortização da dívida externa¹⁰⁴.

As reservas internacionais líquidas deverão situar-se em USD 8187 milhões em 2021 (mais de dezanove mil milhões a menos que em 2014)¹⁰⁵.

Os principais motores do crescimento do PIB até 2022, segundo a óptica oficial¹⁰⁶, vão ser o consumo final (público e das famílias) e a formação bruta de capital fixo. As exportações perdem peso nestas projecções do Governo, na medida em que se estabelecem taxas de crescimento negativas para a produção petrolífera e de gás (em média anual – 2% para 2018-2022). Como é do conhecimento geral, as exportações de petróleo foram durante muito tempo o principal factor de dinamização do PIB e, a despeito das expectativas menos favoráveis, ainda continuarão a sê-lo por algum tempo (o aparecimento de outros produtos na pauta das exportações requer tempo, capacidade empresarial de competição nos mercados externos e gestão do tri-nómio preço-qualidade-marketing). A dinâmica de variação da formação bruta de capital fixo está estabelecida em 2,7% ao ano, não se conhecendo o valor atribuído à sua eficiência marginal (via de regra, expresso pelo ICOR, coeficiente capital-produto). Admitindo um valor médio de 2,75, o investimento total deveria variar em média anual 8,25% (para uma taxa média anual de crescimento do PIB de 3%). Para o consumo final (público e das famílias), o PDN 2018-2022 estabelece uma taxa média anual de variação de 3,1%. Atendendo ao reduzido valor do PIB por habitante e ao seu comportamento descendente até 2022, esta variação anual acima de 3% vai ter de ser assumida pelo gasto público, nomeadamente pela via dos salários dos funcionários públicos.

Para que as intenções do Governo se concretizem, o PDN 2018-2022 apresenta uma série de medidas, das quais se destacam:

¹⁰³ No mesmo Relatório do FMI apontam-se as taxas seguintes, para 2020 e 2021, respectivamente, -4% e 0,4%, para o PIB e -2,9% e 2,5% para o PIB não petrolífero.

¹⁰⁴ IMF, Country Report n.º 18/370 de Dezembro de 2018 e intitulado *Angola – Request For An Extend Arrangement Under The Extend Fund Facility*.

¹⁰⁵ A estabilidade do mercado cambial não pode apenas ser avaliada pela convergência das taxas de câmbio oficiais e informais, mas também pelo preço a que a moeda externa é obtida. Convergência com valores cambiais elevados não favorece a aquisição de matérias-primas e intermédias.

¹⁰⁶ Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022.

- a) Minimizar as barreiras à entrada e à saída de empresas do mercado.
- b) Promover alterações institucionais e legislativas que permitam aperfeiçoar e tornar mais eficaz e eficiente a aplicação da política de concorrência.
- c) Promover a concorrência através de uma regulamentação e de uma supervisão dos mercados dissuasoras das práticas restritivas da concorrência e incentivadoras da diversificação e do desenvolvimento económico.
- d) Promover a melhoria contínua do ambiente de negócios, procurando reforçar a atratividade da economia angolana.

Uma das causas próximas do BREXIT parece ter sido o excesso de burocratismo e de centralização de Bruxelas na determinação das políticas económicas e na definição de quadros legais de cumprimento obrigatório e aparentemente limitativas da afirmação de políticas nacionais de incentivo ao crescimento. Não se pode esquecer que os britânicos são os campeões do pensamento liberal e do liberalismo económico, para além de terem sido os criadores da Ciência Económica (Adam Smith, David Ricardo, Malthus, John Stuart Mill).

Angola também sofre destas maleitas e seguramente que a arrogância e nepotismo dos burocratas, o excesso de regras e regulamentos, a corrupção endémica e a compra e venda de favores podem ser tidos como algumas das causas próximas e remotas da desaceleração estrutural do crescimento económico depois de 2009. Não se sabe se os dirigentes e governantes do MPLA têm consciência dos custos que estas derivas institucionais causam ao país e ao investimento privado (afinal elas foram criadas pelo e no MPLA durante todos estes anos de governação isolada – mesmo durante os governos de coligação com a UNITA a sua influência e o seu domínio foram totais). A transferência de valor do Estado para os burocratas não é um factor de desenvolvimento, mas tão-somente de enriquecimento e prestígio pessoal. São relativamente abundantes os estudos sobre os malefícios da corrupção e do nepotismo administrativo-institucional sobre as economias e os tecidos sociais (FMI, Banco Mundial, Comissão Económica para África das Nações Unidas e que segundo determinadas estimativas se chegou a uma estimativa do valor da corrupção em Angola em 1997 de cerca de 850 milhões de dólares para um PIB de 7675 milhões de dólares)¹⁰⁷. Todavia, continua-se à espera de políticas convincentes tendentes a erradicar esses males.

Persiste-se, igualmente, numa visão algo bizarra de reduzir todos os problemas nacionais (sociais, económicos, morais, históricos) a equações matemáticas de onde se extraem medidas de política supostamente adequadas e suficientes para os resolver. Assim como, na União Europeia se desvalorizam as diferenças históricas e culturais entre os países, reduzindo a solução das crises a programas de compressão de despesas e incremento de impostos, também em Angola emergiram os burocratas e tecnocratas que têm solução técnica para todos os problemas.

¹⁰⁷ Ver Alves da Rocha – *Por onde vai a Economia Angolana?*, Mayamba Editora, Luanda, 2011.

Os mais recentes Relatórios do Fundo Monetário Internacional (*World Economic Outlook*, Abril 2021, *Regional Economic Outlook ASS*, Abril 2021, *Fiscal Monitor*, Abril 2021, *Global Financial Stability Report*, Abril 2021 a que se podem acrescentar o do Banco Mundial, *Global Economic Prospects*, January 2021) são relativamente pessimistas quanto ao comportamento futuro da economia mundial e de todos os espaços regionais em que se divide.

Os efeitos perversos da pandemia da COVID-19 continuarão a diminuir a capacidade de crescimento das economias e, mesmo, as vacinas – cujos processos de disseminação universal, regionais e dentro de cada país defrontam problemas inexplicáveis e inaceitáveis, onde se descobrem comportamentos corruptivos e disruptivos quanto à sua aquisição, distribuição e aplicação – podem não ser a panaceia para o recobro das dinâmicas de crescimento.

O Fundo Monetário Internacional, ao estabelecer as suas previsões até 2026, teme pela fragilidade das matrizes económicas e dos sistemas sociais das mais importantes economias mundiais e receia que a gestão das diferentes recuperações económicas coloque problemas complicados e desafios apenas em parte vencíveis até 2026.

O comportamento das bolsas mundiais e de outros instrumentos de natureza especulativa só, eventualmente – a despeito de alguns sinais de retoma que devem ser interpretados com cautela como forma de resguardo de possíveis investimentos – depois de 2022 poderá oferecer alternativas válidas e seguras. No entanto, sempre em linha com a capacidade mundial de recobro do crescimento económico, que vai ser muito diferente de país para país.

Por exemplo, o FMI afirma que a África Subsariana enfrenta riscos acrescidos de retoma da dinâmica de crescimento, devidos, não apenas ao efeito inércia do período 2015-2020 (taxa média anual de crescimento do seu PIB de 2% (em contraste com os anos entre 2003 e 20012, com 5,7%)), mas, igualmente, ao peso das dívidas públicas. Assim sendo, *“The region would only return to precrisis income levels in 2024, one year later than in the baseline scenario”*¹⁰⁸.

As ajudas financeiras no enredo da luta contra a pandemia e apoio da economia não serão suficientes, dadas as insuficiências e debilidades dos sistemas produtivos e institucionais da África Subsariana, levando esta instituição a afirmar *“Every year in sub-Saharan Africa, 20 million new job seekers enter the labor market. In the short term, providing employment opportunities for these new entrants is perhaps one of the region’s most pressing policy challenges”*¹⁰⁹.

Nem a África do Sul e a Nigéria, as duas maiores economias africanas subsarianas, poderão, até 2024, ir em socorro do espaço económico africano, enquanto possíveis molas de propulsão para o esperado *re-take off*.

¹⁰⁸ International Monetary Fund – *Regional Economic Outlook, Sub-saharan Africa*, Abril 2021.

¹⁰⁹ International Monetary Fund – *Regional Economic Outlook, Sub-saharan Africa*, Abril 2021.

CRESCIMENTOS ECONÓMICOS (%)							
Países	2010-2017	2018	2019	2020	2021	2022	2026
Nigéria	4,2	1,9	2,2	-1,8	2,5	2,3	2,2
Gana	6,8	6,3	6,5	0,9	4,6	6,1	5,4
Quénia	5,8	6,3	5,4	-0,1	7,6	5,7	6,1
Ruanda	6,7	8,6	9,4	-0,2	5,7	6,8	6,1
África Subsariana	4,4	3,2	3,2	-1,9	3,4	4,0	3,8
Angola	3,1	-2,0	-0,6	-4,0	0,4	2,4	3,7

Fonte: International Monetary Fund – *Regional Economic Outlook, Sub-saharan Africa*, April 2021.

Vale lembrar que o Quénia recolhe o mesmo montante de exportações de flores – uma das suas actuais especialidades produtivas – que Angola nas vendas externas de diamantes.

No contexto da África Subsariana, Angola não constitui chamamento interessante para investidores estrangeiros no item considerado, qual seja, a capacidade de crescimento futuro (2,1% em média anual para 2021-2026, bem abaixo da taxa de crescimento demográfico, donde um poder de compra monetário interno baixo e, consequentemente, capacidade de absorção desvalorizada). A intensidade do crescimento do PIB é um incentivo forte para o investimento privado estrangeiro, o qual acrescido a bons ambientes de negócio funcionam como os factores decisivos de entrada de capitais externos. Argumentos que falham em Angola.

Quanto a outros espaços de investimentos alternativos valem os apontamentos seguintes:

- A Euro Área está decadente, tendo sido fortemente afectada pela pandemia e a crise económica que se abateu em diversos dos seus países constitutivos, depois de 2003. Algumas dúvidas prevalecem sobre a capacidade de voltar a conferir à economia do euro uma capacidade de crescimento relevante, atendendo às diferentes dinâmicas do PIB, mesmo num contexto do Plano de apoio de 750 mil milhões de euros. As bolsas continuam a manifestar-se trémulas, denotando a generalizada falta de confiança na capacidade de recuperação das economias.
- Os Estados Unidos, com Joe Biden na Presidência, têm injectado triliões de dólares na economia, com o propósito de recuperar os atrasos e os efeitos nocivos da pandemia da COVID-19.
- O Japão, a despeito da força da sua economia (uma das mais inovadoras tecnologicamente), continua a navegar por mares muito calmos, no que se refere à sua dinâmica de crescimento. O seu interesse em Angola tem sido manifestado e renovado de há uns anos a esta

parte. Do mesmo modo, este país parece empenhado em disputar à China a sua presente preponderância na África ao sul do Sara. Este país asiático tem vindo a perder relevância no PIB e no comércio mundial.

- O espaço denominado “Ásia Emergente e em Desenvolvimento” é o mais dinâmico do planeta, oferecendo as melhores oportunidades de investimento. O vencimento ou pelo menos forte atenuação das incidências da pandemia sanitária, estão a possibilitar a rápida reposição das anteriores dinâmicas e a aquisição de outras capacidades. É a região do mundo para onde têm e continuarão a fluir os investimentos internacionais.

CRESCIMENTOS ECONÓMICOS (%)									
Países/Regiões	2003-2012	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2026
Euro Área	0,9	1,9	2,6	1,9	1,3	-6,6	4,4	3,8	1,3
Estados Unidos	1,8	1,7	2,3	3,0	2,2	-3,5	6,4	3,5	1,6
Japão	0,7	0,8	1,7	0,6	0,3	-4,8	3,3	2,5	0,5
China	10,5	6,9	6,7	6,7	5,8	2,3	8,4	5,6	4,9
Índia	7,9	8,3	6,8	6,5	4,0	-8,0	12,5	6,9	6,5
Ásia emergente em desenvolvimento	8,7	6,8	6,6	6,4	5,3	-1,0	8,6	6,0	5,4

Fonte: International Monetary Fund, *World Economic Outlook*, April 2021.

Confirma-se a deslocação do centro de gravidade da economia mundial para a Ásia e igualmente notória a desocidentalização do crescimento económico.

A África Subsariana continua marginal a este grande movimento de transformação mundial com uma participação irrisória no PIB e no comércio mundiais. Os grandes investimentos e as mais visíveis oportunidades de crescimento vão pertencer às economias asiáticas, no seu todo.

De resto, parece ser consenso, sobretudo depois de se verificar que as economias asiáticas são as que maiores resiliências apresentam face às crises e aos abalos financeiros internacionais, que o século XXI será o século asiático (o XIX foi do Reino Unido, o XX dos Estados Unidos e agora o da Ásia). Acaba por ser uma excelente indicação para as escolhas dos investidores.

QUEM PESA O QUÊ NA ECONOMIA MUNDIAL EM 2020 (%)			
Países/Regiões	Produto Interno Bruto	Comércio	População
Estados Unidos	15,9	9,7	4,3
Euro Área	12,0	26,7	4,5
Alemanha	3,4	7,6	1,1
China	18,3	12,4	18,4
Índia	6,8	2,2	18,0
Rússia	3,1	1,7	1,9
África Subsariana	3,1	1,5	13,7

Fonte: International Monetary Fund, *World Economic Outlook*, April 2021.

Para além do Relatório do Banco Mundial sobre o ambiente de negócios no mundo, surgiu no início deste mês um estudo da Seguradora francesa COFACE¹¹⁰ (seguros de créditos para exportação de bens e serviços),¹¹¹ que considera Angola entre os 10 países sem futuro. Na base desta afirmação são apontadas as razões seguintes: agudização da situação económica, elevada probabilidade de desacertos políticos (contexto político muito instável devido à proximidade das eleições legislativas e presidenciais), recessão social conducente a manifestações e reivindicações violentas, elevada incerteza sobre a situação financeira geral e das empresas. Juntamente com Angola estão Moçambique, Camboja, Chade, Haiti, Síria, Etiópia, Mauritânia, Uganda e República Democrática do Congo.

¹¹⁰ <https://angola-online.net/noticias>

¹¹¹ Para as Agências de Notação de Risco – Standard & Poors, Moody's e a Fitch – mantêm o país em zona desaconselhável ao investimento privado.

7. A SITUAÇÃO BANCÁRIA EM ANGOLA

7.1 Introdução

O sector bancário continua a ser um dos mais rentáveis, organizados, robustos e estáveis da economia em Angola. A estruturação do sector tem sido marcada pelo nível de rentabilidade dos activos e dos capitais impulsionados pela exposição cambial e das necessidades de financiamento do Estado.

O surgimento do Banco Angolano de Investimento (BAI) e do Banco Comercial de Angola (BCA) em 1996 impulsionou o surgimento de um sector bancário privado – neste período já existiam dois bancos públicos em funcionamento, o Banco de Poupança e Crédito (BPC) e o Banco Comércio e Indústria (BCI) – que se desenvolveu e aprofundou entre 2001 a 2009 com o surgimento de mais catorze bancos, numa conjuntura de maior abertura da economia. Nesta fase foram abertos quatro bancos de capitais estrangeiros – numa conjuntura de altos preços do petróleo e altas taxas de crescimento da economia.

De lá pra cá, a queda dos preços do petróleo tem produzido desafios sobre o desempenho da economia angolana, sendo que o Centro de Estudos da Universidade Católica de Angola, vem alertando sobre a desaceleração estrutural da economia, que foram ampliados com a crise do *subprime* de 2008/2009. Contudo, não se registaram encerramentos de bancos no país nesta altura. Pelo contrário, o número aumentou, tendo atingido em 2017 a cifra das vinte e nove instituições financeiras bancárias a operar no sistema financeiro angolano.

A tendência de aumento dos números de bancos em Angola registou inversão com a dissolução de dois bancos privados de capitais angolanos em 2018 – O Banco MAIS e o Banco POSTAL – em virtude do não cumprimento das disposições do Aviso n.º 02/2018, que definia um novo limite sobre o capital social mínimo, tendo passado de 2,5 mil milhões Kz para 7,5 mil milhões Kz, e finalmente, o encerramento do Banco BANC por deficiências estruturais apuradas.

O encerramento dos dois primeiros bancos, que ainda se encontram em liquidação, tem sido apresentado como uma questão mais de charme político do que propriamente de risco prudencial que as duas instituições pudessem apresentar ao mercado, uma vez que na data em que foram anunciadas as revogações das licenças dos bancos por parte da autoridade monetária, os bancos apresentavam Rácios de Solvabilidade Regulamentar acima dos 10% definidos pelo BNA através do aviso n.º 02/2016 e mesmo acima da média do sector, ao mesmo tempo que não apresentavam relevante quota de mercado que pudesse perigar o desenvolvimento do sector.

Assim, no exercício económico de 2019 estavam em pleno funcionamento vinte e seis Instituições Financeiras Bancárias, das quais três de capitais públicos – BPC, BCI e o Banco de

Desenvolvimento de Angola (BDA) –, vinte e três bancos privados entre os quais dezassete de capitais nacionais e seis de capitais estrangeiros.

INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS A OPERAR EM ANGOLA EM 2019					
Sigla	Nome	Início de actividade	Controlo de capital	Activos mil milhões Kz	
				2018	2019
BCI	BANCO DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA, SA	1991	Público	175.060,00	173.266,00
BPC	BANCO DE POUPANÇA E CRÉDITO, SA	1991	Público	1.909.676,00	2.024.089,00
BDA	BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE ANGOLA	2006	Público	467.728,00	529.629,00
BCA	BANCO COMERCIAL ANGOLANO, SA	1996	Privado Nacional	59.862,00	93.470,00
BAI	BANCO ANGOLANO DE INVESTIMENTOS, SA	1996	Privado Nacional	2.044.595,00	2.641.703,00
SOL	BANCO SOL	200	Privado Nacional	532.261,00	602.708,00
BE	BANCO ECONÓMICO, SA ¹¹²	2001	Privado Nacional	-	-
BFA	BANCO DE FOMENTO ANGOLA, SA	2002	Privado Nacional	1.703.728,00	2.195.058,00
KEVE	BANCO KEVE, SARL	2003	Privado Nacional	159.442,00	176.206,00
BMF	BANCO BAI MICRO FINANÇAS, SA	2003	Privado Nacional	14.844,00	21.289,00
BIC	BANCO BIC, SA	2005	Privado Nacional	1.307.706,00	1.740.931,00
BNI	BANCO DE NEGÓCIOS INTERNACIONAL, SA	2005	Privado Nacional	301.158,00	377.772,00
ATL	BANCO MILLENNIUM ATLÂNTICO, SA	2006	Privado Nacional	1.358.772,00	1.601.479,00
BKI	BANCO KWANZA INVESTIMENTO, SA	2007	Privado Nacional	14.805,00	10.432,00
BCH	BANCO COMERCIAL DO HUAMBO, SA	2009	Privado Nacional	37.797,00	45.665,00
BVB	BANCO VALOR, SA	2010	Privado Nacional	45.502,00	64.275,00
YETU	BANCO YETU, SA	2013	Privado Nacional	22.998,00	42.490,00
BPG	BANCO PRESTÍGIO, SA	2013	Privado Nacional	28.711,00	41.170,00
BIR	BANCO DE INVESTIMENTO RURAL	2013	Privado Nacional	15.036,00	80.533,00
BCS	BANCO DE CRÉDITO DO SUL, SA	2015	Privado Nacional	59.203,00	106.798,00
BOCLD	BANCO DA CHINA LIMITADA – Sucursal em Luanda	2017	Privado Estrangeiro	8.175,00	14.348,00
SCBA	STANDARD CHARTERED BANK DE ANGOLA	2013	Privado Estrangeiro	45.050,00	51.085,00
BCGA	BANCO CAIXA GERAL ANGOLA, SA	2002	Privado Estrangeiro	362.281,00	547.100,00
VTB	BANCO VTB ÁFRICA, SA	2006	Privado Estrangeiro	91.709,00	184.705,00
FNB	FINIBANCO ANGOLA	2007	Privado Estrangeiro	99.421,00	129.874,00
SBA	STANDARD BANK DE ANGOLA, SA	2009	Privado Estrangeiro	443.247,00	606.237,00
Total				12.666.374,00	14.102.312,00

Fonte: BNA.

¹¹² O Banco Económico não apresentou o Relatório e Contas relativo ao exercício económico de 2019 até finais de 2020 pelo que não foi possível inclui-lo na avaliação que se fez ao sector.

Este desempenho poderá ter contribuído no desempenho do Valor Acrescentado Bruto (VAB) associado ao sector da intermediação Financeira e Seguros, que em termos reais contraiu 7,2%, segundo dados das Contas Nacionais Trimestrais referentes ao IV Trimestre 2019, um desempenho que compara com o crescimento de 5,3% do ano de 2018. Em termos estruturais, o sector viu o seu peso reduzir nos VAB's totais, ao sair de 1,5% para 1,4%. A significância económica da redução dos VAB's é melhor percebida quando avaliado o desempenho de cada componente do rácio.

Primeiro, o desempenho do sector esteve marcado pela redução nas rentabilidades das principais rubricas dos balanços dos bancos – sinistralidade do crédito, redução da atractividade dos Títulos Públicos, manutenção das políticas monetárias restritivas do BNA, reduzido dinamismo do Mercado Monetário Interbancário e introdução das Normas Internacionais de Relatos Financeiros, nomeadamente (IFRS-9) –, em linha com as condições desafiantes por que passa a economia como um todo.

Em segundo lugar, o desempenho é justificado pela desaceleração do VAB sectorial acima do VAB total¹¹³. A economia real neste período contraiu 0,6% muito abaixo dos 7,3% do VAB do sector de Intermediação Financeira e Seguros, facto que poderá ter pressionado a participação do VAB do sector acima dos outros sectores que apresentaram uma redução menos desafiante.

Relativamente ao pessoal a trabalhar no sector bancário em 2019, fixou-se em 20,204¹¹⁴ mil pessoas. O nível compara com os 22,253 mil do ano de 2018. No contexto de altos níveis de desemprego, o sector bancário manteve-se relativamente estável na manutenção e criação de novos empregos no sector.

Em relação ao número de agências em funcionamento, em 2018 estavam disponíveis perto de 2026 agências o que comparado às 2102 do ano de 2017, representa uma redução de 2,7%. Esta tendência de queda poderá ter-se mantido em 2019¹¹⁵, onde entre os 19 bancos que disponibilizaram os dados nos seus Relatórios e Contas constam perto de 1691 balcões¹¹⁶. O encerramento das actividades do Banco MAIS e do Banco POSTAL e do Banco BANC poderão ter contribuído na queda do número de agências bancárias em 2019.

Paralelamente, a alteração do modelo de negócio de uma matriz mais tradicional para um modelo mais digital tem contribuído para um ajustamento em baixa nos custos operacionais do

¹¹³ Dados das Contas Nacionais referentes ao II Trimestre de 2020, publicado pelo Instituto Nacional de Estatística de Angola.

¹¹⁴ O número compreende apenas 21 bancos que reportaram nos seus Relatórios e Contas referentes a 2019.

¹¹⁵ O Relatório sobre a Estabilidade Financeira do BNA referente ao I Semestre 2019, dava conta da existência de 1619 agências e dependências bancárias espalhadas pelo país.

¹¹⁶ Os bancos que não disponibilizaram a informação foram: Banco Económico (ainda não publicou o R&C referente a 2019), Banco Kwanza Invest, Banco Prestígio, Banco Valor, Banco Keve, Banco Standard Chartered.

sector e no número de balcões pelo país, com particular destaque para as zonas do país com custos de manutenção elevada e baixa densidade populacional.

Destaca-se que até ao primeiro semestre de 2019, as províncias de Luanda, Benguela e Huíla, com uma quota de 51%, 8% e 5%, respectivamente, concentraram o maior número de agências e dependências bancárias no país. Este desempenho está em linha com a concentração da actividade económica e populacional que se verifica em Luanda, Benguela e Huíla, sendo que tal padrão está a atrofiar o desenvolvimento da actividade bancária e poderá condicionar a estratégia de inclusão financeira do país.

Neste ponto vale destacar o posicionamento do BPC que em linha com o seu objecto social tem mantido uma presença permanente em quase todos os municípios do país, tendo disponível em 2019 perto de 394 agências e dependências bancárias, um número acima das 391 de 2018, contudo abaixo das 450 agências registadas em 2017.

A implementação do Programa de Regeneração e Recapitalização do Banco de Poupança e Crédito (BPC) poderá alterar esta tendência e comprometer o processo de inclusão financeira – visto mais na perspectiva da acessibilidade dos serviços bancários, tanto pelo número de balcões por pessoas assim como na disponibilidade de ATM's e TPA's por 100.000 adultos – e a manutenção das actividades económicas das localidades onde os balcões serão encerrados.

O nível de inclusão financeira da população está a seguir uma tendência crescente não obstante o número de balcões seguir o processo inverso, em virtude do novo modelo de negócio mais ligado a soluções tecnológicas, como são os casos do *mobile banking*, *internet banking*¹¹⁷, que têm aconselhado o desinvestimento em infra-estruturas fixas em favor de um investimento em infra-estruturas mais virtuais, sendo que, de acordo com os dados produzidos pelo Conselho Nacional de Estabilidade Financeira (CNEF), 49% da população adulta em Angola tem acesso a uma conta transaccional¹¹⁸.

7.2 Reformas no sector

As alterações na legislação associadas aos ajustamentos macroeconómicos no país têm impactado o desempenho do sector bancário, sem contudo liderar um processo de alterações nos modelos de negócios mais consistentes com as necessidades da economia real.

¹¹⁷ O desenvolvimento das criptomoedas tem produzido desafios sobre o futuro das moedas metálicas e os meios de pagamentos internacionais. O Bank for International Settlements, junto com os principais Bancos Centrais – Reserva Federal, Banco Central Europeu e o Banco da Inglaterra – produziram um relevante *paper*, dando nota das iniciativas dos bancos centrais para a instauração do *Central Bank Digital Currency* CBDC. O Banco Nacional de Angola, segundo nota do seu Governador, tem seguido a tendência mundial e está a preparar a legislação para assegurar segurança na introdução das CBDC no sistema de pagamento nacional.

¹¹⁸ Conselho Nacional de Estabilidade Financeira: “Fortalecendo a Capacidade e Inclusão Financeira em Angola. Um Inquérito baseado na Procura”, Angola, Julho de 2020.

O Plano de Estabilidade Macroeconómica apresentado em 2017 definiu a estabilidade do sistema financeiro como um dos seus pilares, tendo estabelecido os seguintes eixos fundamentais:

- Garantir um sector financeiro estável e solvente, através da promoção da segurança e solidez das instituições financeiras individuais, com reflexo na redução do crédito malparado.
- Garantir que o sector financeiro esteja em cumprimento com a legislação e regulação existente.
- Assegurar a implementação efectiva do quadro legal e regulamentar em matéria de Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo dadas as recomendações do Grupo de Acção Financeira (GAFI/FATF).
- Desenvolver um quadro legal e regulamentar de resolução bancária.
- Aumentar a penetração do sector financeiro na economia para apoiar o desenvolvimento económico e a política de diversificação.

Para atingir aqueles objectivos, o Governo de Angola tem apresentado um conjunto de medidas com o suporte técnico do Fundo Monetário Internacional, onde se destacam:

- A formalização do Fundo de Garantia de Depósitos (FGD) em Junho de 2019, pelo Banco Nacional de Angola, com o propósito de incrementar o nível de confiança dos depositantes e, por essa via, aumentar e atrair novos depositantes, que em caso de falência têm salvaguardado os depósitos até 12,5 milhões Kz.
- A solicitação pelo BNA de reforço de capital de 2,5 mil milhões Kz para 7,5 mil milhões Kz, mediante o Aviso n.º 02/2018, tendo precipitado o encerramento de três bancos, nomeadamente, o Banco BANC, o Banco POSTAL, e o Banco MAIS.
- A Avaliação da Qualidade dos Activos, de 92,8% do total de activos do sector bancário – cerca de 13 bancos – referente a 31 de Dezembro de 2018, tendo o processo terminado com uma avaliação positiva dos mesmos, onde o BNA deu nota da robustez do sector bancário, com 93% dos ajustamentos sendo recomendados ao Banco de Poupança e Crédito e ao Banco Económico que deveriam regularizar os limites prudenciais até 30 de Junho de 2020.
- A orientação dada pelo BNA aos bancos comerciais, para a realização de testes de *stress* robustos e alinhados às principais variáveis de riscos de mercado, de modo a aferir a robustez e a necessidade de (re)capitalização e de introdução de medidas adicionais de modo a se assegurar a solvabilidade do sistema.
- Criação da Recredit para a aquisição e recuperação de créditos do BPC, sendo que a instituição bancária divulgou a efectiva recuperação de 4,2% da carteira de dívida de 1.118 mil milhões Kz.

E ao longo do ano de 2019, o Governo, a Assembleia Nacional e dois dos reguladores do sistema financeiro – o Banco Nacional de Angola e a Comissão de Mercado de Capitais – fizeram aprovar um conjunto de regulamentações que impactaram no desempenho das instituições financeiras bancárias, com destaque para:

- Aviso do BNA n.º 03/2019, de 28 de Março, que estabelece os limites máximos para as comissões e despesas cobradas nas transacções em moeda estrangeira e define a moeda de cobrança das referidas comissões.
- Aviso do BNA n.º 04/2019, de 3 de Abril, que determina a concessão de crédito pelas Instituições Financeiras Bancárias para a produção de bens essenciais que apresentam défices de oferta de produção nacional.
- Aviso do BNA n.º 05/2019, de 30 de Agosto, que estabelece os princípios gerais a serem observados no âmbito do processo de Normalização e Harmonização Contabilística pelo sector bancário angolano.
- Aviso do BNA n.º 10/2019, de 6 de Novembro, que estabelece as regras e procedimentos que devem ser observados na compra de moeda estrangeira para a realização de operações cambiais por pessoas singulares.
- Aviso do BNA n.º 11/2019, de 26 de Novembro, que estabelece limites máximos para as comissões e despesas cobradas nas transacções em moeda estrangeira aplicada em determinadas operações.
- Instrutivo do BNA n.º 08/2019, de 27 de Agosto, sobre Perdas por Imparidade para a Carteira de Crédito.
- Instrutivo do BNA n.º 12/2019, de 28 de Agosto, sobre Títulos e Valores Mobiliários.
- Directiva do BNA n.º 05/DSB/DRO/2019, de 20 de Maio, sobre Informação de Concepção de Crédito através do SSIF – Sistema de Supervisão das Instituições Financeiras.
- Directiva do BNA n.º 06/DCC/DMA/2019, de 5 de Julho, sobre Créditos Documentários de Importação, Atribuição de *Plafonds* pelo BNA, Termos de Condições de Acesso.
- Lei n.º 02/19, de 27 de Março, que aprova o Regime Jurídico dos Fundos de Garantias das Sociedades Gestoras de Mercados Regulamentares de Câmara de Compensação de Contraparte Central e de Sistema Centralizados de Valores Mobiliário.
- Lei n.º 04/19, de 18 de Abril, que altera os artigos 1.º, 5.º, 11.º, 13.º, 14.º, 16.º, 17.º, 18.º, 58.º, 59.º, 66.º, 71.º e 75.º da Lei n.º 19/14, de 22 de Outubro que aprova o Código do Imposto Industrial.
- Decreto Presidencial n.º 92/19, de 25 de Março, que aprova o Projecto de Desenvolvimento do Sistema Financeiro para o período de 2018-2022.

- Decreto Presidencial n.º 159/19, de 17 de Maio, que aprova o Projecto de Apoio ao Crédito – PAC.
- Decreto Legislativo Presidencial n.º 05/19, de 2 de Maio, que estabelece os princípios e regras relativas à Constituição e à Gestão de Fundo de Garantia das Sociedades Gestoras de Mercado Regulamentados, Câmaras de Compensação ou de Contraparte Central e de Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários.
- Decreto Legislativo Presidencial n.º 06/19, de 2 de Maio, que estabelece o Regime Jurídico aplicável aos Valores Mobiliários de Natureza Monetária, designado por Papel Comercial.

Este conjunto de desdobramentos tem vindo a melhorar a imagem do sistema financeiro nacional junto dos seus clientes, accionistas e do regulador, o que se tem apresentado como uma condição necessária para o desenvolvimento do sector e solidez do mesmo. Paralelamente é um esforço que se tem procurado alinhar às melhores práticas internacionais.

Aqui vale ressaltar a implementação efectiva do quadro legal e regulamentar em matéria de AML/CFT, dadas as recomendações FATF/GAFI, necessárias para a recuperação da confiança da comunidade internacional e o restabelecimento efectivo das relações dos bancos nacionais com os seus correspondentes bancários internacionais.

7.3 Estrutura e gestão do balanço dos bancos em 2019

A composição do balanço dos bancos registou uma ligeira alteração na sua estrutura que poderá estar alinhada com a conjuntura macroeconómica desafiante por que passa a economia de Angola desde 2014, sem contudo dar indicações de uma alteração do modelo de negócio que o exponha mais à economia real em detrimento do financiamento ao Estado.

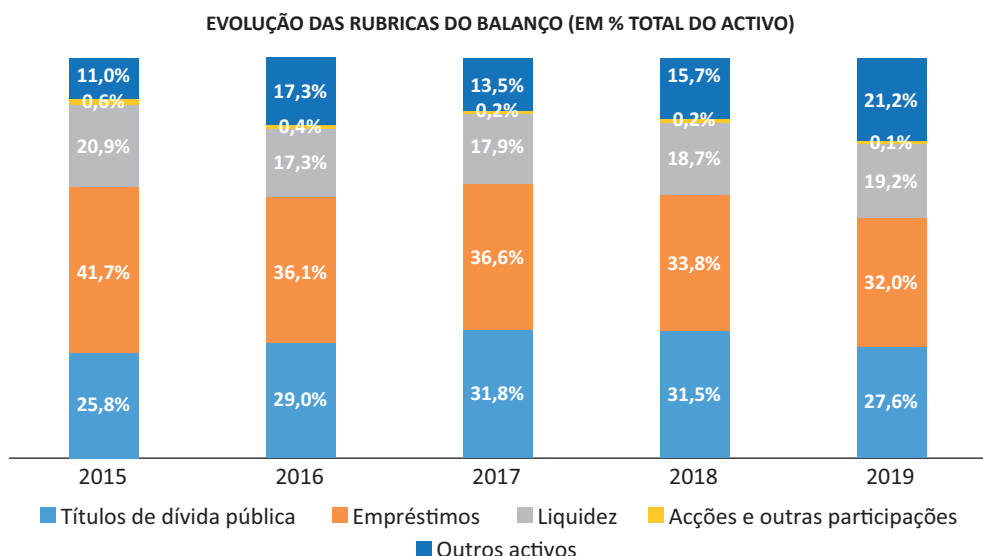
Até Dezembro de 2019, os bancos tinham activos avaliados em 18.390¹¹⁹ mil milhões Kz, um montante inferior quando comparado com os 13.710 mil milhões Kz de 2018. Este desempenho representa um aumento nominal de 34,1%, o maior incremento nominal na série histórica do BNA iniciada em 2011, o que é reflexo, fundamentalmente, da depreciação cambial registada no período.

Em termos de estrutura, o gráfico, que se apresenta seguidamente, mostra a evolução da composição dos activos do sistema em percentagem do activo total. De acordo com as estatísticas do BNA, o peso das rubricas “Disponibilidades/Liquidez” fixou-se em 19,2%, que quando comparado ao período anterior representa um aumento de 1,9 pp.

Relativamente aos “Empréstimos” à economia situaram-se em 5.879,92 mil milhões Kz, o que representa 32,0% do total dos activos e uma queda 1,8 pp do registo de 2018. Por seu lado,

¹¹⁹ Dados referentes aos vinte e seis bancos a operar no sector bancário até Dezembro de 2019.

os “Títulos de Dívida” representaram 27,6%, uma redução de -3,9 pp na estrutura dos balanços dos bancos, ao se situarem em 5.070,71 mil milhões Kz. Por fim, os “Outros Activos” situaram-se em 3.893,24 mil milhões Kz, o que representa 21,2%, um aumento de +5,5 pp quando comparado ao peso dos mesmos em 2018.



Fonte: BNA.

Relativamente à dimensão do sector, destaca-se que o total do activo do sector bancário angolano representa 59,6% do Produto Interno Bruto (PIB) de 2019, um aumento de 8,8 pp quando comparado ao ano de 2018, o que é reflexo do incremento nominal dos activos em 34,1%, acima do crescimento nominal do PIB de 14,3%.

Neste período, de acordo com as estatísticas do BNA, do activo dos vinte seis bancos a operarem no sistema, os Títulos de Dívida Pública representaram 27,6% do total de activos do sistema, uma redução de 3,9 pp um desempenho que não representa a alteração estrutural no modelo de negócios dos bancos que é necessária para garantir a sustentabilidade da actividade e melhoria da intermediação financeira na economia.

O ajustamento em baixa é decorrente de incrementos de Outros Activos na estrutura do balanço dos bancos e não da desaceleração dos investimentos em Títulos Públicos por parte dos bancos, sendo que, a manutenção do posicionamento das instituições, relativamente aos investimentos em Títulos de Dívida Pública, tem sido justificada pela necessidade de uma gestão do balanço mais cautelosa, fundamentada pela detenção de activos com maior liquidez, maior rentabilidade e menor risco. E em virtude da fraca profundidade do sistema financeiro nacional e reduzida oferta de alternativas de investimento no mercado, os Títulos de Dívida

Pública têm sido o principal instrumento de investimentos dos bancos num contexto de elevada sinistralidade de crédito.

E esta estratégia tem encontrado espaço à medida que o Governo apresenta necessidades de financiamentos brutos consideráveis que, por um lado, impulsionam a definição de políticas monetárias restritivas a favor dos Títulos Públicos e, por outra, retira rentabilidade e atratividade no mercado de crédito. Pois, a detenção de Títulos Públicos, para além de se apresentarem seguros, face, por exemplo, à concessão de crédito, têm-se mostrado rentáveis, ao mesmo tempo que se demonstram mais líquidos, tendo em consideração o nível de profundidade que se tem verificado no mercado secundário de dívida pública de Angola (BODIVA).

A rubrica Outros Activos, no balanço dos bancos, representou 21,2%, um aumento de 5,5 pp face ao ano de 2018, tendo-se situado em 3.893,23 milhões Kz. Esta categoria de activos engloba os bens imóveis, sendo que o seu volume tem vindo a crescer em função do processo de dação dos colaterais em decorrência do alto nível de sinistralidade do crédito no sector. Pelo facto de muito do crédito na economia ter sido aprovado com base em colaterais associados a imóveis, o seu incumprimento tem sido executado através da penhora daqueles bens que têm sido inscritos nos balanços dos bancos. Este posicionamento tem contribuído para que a qualidade e a liquidez dos activos dos bancos esteja a reduzir.

Esta situação tem conduzido a uma contínua reavaliação dos activos e a correspondente definição de imparidades, desviando consideráveis recursos da estratégia de investimento e penalizando a distribuição de dividendos e o pagamento das obrigações fiscais das instituições bancárias para com o Estado e para com os seus accionistas.

Para resolver esta questão, o BNA, através do Aviso n.º 03/2020 sobre limites dos imobilizados das instituições, determinou aos bancos desfazerem-se dos mesmos activos, sendo que o total de recursos aplicados em imobilizações, líquido de depreciações e amortizações e perdas por imparidades acumuladas, deduzidas as participações financeiras, não pode ser superior a 50% do valor dos Fundos Próprios Regulamentares.

O grande desafio prende-se com a fraca profundidade no mercado imobiliário – Existe um excesso de oferta no mercado e uma procura reprimida, em virtude da queda acentuada do preço do barril do petróleo, que serviu de base para o crescimento substancial do sector no período pré-crise – nos últimos tempos, num contexto em que o prazo limite para que os bancos pudessem adequar-se ao normativo foi 31 de Dezembro de 2020.

Ainda na estrutura dos bancos, em 2019 assistiu-se a uma redução significativa do peso da rubrica Empréstimos aos clientes de 1,8 pp em termos anuais e 9,7 pp quando comparado a 2015, tendo-se fixado em 32% dos activos totais e 19,1% do PIB. A redução foi apurada, não obstante se ter registado um crescimento no crédito total em 26,9%, tendo o sector privado concentrado 90,3%, enquanto o sector público ficou com 9,7%, um aumento e uma redução de 1,8 pp e 1,7 pp, respectivamente.

Nesta perspectiva, a concentração dos créditos alterou-se substancialmente, sendo que os Bancos com os maiores activos detiveram 68,9% do crédito aos clientes, o que pode ser justificado pelo facto do BAI e do BFA, dois dos maiores bancos em termos de activos, deterem uma carteira de crédito de apenas 16,9% e 12,4%, respectivamente. Este posicionamento que se tem apresentado como positivo para o desempenho dos dois bancos – a nível de resultados –, tem penalizado o crédito à economia e por arrasto, o aumento do capital fixo e do crescimento real da economia.

A estrutura de balanço daquelas duas instituições bancárias deve ser lida, primeiro, como um posicionamento prudente face à actual conjuntura. Em segundo lugar, como uma forte oportunidade por se explorar no sector, sendo que um reposicionamento do modelo de negócio do BFA e BAI poderá produzir resultados significativos no mercado de crédito, tanto pela via da quantidade de crédito disponível, assim como nos custos dos mesmos.

Este posicionamento pode ser acelerado, desde que o processo de estabilização macroeconómica e em particular a consolidação fiscal seja efectivo e os títulos públicos se apresentem menos atractivos. Mas vale destacar que este é o posicionamento da generalidade dos bancos no país, dado que uma exposição maior dos balanços dos bancos ao crédito exige também uma alteração na estrutura económica e no incremento do espírito empresarial de modo que a qualidade dos activos dos bancos não seja penalizada, como tem sido nos últimos exercícios económicos, com particular destaque para os bancos públicos.

Para o primeiro caso, na estrutura económica de Angola destaca-se a concentração do *stock* de crédito no sector do comércio que, pelo facto de depender fortemente das importações, tem-se traduzido em desafios consideráveis decorrentes da depreciação cambial. Paralelamente, o elevado nível de informalidade da economia tem retirado a competitividade do sector formal e pressionado a rentabilidade dos investimentos do sector real da economia, enquanto a reduzida transformação estrutural tem penalizado a produtividade de sectores alternativos ao petróleo e ao comércio.

Relativamente ao espírito empresarial, o sector bancário tem vindo a apresentar fortes preocupações relativas à fraca capacidade de apresentação de estudos de projectos de investimentos que sejam robustos, integrados, sustentáveis, e que estejam alinhados ao perfil de risco dos bancos comerciais – equipa de gestão, estrutura do capital, sector de actividade, histórico na Central de Informação Financeira, etc. – e se apresentem económica e financeiramente viáveis.

Este facto tem levado muitos bancos a racionalizarem o crédito – definição de quotas anuais de crédito ao consumo, à habitação e ao investimento produtivo –, tornando-o elegível a um nicho definido de cliente sem atender às necessidades da procura do mercado. Este posicionamento dos bancos tem-se traduzido na exclusão de um relevante nicho de empresas ao crédito e incrementado as desigualdades de acesso ao crédito no sector em desfavor das Micro, Pequenas e Médias Empresas¹²⁰.

¹²⁰ A título de exemplo, nos relatórios do BNA sobre o impacto da COVID-19 sobre as Micro, Pequenas e Médias Empresas de Julho, Agosto, Setembro e Outubro de 2020, mais de 80% das empresas inquiridas responderam não ter tido acesso a nenhum suporte financeiro dos bancos comerciais.

Contudo, durante o ano de 2019, começou a assistir-se a uma relativa alteração na estrutura do *stock* do crédito, com a indústria transformadora a representar um aumento de 0,05 pp face ao período anterior para 7,86%, como pode ser apurado no quadro seguinte. A tendência poderá ser reflexo dos esforços empreendidos pelo Governo através da definição das condições de financiamento do Programa de Apoio ao Crédito (PAC) e do Aviso n.º 04/2019 do BNA¹²¹.

PESO DO <i>STOCK</i> DE CRÉDITO POR RAMO DE ACTIVIDADE (%) – 2015-2019					
Ramos de actividade	2015	2016	2017	2018	2019
Agricultura, Produção animal, Caça e Silvicultura	4,81%	6,09%	5,71%	4,97%	5,21%
Pescas	0,24%	0,27%	0,38%	0,39%	0,37%
Indústria extractiva	1,71%	1,93%	1,80%	1,82%	3,11%
Indústria transformadora	8,71%	7,20%	7,11%	7,81%	7,86%
Produção e distribuição de electricidade, gás e água	0,50%	0,74%	0,87%	0,56%	0,40%
Construção	11,72%	12,06%	11,97%	12,11%	13,03%
Comércio por grosso e a retalho	20,25%	23,62%	23,83%	22,29%	22,06%
Alojamento e Restauração (Restauração e similares)	1,91%	2,29%	2,56%	2,05%	1,90%
Transportes, Armazenagem e Comunicações	1,47%	2,00%	2,29%	2,94%	3,46%
Actividades financeiras, Seguros e Fundos de Pensões	1,71%	2,16%	3,50%	2,15%	1,01%
Actividades imob., Alugueres e Serv. prest. às empresas	13,87%	13,98%	14,84%	16,21%	13,73%
Educação	0,28%	0,52%	0,36%	0,40%	0,56%
Saúde e Acção Social	0,32%	0,39%	0,44%	0,54%	0,53%
Outras actividades de Serv.colect., Sociais e Pessoais	14,40%	11,76%	10,77%	11,50%	11,78%
Famílias com empregados domésticos	0,12%	0,02%'	0,01%	0,00%	0,26%
Organismos internacionais e outras instit. extra territoriais	0,01%	0,01%	0,01%	0,00%	0,00%
Particulares	17,96%	14,96%	13,55%	14,26%	14,72%

Fonte: BNA.

Por outro lado, como pode ser apurado, a actividade comercial continua a concentrar mais de 22% do *stock* de crédito no mercado, que conjugado com o ramo da Actividade Imobiliária, Alugueres e Serviços Prestados às Empresas e o ramo da Construção concentram mais de 48,83% do total do *stock* de crédito do sector, o que é sintomático da deficiência estrutural da

¹²¹ O aviso n.º 04/2019 foi actualizado pelo Aviso n.º 10/2020 do BNA.

economia, fundamentalmente a não petrolífera, que tem estado muito concentrada no sector dos serviços, mas com níveis de produtividade muito baixos no sector primário e secundário da economia.

O sector da Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura ainda não tem uma expressividade considerável no *stock* de crédito que lhe confira um estatuto de sector catalisador do processo de transformação estrutural da economia. As suas especificidades associadas às baixas taxas de produtividade, reduzido nível de mecanização e uma deficiente definição dos direitos de propriedade de terra têm excluído significativos projectos de investimento no acesso ao financiamento bancário.

O Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (PRODESI), ao eleger cinquenta e quatro produtos para beneficiarem de condições favoráveis no acesso ao crédito bancário poderá liderar o incremento do peso do sector agrícola e da indústria transformadora no *stock* de crédito bancário em prejuízo, fundamentalmente, do sector do comércio.

Não obstante, este posicionamento tem produzido distorções no mercado de crédito que passam pela reduzida liberdade que os agentes económicos têm para identificarem oportunidades de negócio fora dos sectores definidos do PAC/PRODESI, enquanto os bancos têm-se visto obrigados a embarcar numa maré de incertezas que poderão traduzir-se em risco real para a actividade bancária e impulsionar os níveis de sinistralidade no sector no médio prazo.

De notar que este comportamento que se quer impor no mercado de crédito, já tinha sido verificado antes da presente legislatura, onde no acto de avaliação de créditos, os mecanismos de avaliação dos critérios de viabilidade foram sempre preteridos em benefício de favores partidários, amiguismo e compadrio que vieram mostrar-se desastrosos em bancos de capitais públicos como é o caso do Banco Espírito Santo – actual Banco Económico – e BPC, sendo que o saneamento deste último tem custado montantes consideráveis aos fundos públicos e penalizado o desempenho do sector bancário e a imagem das instituições financeiras do país.

Relativamente aos activos mais líquidos, na estrutura do balanço, os mesmos apresentaram um desempenho positivo tendo crescido em 37,1% face ao ano anterior, sendo que 168.828 milhões representam o montante disponível em caixa, enquanto o remanescente são depósitos sobre não residentes junto ao BNA em 1.601,95 mil milhões Kz e 1.754,32 mil milhões Kz, respectivamente.

BALANÇO DOS CINCO MAIORES BANCOS DO SISTEMA EM TERMOS DE ACTIVOS						
Composição do balanço	ATL	BAI	BFA	BIC	BCP	Agregado
Disponibilidade	8,6%	19,5%	13,8%	8,2%	7,1%	57,3%
Aplicação de liquidez	0,8%	31,0%	22,8%	7,2%	7,4%	68,8%
Títulos e Valores Mobiliários	13,0%	18,8%	20,6%	16,0%	9,3%	77,7%
Crédito aos clientes	16,7%	16,9%	12,4%	21,3%	1,6%	68,9%
Outros Activos	14,5%	8,0%	3,1%	2,4%	59,4%	87,5%
Total do activo	11,4%	18,7%	15,6%	12,3%	14,4%	72,4%

Fonte: Cálculos baseados em dados dos Relatórios e Contas dos bancos.

A alteração estrutural do balanço dos bancos não deixou de manter o grau de concentração dos activos em cinco dos maiores bancos, um nível relativamente estável face ao período anterior ao deterem 72,4% do total dos activos do sistema¹²².

O Banco Angolano de Investimentos (BAI) com uma quota de 18,7% dos activos é o maior banco em termos de activos, secundado pelo Banco de Fomento Angola (BFA) e pelo Banco de Poupança e Crédito (BPC) com uma quota de 15,6% e 14,4%, respectivamente. O Banco Internacional de Negócios (BIC) e o Banco Millennium Atlântico vêm a seguir com uma quota de 12,3% e 11,4%, respectivamente. Este nível de concentração tem produzido desafios sobre a gestão do mercado e as perspectivas que se fazem do processo de desenvolvimento do sistema financeiro angolano, por serem as instituições com poder de negociação considerável e com capacidade de liderarem/retardarem as alterações estruturais que se querem no sector.

Primeiro, porque mantêm um risco sistémico muito elevado. Não obstante o BNA, com o suporte técnico do Fundo Monetário Internacional, ter realizado e concluído com êxito a Avaliação da Qualidade de Activos (AQA) dos três maiores bancos do sistema e os ter considerado globalmente robustos, dois dos maiores bancos, o BPC e o Banco Económico, apresentaram 93% dos ajustamentos recomendáveis. Ainda assim, um desempenho negativo entre os maiores bancos poderá exigir esforços substanciais da parte das autoridades públicas – em linha com o que se tem verificado com o BPC – de modo a manter o sector salvável e confiável e evitar falências no sector.

Segundo lugar, a concentração limita a capacidade de gestão regulamentar por parte da autoridade monetária. A definição das políticas de gestão macroprudencial está fortemente ligada ao desenvolvimento e profundidade dos mercados financeiros. E os reguladores têm

¹²² Os dados do Banco Económico não foram contabilizados.

a tendência de ficar presos à ideia *To Big to Fall* e não impõem disciplina a comportamentos menos positivos de bancos com relevância sistémica no mercado, o que de certa medida tem penalizado o desenvolvimento e aprofundamento das actividades de intermediação bancária no país, com realce para a actividade bancária de retalho.

Terceiro, o nível de concentração penaliza o desempenho dos outros bancos com menor *funding* e que têm no Mercado Monetário Interbancário uma alternativa de financiamento – tanto pela via dos montantes disponibilizados assim como dos custos de aquisição da liquidez –, mas que ficam muito limitados e condicionados ao posicionamento estratégico dos poucos bancos que concentram grande parte da liquidez do sector e têm pouco interesse de a desconcentrar¹²³.

No quadro (Balanço dos cinco maiores bancos do sistema de activos) ainda vale destacar o facto dos cinco bancos deterem 77,7% da carteira de Títulos e Valores Mobiliários no sistema. Esta concentração tem contribuído nos resultados positivos dos mesmos; contudo, poderá ser um factor desestabilizador num contexto de potencial incapacidade do Estado honrar com as suas obrigações¹²⁴. Esta visão começou a pesar nas decisões do BNA, sendo que ao longo do ano de 2019 tomou medidas revelantes¹²⁵ para incrementar a desconcentração da liquidez no sector e impulsionar o dinamismo do Mercado Monetário Interbancário.

Ainda assim, os bancos comerciais mantiveram um posicionamento prudente na gestão dos balanços em linha com a percepção crescente do risco de curto prazo na economia, impulsionado pela desaceleração da economia, aumento do nível de endividamento público, redução do nível de rentabilidade da actividade do sector empresarial privado, altos níveis de desemprego e consequente baixo poder de compra.

¹²³ A introdução da Taxa de Custódia do BNA veio impor uma certa ordem a este padrão e tem produzido resultados positivos na desconcentração da liquidez e pressionado de forma significativa as taxas Luibor no Mercado Monetário Interbancário. Paralelamente é fundamental na redução da intervenção do BNA na concessão de liquidez para bancos que apresentem dificuldades.

¹²⁴ A revisão do *rating* da Moody's elevou as probabilidades de *default* da dívida pública e consequentemente a necessidade dos bancos comerciais reforçarem as imparidades aos créditos do Estado. Este posicionamento foi regulamentado pelo Aviso n.º 21/2020, que define o prazo de três anos para diferimento do reconhecimento das imparidades para os Títulos de Dívida Pública de Angola. O que poderá contribuir na redução das perdas bancárias numa potencial necessidade de recapitalização dos bancos mais expostos e menos líquidos.

¹²⁵ A redução do nível de exposição cambial de 5% para 2,5% em 2019 e a introdução da Taxa Custódia em 2020 têm produzido resultados satisfatórios, tanto no acesso à liquidez para os bancos com deficiências na captação primária de depósitos, assim como nos custos de aquisição das mesmas. Estes factos têm contribuído na redução das taxas Luibor praticadas no MMI. E aqui vale destacar que a evolução das Luibor é fundamental para a avaliação dos riscos e fixação de taxas de juros no acto da fixação das taxas de juro de créditos a particulares e às empresas. E agora, com a introdução do mercado cambial a prazo, este posicionamento do BNA poderá contribuir numa menor depreciação cambial.

Paralelamente às condições desafiantes por que passa o sector bancário, decorrentes dos níveis de incumprimento no sector, a adopção de Normas Internacionais de Contabilidade/ Normas Internacionais de Relato Financeiro, definição de um conjunto de produtos mínimos isentos de pagamentos de comissões, perda de correspondentes bancários têm contribuído no posicionamento cauteloso na gestão dos balanços.

Associado a tudo isso, está a política monetária restritiva do BNA que tem removido considerável liquidez na economia e obrigado os bancos a gerirem de forma mais prudente os balanços, numa estratégia que passa por manter os níveis de solvabilidade regulamentares, ao mesmo tempo que se detêm na carteira de investimentos os activos mais rentáveis.

7.4 Composição dos passivos

A evolução do passivo em 2019 pode ser validado no gráfico seguinte onde cada rubrica está classificada em percentagem do passivo total e a diferença face a 2018 está em pontos percentuais (pp). Ora, de acordo com as estatísticas do BNA, o peso das rubricas dos depósitos a prazo fixou-se em 41,0%, uma redução de 0,6 pp, quando comparado ao ano anterior.

Por seu turno, os Depósitos à Ordem representaram 24,6% um nível 2,5 pp abaixo do registo de 2018, enquanto Empréstimos detiveram um peso de 4,1%, o que representa um aumento na estrutura do passivo de +0,1 pp face a 2018.

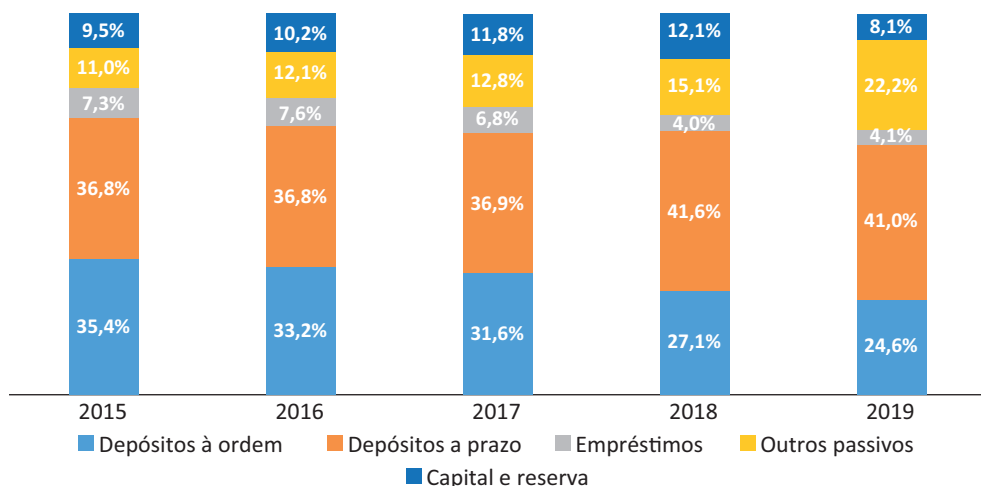
Paralelamente, os Outros Passivos fixaram-se em 22,2% um incremento de +7,1 pp. Por fim, a rubrica Capital e Reservas fixou-se em 8,1% uma significativa redução de 4 pp.

Claramente que nesta evolução, destaca-se a queda do Capital e Reservas que, com os resultados positivos de 2016, 2017 e 2018, associado ao incremento de capital mínimo exigido pelo BNA de 2,5 mil milhões para 7,5 mil milhões Kz em 2018, o mesmo tenha saído dos 9,5% para 12,1% em 2018.

A desaceleração dos resultados assistida em 2019, associada à necessidade de constituição de consideráveis imparidades, poderá começar a levantar a necessidade de uma nova recapitalização ou ajustamentos de bancos.

Muitos dos serviços de intermediação financeira das instituições bancárias foram realizados na gestão do passivo. O processo de intermediação financeira, visto na perspectiva do volume do negócio bruto (Depósitos + Crédito bruto), torna-se cada vez mais desafiante em contexto de crise de confiança no acto de concessão de crédito e de desmobilização dos recursos, fundamentalmente, dos depósitos em moeda estrangeira do Estado que tem vindo a reduzir, tendo caído dos 10.280 milhões USD em Dezembro de 2015 para 5.016 milhões USD em Dezembro de 2019.

COMPOSIÇÃO E EVOLUÇÃO DOS PASSIVOS, 2015-2019



Fonte: BNA.

Paralelamente, a ainda baixa taxa de penetração dos serviços de intermediação financeira¹²⁶, a reduzida taxa de bancarização do país, o reduzido nível de literacia e inclusão financeira, o alto nível de informalidade da economia, as altas taxas de pobreza e exclusão social e o alto nível de concentração de depósitos, têm justificado a redução nos níveis de captação de depósitos no sector privado, tendo o peso dos mesmos na estrutura do passivo desacelerado de 69,5% em 2013 para 53,7% em Dezembro de 2019.

Cada um dos factores que tem pressionado a evolução dos depósitos no sistema merece uma atenção particular e devem ser melhor discutidos com a publicação dos dados sobre a Estabilidade do Sistema Financeiro referente ao II Trimestre de 2019 do BNA. Contudo, vale a pena destacar o seguinte.

Até Dezembro de 2019, o número de contas abertas no sistema bancário¹²⁷ estava fixado acima dos 9,4 milhões¹²⁸, num universo de mais de 30 milhões de habitantes. Muito deste desempenho continua a ser reflexo da reduzida penetração financeira em virtude de uma cul-

¹²⁶ Segundo a comunicação do Governador do BNA, Dr. Massano Júnior, feita à margem do almoço da conferência promovida pelo Grupo Media Rumo, no dia 15 de Dezembro de 2020, a taxa de bancarização esteve fixada em 49%

¹²⁷ Dados referentes a 18 bancos do sistema.

¹²⁸ Destaca-se que o número de contas bancárias activas no sistema não deve ser entendido como o número de clientes, uma vez que existem clientes com duas ou mais contas em um mesmo banco e noutros bancos.

tura bancária que se distanciou da realidade das famílias e empresas. Este facto tem propiciado a manutenção de relevante nível de exclusão financeira¹²⁹.

Ainda existe uma larga parte da população que está excluída dos benefícios dos serviços de intermediação financeira muito por conta da apresentação do mesmo numa perspectiva muito urbana e elitista, onde modelos de negócios como o BPC ou as instituições de microcrédito com fracas capacidades de penetração, têm sido preteridas pelo modelo mais tradicional de intermediação mais focado na atracção de clientes que apresentam um nível de rendimentos robustos.

Neste quesito, muitos bancos começaram a alterar o seu posicionamento estratégico e a realizar campanhas de sensibilização e massificação da abertura de contas bancárias. Contudo, este esforço tem sido fortemente condicionado pelos procedimentos legais necessários para o cumprimento das medidas de *compliance* e regulação conexas de combate ao branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo.

Este quesito tem sido abraçado com bastante responsabilidade pelos bancos e tem-se traduzido nos procedimentos internos desde a identificação e validação da documentação como seja a identidade do cliente – Bilhete de Identidade – a localização, as fontes de rendimento, etc., para a realização de qualquer operação financeira, sendo que uma relevante parte da população que ainda não detém o Bilhete de Identidade tem sido excluída dos benefícios da obtenção de uma conta bancária.

Contudo, a introdução de soluções tecnológicas, como são os casos do *Mobile Banking* e *Internet Banking*, têm produzido resultados animadores e poderão ser impulsionados, através de uma maior e melhor articulação entre os intermediários bancários e as empresas detentoras das infra-estruturas de telecomunicação, que entretanto começam a apresentar apetência para entrar no mercado provendo serviço de intermediação financeira¹³⁰.

Outro factor estrutural que tem penalizado o incremento da bancarização do país, prende-se com a incapacidade dos bancos apresentarem produtos financeiros que atendam às necessidades da economia informal. E a abertura por parte do BNA do concurso público para concessão da Plataforma de Liquidação Automática, associada à liberação das operações automáticas tem-se apresentado como indicações claras da necessidade de se conseguir uma maior penetração dos serviços financeiros.

¹²⁹ De acordo com o *Relatório de Estabilidade Financeira* do BNA, referente ao primeiro semestre de 2019, o Índice de Inclusão Financeira apresentou uma redução de 1,5 pp quando comparado ao período homólogo ao se fixar em 10,83%.

¹³⁰ A UNITEL, empresa do sector das telecomunicações, obteve a primeira licença de intermediação financeira junto ao BNA.

7.4.1 Depósitos no sistema

Ao se fixarem em 11.471,97 mil milhões Kz, os depósitos representaram 62,4% do total dos passivos do banco tendo crescido em 32,6% face ao ano anterior, o que lhes confere a primazia de serem a principal fonte de financiamento da actividade de intermediação financeira no país, num contexto de baixo poder de compra das famílias e baixo nível de poupanças pública e privada.

Os depósitos em moeda nacional mantêm a trajectória crescente, tendo crescido 14,7% ao se fixarem em 4.434,08 mil milhões Kz. O montante representa 14,4% do PIB 2019 ligeiramente acima dos 14,3% do ano de 2018; contudo, muito abaixo dos 25,2%, 24,9%, 20,2% apurados em 2015, 2016 e 2017, respectivamente.

Este posicionamento poderá estar a contribuir para os resultados positivos do sistema bancário numa conjuntura desafiante para a generalidade dos sectores de actividade da economia, pois para além dos prazos favoráveis, os bancos mantiveram margens financeiras positivas na generalidade das maturidades.

Com o agravamento das condições de liquidez no mercado, os bancos apresentaram depósitos remunerados com taxas mais atractivas, ao mesmo tempo que tiveram de ajustar em baixa as taxas de empréstimos, o que se traduziu na redução do *spread* bancário, tendo saído dos 27,3 pp de Dezembro de 2018 para 20,35 pp em Dezembro de 2019.

Neste quesito, vale notar que as taxas de juro para os depósitos em moeda estrangeira, registaram tendência divergente, sendo que na maturidade de mais curto prazo – depósitos até 90 dias e entre 91 a 180 dias – reduziram em 0,49 pp e 0,45 pp ao se situarem em 1,41% e 1,78%, respectivamente. Já para a maturidade de mais longo prazo – depósitos a prazo de 181 dias a 1 ano e mais de ano – o aumento foi de 0,21 pp e 1,77 pp, ao se fixarem em 2,47% e 2,74%, respectivamente.

Não obstante, em termos reais, as taxas de juros mantiveram-se em terreno negativo, o que está a penalizar o desempenho dos Serviços Financeiros e Outros Serviços indirectamente, medidos nas Contas Nacionais, tendo em 2019 contraído 17%¹³¹ acima da contracção apurada em 2018 de 15,2%. Aqui vale notar – dar-se-á melhor atenção quando nos debruçarmos sobre o desempenho do sector bancário em 2019 – que as margens financeiras dos vinte e seis bancos com a excepção do BPC, VTB e do BOCLB apresentaram um desempenho positivo.

¹³¹ Nota de Imprensa, Produto Interno Bruto referente ao II Trimestre 2020, INE 2020.

7.5 Nível de capitais próprios

O Banco Nacional de Angola através do Aviso n.º 02/2018 definiu novos mínimos para o capital social dos bancos, tendo na altura fixado o limite em 7,5 mil milhões Kz acima dos 2,5 mil milhões Kz do Aviso n.º 14/2013. Para o cumprimento do requisito legal, o BNA definiu um prazo, onde os bancos comerciais com Capitais Sociais abaixo dos novos limites, deveriam apresentar um plano detalhado para reforçar o Capital, sendo que os mesmos poderiam ser feitos por três vias:

- a) Emissão e subscrição de novas acções.
- b) Incorporação nos capitais de reservas legais, reservas livres ou resultados transitados, desde que sejam autenticadas.
- c) Um processo de fusão ou aquisição desde que não consigam cumprir os dois pontos anteriores.

A medida que, na altura foi encarada como necessária para recapitalização do sector bancário e assegurar a robustez do sistema, culminou com o encerramento do Banco MAIS, SA e do Banco POSTAL, SA por não reunirem no prazo limite definido, a 31 de Dezembro de 2018, os requisitos legais. E com a intervenção do BNA na gestão do Banco BANC, foram identificadas insuficiências que levaram ao encerramento da instituição em Março de 2019.

Na sequência, o BNA realizou a avaliação da Qualidade de Activos de treze dos vinte e seis bancos do sector que juntos concentram mais de 92,8% dos activos, com referência a 31 de Dezembro de 2018, num exercício que se propunha identificar potenciais deficiências dos activos e recapitalização dos mesmos, sendo que os ajustamentos identificados deveriam ser ajustados no exercício com referência a 31 de Dezembro de 2019.

Dadas as deficiências identificadas, com a realização da avaliação da qualidade dos activos pelo BNA, este reconheceu a necessidade de recapitalização de dois Bancos – O BPC e o Banco Económico – numa acção que deveria ser concluída no exercício económico de 2019. Para o caso do BNA foram apurados relevantes avanços com a Recredit, a repassar os Títulos de Dívida que detinham avaliados em 523 mil milhões Kz para o BPC.

Relativamente ao Banco Económico, a não publicação do Relatório e Contas com referência a 2019 limitou a análise, sendo que em nota que o Semanário *Novo Jornal* teve acesso deu conta do comprometimento da Assembleia de Accionistas de cumprir com a orientação de recapitalização até finais do primeiro semestre de 2020, facto que não se veio a concretizar.

Assim, neste período, o Capital e Reservas dos vinte e seis bancos a operar na economia registaram uma redução de 10,7%, a maior contracção anual apurada na série histórica do BNA iniciada em 2011 e a primeira queda desde a contracção de 1,1% registada em 2014. A redução dos Capitais e Reservas foi reflexo da moderação dos resultados líquidos apurados em 2019, num contexto em que não se registaram ajustamentos nos Capitais Sociais dos Bancos.

De acordo com dados referentes a Dezembro de 2019, o rácio de Capitais e Reservas sobre o PIB esteve fixado em 4,2%, um nível superior quando comparado com os 6,1% de 2017 e 6,2% de 2018.

Esta redução pode apresentar desafios relevantes sobre o nível de capitalização, sendo que seis bancos em 2016 encontravam-se no limite inferior do nível de capitalização prevista de 7,5 mil milhões Kz.

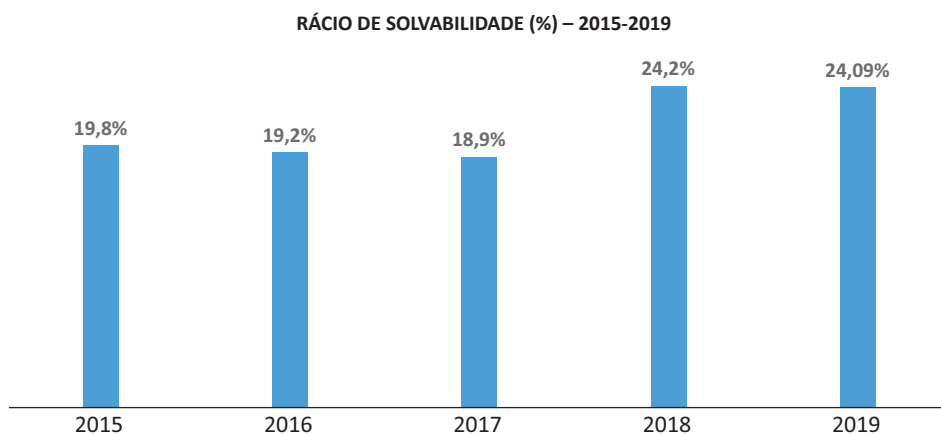
Paralelamente, até Dezembro de 2019, os rácios de solvabilidade regulamentares definidos em 12%, no Aviso n.º 19/2020, fixaram-se em 24,09% abaixo dos 24,2% de 2018, o que em termos regulamentares apresenta o sector globalmente robusto, não obstante alguns bancos terem apresentado rácios de solvabilidade negativos, como é o caso do BPC que no período em referência apresentou um rácio de solvabilidade de -11%.

Este desempenho, alinhado às expectativas de moderação dos ganhos no sector para 2020, impostas pela propagação da COVID-19 e da revisão em baixa do *rating* da dívida pública de Angola, que entretanto obrigou os bancos a adicionarem aos níveis de imparidades para os créditos concedidos ao Estado, o que poderá exigir a necessidade de novas recapitalizações.

7.6 Indicadores de estabilidade financeira

Ao longo do ano de 2019, os bancos mantiveram níveis de solvabilidade regulamentares de 24,09% perto dos níveis apurados em 2018 de 24,2%, numa clara estabilidade do sector não obstante os desafios pelos quais passa a economia.

Este desempenho pode ser justificado pela gestão prudencial que os bancos têm seguido nos últimos anos.

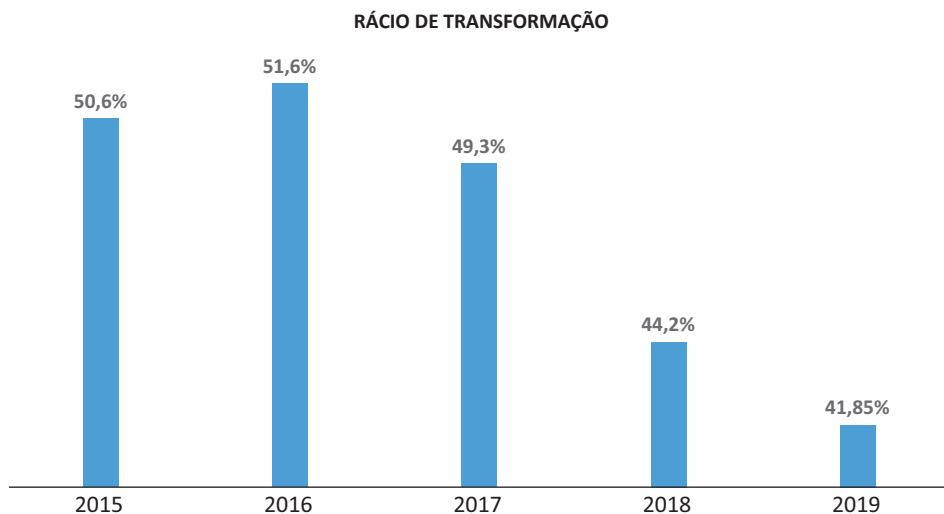


Fonte: Indicadores de Solidez Financeira do Sector Bancário, BNA.

O rácio de liquidez do sistema bancário tem registado uma tendência de aumento, reflexo da redução dos créditos concedidos à economia na estrutura dos bancos em benefício dos títulos e valores mobiliários. Esta tendência tem contribuído para um maior dinamismo no Mercado Monetário Interbancário e servido de guia para as definições de políticas monetárias restritivas por parte do BNA. Pois, é com base nesta liquidez disponível que os bancos têm tido a possibilidade de participarem nos leilões de dívidas e, conseqüentemente, pressionado as taxas de câmbio, com efeitos sobre os níveis de preços.

O facto pode ser apurado pela redução do rácio de transformação do sector (crédito concedido/depósitos), que atingiu os 41,85% em Dezembro de 2019 abaixo dos 44,2% apurados em 2018 e dos 51,7% apurados em Dezembro de 2016.

Esta tendência de queda do rácio de transformação é esclarecedora do posicionamento dos bancos face à actual conjuntura económica do país. Ao preferirem manter um nível de liquidez disponível em detrimento de alocarem ao crédito, poderá reflectir as reticências que os bancos têm sobre a evolução da economia no curto prazo.



Fonte: BNA.

Este padrão, que é devido à libertação de liquidez de vencimento de créditos e a não renovação de novos e significativos créditos, tem possibilitado a aplicação dos recursos em activos com maior nível de conversão monetária, como é o caso de títulos da dívida pública, sendo uma prática generalizada entre os bancos comerciais.

Os bancos com maior *funding* e resultados, como é o caso do BFA e do BAI, detêm rácios de transformação de 22,1% e 19,6% muito abaixo da média do sector, e representam uma redução

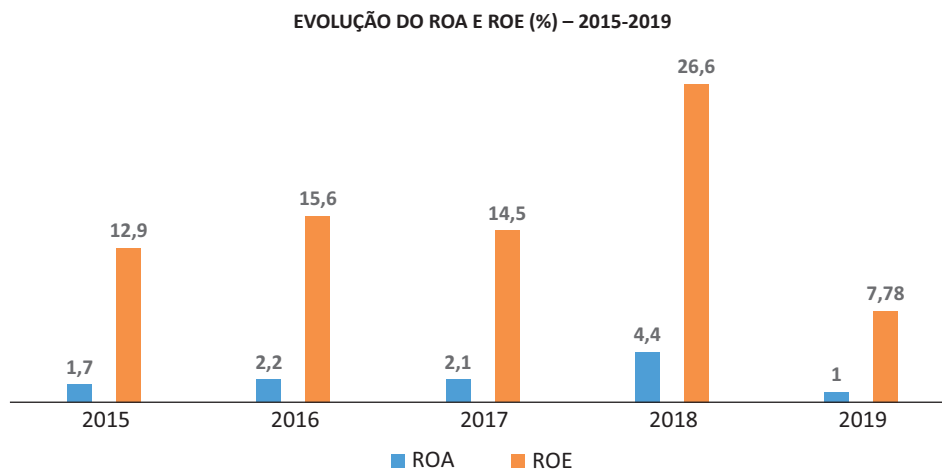
de 5 pp e 1 pp, face ao fecho de 2018, o que é claramente reflexo do aumento dos depósitos acima dos créditos concedidos à economia.

Para o caso do BAI, quando comparado ao nível de 2017, a queda do rácio de transformação foi de 14,2 pp, tendo os recursos dos clientes saído de 1.093 mil milhões Kz para 2.285 mil milhões Kz, enquanto os créditos evoluíram apenas de 369 mil milhões Kz para 449 mil milhões Kz. Certamente que a componente depreciação cambial terá contribuído para quase o dobro dos depósitos do maior banco em activos do sistema; contudo, o posicionamento mais cauteloso na política de crédito terá contribuído na redução considerável do rácio de transformação.

Este comportamento dos bancos, e consequentemente do rácio de transformação, é sintomático da fraca confiança que as equipas de avaliação e acompanhamento de crédito têm para com a economia e do posicionamento mais prudente na gestão por parte das Administrações dos bancos.

O mercado de crédito é um mercado de confiança. E actualmente, os agentes económicos – com alguma excepção do Governo Central – não transmitem confiança ao mercado, o que tem condicionado a evolução da oferta de crédito dos bancos e, claro, encareceu o preço do crédito para as empresas e famílias.

Relativamente aos rácios de rentabilidade do sector, destaca-se a redução do ROA e do ROE em 4,4% e 26,6% de Dezembro de 2018 para 1,00% e 7,78% para Dezembro de 2019, respectivamente; um resultado claro da desaceleração dos resultados líquidos e do reforço de capitais de algumas instituições. Este desempenho foi penalizado pelos resultados negativos de Bancos como o BPC. De forma genérica, para os cinco bancos que concentram mais de 70% dos activos do sector apresentaram ROA e ROE acima dos 10%.



Fonte: Indicadores de Solidez Financeira do Sector Bancário, BNA.

A eficiência dos bancos registou deterioração no rácio *cost-to-income* que, ao se situar em 35,66%, representa um agravamento quando comparado aos 30,3% de Dezembro de 2018. Este comportamento poderá ser justificado pela aceleração dos níveis de preços na economia e relativa desaceleração das receitas captadas.

Relativamente à liquidez do sistema, os dados do BNA apresentam uma deterioração significativa tendo o rácio dos activos líquidos sobre os activos totais se fixado em 27% em Dezembro de 2019 abaixo dos 41% apurados no mesmo período de 2018. Enquanto isso, a liquidez de mais curto prazo, medida pelo rácio dos activos líquidos sobre os passivos de curto prazo, fixou-se em 33,44% acima dos 28,6% de Dezembro de 2018, o que é reflexo da estratégia de não reinvestimento dos créditos vencidos em benefício de uma maior aposta em títulos do tesouro.

Paralelamente, o nível de liquidez entre os bancos medido pelo rácio entre as reservas livres sobre a base monetária em moeda nacional fixou-se em 7,7%, o menor nível registado nos últimos três anos, cujo desempenho poderá reflectir o agravamento das políticas monetárias restritivas do BNA.

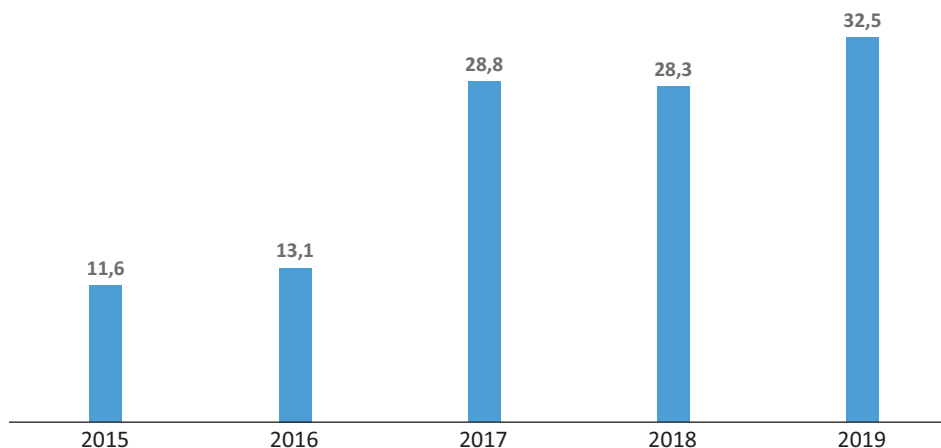
A evolução da exposição cambial dos bancos em percentagem dos fundos próprios regulamentares apresentou uma tendência de queda em 2019 de acordo com as informações prestadas pelo BNA. O desempenho que contraria a tendência apurada nos últimos anos, em que os bancos detiveram posições longas em função da depreciação do kwanza, foi invertido a partir da publicação do Aviso n.º 14/19, de 2 de Dezembro, onde se definia que cada banco deveria ter uma exposição cambial não superior aos 2,5% sobre os Fundos Próprios Regulamentares.

Este posicionamento contribuiu para que, em Dezembro de 2019, a exposição cambial dos vinte e seis bancos que reportaram a informação do BNA se fixasse em 3,76%, abaixo dos 36,5% de Dezembro de 2018.

Relativamente ao crédito mal parado na economia fixou-se em 32,5% em Dezembro de 2019, acima dos 28,3% de 2018 e longe dos 3,9% registados em Dezembro de 2011. É um desempenho que tem retirado eficiência ao mercado de crédito e penalizado o desempenho da política monetária e a estratégia de constituição de investimento fixo na economia. A distribuição do crédito malparado pelos vinte e seis bancos do sistema não é uniforme. Em 2019, os Relatórios e Contas individuais apresentaram bancos com crédito malparado de 0%, assim como outros com relevantes desafios com a regularização do crédito.

Certamente que os bancos que apostaram no financiamento à economia e não detêm uma considerável carteira de títulos públicos ou longas posições cambiais, detêm os níveis de incumprimento de crédito elevado, no contexto de elevadas taxas de desemprego e contracção consecutiva de PIB. Pois, muito do crédito mal parado é reflexo mais das dificuldades conjunturais da economia, do que propriamente da falta de rigor na observação de critérios de selecção e avaliação do crédito.

EVOLUÇÃO DO CRÉDITO MAL PARADO, 2015-2019



Fonte: Indicadores de Solidez Financeira do Sector Bancário, BNA.

É o caso do BPC que neste período apresentou um rácio de crédito malparado de 95% acima dos 72,9% do ano anterior. O aumento do rácio do crédito malparado no BPC, de acordo com o Relatório e Contas de 2019, deveu-se essencialmente à reclassificação do crédito em função da adopção das Normas Internacionais de Relatos Financeiros, nomeadamente as IFRS 9.

O BPC é um banco excessivamente exposto à actividade da banca comercial, próprio do seu objecto social. E a contracção da economia tinha de se traduzir nas perdas do BPC. Existe, no entanto, uma componente comportamental associada ao nível de sinistralidade do crédito naquela instituição e, claramente, um sistema de controlo interno que se tem mostrado pouco seguro.

Com efeito, reduzir o tema do crédito malparado demanda a instauração de mecanismos de controlo internos mais eficazes, a definição de um perfil de risco claro do sistema bancário e que seja partilhado pelo sistema e a definição de padrões de avaliação de crédito consistentes com as melhores práticas e longe das influências do poder político.

7.7 Resultados apurados em 2019

Até 31 de Dezembro 2019, os vinte e cinco¹³² bancos a operarem no sistema apresentaram margens financeiras positivas avaliadas em 574.763 milhões Kz, o que compara com os 607.614 mil milhões Kz do ano anterior. A redução de perto de 5,4% dos resultados é justificada pela contracção em 12,9% dos juros e encargos financeiros suportados pelas instituições financeiras bancárias tendo ascendido aos 360.661 milhões Kz que suplantaram as quedas dos ganhos de juros, que recuaram 8,4% para 935.425 milhões Kz.

¹³² Até à data de fecho deste capítulo, os dados referentes ao Banco Económico não tinham sido publicados.

Contrariamente ao ano de 2018, onde se registaram resultados negativos nas margens financeiras em dois bancos (BDA e BPG), o número aumentou para três com o BPC a apresentar um resultado de 12.833 milhões Kz, o VTB com um resultado de 320 milhões Kz e o BOCLB manteve um resultado de 91 milhões Kz.

Este desempenho é justificado, em parte, pelo agravamento das condições de liquidez na economia o que tem obrigado as instituições a apresentarem produtos financeiros – contas bancárias remuneradas e outros – mais apelativos de modo a captarem novos depósitos. Por outro lado, é reflexo do aumento do nível de incumprimento na carteira de crédito na generalidade dos bancos.

Paralelamente, o produto do sector bancário apresentou um resultado global de 1.282 mil milhões Kz o que comparado com os 1.444 mil milhões Kz referentes ao ano de 2018, equivale a uma queda de 11,2%. O resultado é explicado pelo desempenho negativo tanto na margem financeira (5,4%) como na margem complementar (15,5%), justificada, excessivamente, pela redução dos ganhos cambiais em 18,2%. E aqui, contrariamente às margens financeiras, apenas dois bancos tiveram resultados negativos com as operações cambiais, sendo que o BPC mais uma vez com um resultado de 4.783 milhões Kz e o BOCLB de 17 milhões Kz.

Não obstante, em termos estruturais, o produto bancário continua muito exposto à margem financeira e aos ganhos cambiais em 44,8% e 43,7%, respectivamente. Contudo, deve destacar-se que se registou uma alteração substancial na estrutura dos resultados, sendo que a margem financeira aumentou o seu peso sobre o produto bancário em 2,8 pp, enquanto os resultados cambiais recuaram 3,7 pp. Esta alteração estrutural é positiva para a sustentabilidade do negócio bancário, no médio e longo prazo, e reduz os riscos associados à exposição cambial.

No período em referência, os custos operacionais registaram um aumento significativo quando comparados ao desempenho do produto bancário ao longo do ano de 2019. Tendo-se fixado em 542.946 milhões Kz, os custos operacionais cresceram 12,6% muito por conta do crescimento dos custos com pessoal em 14,2% e das provisões líquidas de anulação em 49%.

Com efeito, o sector apresentou um resultado líquido positivo de 121.234 milhões Kz. O montante representa uma redução de 75,8% se comparado ao desempenho de 2018, sendo reflexo do desempenho negativo de cinco bancos e a desaceleração dos ganhos líquidos de seis bancos do sistema.

A contribuir com os resultados negativos do período, destacam-se:

- O BPC teve um resultado negativo avaliado em 404.732 milhões Kz o que representa 94% dos resultados negativos registados no sector em 2019, e quando comparado aos resultados líquidos negativos de 2018 avaliados em 26.852 milhões Kz, demonstra a profundidade das dificuldades com que o banco operou em 2019. O desempenho negativo do

banco público foi justificado pela queda na margem financeira e complementar em 12.833 milhões Kz e 2.518 milhões Kz, respectivamente e a fixação de imparidades para crédito em 274.345 milhões Kz.

- O BCI teve um resultado negativo avaliado em 26.190 milhões Kz depois de ter tido um resultado positivo de 702 milhões Kz no ano anterior. O desempenho negativo foi justificado pela manutenção de elevados custos operacionais e a fixação de imparidades, que suplantaram os ganhos apurados com o produto bancário avaliado em 20.283 milhões Kz.

Assim, se excluídos os bancos que detiveram resultados negativos, os resultados líquidos fixaram-se em 555.209 mil milhões Kz o equivalente a 1,8% do PIB de 2019. Este desempenho é impulsionado pelos resultados do BFA, BAI, BDA e BIC que juntos acumularam 395.642 mil milhões Kz de resultados, o equivalente a 71,3% do total produzido, enquanto que os vinte bancos que detêm 50% do total dos activos representam apenas 12% dos resultados apurados.

7.8 Conclusões gerais

As instituições bancárias em Angola continuam a apresentar resultados positivos, não obstante ostentarem uma tendência de desaceleração no exercício económico de 2019. A contracção da economia tem contribuído na desaceleração dos resultados líquidos do sector. Mas a componente de investimento tem crescido pelo facto dos bancos terem nos seus balanços uma relevante carteira de títulos públicos que para além de taxas de juro atractivas, boa parte da carteira de títulos está indexada à taxa de câmbio, o que permite ganhos através da reavaliação cambial.

E enquanto este desempenho positivo perdurar, existirão poucos incentivos para os bancos alterarem os actuais modelos de negócios que demandam: em primeiro lugar, a redução das necessidades de financiamento brutas do Estado; em segundo, uma clara separação da banca comercial e de investimentos; e em terceiro a adopção de políticas económicas que impulsionem a alteração estrutural da economia, de modo a reduzir a exposição da economia ao sector petrolífero e ao sector do comércio.

Paralelamente, o desempenho positivo do sector bancário deve ser potenciado para liderar o desenvolvimento do sector financeiro do país como um todo, através de uma maior profundidade (maior acesso às novas formas de financiamento da economia), quer através de um maior acesso aos serviços de intermediação financeira (aumento das pessoas beneficiadas com os serviços financeiros, como uma conta poupança, acesso à informação), quer através da eficiência dos serviços financeiros, através da redução dos custos de intermediação induzidos pelas economias de escala do mercado.

Estes desenvolvimentos aliados ao incremento da monitorização de novos potenciais clientes do sector, à mobilização, concentração e consequente reafecção das poupanças da

economia, será determinante no surgimento de novos produtos e serviços no mercado, conferindo assim maior robustez, resiliência e profundidade ao sector financeiro.

Contudo, a erupção da COVID-19 tem trazido relevantes desafios, quer através da redução da captação de poupanças, quer na definição de imparidades robustas para cobrir potenciais perdas impostas com a paralisação parcial da actividade económica e pela revisão em baixa do *rating* de Angola pelas principais agências de notação de risco.

A definição da moratória do BNA, no pagamento dos serviços de dívida dos créditos concedidos, começa a ser o prenúncio daquilo que poderá vir a ser o desempenho do mercado de crédito nacional com todos os efeitos sobre as margens financeiras dos bancos comerciais e o seu desempenho em 2020, com a introdução de imparidades compatíveis aos desafios.

Relativamente ao risco de crédito, a manutenção da contracção da economia e a relativa concentração da produção no sector petrolífero deverá traduzir-se numa reduzida capacidade dos clientes bancários honrarem com os seus compromissos creditícios nas condições definidas, sendo que, até Maio de 2020, o crédito malparado na economia tinha-se fixado em 34%, uma aceleração de 28,3% face ao período anterior.

Este desempenho é claramente marcado pelo nível de malparado do BPC. Paralelamente, o facto do *stock* de crédito estar concentrado na actividade comercial – fortemente dependente das importações – a redução da capacidade de importação do país poderá condicionar o desempenho dos grandes importadores, o que se poderá traduzir no aumento do crédito malparado na economia.

Relativamente à exposição dos bancos comerciais aos títulos públicos, depois da revisão em baixa do *rating*, o BNA decidiu diferir a constituição de imparidades para os créditos ao Estado para os próximos três anos, o que deverá ser fundamental na redução de perdas de resultados por imparidades em virtude da dimensão dos títulos públicos na estrutura do balanço dos bancos.

8. EMPREGO E DESEMPREGO. PRODUTIVIDADE

A análise do emprego/desemprego tem uma teoria subjacente (que os economistas têm obrigação de conhecer e dominar), envolvendo relações com a maior parte das variáveis macro e microeconómicas. Quanto custa, por exemplo, criar 500 000 postos de trabalho?¹³³ Custo financeiro, custo económico e custo social. Num qualquer exercício de política económica, todas as medidas a serem tomadas devem ser quantificadas nos seus custos, sacrifícios e benefícios¹³⁴. O balanço entre estes efeitos é o que, no final do dia, conta para se decidir pela implementação dessa medida. É um exercício complexo e demorado, mas necessário e fundamental para se gerarem poupanças de meios e maximizarem resultados. Em todos os casos, mas sobretudo quando os países (os Estados e a governação) atravessam situações de carência generalizada de meios financeiros, como é o caso de Angola. Ainda que difícil, este exercício de calibragem entre meios e resultados é possível de ser efectuado, bastando conhecerem-se as metodologias associadas.

Muitas pessoas se perguntam como é que uma economia em recessão consegue criar empregos. Questão muitíssimo pertinente, porquanto diariamente são apresentadas notícias de desactivação e falência de empresas, de despedimento de trabalhadores por razões de reajustamento de custos, de redução de actividade produtiva (até as condições macroeconómicas se reajustarem no sentido do crescimento, há empresas e empresários que até preferem manter os empregos, nomeadamente os de maior exigência e qualificação), de reclamações de empresários e trabalhadores, etc. Na verdade, como é que um país em seca severa de crescimento económico (desde 2015 o PIB teve um acúmulo negativo de -9,4% (passe a redundância)) pode registar aumento de emprego ou redução do desemprego? Nas economias não

¹³³ Trata-se de que tipo de emprego? Emprego líquido, já descontada a destruição que os próprios processos de crescimento engendram? Ou emprego bruto? Emprego com produtividade (apelo ao uso de tecnologias poupadoras de insumos), ou emprego de baixa intensidade de capital e com utilização de equipamentos ultrapassados? Emprego permanente ou emprego temporário (a economia informal costuma ser a mais dinâmica neste item do mercado de trabalho, apresentando uma enorme capacidade de criação/destruição de emprego)?

¹³⁴ A despeito de contas claríssimas sobre os efeitos orçamentais, monetários, financeiros e sobre o crescimento económico apresentadas pelo actual Governo de António Costa em Portugal e relacionados com a recuperação de 9 anos de salários atrasados dos professores, os sindicatos e os partidos da esquerda radical, aos quais se juntaram os da direita parlamentar, resolveram aprovar uma medida com um custo financeiro anual permanente de mais de 800 milhões de euros. A democracia também tem destas coisas.

existem milagres, mas apenas factos, políticas e estratégias para se atacarem os fenómenos e recuperar equilíbrios. O crescimento económico é a única forma de criação de emprego, podendo, no entanto, não ser suficiente para tal desiderato. São conhecidos casos de aumento real da produção interna com incremento de desemprego. Com as revoluções tecnológicas, a relação crescimento/emprego deixou de ser tão amigável quanto o foi no passado.

Mas o que se sabe sobre o emprego/desemprego em Angola, para além dos dados estatísticos do INE? Tem-se estudado muito pouco. Quais os tipos de desemprego típicos de um país com desequilíbrios estruturais profundos dos tecidos produtivos, dependente das exportações de recursos naturais não transformados internamente, capacidade de crescimento relativamente baixa e outras insuficiências macroeconómicas e microeconómicas?¹³⁵ E quais as suas causas mais expressivas: de natureza estrutural ou de natureza conjuntural? E mesmo quanto ao emprego, quanto de emprego precário tem a taxa de emprego apresentada pelo INE? De resto, a própria definição de emprego utilizado (de acordo com as nomenclaturas internacionais) contém muito de precaridade: “empregado: pessoa com idade mínima de 15 anos que, no período de referência (última semana), tenha efectuado um trabalho de *pelo menos uma hora*, mediante o pagamento de uma remuneração ou com vista a um benefício ou ganho familiar em dinheiro ou em géneros”.

No contexto do desemprego estrutural deve destacar-se o fenómeno da histeria do desemprego provocado por situações relacionadas com a debilidade do crescimento económico ou efeito da persistência do desemprego (quanto mais no passado, mais no futuro), que tem feito com que o desemprego aumente nas fases de recessão, mas não diminua, na mesma proporção, nas fases de expansão económica¹³⁶. Como se sabe, a permanência do desemprego por muito tempo leva à desvalorização de qualificações (por obsolescência de profissões), à desvalorização de experiências (por falta de prática) e à perda do hábito de trabalhar (subsídios de desemprego excessivos acentuam esta vertente das consequências do desemprego de longa duração). Também as empresas são relutantes em empregar desempregados de longa duração, pelas razões anteriores.

O desemprego representa um tremendo desperdício económico, medido pela perda de capacidade de crescimento actual e futuro. Depois, a marginalidade social, sendo, muitas vezes, os desempregados vistos como incapazes de conseguirem uma utilização concreta da sua força de trabalho. Finalmente, a perda de oportunidades de promover equilíbrios sociais afectados pela pobreza e deficiente distribuição do rendimento nacional.

¹³⁵ No *Relatório Económico 2018* encontram-se algumas abordagens sobre alguns destes temas. Valerá a pena a sua consulta.

¹³⁶ Já em Relatórios Económicos anteriores, o CEIC questionou os dados oficiais do emprego, porquanto o fenómeno da histeria estaria invertido: criação de emprego em situações de recessão económica (ou dinâmicas reduzidas de variação do PIB) e menores taxas de crescimento do emprego em fases de crescimento económico, até mesmo acentuado.

Se, em Angola, existissem sindicatos independentes e fortes, dominando as minudências da economia e do emprego, a paz social existente seria seguramente abalada pelas reivindicações sobre as insuficiências e incapacidades de o sistema económico e as políticas governamentais serem competentes para dirimirem estas amarras e finalmente garantirem o necessário (re) *take-off*.

Têm sido ousadas algumas declarações públicas, portanto oficiais – e ainda que hoje não seja tanto como no passado, mas, ainda assim, não muito diferentes – e, logo, verdades definitivas (evitando o termo absolutas, mais de acordo com a institucionalidade do anterior Governo) sobre o desemprego.

O INE tem de passar a ser reconhecido como o único *Labor Statistics* do país – à semelhança das Contas Nacionais e os observatórios de Conjuntura –, dada a competência e experiência agregadas ao longo dos anos, mormente dos mais recentes. Para se falar de emprego/desemprego tem de se dialogar com as publicações do Instituto Nacional de Estatística sobre a dimensão e o comportamento deste fenómeno.

A intenção de se gerarem 500 000 empregos até 2022 é semelhante à promessa de criação de 1 100 000 até 2017, feita nas eleições de 2012, incumprida, por excessivo optimismo e carência de abordagem teórica e metodológica.

O CEIC, nos seus *Relatórios Económicos de 2012 e 2013*, apresentou os termos dessa equação impossível nos marcos colocados: período de tempo curto, afrouxamento do crescimento económico (lembre-se que o processo de desaceleração estrutural da dinâmica de crescimento se iniciou em 2009) e valor reduzido da produtividade bruta aparente do trabalho. Considerando as taxas médias anuais de crescimento da actividade económica oficialmente assumidas e já com a anuência do Fundo Monetário Internacional, a criação de emprego entre 2018 e 2022 será de 253 515 postos de trabalho.

Utilizando-se as cifras previsionais de crescimento do não petrolífero – na verdade, o de maior apetência à criação líquida de emprego, dada pelo uso de processos mais intensivos em trabalho, mas com os dias contados perante os desafios da competitividade – a criação de emprego situar-se-á em 740 878 postos de trabalho, entre 2018 e 2022. Boas notícias. Mas (em economia há sempre um ou mais “mas”, dada a sua natureza profunda de vazos comunicantes) com ganhos de produtividade muito pequenos (cerca de 1,5% ao ano), absolutamente insuficientes para se construir uma competitividade estrutural compaginável com a inserção mundial da economia nacional e a disputa dos mercados regionais da SADC e CEEAC.

Basta que se situem os incrementos da produtividade bruta aparente da força de trabalho em 2,75% ao ano, para que o cenário se altere profundamente: 390 287 empregos até 2022, 110 000 a menos das pretensões do Governo. Ou seja, nas condições enunciadas e trabalhadas anteriormente, a taxa de desemprego em 2022 poderá situar-se em 32,9%, absolutamente em

linha com as estimativas do INE para 2018 (28,8%, com crescimento anémico e necessidade de ganhos de produtividade, a taxa de desemprego só poderá aumentar). Produtividade, emprego e crescimento económico (as taxas consideradas no quadro seguinte correspondem às previsões do FMI) são variáveis indissociáveis de qualquer exercício de previsão do comportamento do emprego.

PREVISÃO DA TAXA DE DESEMPREGO				
Anos	Taxa crescimento PIB necessária	Taxa crescimento de produtividade	Volume de emprego	Taxa de desemprego
2020	-5,10	2,00	10749488	30,64
2021	0,40	2,95	10483231	31,72
2022	2,40	2,75	10447521	34,18
2023	3,50	2,50	10549448	35,54

Fonte: CEIC, Estudos Sobre a Produtividade e Emprego.

Segundo a Folha Informativa do INE sobre o Desemprego do IV Trimestre de 2020, o cenário é o seguinte:

EMPREGO E DESEMPREGO EM ANGOLA (%)						
Indicadores	IV Trimestre 2019		III Trimestre 2020		IV Trimestre 2020	
	15-64 anos	15-24 anos	15-64 anos	15-24 anos	15-64 anos	15-24 anos
Taxa de actividade	88,4	81,5	90,4	84,6	90,5	84,7
Taxa de emprego	60,3	35,5	59,7	36,9	62,8	37,9
Taxa de desemprego	31,8	56,5	34,0	56,4	30,6	55,3

Fonte: INE, FIR – IV Trimestre de 2020.

Só com a criação de 1 500 000 novos postos de trabalho se poderá passar, em 2022, para uma taxa total de desemprego de pouco menos de 20%. Mas para isso, a taxa anual média de crescimento do PIB teria de ser de 11,5%, para uma da produtividade de 2,75%.

O chamado PAPE (Plano de Acção Para a Promoção da Empregabilidade) é o instrumento que o membro do Governo responsável por esta área de enorme sensibilidade (social, desde logo, económica e política) apresentou publicamente como a esperança para uma alteração do quadro de desemprego existente. Em termos de intervenção efectiva que diz este Plano de Acção? Coloca a ênfase na empregabilidade, admitindo-se à partida a necessidade de se

melhorarem os índices e resultados da formação, capacitação, empreendedorismo através de cursos de curta duração, envolvendo-se um universo de 37 000 jovens¹³⁷. Nada a dizer, especialmente entendendo-se o PAPE como uma intenção e intervenção focada na diminuição do desemprego jovem, cuja taxa atinge a astronómica cifra de 52,4% em 2018. Como conseguiram estes jovens sobreviver? Naturalmente por intermédio da economia informal. De que modo, esta juventude se pode tornar numa verdadeira força de trabalho para a economia, não tendo réditos para custear a sua formação de médio e de longo prazo? Dramático¹³⁸.

Não menos o é a taxa de desemprego total: 28,8% da população economicamente activa, correspondente a 4 243 820 de cidadãos e cidadãs sem fontes de rendimento monetário e sem participação nas dinâmicas da economia (muitas ou poucas, não fazem parte delas), compreendendo-se os elevados níveis de informalidade, criminalidade, frustração e gandaíce que grassam pelo país. Estando muito acima da taxa natural de desemprego, quanta quantidade de crescimento potencial encerra? Diminuindo-se, por exemplo, para 10% em 2022, o PIB poderia ser aumentado em USD 20 180 milhões. Aquela taxa de desemprego global significa uma perda de oportunidades de crescimento avaliada, em termos nominais, em USD 58 140 milhões.

Outra forma de colocar o problema é: a que taxa média anual devem os PIB's crescer para que seja possível ajustar os 500 000 postos de trabalho? Os economistas dispõem de instrumental analítico, estatístico e econométrico para darem as respostas.

Conhecem-se os canais por onde se perde muito crescimento económico (corrupção, opacidade, impunidade, indisciplina e desorganização institucional, perdas de produtividade, etc.), mas o desemprego é, entre todas, a maior fonte de desperdício. Tanto maior quanto tratar-se de pessoas.

No estudo do Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola (*Efeitos Económicos e Sociais da COVID-19 em Angola*, Abril de 2020) estão questionadas as medidas do Governo para diminuição dos efeitos da recessão económica esperada para este ano e agravada pelos efeitos dos sucessivos confinamentos que não se sabe quando acabarão, uma vez que o país ainda está no início da rebentação da onda da contaminação. Medidas insuficientes, como cabalmente se demonstrou e que deveriam ter sido complementadas e completadas por outras que aí igualmente se apontam.

As economias europeias, as mais afectadas pelos efeitos da COVID-19, tirando os EUA (a que se seguirá o Brasil), prevêem ter reduções no valor nominal dos respectivos PIB de 400 a 700 milhões de euros por mês, acreditando os seus economistas que o desconfinamento regulado e

¹³⁷ A preparação dos jovens para os mercados de trabalho, cada vez mais exigentes em disciplina, organização, capacidades e habilidades tem de começar no ensino de base e na educação primária, e não quando certos vícios de trabalho já se enraizaram.

¹³⁸ Os empréstimos previstos no PAPE servirão para alguma coisa? Os montantes de crédito para os jovens desempregados variam, em Kwanzas, entre USD 1000 e USD 5000. Será que se desconhecem os custos de criação e funcionamento das actividades económicas no país?

regulamentado contribua para que a catástrofe não o seja, até final de 2020. Aceitando o valor mais baixo, está a falar-se numa diminuição do PIB nominal de 4800 milhões de euros. Igualmente nestes países e não obstante a enorme quantidade de dinheiro colocada à disposição da economia para manter as empresas, o emprego e os salários, as falências têm-se sucedido em catadupa: 2300 e 1745 empresas em estado de insolvência durante o confinamento na Alemanha e em Portugal, respectivamente. Em Angola, não estão disponíveis informações sobre estas matérias, desconhecendo-se quantas unidades económicas encerraram em 2020, quanto mais emprego será destruído, em quanto de salário o rendimento nacional será afectado. A AGT apenas continua preocupada com a cobrança de impostos, mantendo as suas notas de rodapé nos noticiários da Televisão Pública de Angola anunciando a forma como os contribuintes podem pagar as suas obrigações fiscais via modelos electrónicos.

Com empresas a encerrar, o desemprego a aumentar, a produtividade a encolher e os salários a diminuir, quem afinal vai pagar impostos em Angola? E empresas que encerram a sua actividade raramente reabrem, ou seja, morrem completamente.

As únicas instituições que avançaram com estudos sobre os efeitos e as percepções da COVID-19 e da presente crise foram a Universidade Agostinho Neto (Centro de Estudos de Ciências Jurídico-Económicas e Sociais) e a Universidade Católica de Angola, tendo estimado uma recessão em 2020 de cerca de 6,8%. Alguns empresários – os que, verdadeiramente, sentem o peso da economia e das dificuldades em fazer a economia acontecer em Angola – afirmaram na altura que as previsões do CEIC da UCAN são optimistas, colocando essa fasquia em 8%. Naturalmente que previsões não são mais do que isso, baseadas em modelos e pressupostos sempre discutíveis.

Imagine-se, porém, um cenário COVID-19 com dezenas de milhares de infectados e a manutenção, agravada, dos estados de emergência? Como resolver os problemas de pobreza, com o preço do petróleo em altos e baixos em torno de USD 30 por barril? Admitindo uma recessão de 7% em 2020 e inexistência de ganhos ou perdas de produtividade, a taxa de desemprego pode aumentar no mesmo montante em 2020, ou seja, passar para 38% da população economicamente activa.

De acordo com a recente publicação, “The Macroeconomics of Epidemics”, o impacto de não se tomar qualquer medida de controlo seria uma quebra no primeiro ano de apenas 0,7% do consumo médio agregado. Porém, as consequências seriam devastadoras a nível da saúde, com um declínio permanente de 0,3% da população e do PIB (como consequência das mortes).

Esta crise é provocada, simultaneamente, por um choque do lado da oferta e do lado da procura, o que poderá criar uma espiral depressiva, gerando uma grande e persistente recessão. O efeito da oferta é causado pelo risco de contágio dos trabalhadores, fazendo com que haja uma redução da força de trabalho, significando paragem das empresas, interrupções do comércio internacional e rupturas nas cadeias de valor.

No lado da procura, os efeitos são causados pelo risco de contágio das pessoas que consomem, resultando na redução súbita e violenta, quer do consumo privado, quer do investimento. A consequência resulta em fortes dificuldades de tesouraria para as empresas que, posteriormente, se poderão traduzir em problemas de solvabilidade e podendo mesmo levar ao seu encerramento. Estes problemas reflectem-se em desemprego e diminuição do rendimento disponível das famílias, os quais conduzirão a uma redução do consumo e do investimento. Um efeito circular que para ser travado exige medidas rápidas e eficazes.

A COVID-19 em Angola tem de ser encarada como um choque externo violento, semelhante à queda abrupta do preço do barril do petróleo depois de 2014. Os seus efeitos são essencialmente sobre a economia não petrolífera. O encerramento de empresas poderá ser considerado como o natural ajustamento de uma economia com muitas e significativas zonas de ineficiência (darwinismo económico)?¹³⁹ Não nos parece e por isso há lugar a uma intervenção do Estado para atenuar as consequências negativas e criar as condições de retoma.

A questão essencial a colocar e a debater é se a recuperação económica é factor suficiente para a reversão do desemprego e para a criação sustentada de emprego líquido no futuro.

Adjacente à capacidade de geração de emprego está a matéria salarial, ou, de modo mais geral, do poder de compra da sociedade: são suficientes taxas expressivas de variação anual do nível de actividade para que os salários – e outras remunerações que entram no cômputo do poder de compra geral – aumentem e as famílias vivam melhor?

A literatura económica está recheada de casos de destruição de empregos, uma vez que para as empresas o desafio é de vida ou morte. As que não aumentarem a produtividade vão à falência, sendo o custo social associado o despedimento em massa dos trabalhadores. As que conseguirem ganhos de produtividade poderão conter uma parte da sua força de trabalho. Ou seja, até mesmo a prosperidade passa pelo desemprego.

Assinale-se que o progresso económico e social da Humanidade tem, também, sido feito pelo viés da redução do tempo de trabalho, ao que se tem associado uma elevação do nível médio dos salários (a Revolução Industrial começou com uma semana de trabalho de 70 horas, salários de subsistência e um ambiente de trabalho extenuante).

Provavelmente, a sua situação final – já antevista por muitos especialistas e futuristas para o século XXII – será a da libertação total do trabalho. Ou seja, as máquinas tenderão a ser os “*novos escravos*” da Humanidade, capazes de produzirem outras máquinas, bens e serviços diversos.

¹³⁹ Os apoios diversos previstos pelo Governo nos seus documentos de política económica, podem também aproveitar as unidades menos eficientes, o que seria um desperdício de recursos financeiros. Mas, num país em que política e economia empresarial andam de braço dado, é difícil introduzir discriminações positivas.

Neste estádio, as máquinas libertarão as pessoas do trabalho material, para que possam dar contribuições profundas para a geração de capital social na sociedade civil. Será, então, a predominância do espírito sobre a matéria, do espiritual sobre o material, ou seja, a possibilidade de realização plena da Religião.

Parece que não existem receitas universais e muito menos infalíveis contra o desemprego, apesar do Fundo Monetário Internacional fazer crer que a redução da presença do Estado da economia – com todas as implicações e facetas conhecidas – seja a solução-milagre para o crescimento económico e a geração de empregos. No entanto, deve ser aceite que a manutenção sob controlo do gasto público é uma prática salutar, que alarga o espaço para a economia privada, aquela que, supostamente, gera maior número de empregos, sobretudo, quando o crescimento económico for puxado pelas exportações – forte concorrência no mercado internacional –, que exigem rigor e disciplina fiscal, qualidade do investimento público e baixas taxas de juro.

Seguramente que o modelo de desenvolvimento seguido ou a seguir tem muita importância para o enquadramento do problema, porquanto existem modelos mais “amigos” do emprego, do que outros. Para além disso, determinadas políticas específicas são indispensáveis para, ou estimular-se o funcionamento do mercado de emprego na perspectiva de criação de postos de trabalho líquidos, ou, então, para corrigir determinadas imperfeições dos mecanismos de oferta e procura de mão-de-obra, uma vez que se tem como certo que o mercado de trabalho funciona pior do que o mercado de bens e serviços.

Outras medidas se fazem *mister* para a dinamização do processo de geração de emprego com o crescimento económico, tais como: providenciar-se o acesso a activos produtivos, como terra e crédito – enquanto meio de atacar o problema da repartição do rendimento nacional a montante e que pode ter uma incidência extraordinária no combate contra a pobreza – garantir-se o acesso aos serviços sociais, essencial como forma de muscular o processo de criação do capital humano nacional, aposta forte na formação e reciclagem profissional (os conhecidos *learning by doing* e *life of learning*). Mas, também, essencial é o estabelecimento dum compromisso político para o emprego, uma espécie de agenda social estabelecida em torno do emprego.

Analisemos o caso do emprego e da produtividade e das respectivas interconexões. No caso do emprego, a sua posição estratégica é explicada pelas relações seguintes:

- A redução do desemprego tem um impacto imediato sobre a redução da pobreza, pelo viés da criação de rendimento.
- A redução do desemprego pode ter um impacto negativo sobre a produtividade, se não for acompanhada de qualificação da força de trabalho e de reciclagem dos trabalhadores. Daí a importância do programa de aumento de competências e de requalificação

da mão-de-obra que o MAPTESS tem em execução. De resto, aumento de emprego com maior qualificação aumenta o PIB e melhora estruturalmente a distribuição primária do rendimento nacional.

- A redução do desemprego pode melhorar a distribuição do rendimento, mesmo que alicerçada em mão-de-obra indiferenciada. Este posicionamento é importante na discussão do modelo de reconstrução económica do país depois da crise actual: a redução do desemprego baseado em trabalho qualificado acresce a produtividade e permite aumentos salariais, enquanto a redução do desemprego de trabalho indiferenciado apenas melhora a participação do factor trabalho no rendimento nacional.
- A redução do desemprego aumenta as possibilidades de reassentamento das populações deslocadas, com implicações importantes a médio prazo sobre o incremento do valor acrescentado agrícola, base indispensável para a garantia da segurança alimentar e a melhoria dos rendimentos dos camponeses.
- A redução do desemprego, mesmo em condições de manutenção relativa do salário médio nacional, contribui para a criação duma procura interna efectiva importante e indispensável para incentivar o investimento privado e as decisões de aumento da oferta.
- A redução do desemprego – atendendo ao facto de as respectivas taxas afectarem com muito maior incidência as mulheres – é, provavelmente, um dos meios mais eficazes para se reduzirem as desigualdades do género.
- A redução do desemprego é uma das vias mais estruturantes para a construção da economia nacional, entendida enquanto articulação entre todos os sectores de actividade e todas as regiões do país, propiciadora duma plena liberdade de circulação de factores, produtos e serviços.
- Finalmente, a redução do desemprego só é compatível com uma estratégia de reconstrução e crescimento baseada nas pequenas e médias empresas, que, por seu turno, se apresentam como um dos mais sólidos contributos para o fortalecimento e diversificação do tecido produtivo nacional.

Por todas estas implicações, a montante e a jusante, se comprova que o emprego reúne todas as condições anteriormente indicadas para ser considerada como estratégica do desenvolvimento económico.

E quanto à produtividade? As suas relações são as seguintes:

- O incremento da produtividade é a única via que garante um *decent job*, ou seja, um salário elevado e, ao mesmo tempo, um aumento da competitividade com base na qualificação dos recursos humanos.

- O incremento da produtividade pela via do trabalho qualificado, determina a implementação de políticas activas de constituição do capital humano nacional, o que se transforma numa das fontes sustentáveis de redução da pobreza.
- O incremento da produtividade pressupõe a modernização dos sistemas produtivos e de gestão pública e empresarial.
- O incremento da produtividade aumenta a possibilidade de uma maior internacionalização da economia, mormente no espaço regional da SADC.
- Finalmente, só com base nos ganhos de produtividade se consegue financiar acréscimos salariais e garantir uma base mínima de autofinanciamento do investimento privado.

9. GLOBALIZAÇÃO, EXPORTAÇÕES E ACESSO AOS MERCADOS FINANCEIROS

A rápida propagação do coronavírus em todos os países é um forte sinal de globalização. O volume de trocas comerciais, a interligação das cadeias logísticas de produção e distribuição de bens e serviços, o movimento de pessoas e capitais entre os países são mais fortes hoje do que nunca.

O movimento de pessoas foi fortemente restringido (entre todos os países e no interior dos mesmos) como medida para conter o alastramento da pandemia à escala global, afectando negativamente os sectores de viagens e de turismo em todo o mundo. Alguns países estão a defender cada vez mais o proteccionismo, tendo em conta a propagação da pandemia.

Mas as evidências e os dados mostram que o comércio internacional continua a ser um factor de crescimento económico preponderante para a economia mundial.

9.1 Grau de abertura ao comércio externo da economia angolana

Angola, desde o período colonial, esteve sempre aberta ao comércio internacional, por exportar e importar bens e serviços, atrair e realizar investimento directo estrangeiro.

O peso das exportações e importações no Produto Interno Bruto (PIB) revela quão aberta é a economia nacional; a composição das exportações indica o grau de vulnerabilidade da economia angolana perante choques nos mercados internacionais e ajuda-nos a ver até que ponto as exportações do sector não mineral estão a aumentar; e a estrutura das importações espelha o nível da produção interna de bens e serviços e como anda o processo de substituição das importações em curso.

As exportações e as importações são duas variáveis importantes que integram o PIB na óptica das despesas e são de igual modo duas componentes essenciais da balança de pagamentos.

O peso relativo destas duas variáveis no PIB mede o grau de abertura de uma dada economia.

GRAU DE ABERTURA E TAXA DE COBERTURA							
Medição do Grau de Abertura (valores em USD milhões e % do PIB)							Taxa de Cobertura
Ano	PIB	Exportações		Importações		Exp.+Imp.	Exp./Imp.
2002	30.145	8.535	28%	7.082	23%	52%	121%
2003	30.408	9.709	32%	8.801	29%	61%	110%
2004	26.373	13.798	52%	10.635	40%	93%	130%
2005	38.619	24.286	63%	15.144	39%	102%	160%
2006	48.300	33.346	69%	16.289	34%	103%	205%
2007	62.292	44.707	72%	26.305	42%	114%	170%
2008	88.539	64.243	73%	43.122	49%	121%	149%
2009	69.992	41.451	59%	41.829	60%	119%	99%
2010	83.799	51.452	61%	35.421	42%	104%	145%
2011	111.943	68.043	61%	43.898	39%	100%	155%
2012	128.138	71.873	56%	45.848	36%	92%	157%
2013	136.725	69.562	51%	49.393	36%	87%	141%
2014	145.668	60.851	42%	53.538	37%	79%	114%
2015	116.164	34.437	30%	37.969	33%	62%	91%
2016	101.134	28.300	28%	25.657	25%	53%	110%
2017	122.124	35.598	29%	28.257	23%	52%	126%
2018	98.812	41.389	42%	25.884	26%	68%	160%
2019	84.639,1	35.180,1	42%	22.299,3	26%	68%	158%
2020 – 1.º Semestre	30.667,6	9.984,8	33%	7.482,9	24%	57%	133%

Fonte: BNA/DES, Taxa de Cobertura (cálculo dos autores).

Entre 2002 e 2020 (primeiro semestre), as exportações tiveram um peso médio de 49% e as importações de 35%, o que em termos agregados dá um peso médio de 83%, o que demonstra a importância do comércio externo relativamente ao valor da produção. Este nível de abertura assemelha-se ao dos países com maior desenvolvimento económico, como a Coreia do Sul, México, Canadá, Reino Unido, França, Itália, todos com uma taxa de abertura acima dos 50%¹⁴⁰.

¹⁴⁰ <https://www.imf.org/en/News/Articles/2019/07/25/NA072519-Six-Charts-on-Boosting-Growth-in-Brazil?cid=em-COM-123-39239>.

A última coluna do quadro apresenta a taxa de cobertura, que representa a percentagem de importações que são cobertas ou pagas pelas exportações.

Só em 2009 e 2015 (anos em que se verificou uma redução drástica do preço de petróleo, o que afectou as exportações), o valor das exportações não cobriu o das importações totais. Em termos médios, entre 2002 e o primeiro semestre de 2020, a taxa de cobertura foi de 139%, o que evidencia a boa *performance* da balança comercial.

9.2 Exportações de produtos

Em termos de exportações, Angola vende petróleo bruto, gás, diamantes, granito, mármore, cimento, madeira, café, peixe, sal, bebidas, bananas e mel.

O quadro seguinte mostra a evolução das exportações totais de bens desde 2012. Nos últimos anos, as quantidades de barris de petróleo exportados têm vindo a diminuir, fruto da falta de investimentos no sector.

Em 2017 verificou-se uma diminuição de 5,8%, 10% em 2018 e 7% em 2019, enquanto o preço aumentou em 29% em 2017, 31% em 2018 e em 2019¹⁴¹ voltou a sofrer uma redução na ordem dos 7% o que fez com que houvesse um aumento no valor total das exportações, tendo em conta que o efeito preço prevaleceu sobre o efeito quantidade.

Quanto à estrutura das exportações, o sector petrolífero continua a ter dominância quase absoluta, com o peso de 96% no total em 2019, contra os 3,5% do sector diamantífero e 0,6% de outros produtos.

A eficiência e eficácia do PRODESI, no que diz respeito à promoção das exportações, deverão ser medidas pelo aumento do peso relativo de outros produtos nas exportações totais nos próximos anos.

Como a capacidade de exportação para lá do petróleo e diamantes está limitada no tempo, a eficácia do PRODESI deve ser medida mais em termos de aumento da produção agrícola e transformadora (bens transaccionáveis).

¹⁴¹ O preço do petróleo em 2016 foi de USD 41,8; em 2017 de USD 54; em 2018 de USD 70,6 e em 2019 de USD 65,2. O volume de barris (milhões) 611,2 em 2016; 575,5 em 2017; 517,6 em 2018 e 481,3 em 2019.

EXPORTAÇÕES DE BENS E SUA ESTRUTURA									
Exportações de bens (USD milhões)	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020 1.º Sem.
	71.093,3	68.246,5	59.169,9	33.181,1	27.588,9	34.613,5	40.757,8	34.725,6	9.956,4
Sector petrolífero	69.716,3	66.902,1	57.641,9	31.895,0	26.366,0	33.312,5	39.408,7	33.365,2	9.467,2
Sector diamantífero	1.159,5	1.167,1	1.335,4	1.065,8	980,0	1.130,1	1.151,9	1.214,8	435,7
Outros sectores	217,6	177,4	192,5	220,4	242,8	170,9	197,2	145,6	53,5
Café	1,0	0,5	1,2	1,1	1,1	1,1	1,3	2,1	0,9
Cimento	0,0	0,0	0,0	21,4	67,7	7,2	3,0	5,5	2,4
Granito	0,0	0,0	0,0	7,4	8,7	9,5	6,9	8,5	8
Mármore	0,0	0,0	0,0	0,3	0,1	0,1	0,0	0	0,5
Madeira	0,0	0,0	0,0	14,1	31,7	36,0	31,5	37,4	9,3
Pescado	25,6	49,1	49,0	41,8	44,6	49,6	85,3	53,6	19,1
Marinha e Aviação	191,0	127,8	142,4	134,2	88,9	67,5	48,1	13,4	4,1
Sal	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	0,0	0,6	0,2
Bebidas	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	21,0	24,5	9
Peso nas exportações totais									
Sector petrolífero	98,1	98,0	97,4	96,1	95,6	96,2	96,7	96,1	95,1
Sector diamantífero	1,6	1,7	2,3	3,2	3,6	3,3	2,8	3,5	4,4
Outros sectores	0,3	0,3	0,3	0,7	0,9	0,5	0,5	0,4	0,5

Fonte: BNA/DES.

Para aderir às zonas de livre comércio da SADC e de ÁFRICA, Angola não deve contar só com o petróleo, visto que os principais clientes deste produto estão fora do Continente. Deve-se apostar nas exportações de produtos não minerais, do sector da agricultura, pesca e indústria transformadora. As empresas do sector não mineral que já fazem alguma exportação devem ser apoiadas no sentido de aumentar a produção, melhorar a certificação da qualidade dos seus produtos e encontrar mais mercados externos.

A flexibilização da taxa de câmbio desde Janeiro de 2018 já é um grande passo para os exportadores e potenciais exportadores, pois, *ceteris paribus*, torna os produtos nacionais mais baratos para os estrangeiros. Mas é ainda necessário remover outras barreiras que impedem a competitividade da produção nacional, como a qualidade das infra-estruturas, em estradas e no fornecimento de electricidade e água. Os custos que as empresas enfrentam no fornecimento de água e electricidade são elevados, pois muitas ou quase todas utilizam meios alternativos, como geradores e cisternas.

9.3 Importações de produtos

Devido aos fracos níveis de produção interna, Angola vive fundamentalmente de importações, quer de produtos de consumo final, quer de produtos intermédios e de capital que servem de base para a produção nacional.

IMPORTAÇÕES DE BENS									
Importações de bens	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020 1.º Sem.
Importações totais, f.o.b (USD Milhões)	23.704	26.331	28.580	20.693	13.040	14.463	15.798	14.127	4.559
Bens alimentares	3.191	3.845	4.009	3.006	2.347	3.258	3.143	2.613	1.061
Bebidas e vinagre	582	709	639	376	110	151	152	131	48
Combustível	4.040	4.963	4.764	3.018	1.712	1.809	2.365	1.937	421
Veículos	2.487	2.580	3.472	1.156	349	907	659	715	337
Produtos químicos	1.136	1.242	1.368	1.088	874	1.076	1.175	1.033	382
Obras diversas	1.071	1.270	1.756	1.027	572	597	600	532	198
Plásticos, borrachas, pele e couros	755	822	936	651	426	543	642	650	243
Têxteis e vestuário	453	560	604	434	264	483	374	389	123
Material de construção	2.383	2.647	3.133	2.510	1.154	929	959	899	367
Papel ou cartão e suas obras	299	357	303	196	149	189	287	512	193
Produtos minerais	160	167	145	107	64	43	31	25	7
Madeira, cortiça	75	97	89	57	29	34	36	35	18
Outros produtos	415	273	813	1.242	1.376	1.081	503	169	64
Aeronaves e embarcações	1.599	1.497	136	225	425	90	1.768	1.695	47
Máquinas, aparelhos mecânicos e eléctricos	5.058	5.304	6.414	5.600	3.188	3.273	3.104	2.793	1.051
Bens de consumo corrente	13.674	15.798	17.727	11.543	7.754	9.551	9.258	8.030	2.826
Bens de consumo intermédio	3.373	3.732	4.303	3.325	1.673	1.549	1.668	1.609	634
Bens de capital	6.656	6.801	6.550	5.825	3.614	3.363	4.872	4.488	1.098
Estrutura Percentual									
Bens de consumo corrente	58	60	62	56	59	66	59	57	62
Bens de consumo intermédio	14	14	15	16	13	11	11	11	14
Bens de capital	28	26	23	28	28	23	31	32	24

Fonte: BNA/DES.

Como se pode observar no quadro da página anterior, depois de nos últimos dois anos se verificar um aumento nas importações (11% em 2017 e 9% em 2018) em 2019, o país importou menos 11% em relação a 2018 e antevê-se ainda uma redução em 2020, fruto das restrições impostas devido ao coronavírus e à política cambial de desvalorização sistemática da moeda nacional que acaba por ser o factor mais relevante da diminuição das importações¹⁴².

Angola gasta em média USD 3 mil milhões em alimentos, como mostra o quadro, e boa parte destes produtos podem ser produzidos localmente. O Governo, no âmbito do PRODESI, quer fazer exactamente isso, com a substituição de importações.

Mas é importante que os produtores nacionais tenham o apoio necessário, no sentido de aumentarem a produção não apenas para substituir as importações mas também para exportarem e poderem competir nas zonas de comércio livre da SADC e Continental.

No quadro é também possível notar que há uma clara redução na importação de bebidas, passando de USD 582 milhões em 2012 para USD 131 milhões em 2019. Esta diminuição está em harmonia com o aumento da produção interna neste sector nos últimos anos e que já começa a exportar apesar de ser ainda em pequena escala. Mas o aumento dos impostos no sector está a afectar negativamente os empresários.

9.4 Exportação e importação de serviços

Angola, apesar de ser um importador líquido de serviços, realiza também algumas exportações, como é o caso dos transportes e viagens. Os serviços de transporte essencialmente consistem na venda de bilhetes de passagem aos não residentes por parte de companhias aéreas nacionais, ou no transporte de carga via marítima ou ferroviária por empresas que operam em Angola, que foram fortemente afectados em 2020, tendo em conta as restrições impostas por todos os países no âmbito do combate à COVID-19.

Por exemplo, em meados de 2020, o país exportou serviços avaliados em apenas USD 28 milhões, o equivalente a 6% dos valores de 2019.

¹⁴² A política de substituição de importações baseia-se sobretudo no câmbio e nas taxas alfandegárias protectoras exigidas pelos empresários, e não em vectores de competitividade. Esta abordagem já mereceu fortes reparos negativos da OMC e de três países (entre eles os EUA) que exigiu explicações às autoridades angolanas, encarando a possibilidade de penalizações pecuniárias e outras.

EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES DE SERVIÇOS									
Exportações e Importações de Serviços (USD milhões)	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020 1.º Sem.
Exportações	780,0	1.315,7	1.681,3	1.256,2	710,9	984,6	631,1	454,6	28,4
Transportes	21,4	24,7	25,2	25,3	32,6	23,1	27,9	31,8	6,7
Viagens	706,5	1.233,7	1.589,0	1.162,7	622,8	880,4	543,9	384,0	8,8
Outros serviços	52,2	57,3	67,1	68,2	55,4	81,1	59,3	38,7	12,8
Importações	22.144,3	23.062,1	24.957,6	17.276,2	12.616,5	13.793,3	10.089,5	8.172,3	2.923,8
Transportes	4.436,4	4.757,4	5.515,4	4.058,0	3.109,7	3.108,5	3.320,0	3.125,1	982,4
Viagens	158,9	166,4	113,1	146,3	593,9	976,5	554,1	469,4	363,5
Construção	6.229,9	5.049,1	6.672,9	3.107,4	2.079,9	2.103,0	1.890,2	1.319,3	288,5
Serviços de seguros e previdência	256,4	864,8	396,6	475,5	425,4	524,6	394,3	282,0	137,2
Serviços financeiros	46,2	73,9	108,4	94,3	210,5	241,0	382,7	212,5	97,7
Taxas pelo uso da propriedade intelectual n.i.e.	224,3	212,2	252,9	264,7	212,2	221,7	246,6	127,2	68,4
Serviços de telecomunicações, informática e informação	505,0	690,1	637,3	211,5	206,9	107,0	104,4	155,1	42,8
Outros Serviços de Negócios	9.292,0	9.453,4	10.532,1	7.955,3	5.060,6	5.323,4	2.678,8	2.084,3	835,5
Dos quais: sector petrolífero	8.908,3	9.264,8	10.049,8	7.185,5	4.607,3	4.461,1	2.027,0	1.782,9	754,4
Serviços pessoais, culturais e recreativos	0,0	0,0	0,0	247,0	134,0	202,7	105,1	127,6	32,3
Serviços de manufatura sobre insumos físicos detidos por terceiros	1,2	1,3	12,5	6,6	0,7	6,1	0,4	0,6	0,0
Serviços de manutenção e reparação n.i.e.	26,3	216,7	18,7	14,0	89,2	88,8	94,0	104,8	18,7
Bens e serviços do Governo n.i.e.	967,7	1.576,9	697,7	695,5	493,6	889,9	317,8	164,4	56,7
Importações de Serviço/Importações Totais	48%	47%	47%	46%	49%	49%	39%	37%	39%
Exportações de Serviço/Exportações Totais	1%	2%	3%	4%	3%	3%	2%	1%	0,3%
Exportações de Serviço/Exportações sem petróleo e diamantes	78%	88%	90%	85%	75%	85%	76%	76%	35%

Fonte: BNA/DES.

As viagens nas exportações representam as despesas em bens e serviços realizadas pelos não residentes que visitam Angola, e inclui os gastos com hotéis, restaurantes e outros serviços e produtos por eles adquiridos. Há uma diminuição clara na exportação destes serviços, comparando o período 2012–2015 e o período 2016–2020, fruto da recessão económica que o país vive nos últimos anos, e das restrições impostas para controlar a propagação do coronavírus. A dinamização do sector do turismo e a flexibilização na atribuição de vistos aos estrangeiros pode fazer com que haja aumento nas receitas de exportação destes serviços.

As importações de serviços representam em média 46% das importações totais. Dos serviços mais importados destacam-se os serviços de negócios para o sector petrolífero, os serviços de construção e o de transportes. Os serviços de seguros, que incluem o resseguro e o cosseguro, custam ao país cerca de USD 470 milhões por ano. A pretensão de se abrir uma companhia de resseguros em Angola, provavelmente poderá poupar recursos nos próximos anos.

SALDO DA CONTA COMERCIAL									
Conta de bens e serviços (USD milhões)	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020 1.º Sem.
Saldo da Balança Comercial (Bens + Serviços)	26.025,1	20.169,1	7.313,3	-3.531,5	2.642,7	7.341,5	15.501,5	12.880,8	2.501,9
Saldo da Conta de Bens (Mercadoria)	47.389,4	41.915,5	30.589,6	12.488,6	14.548,4	20.150,2	24.959,9	20.598,5	5.397,4
Saldo da Conta de Serviços	-21.364,3	-21.746,4	-23.276,3	-16.020,1	-11.905,6	-12.808,7	-9.458,4	-7.717,7	-2.895,5
Saldo da Balança Comercial (% PIB)	20,3	14,8	5,0	-3,0	2,6	6,0	15,7	15,2	8,2

Fonte: BNA/DES.

O quadro exhibe o saldo das contas de mercadorias, que devido às exportações de petróleo é sempre superavitário, enquanto o saldo da conta de serviços é sempre deficitário, tendo em conta as poucas exportações de serviços que o país faz. A soma das duas dá a balança comercial, que depois de um défice em 2015, registou nos anos subsequentes excedentes fruto da melhoria do preço do petróleo no mercado internacional e da contenção das importações. Em 2019, a balança comercial apresentou um superávit de USD 12,8 mil milhões (15,2% do PIB) e até ao primeiro semestre de 2020 o superávit foi de USD 2,5 mil milhões (8,2% do PIB).

9.5 Conta de rendimentos primários e secundários

A remuneração dos factores de produção, no âmbito da mobilidade dos mesmos entre os países, é registada na conta de rendimentos primários. Como se pode ver no quadro seguinte, no caso de Angola, no que respeita à compensação de empregados (remuneração de trabalhadores nacionais no estrangeiro) não há registo a crédito. Isto indica que os nacionais que trabalham na diáspora não enviam os seus rendimentos para o país, ou simplesmente se o fazem a unidade que elabora a balança de pagamentos não tem conhecimento.

CONTA DE RENDIMENTOS									
Conta de Rendimentos (USD milhões)	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020 1.º Sem.
Rendimentos Primários (Liq.)	-10.421,8	-9.900,1	-8.849,9	-5.907,5	-5.273,7	-7.505,6	-7.829,5	-7.516,3	-2.556,2
Crédito (Entrada)	259,8	818,3	645,6	166,4	340,8	239,4	448,5	692,6	287,5
Compensação de empregados	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Juros	259,8	818,3	645,6	166,4	340,8	218,4	444,9	683,0	265,6
Lucros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	21,0	3,5	9,6	21,8
Débito (Saída)	10.681,6	10.718,3	9.495,5	6.073,9	5.614,5	7.745,0	8.278,0	8.208,9	2.843,6
Compensação de empregados	297,4	297,9	579,4	494,9	763,4	510,5	482,4	389,3	250,1
Juros	662,0	1.089,8	1.066,1	1.287,0	1.823,3	2.351,2	2.698,5	3.124,4	1.553,2
Lucros	9.722,1	9.330,7	7.850,0	4.292,0	3.027,8	4.883,3	5.097,1	4.695,2	1.040,3
Rendimentos Secundários (Liq.)	-1.762,2	-2.124,0	-2.210,9	-833,8	-454,2	-468,7	-269,4	-227,1	-79,3
Crédito (Entrada)	66,9	67,6	53,4	28,2	26,3	35,4	13,8	11,8	7,5
Débito (Saída)	1.829,0	2.191,6	2.264,3	862,1	480,5	504,2	283,2	239,0	86,8

Fonte: BNA/DES.

A remuneração dos expatriados que trabalham em Angola, em média, anda acima dos USD 300 milhões por ano, tendo, em 2019, os trabalhadores estrangeiros enviado USD 389,3 milhões e USD 250 milhões no primeiro semestre de 2020 para os respectivos países.

Os juros que o país recebe pelas aplicações financeiras no estrangeiro ou empréstimos concedidos em 2019 renderam USD 683 milhões, e pelo uso do capital estrangeiro pagou-se, a título de juros de dívida externa, USD 3,12 mil milhões em 2019 e USD 1,5 mil milhões no primeiro semestre de 2020.

O investimento directo estrangeiro em Angola tem sido muito rentável, considerando o nível de lucro que é repatriado pelos investidores estrangeiros para os respectivos países. Entre 2012 e 2020, a média anual de repatriamento de lucro foi de USD 5,5 mil milhões. Quanto aos

lucros dos investimentos dos angolanos no estrangeiro em 2019 registou-se o repatriamento de USD 9,6 milhões e no primeiro semestre de 2020 de USD 21,8 milhões respectivamente.

A conta de rendimentos secundários regista as transferências correntes entre residentes e não residentes, tais como as remessas de imigrantes, ajudas externas públicas e privadas, doações e contribuições da segurança social, etc. O saldo negativo desta conta mostra que tem havido mais saída de rendimentos do que de entrada ao longo dos anos.

9.6 Saldo da conta corrente

A agregação das contas analisadas no quadro anterior (mercadorias, serviços e rendimentos) é o que se chama a conta corrente, que é apresentada no quadro seguinte. Depois de quatro défices sucessivos (2014-2017), em 2018 e 2019 o saldo da conta corrente registou um superávit de USD 7,5 milhões e de 5,1 mil milhões respectivamente.

CONTA CORRENTE									
Valores em USD milhões	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020 1.º Sem.
Conta Corrente	13.841,2	8.145,1	-3.747,5	-10.272,8	-3.085,2	-632,9	7.402,6	5.137,4	-133,5
Saldo da Conta de Bens (Mercadoria)	47.389,4	41.915,5	30.589,6	12.488,6	14.548,4	20.150,2	24.959,9	20.598,5	5.397,4
Saldo da Conta de Serviços	-21.364,3	-21.746,4	-23.276,3	-16.020,1	-11.905,6	-12.808,7	-9.458,4	-7.717,7	-2.895,5
Rendimentos Primários (Liq.)	-10.421,8	-9.900,1	-8.849,9	-5.907,5	-5.273,7	-7.505,6	-7.829,5	-7.516,3	-2.556,2
Rendimentos Secundários (Liq.)	-1.762,2	-2.124,0	-2.210,9	-833,8	-454,2	-468,7	-269,4	-227,1	-79,3
Peso Conta Corrente no PIB	10,8%	6,0%	-2,6%	-8,8%	-3,1%	-0,5%	7,5%	6,1%	-0,4%

Fonte: BNA/DES.

O saldo positivo na conta corrente em 2018 e 2019 é fruto do aumento do preço do petróleo nestes anos, o que afectou positivamente a conta de mercadorias e a redução do défice na conta de serviços e na conta dos rendimentos secundários.

9.7 Conta de capital

A conta de capital regista “ fluxos de capitais que não exigem um pagamento futuro como contrapartida ou fluxos de capitais referentes a transacções de activos não produzidos, não financeiros¹⁴³.” Esta conta regista ainda a compra de terrenos por parte de Embaixadas e outras organizações internacionais. O perdão da dívida é também registado nesta rubrica.

¹⁴³ Fernandes, A. et al. (2017) – *Introdução à Economia*, p. 410, Edições Sílabo, 1.ª Edição.

A conta de capital apresenta valores insignificantes em comparação com a conta corrente e a conta financeira, como se pode observar no quadro seguinte. O saldo da conta é superavitário no período em análise.

CONTA DE CAPITAL									
Valores em USD milhões	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020 1.º Sem.
Conta de Capital	4,4	0,6	1,6	6,3	0,6	2,6	2,9	2,0	0,63
Crédito	4,4	0,6	1,6	6,3	0,6	2,6	2,9	2,0	0,65
Débito	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,02
Conta Corrente	13.841,2	8.145,1	-3.747,5	-10.272,8	-3.085,2	-632,9	7.402,6	5.137,4	-133,5
Conta Corrente + Conta de Capital	13.845,6	8.145,7	-3.745,9	-10.266,6	-3.084,6	-630,2	7.405,5	5.139,4	-132,9

Fonte: BNA/DES.

Em princípio, o processo de repatriamento de capital¹⁴⁴, em curso desde 2017, devia reflectir-se nesta conta. O retorno do dinheiro seria classificado como transferência de capital ou de fundos. Será que os USD 2,6 milhões em 2017, os USD 2,9 milhões em 2018, os USD 2 milhões em 2019 e os 0,63 milhões no primeiro semestre de 2020 constituem os valores repatriados voluntariamente?

9.8 Conta financeira

Esta conta regista as transacções de activos financeiros entre os residentes e não residentes, o que inclui o investimento directo estrangeiro, investimento de carteira (a compra e venda de acções¹⁴⁵ e obrigações), a obtenção e concessão de empréstimos, os activos de reservas (moeda estrangeira), as reservas em ouro, etc.

A capacidade ou necessidade de financiamento externo de uma economia pode ser verificada pelo sinal do saldo da Conta Financeira.

Em 2012 e 2013, Angola registou saldo negativo nesta conta, o que evidencia que neste período houve um aumento líquido de activos ou uma diminuição líquida de passivos externos. De 2014 a 2016, o país assinalou uma diminuição líquida de activos ou aumento líquido de passivos externos, pois o saldo da conta foi positivo.

¹⁴⁴ A fase voluntária terminou em Dezembro de 2018, e desde então está em vigor a fase coerciva.

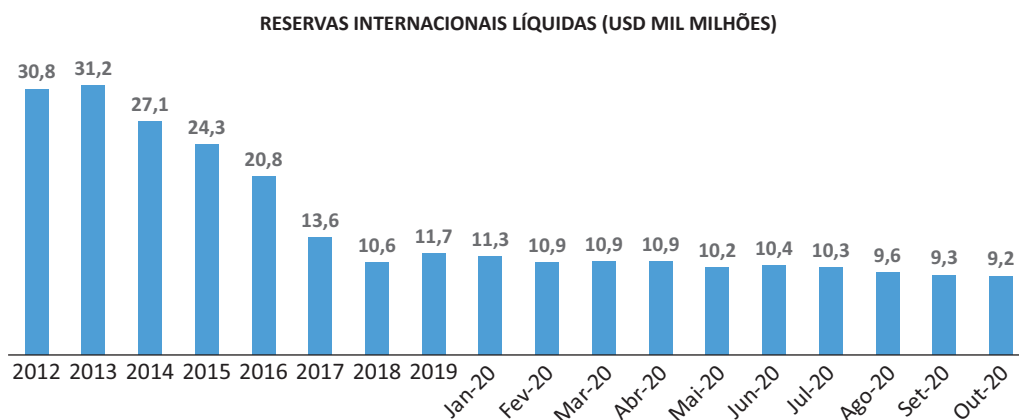
¹⁴⁵ Sem deter uma posição significativa na empresa, pois caso ocorra poderia ser classificado como investimento directo estrangeiro. Cf. *Balance of payments and international investment position manual*, page 101, Washington, DC: International Monetary Fund, 2009.

CONTA FINANCEIRA									
Valores em USD milhões	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020 1.º Sem.
Conta Financeira	-3.869,4	-3.758,4	7.575,4	11.476,1	4.889,2	-4.154,1	-7.767,1	-3.218,7	-1.812,1
Investimento Directo (Liq.)	-2.351,1	-8.041,6	2.770,7	10.813,1	-452,5	-8.749,3	-6.461,8	-1.749,1	-2.669,1
Entradas	14.853,7	14.345,9	16.543,2	16.176,4	11.062,3	6.208,1	7.535,7	10.488,3	2.586,9
Saídas	-17.204,8	-22.387,5	-13.772,4	-5.363,3	-11.514,8	-14.957,4	-13.997,5	-12.237,3	-5.256,0
Capitais de Médio e Longo Prazo (Liq.)	1.567,5	5.629,8	7.182,3	-391,5	7.997,4	-1.105,6	3.530,7	1.627,9	-1.716,1
Desembolsos	5.538,3	10.204,5	13.250,2	5.694,8	14.391,9	7.330,1	10.298,9	8.957,4	1.291,5
Dos quais: sector petrolífero	1.500,0	7.000,0	5.500,0	1.000,0	0,0	500,0	1.000,0	1.500,0	0,0
Amortizações	-3.970,8	-4.574,7	-6.067,9	-6.086,3	-6.394,4	-8.435,7	-6.768,2	-7.329,5	-3.007,6
Dos quais: sector petrolífero	-2.236,0	-2.539,6	-3.176,5	-3.226,6	-3.578,2	-4.961,2	-1.430,9	-1.507,9	-885,5
Outros Capitais (Liq.)	1.040,7	-1.560,7	-6.297,3	-1.981,1	-2.252,1	5.700,8	-4.836,0	-3.097,6	2.573,1
Financiamento	-4.126,4	214,1	3.919,7	3.035,7	-403,7	4.902,7	519,6	-988,9	1.865,5
Variação de Reservas Internacionais (aumento -)	-4.124,9	207,9	3.920,3	3.055,0	-372,4	5.007,1	942,3	-988,9	1.865,5
Acumulação Líquida de Atrasados	-2,0	6,3	-0,7	-19,4	-31,3	-104,4	-422,7	0,0	0,0
Médio e Longo Prazo	-1,3	6,3	-0,7	-19,4	-31,3	-104,4	-422,7	0,0	0,0
Corrente	0,0	7,9	1,6	0,9	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0
Em mora	-1,3	-1,7	-2,3	-20,3	-31,6	-104,4	-422,7	0,0	0,0
Curto prazo	-0,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Juros de mora	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<i>Erros e Omissões</i>	-9.975,7	-4.387,3	-3.829,5	-1.209,6	-1.804,6	-118,4	0,0	0,0	0,0

Fonte: BNA/DES

9.9 Reservas internacionais líquidas

O nível de reservas em moeda estrangeira que um país acumula determina a sua capacidade de fazer face aos pagamentos externos e competir no mercado internacional. Angola reduziu muito a sua solvabilidade externa, devido à diminuição do seu nível de reservas internacionais desde 2014 até Outubro de 2020, como se pode observar no gráfico seguinte.



Fonte: BNA/DES.

O aumento das reservas cambiais vai depender da capacidade de o país exportar mais e atrair mais investimento directo estrangeiro e investimentos de carteira, bem como da promoção da produção interna que seja capaz de substituir as importações de produtos acabados, contribuindo assim para a redução das importações.

9.10 A dívida pública externa

A composição da dívida pública externa angolana, por fonte de financiamento, está espelhada no quadro apresentado seguidamente, no qual se pode observar que grande parte da dívida externa é comercial (74%), a seguir bilateral (20%) e por fim multilateral (6%).

No primeiro semestre de 2020, a dívida externa pública, sem os atrasados, estava avaliada em USD 48,63 mil milhões e, incluindo os atrasados, o capital mais o juro, o valor sobe para 48,79 mil milhões, uma diminuição de 665 milhões em comparação com o ano de 2019.

O nível de atrasados na dívida externa é baixo, representando cerca de 0,3% da dívida total no primeiro semestre de 2020. Isto é bom para a imagem externa do país, pois garante que consegue fazer face ao serviço da dívida cumprindo os prazos acordados.

A Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida do G20, no âmbito do alívio económico aos países em desenvolvimento em virtude da pandemia, poderá fazer com que Angola adie o pagamento de uma parte da sua dívida externa, dando folga para que estes recursos sejam canalizados para dinamizar a economia que enfrenta uma recessão profunda.

DÍVIDA PÚBLICA EXTERNA									
Descrição (Valores em USD milhões)	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020 1.º Sem.
Dívida excluindo atrasados	22.221	27.804	35.568	35.924	44.292	43.281	46.862	49.302	48.637
Comercial	13.447	17.820	26.150	26.293	34.220	33.430	36.464	39.198	38.511
Bancos (Títulos e Obrigações)	12.806	16.583	23.999	23.331	31.001	29.366	32.344	35.094	33.946
Empresas (Provedores)	642	1.238	2.150	2.962	3.219	4.065	4.120	4.104	4.565
Bilateral	6.961	8.386	7.752	7.876	8.017	7.729	7.117	5.736	5.605
Multilateral	1.813	1.598	1.666	1.756	2.056	2.122	3.280	4.368	4.520
Capital em mora	285	296	289	279	91	91	99	132	132
Comercial	270	264	259	255	90	91	91	124	124
Bancos (Títulos e Obrigações)	6	7	5	12	5	5	5	5	5
Empresas (Provedores)	264	257	254	243	85	86	86	119	119
Bilateral	15	32	30	24	1	1	8	8	8
Multilateral	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Juros em mora	71	74	72	71	14	14	21	28	28
Comercial	69	59	66	65	14	14	21	27	27
Bancos (Títulos e Obrigações)	1	0	0	3	1	1	0	0	0
Empresas (Provedores)	69	58	65	62	13	13	21	27	27
Bilateral	2	15	6	6	0	0	1	1	1
Multilateral	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total da dívida externa incluindo atrasados	22.583	28.178	35.933	36.279	44.401	43.391	46.982	49.462	48.797
Comercial	13.786	18.143	26.474	26.612	34.324	33.535	36.575	39.350	38.663
Bancos (Títulos e Obrigações)	12.813	16.590	24.005	23.345	31.006	29.371	32.349	35.099	33.951
Empresas (Provedores)	974	1.553	2.470	3.267	3.317	4.163	4.226	4.250	4.712
Bilateral	6.978	8.433	7.788	7.906	8.018	7.730	7.126	5.744	5.614
Multilateral	1.813	1.598	1.666	1.756	2.056	2.122	3.280	4.368	4.520
Comissões	5,6	4,4	4,3	4,3	3,8	3,9	0,0	0,0	0,0
% Dívida Pública Externa no PIB	17,6	20,6	24,7	31,2	43,9	35,5	44,0	58,4	40
% Dívida Externa Total no PIB	28,9	32,8	33,2	45,3	59,7	49,0	57,4	77,8	55
Reservas Brutas / <i>Stock</i> da Dívida Externa	142,4	114,3	77,2	67,3	54,8	42,0	34,4	34,8	32
Posição da Dívida Externa Bruta	37.003	44.836	48.383	52.601	60.365	59.802	61.292	65.867	66.890

Fonte: BNA/DES.

É evidente no quadro, a redução do nível de atrasados (capital e juros em mora) entre 2012, que estava em USD 356 milhões (285+71) e 2018, em USD 120 milhões (99+21). Em 2019, os atrasados aumentaram para 160 milhões mantendo-se até ao primeiro semestre de 2020.

Quanto ao peso da dívida externa pública no PIB, este aumentou de 17,6% em 2012 para 58,4% em 2019, enquanto o rácio de cobertura das reservas cambiais brutas diminuiu para 34,8%.

Muitos angolanos não sabem em que projectos foram aplicados os empréstimos externos que o país contraiu nos últimos anos. O Governo tem o dever de informar a opinião pública nacional em que condições a dívida foi contraída, onde foi aplicada e qual tem sido o retorno económico ou social de tais projectos.

9.11 Reflexões sobre o acesso aos mercados financeiros internacionais

Muitos países desenvolvidos recorrem aos mercados financeiros internacionais, emitindo dívida, para financiar as suas necessidades. E os mercados existem para este fim, que é o de canalizar recursos dos agentes superavitários para os agentes deficitários, quer sejam empresas ou países.

A emissão de *eurobonds* que Angola lançou de USD 3 mil milhões a uma taxa de juro de quase 9% com maturidade acima dos 20 anos, no mercado internacional, foi a uma taxa de juro elevada, tendo em conta que outros países com menor risco conseguem emitir dívida a taxas mais competitivas.

Em Setembro de 2020, a Ministra das Finanças, Vera Daves, afirmou que as altas taxas de juros dos mercados internacionais inibem Angola a emitir novos *eurobonds*.

Conforme citado pelo *Novo Jornal*: “Sobre a ida aos mercados, temos de olhar para o contexto: se quisermos ir hoje aos mercados iríamos pagar preços absurdamente altos devido às condições económicas e de percepção relativamente à situação das nossas contas públicas”¹⁴⁶.

É evidente que o Governo está ciente da necessidade de se organizarem as contas públicas do país de uma forma transparente, para transmitir confiança aos mercados, podendo assim beneficiar de taxas de juros mais baixas.

O combate à corrupção e impunidade também contribui para melhorar a imagem do país nos mercados financeiros internacionais, podendo ter um impacto positivo na diminuição do risco-país, que é um dos factores tidos em conta na definição das taxas de juros.

¹⁴⁶ *Novo Jornal* online, (30 Novembro, 2020) <http://www.novojornal.co.ao/economia/interior/covid-19-angola-nao-vai-aos-mercados-porque-custo-e-absurdamente-alto-vera-daves-94856.html>

A melhoria do ambiente de negócios no país é de igual modo crucial para que se reduza o custo de fazer negócios, assegurando infra-estruturas de qualidade (água, energia, saneamento, estradas, portos, caminho-de-ferro, hospitais e escolas) que poderão atrair investidores para o sector não petrolífero e não diamantífero, que têm maior potencial de gerar emprego, diversificar as exportações e substituir as importações e garantir o crescimento económico que o país precisa para equilibrar as principais variáveis macroeconómicas.

O cumprimento das normas internacionais de *compliance* pela banca comercial nacional, o afastamento das pessoas politicamente expostas nas estruturas accionistas, o cumprimento da lei do branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo são outros factores importantes que podem facilitar o país a ter acesso aos mercados financeiros internacionais com taxas de juros mais competitivas.

10. BALANÇO DAS MEDIDAS DE POLÍTICA ECONÓMICA DEPOIS DE 2017

A Função Planeamento continuou a ser a dominante do enquadramento da economia nacional, apesar das tentativas de articulá-la com o Orçamento de Estado, enquanto expressão financeira do custo dos diversos programas e políticas que a integram. Este deve ser o caminho, pelo menos enquanto se entender que o Estado deve intervir no funcionamento do mercado (num entrecho de fraqueza da iniciativa privada, nomeadamente nacional), com o propósito de o estimular.

No entanto, o número das intervenções deve estar em consonância com a efectiva capacidade de as instituições públicas, definidoras das políticas de correcção/incentivo poderem executar os programas, as políticas e as medidas propostas. Mas o ponto crucial relaciona-se com o custo/eficácia e o custo/eficiência das intervenções do Estado, maximizáveis se as prioridades estiverem bem definidas e corresponderem à função de preferência estatal (ainda que distante da função de preferência colectiva).

A questão da definição de prioridades, para além de corresponder a uma prática salutar de governação – pois consente poupança de recursos financeiros, sempre escassos – limita a prática de tráfico de influência e facilita o escrutínio político sobre os resultados.

PROGRAMAS DE ACÇÃO DOS EIXOS PARA 2021				
Indicadores	Programas	Actividades	Objectivos	Metas
Desenvolvimento humano e bem-estar	23	5136	67	110
Desenvolvimento económico sustentável diversificado e inclusivo	20	777	45	106
Infra-estruturas necessárias ao desenvolvimento	10	941	33	63
Consolidação da paz, reforço do Estado democrático e de direito, boa governação, reforma do Estado e descentralização	8	253	18	34
Desenvolvimento harmonioso de território	6	1480	11	23
Garantia da estabilidade e integridade territorial de Angola e reforço do seu papel no contexto internacional e regional	3	163	8	9
Total	70	8750	182	345

Fonte: Ministério das Finanças, *Relatório de Fundamentação do OGE 2021*, p 95.

Com 70 programas de intervenção e 8750 actividades, o Estado não vai conseguir estimular a actividade económica, na medida em que a sua previsão de crescimento para 2021 é nula (a do FMI também não é muito melhor, 0,4%). Pertinentemente tem de se levantar dúvidas sobre a justeza (prioridades), eficiência e eficácia destas intervenções, em princípio estimuladoras do arranque/rearranque da actividade produtiva. Estes programas e actividades custarão 9086,7 mil milhões de Kwanzas, segundo o *Relatório de Fundamentação*, um valor médio de 129,8 mil milhões de Kwanzas por programa.

A FUNÇÃO DE PREFERÊNCIA ESTATAL NO SECTOR SOCIAL EM 2020						
Indicadores	Educação	Saúde	Protecção social	Recreação, Cultura e Religião	Habitação, Serviços comunitários	Protecção ambiental
Educação	1,0	1,1	2,1	3,6	18,5	64,9
Saúde	0,9	1,0	1,9	3,4	17,4	60,9
Protecção social	0,5	0,5	1,0	1,7	9,0	31,5
Recreação, Cultura e Religião	0,3	0,3	0,6	1,0	5,2	18,2
Habitação, Serviços comunitários	0,1	0,1	0,1	0,2	1,0	3,5
Protecção ambiental	0,0	0,0	0,0	0,1	0,3	1,0

Fonte: Cálculos do CEIC, com base no OGE.

A Cultura e Religião, a Habitação e a Protecção ambiental são as áreas orçamentais menos protegidas pelo Governo. A Protecção social segue a Educação e a Saúde na fila das preferências do Governo.

Retiram-se do citado *Relatório de Fundamentação* os diversos programas e a respectiva descrição.

10.1 Reanimação do sector produtivo e diversificação da economia

Com intuito de reanimar o sector privado e impulsionar a diversificação económica, além do PDN 2018-2022 e, no âmbito do PRODESI, o Executivo desenhou um conjunto de programas e medidas para melhorar o ambiente de negócios, em que se destacam:

i) PAC – Programa de Apoio ao Crédito

Este programa vem dar corpo às linhas mestras do PRODESI, sendo que se aplica aos projectos de investimento que contribuam, directa ou indirectamente, para a produção interna de bens essenciais. O programa visa viabilizar o acesso ao financiamento para os investimentos privados inseridos na cadeia de produção e comercialização de cinquenta e quatro bens da cesta

básica e outros bens prioritários de origem nacional inscritos no PRODESI. Para materialização deste programa, o Executivo assinou memorandos de implementação com oito bancos comerciais locais. Os bancos signatários comprometeram-se a disponibilizar Kz 141 mil milhões de crédito à economia real. O PAC está disponível para apoiar um conjunto de dezasseis tipos de operações, relacionadas com os cinquenta e quatro produtos prioritários do PRODESI.

ii) PROPRIV – Programa de Privatizações

O PROPRIV é um programa que está definido nas linhas orientadoras do Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022, no seu “Eixo 2 – Melhoria da Gestão das Finanças Públicas”. O PROPRIV deve ser conduzido com base na Lei n.º 10/19 de 14 de Maio, tendo em vista a promoção da estabilidade macroeconómica, o aumento da produtividade da economia nacional e o alcance de uma distribuição mais equitativa do rendimento nacional. A implementação do PROPRIV com sucesso é um dos principais desafios do processo de mudança para um novo paradigma de desenvolvimento em curso no país, assente na presença activa do sector privado nos principais sectores da economia. Neste sentido, os objectivos do programa assentam, sobretudo, na redução da participação do Estado na economia como produtor de bens e serviços, na promoção de condições favoráveis à iniciativa privada, ao investimento estrangeiro e aquisição de *know-how*, e no aumento da qualidade e diversidade de bens e serviços para a população.

iii) PIIM – Plano Integrado de Intervenção nos Municípios

O PIIM centra-se nos sectores de acção social, agricultura, pecuária, águas, educação, energia, infra-estruturas administrativas e autárquicas, pescas, saneamento básico, segurança e ordem pública e vias de comunicação. O Executivo consignou cerca de USD 2 mil milhões para o PIIM. O PIIM tem o objectivo de preparar as bases para a implementação das autarquias, para que os municípios tenham as condições mínimas para que os futuros autarcas possam dar seguimento aos trabalhos.

iv) PAPE – Plano de Acção para a Promoção da Empregabilidade (PAPE)

O objectivo primordial do PAPE é propiciar ferramentas que possam estimular a criação de emprego, na perspectiva de que os referidos empregos sejam criados e absorvidos pelo sector produtivo da economia e não propriamente pela administração pública. Para implementação do PAPE, o Estado aprovou um orçamento de 21 mil milhões de Kwanzas, correspondentes a USD 65,6 milhões, para ser implementado durante três anos, entre 2019-2021.

v) Reforço do Processo de Regularização de Atrasados

Esta iniciativa visa a redução das pressões de liquidez das empresas. Deverá também ter um impacto positivo para a economia real. O Executivo reconhece que o volume de atrasados internos, acumulados durante os últimos anos, constitui um grande fardo para a economia produtiva

e representa uma fraqueza do sistema de gestão das finanças públicas, afectando negativamente a economia.

Até final de 2019 foram regularizados 225 mil milhões de Kwanzas. Até final de Março de 2020 foram regularizados 120 mil milhões de Kwanzas; e até final de Junho de 2020 foram regularizados 81 mil milhões de Kwanzas.

10.2 Reforço na implementação do conteúdo sectorial do PDN 2018-2022

Durante o ano de 2021, a implementação do PDN 2018-2022 consubstanciar-se-á na materialização de várias políticas e dos seus respectivos programas de acção, conforme previsto no Plano Anual de Desenvolvimento Nacional de 2021. Pretende-se, igualmente em 2021, cumprir com rigor a implementação do orçamento na óptica programática.

10.3 Políticas e programas orçamentais para o sector social

a) Política da População

- i) Programa de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza.
- ii) Programa de Protecção e Promoção dos Direitos da Criança.
- iii) Programa de Promoção do Género e Empoderamento da Mulher.
- iv) Programa de Valorização da Família e Reforço das Competências Familiares.
- v) Programa de Desenvolvimento Integral da Juventude.

b) Política da Educação e Ensino

- i) Programa de Formação e Gestão do Pessoal Docente.
- ii) Programa de Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar.
- iii) Programa de Melhoria da Qualidade e Desenvolvimento do Ensino Primário.
- iv) Programa de Desenvolvimento do Ensino Secundário Geral.
- v) Programa de Melhoria e Desenvolvimento do Ensino Técnico-Profissional.
- vi) Programa de Intensificação da Alfabetização e da Educação de Jovens e Adultos.
- vii) Programa de Melhoria da Qualidade do Ensino Superior e Desenvolvimento da Investigação Científica e Tecnológica.
- viii) Programa de Acção Social, Saúde e Desporto Escolar.

c) Política do Desenvolvimento de Recursos Humanos

- i) Plano Nacional de Formação de Quadros.
- ii) Programa de Reforço do Sistema Nacional de Formação Profissional.
- iii) Programa de Estabelecimento do Sistema Nacional de Qualificações.

d) Política da Saúde

- i) Programa de Melhoria da Assistência Médica e Medicamentosa.
- ii) Programa de Melhoria da Saúde Materno-Infantil e Nutrição.
- iii) Programa de Combate às Grandes Endemias pela Abordagem dos Determinantes da Saúde.
- iv) Programa de Reforço do Sistema de Informação Sanitária e Desenvolvimento da Investigação em Saúde.

e) Política de Assistência e Protecção Social

- i) Programa de Apoio à Vítima de Violência.
- ii) Programa de Melhoria do Bem-Estar dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria.
- iii) Programa de Modernização do Sistema de Protecção Social Obrigatória.

f) Política de Habitação

- i) O Executivo vai continuar a promover o loteamento e infra-estruturação de reservas fundiárias, bem como a mobilização dos diversos actores para a sua participação no programa da habitação social, através da auto-construção dirigida.
- ii) Ainda no âmbito desta política, o Executivo perspectiva dotar de infra-estruturas todas as centralidades/urbanizações com casas já concluídas e não habitadas, assim como desenvolver, através de Parcerias Público-Privadas (PPP), novas centralidades/urbanizações de modo a aumentar a oferta de habitações.

g) Política de Cultura

- i) Programa de Valorização e Dinamização do Património Histórico e Cultural.
- ii) Programa de Fomento da Arte e das Indústrias Culturais e Criativas.
- iii) Política de Desporto.
- iv) Programa de Generalização da Prática Desportiva e Melhoria do Desporto de Rendimento.

Políticas e Programas Orçamentais para o Sector Económico

a) Política de Sustentabilidade das Finanças

- i) Programa de Melhoria da Gestão das Finanças Públicas.

b) Política de Ambiente de Negócios, Competitividade e Produtividade

- i) Programa de Melhoria do Ambiente de Negócios e Concorrência.
- ii) Programa de Melhoria da Competitividade e Produtividade.
- iii) Programa de Melhoria do Sistema Nacional da Qualidade.
- iv) Programa de Promoção da Inovação e Transferência de Tecnologia.

c) Política de Fomento da Produção, Substituição de Importações e Diversificação das Exportações

- i) Programa de Apoio à Produção, Substituição das Importações e Diversificação das Exportações.
- ii) Programa de Fomento da Produção Agrícola.
- iii) Programa de Fomento da Produção Pecuária.
- iv) Programa de Fomento da Exploração e Gestão Sustentável de Recursos Florestais.
- v) Programa de Melhoria da Segurança Alimentar e Nutricional.
- vi) Programa de Exploração Sustentável dos Recursos Aquáticos Vivos e do Sal.
- vii) Programa de Desenvolvimento da Aquicultura Sustentável.
- viii) Programa de Desenvolvimento e Modernização das Actividades Geológico-Mineiras.
- ix) Programa de Desenvolvimento e Consolidação da Fileira do Petróleo e Gás.
- x) Programa de Fomento da Produção da Indústria Transformadora.
- xi) Programa de Desenvolvimento de Indústrias da Defesa.
- xii) Programa de Desenvolvimento Hoteleiro e Turístico.

d) Política de Sustentabilidade Ambiental

- i) Programa de Alterações Climáticas.
- ii) Programa de Biodiversidade e Áreas de Conservação.
- iii) Programa de Ordenamento do Espaço Marinho e Saúde do Ecossistema.
- iv) Programa de Prevenção de Riscos e Protecção Ambiental.

e) Política de Emprego e Condições de Trabalho

- i) Programa de Reconversão da Economia Informal.
- ii) Programa de Promoção da Empregabilidade.
- iii) Programa de Melhoria da Organização e das Condições de Trabalho.

Políticas e Programas Orçamentais para o Sector de Infra-Estruturas**a) Política de Transporte e Logística**

- i) Programa de Modernização e Desenvolvimento da Actividade de Transportes.
- ii) Programa de Desenvolvimento e Melhoria das Infra-Estruturas de Transportes.
- iii) Programa de Expansão do Transporte Público.
- iv) Programa de Desenvolvimento da Logística e da Distribuição.
- v) Programa de Rede Nacional de Plataformas Logísticas.
- vi) Programa de Desenvolvimento e Operacionalização da Rede de Armazenagem, Distribuição e Comercialização de Bens Alimentares.

b) Política de Energia Eléctrica

- i) Programa de Expansão do Acesso à Energia Eléctrica nas Áreas Urbanas, Sedes de Município e Áreas Rurais.
- ii) Programa de Consolidação e Optimização do Sector Eléctrico.

c) Política de Água e Saneamento

- i) Programa de Expansão do Abastecimento de Água nas Áreas Urbanas, Sedes de Município e Áreas Rurais.
- ii) Programa de Desenvolvimento e Consolidação do Sector da Água.
- iii) Programa de Saneamento Básico.

d) Política de Comunicações

- i) Programa de Desenvolvimento de Infra-Estruturas de Telecomunicações e Tecnologias de Informação.

Políticas e Programas Orçamentais para o Sector Institucional**a) Política de Reforço das Bases da Democracia e da Sociedade Civil**

- i) Programa de Melhoria do Serviço Público Nacional de Comunicação Social.
- ii) Programa de Promoção da Cidadania e da Participação dos Cidadãos na Governação.

b) Política de Boa Governação, Reforma do Estado e Modernização da Administração Pública

- i) Programa de Aprofundamento da Reforma da Administração Pública.
- ii) Programa de Capacitação Institucional e Valorização dos Recursos Humanos da Administração Pública.
- iii) Programa de Reforma e Modernização da Administração da Justiça.
- iv) Programa de Reforço do Combate ao Crime Económico, Financeiro e à Corrupção.

c) Política de Descentralização e Reforço do Poder Local

- i) Programa de Desconcentração Administrativa e Financeira.
- ii) Programa de Descentralização e Implementação das Autarquias Locais.
- iii) Programa de Reforma da Administração Local e Melhoria dos Serviços Públicos a Nível Municipal.

Políticas Transversais e Respetivos Programas Orçamentais**a) Política de Desenvolvimento Harmonioso do Território**

- i) Programa de Melhoria do Sistema Geodésico e Cartográfico Nacional.
- ii) Programa de Construção e Reabilitação de Infra-Estruturas Rodoviárias.
- iii) Programa de Construção e Reabilitação de Edifícios Públicos e Equipamentos Sociais.
- iv) Programa de Desminagem.
- v) Programa de Desenvolvimento da Rede Urbana.

Uma das dúvidas sistemáticas relaciona-se com a capacidade de os Governos do MPLA conseguirem levar à prática programas com estas características, com um número quase infindável de medidas, não escudadas em sistemas estatísticos de controlo de custos e de efeitos.

11. A INTEGRAÇÃO ECONÓMICA INTERNA – A GRANDE OPORTUNIDADE DA COVID-19

11.1 Vectores da economia integrada

Entende-se por uma economia integrada, aquela que apresenta uma elevada capacidade de aproveitamento das relações inter-sectoriais, ou seja, em que a matriz dos coeficientes técnicos de produção se apresenta a mais completa possível. Em termos práticos significa que os sectores de actividade económica fazem parte duma malha de dependências virtuosas cujo resultado final é o de se obter o máximo valor acrescentado interno.

Mas a integração duma economia também tem uma vertente espacial e que em Angola assume uma importância imensa, dados os desequilíbrios existentes entre o litoral e o interior. Enquanto numa perspectiva sectorial, a integração visa aumentar a cadeia interna de transformação, dum ponto de vista espacial o que se pretende é levar o crescimento e o desenvolvimento às zonas mais afastadas dos centros económicos e institucionais, como forma de diminuir as desigualdades sociais.

A integração espacial também apela ao princípio constitucional da “unidade nacional”, no sentido de se levar o máximo de desenvolvimento a todo o território nacional e repartir os custos associados duma forma equilibrada. A reconciliação nacional – exigida, não apenas como corolário do fim da guerra civil – tem igualmente a ver com os equilíbrios étnicos necessários para a construção de um sentimento colectivo de pertença à mesma Nação. E isto passa pelo seu envolvimento nas tarefas e estratégias de crescimento e de desenvolvimento.

Ainda que não exista uma matriz de contabilidade económica regional/provincial é, no entanto, possível, através de estatísticas disponíveis sobre localização geográfica das actividades empresariais, verificar que as províncias mais recônditas do país (nordeste: Lundas, Moxico e Cuando Cubango; centro-leste: Malanje e Bié; sul escondido: Cunene) são as mais pobres, as mais desempregadas e as mais afastadas de um cenário positivo de partilha de rendimento e de obtenção de condições aceitáveis de vida¹⁴⁷.

¹⁴⁷ Alves da Rocha – *Desigualdades e Assimetrias Regionais em Angola – Os Factores de Competitividade Territorial*, 2.^a edição, Universidade Católica de Angola/Centro de Estudos e Investigação Científica, 2010.

O CEIC publicou, em 2019, um livro intitulado *Desenvolvimento Económico Regional em Angola*, onde se estudam e clarificam as debilidades do modelo de crescimento e se avançam propostas atinentes a um crescimento menos assintótico do território nacional¹⁴⁸. Da sua introdução copia-se: “São conhecidas as assimetrias regionais no país ¹⁴⁹, não tendo havido modelo de crescimento que as atenuasse: o interior é cada vez mais interior (incapaz de atrair investimento privado, inapto de reter população economicamente activa, muito distante dos padrões de vida médios do país, afastado das grandes, decisivas e estratégicas decisões sobre o desenvolvimento económico) e o litoral com argumentos cada vez mais convincentes para reunir as condições para a sustentabilidade do seu crescimento económico.

A Lei do Investimento Privado não vai ser suficiente para inverter as tendências de concentração da iniciativa privada nas zonas que actualmente mostram condições de competitividade bastante acima da média nacional, nem mesmo para diversificar as estruturas produtivas das províncias (ou mesmo regiões se se considerarem “afinidades” naturais entre si). Por exemplo, a região Luanda/Bengo concentra mais de 56% de toda a indústria transformadora, em nítido contraste com a região centro/leste (Malanje, Lundas, Cuanza Norte e Moxico), onde se encontram menos de 7% das empresas dedicadas à manufactura.

E a relevância é ainda maior ao pensar-se ser a transformação de matérias-primas a de maior valor agregado para as economias, aumentando o emprego e os rendimentos nacionais. Juntando ao eixo Luanda/Bengo a zona centro/oeste (Cuanza Sul, Benguela, Huambo e Namibe), a concentração torna-se absurda (80%), deixando-se massas importantes de população confinadas à agricultura das regiões mais interiores.

As assimetrias são igualmente válidas para o emprego, com cerca de 70% localizado naquelas regiões.

Quanto ao rendimento nacional – o elemento crucial do poder de compra e, consequentemente, da capacidade de gerar uma procura crítica para a rendibilidade dos investimentos – as desproporções são do mesmo modo notáveis, rubricando Luanda mais de 75%. Juntando-se Benguela e Cuanza Sul, a concentração de rendimentos no litoral do país pode atingir a cifra de 90%! Entre a província de maior rendimento médio por habitante (Luanda) e a de menor (Moxico), medeia uma diferença de 74 vezes, obviamente a favor da primeira.

¹⁴⁸ Ana Duarte e Regina Santos – *Desenvolvimento Económico Regional em Angola*, Angola Catholic University Press, 2019.

¹⁴⁹ Alves da Rocha – *Desigualdades e Assimétricas Regionais em Angola – Os Factores de Competitividade Territorial*, 2.ª edição, Universidade Católica de Angola/Centro de Estudos e Investigação Científica, 2010. Este estudo está em processo de actualização, esperando-se a publicação da 3.ª edição em 20 de Novembro de 2021.

Fica, portanto, claro que o modelo e a política de descentralização têm de se munir de instrumentos mais poderosos e convincentes para que as autarquias possam ter alguma possibilidade de sobrevivência económica. Os investimentos públicos podem ter aqui um papel importante a desempenhar, mormente nesta nova época de redução das influências e interferências políticas na escolha dos gastos públicos, tão do agrado da governação anterior. A decisão da localização geográfica dos empreendimentos públicos tem de obedecer a critérios claros de eficiência económica e de capacidade de ajudarem a melhorar as condições de vida das populações.

As autarquias encerram algum potencial económico capaz de reduzir, em alguma medida, as desigualdades de rendimento, geração de empregos e criação de empresas verificadas presentemente?

Ou corresponderão apenas a propósitos de natureza política relacionados com as aspirações das populações de maior autonomia e acrescida intervenção na definição das opções sobre os seus destinos?

Qual a efectiva capacidade de através das autarquias se atrair actividade económica e fixá-la, tornando-a sustentável?

Qual o balanço custo/benefício de se organizar territorialmente o país em unidades administrativas de dimensões diferentes e, conseqüentemente, com capacidades diferenciadas de atracção de actividade económica?

Pode-se aceitar que a ênfase nos aspectos económicos possa ser um exagero. No entanto, tem de se concordar com as abordagens sobre a localização espacial das fábricas, explorações agrícolas e outras actividades produtivas baseadas nas conhecidas economias de aglomeração.

Alguns economistas estabeleceram as condições em que as unidades produtivas se tornam mais eficientes quando se concentram em regiões com um mercado maior, em número de consumidores e de poder de compra. É nesta perspectiva que se pode e deve falar sobre a rentabilidade da regionalização. Poder de compra e massa crítica de procura endógena de cada região são os maiores chamamentos para os investimentos privados, que, obviamente, procuram o lucro e o ressarcimento dessas aplicações de capital.

Acrescem aspectos relacionados com os custos de transportes dos bens e da informação (sobretudo do primeiro, nesta fase de desenvolvimento tecnológico incipiente da maior parte dos municípios). Se forem suficientemente baixos, as empresas poderão disfrutar de economias de escala, derivadas da concentração geográfica da produção e de custos de entrega baixos.

Paul Krugman defende que num país bem dotado de estradas, com custos de transporte baixos, a localização óptima de um estabelecimento produtivo passa a obedecer a outros critérios, como pequenas diferenças espaciais nos custos de produção.

Para que estas condições existam, a rede de estradas tem de estar à altura de proporcionar capacidade de fixação de investimentos e actividade económica. O estado de degradação das chamadas redes secundária e terciária coloca, logo à partida, muitos municípios fora da disputa dos investimentos privados. E mesmo os investimentos públicos, de acordo com os critérios de escolha e localização definidos pelas instituições do Estado, não se têm constituído num factor de desvio de empreendimentos produtivos para os municípios mais deles carentes. Dir-se-ia que a opção do Estado tem sido a de colocar os empreendimentos públicos infra-estruturais à disposição de zonas e territórios onde o índice de concentração de produção e prestação de serviços é maior. Uma forma de transmitir maior rendibilidade aos investimentos privados. Com evidente prejuízo de áreas territoriais afastadas dos centros urbanos e cada vez mais marginalizadas dos processos de crescimento do valor agregado. Agravam, deste modo, a sua condição de marginais do desenvolvimento e fornecedores de mão-de-obra e matérias-primas desvalorizadas. Quanto mais pequena a extensão territorial, maiores os desconfortos económicos.

Outro aspecto delicado relaciona-se com a densidade populacional, outro elemento da dimensão dos mercados. A fraquíssima densidade populacional de muitos municípios, mormente do interior, desconecta-os do todo nacional, votando-os a actividades económicas primitivas e de quase subsistência e à margem da civilização, tornando-se apetentes à ocupação estrangeira da parte dos países fronteiriços. A questão que está aqui em discussão é a da política demográfica do país, da dimensão populacional óptima e da desertificação de amplas zonas do interior. Mas a fraca dimensão populacional relativa também influencia a localização dos serviços de justiça, saúde e educação: as economias de escala e as poupanças públicas dependem, afinal, da quantidade de utilizadores de cada município.

Acresce ainda que as oportunidades de investimento em Angola, na sua perspectiva provincial, acabam por ser todas semelhantes, mesmo que se possam identificar vantagens competitivas naturais relacionadas com as características idiossincráticas de cada província, tais como recursos minerais, florestas, mar, terras aráveis, pecuária, belezas naturais, incidências histórico-culturais, disponibilidade de água, etc. No entanto, e de acordo com algumas evidências empíricas reveladas por estudos adrede elaborados e mesmo com a evolução do pensamento económico, parece que as vantagens competitivas construídas acabam por se impor e mostram-se mais determinantes do que as naturais. Se assim não fosse, dificilmente se explicariam os casos de sucesso económico permanente e sistemático de países como Suíça, Áustria, Japão e mesmo a República da Coreia.

Evidentemente que mais vale se terem recursos naturais do que não. A questão está em como os aproveitar e inserir nos diferentes sistemas produtivos e modos de produção. E o caso do petróleo é paradigmático e a doença holandesa o exemplo mais acabado de utilização deficiente, desequilibrada e em favor de classes empresário-políticas dominantes de recursos minerais não renováveis. A começar pela Holanda, os efeitos dilacerantes do rent seeking estenderam-se aos países em desenvolvimento ricos neste recurso mineral, mas que não têm as

capacidades de resiliência duma Holanda, assentando o seu crescimento em estruturas produtivas débeis, desequilibradas, sem capital humano, sem capacidade tecnológica e sem matrizes de relacionamento intersectorial agregadoras de valor e criadoras de emprego.

Valem estas considerações para referir que, internacionalmente ou internamente dentro de cada país, são outras as valências que acabam por distinguir os países entre si e as regiões (províncias no caso de Angola) no seu interior, aparecendo hoje como diferenciadoras e fonte de progresso, o capital humano, o capital institucional, o capital social e o capital empresarial. Havendo-os, as oportunidades de investimento serão em maior número e a capacidade de atracção do sector privado mais relevante. E a explicação é simples: o capital humano, por exemplo, é, até hoje e no contexto das Teorias do Desenvolvimento Económico Endógeno, o único factor com rendimentos à escala crescentes, ao contrário da terra, do capital físico e do trabalho indiferenciado. As províncias do país que conseguirem aliar à sua disponibilidade de recursos naturais a estas valências, seguramente que vão conseguir transformar potencialidades de crescimento em realidades efectivas, criando-se mais emprego, melhorando-se o consumo das famílias e até promovendo transformações nas suas forças produtivas e relações de produção.

O capital humano é recorrentemente referido em Angola enquanto necessidade para o desenvolvimento económico e o progresso social. Verdade de La Palisse. Porém, e por vezes, muitas das entidades privadas e públicas e mesmo individualidades ao referirem-no não têm a dimensão da sua importância estratégica, fazendo-o apenas por uma questão de moda (tal como a diversificação e mesmo a substituição das importações). Por exemplo, as províncias que em Angola forem capazes de oferecer aos investidores privados um sistema de ensino primário permanente, extensivo e de qualidade terão afinal construído uma agenda de competitividade para si próprias.

O ensino primário é o berço do desenvolvimento, é onde tudo começa e sendo de qualidade os efeitos de arrastamento a jusante são incomensuráveis, em especial sobre a produtividade geral do trabalho. Mas também sobre os parâmetros de aferição do ensino técnico e universitário.

Aliás, com capital humano de qualidade – até parece uma redundância, porque capital humano não pode deixar de ter qualidade, pela sua própria definição – a investigação, fundamental e aplicada, acabam por ser um seu corolário. A inovação, associada à investigação fundamental e aplicada, é o factor essencial da Teoria do Desenvolvimento Económico de Joseph Schumpeter, um dos mais brilhantes economistas de todos os tempos, com a sua “invenção” da “destruição criadora”.

As províncias devem compreender de que forma podem promover o aparecimento dos empresários à Schumpeter, inovadores, abertos ao risco, vocacionados para a inovação e portadores de futuro. É ao capital humano e ao capital empresarial que compete a assumpção deste processo de revolução das bases produtivas para o crescimento.

A explosão universitária depois de criadas as regiões universitárias do país (novamente em profundo reajustamento, segundo o anúncio da Ministra titular da Pasta do Ensino Superior), foi uma tentativa, correcta do meu ponto de vista, de se ajustar os perfis do trabalhador especializado às características de cada província e de se tentar travar os fluxos migratórios em direcção às cidades grandes do litoral. Este pode ser um caso de adaptabilidade das características deste factor de produção às vantagens comparativas naturais de cada província.

A maximização desta vantagem natural, pela via da qualificação dos recursos humanos em determinadas especialidades e valências, pode passar pela construção de pontes de colaboração com outros países africanos em matérias de formação, investigação e inovação.

Quanto à diversificação da economia, os processos adjacentes e envolventes são complexos, tributários de políticas macroeconómicas de reposição e garantia dos equilíbrios fundamentais (inflação, taxa de câmbio, défice fiscal, défice corrente) e microeconómicas de persuasão sobre o investimento privado. A “boa diversificação” – conceptualmente é errada esta diferença entre boa e má diversificação, mas do ponto de vista prático pode ajudar a melhor explicar e compreender os seus aspectos essenciais – fundamenta-se na competitividade, relacionada com a disponibilidade de recursos naturais diferenciadores e na quantidade e qualidade dos factores de produção disponíveis ou então criada na base do capital físico – infra-estruturas económicas e sociais –, do capital humano e do capital institucional.

São estes os domínios diferenciadores entre as províncias, quando a Constituição da República é tremendamente centralista e as políticas económicas de apoio aos sectores produtivos são centralmente definidas.

A diversificação dos tecidos produtivos provinciais tem uma relação estreita com a descentralização administrativa e financeira em curso e quanto mais esta se aprofundar maior será a liberdade dos governos provinciais para tentarem maximizar as vantagens naturais ou adquiridas existentes nas suas regiões e áreas de influência.

A diversificação da economia nacional tem de ser o resultado da diversificação dos tecidos produtivos provinciais, ou então não o será de todo.

Se a desconcentração e a descentralização, actualmente em processo de implementação, possibilitarem a definição de políticas económicas regionais/provinciais próprias e específicas, então o apoio ao crescimento económico de cada uma delas poderá ser mais efectivo, racional e eficiente (do que resultarão actividade económica, lucros, salários e impostos para as realizações sociais). E um dos domínios de experimentação pode ser o dos processos de autorização dos investimentos públicos em cada uma das províncias”.

Quanto mais integrada – sectorial e espacialmente –, a economia apresenta uma maior capacidade de responder aos desafios do desenvolvimento sustentável.

No contexto introdutório anterior, os elementos estruturantes duma economia interna sectorial e espacialmente integrada são:

- Redes eficientes de produção, transporte e distribuição de electricidade e água que reduzam os custos operacionais de produção, melhorem a qualidade de vida da população e reduzam as disparidades regionais.
- Sistemas de transportes rodoviários, ferroviários e marítimos que diminuam os custos empresariais, incrementem a produtividade microeconómica e promovam a livre circulação de pessoas e bens.
- Eixos e pólos e crescimento, difusores de efeitos de irradiação do desenvolvimento.
- Ocupação sustentável dos espaços rurais, com base numa expansão adequada dos recursos agrícolas, florestais, minerais e turísticos.
- Garantia de acesso à terra e à actividade de transumância.
- Sistemas de inovação – tecnológica, de organização e de gestão – que aperfeiçoem o aproveitamento das matérias-primas, dos produtos intermédios e da mão-de-obra, aumentem a produtividade e melhorem a competitividade.
- Instrumentos jurídicos e institucionais que promovam a concorrência leal – baseada na capacidade empreendedora dos agentes económicos – em domínios como a concorrência e os preços, a cobertura do risco do financiamento bancário, o crédito hipotecário, a preservação do ambiente, etc.
- Sistemas financeiros de apoio ao investimento privado, que promovam e facilitem o investimento produtivo em qualquer sector e província.
- Serviços de apoio ao empresariado privado, em domínios de identificação de oportunidades de negócios, de avaliação de projectos, de sistematização de informação sobre mercados, tecnologia e inovação.

Alguns critérios/indicadores podem ser delimitados para a consideração/avaliação de projectos e iniciativas públicas e privadas atinentes à construção duma economia interna integrada, na perspectiva definida mais atrás.

Assim:

- a) Para os projectos públicos de infra-estruturas económicas – afinal o capital físico fundamental para facilitar a integração sectorial e regional da economia – o critério deve ser o dos efeitos sobre o aumento da oferta de bens e serviços e o indicador, o aumento de produção e o incremento no investimento privado (nacional e regional).

- b)** Para os projectos públicos voltados para a ocupação sustentável dos espaços rurais, o critério deve ser o do impacto sobre os beneficiários e a preservação do ambiente e o indicador, o aumento da produção agrícola e a melhoria dos rendimentos.
- c)** Para os projectos públicos virados para a criação de condições estruturantes para o aumento do investimento privado, tais como os pólos de crescimento e os parques e zonas industriais, o critério deve ser o do impacto na redução das assimetrias territoriais e o indicador, o aumento da produção e do investimento nas regiões do interior.
- d)** Para as acções institucionais tendentes a melhorar o clima macroeconómico e o funcionamento dos sistemas de educação, saúde e judicial, os critérios devem ser o da sua adequação aos objectivos de regulação macroeconómica e o indicador de observação, a taxa de inflação.

A construção de uma economia internamente integrada depende de alguns factores, entre os quais se destacam: poder de compra das famílias (o mesmo é dizer, o papel do consumo privado final) e dimensão do consumo intermédio (ou seja, da densidade de relações intersectoriais, de efeitos multiplicadores e de contágio, sectoriais e regionais). Claro, o investimento é importante. No entanto, sem procura final e procura intermédia, nacional e provincial, produzir-se-á para quem? Para a exportação só dentro de 10 anos (na melhor das hipóteses) o país terá condições de disputar mercados internacionais, mesmo em produtos para os quais disponha de uma competitividade aparente¹⁵⁰. O mesmo se passa com a criação de empresas em Angola. O INE, no seu Anuário de Empresas 2016-2019¹⁵¹ afirma: “O tecido empresarial angolano, em termos de número de unidades registadas, observou uma tendência sempre crescente ao longo do período 2016 a 2019”. Tal como se mostra mais adiante, o ritmo de criação de unidades empresariais – sempre positivo durante o período assinalado – contrasta vivamente com a recessão económica ocorrida nesse mesmo espaço de tempo, o que coloca a questão “criar empresas afinal para quê?”.

TAXAS DE CRESCIMENTO (%)			
Indicadores	2017	2018	2019
Empresas constituídas	9,8	11,1	8,9
Aguardam início	10,9	13,3	10,2
Em actividade	7,1	6,7	6,2
Encerradas	14,1	-5,3	-0,9
Taxa crescimento PIB (%)	-0,2	-1,7	-0,6

Fonte: INE, Anuário de Empresas, 2016-2019.

¹⁵⁰ Ver *Relatório Económico de Angola 2015* – “Análise da Competitividade da Economia Angolana na SADC”, CEIC, 2015.

¹⁵¹ INE – Anuário Estatístico das Empresas, 2016-2019, Luanda, 2020.

Em 2019, existiam constituídas 202 496 unidades empresariais em Angola, das quais apenas 27% em actividade, aguardando início ou encerradas as restantes 73%, ou sejam, 146 539 empresas.

MOVIMENTO DAS EMPRESAS (%)				
Indicadores	2016	2017	2018	2019
Empresas constituídas	152 359	167 330	185 897	202 496
Aguardam início	104 088	115 472	130 858	144 210
Em actividade	46 096	49 376	52 689	55 957
Encerradas	2175	2482	2350	2329

Fonte: INE, Anuário de Empresas, 2016-2019.

ESTRUTURA DO MOVIMENTO DAS EMPRESAS (%)				
Indicadores	2016	2017	2018	2019
Empresas constituídas	100,0	100,0	100,0	100,0
Aguardam início	68,3	69,0	70,4	71,2
Em actividade	30,3	29,5	28,3	27,6
Encerradas	1,4	1,5	1,3	1,2

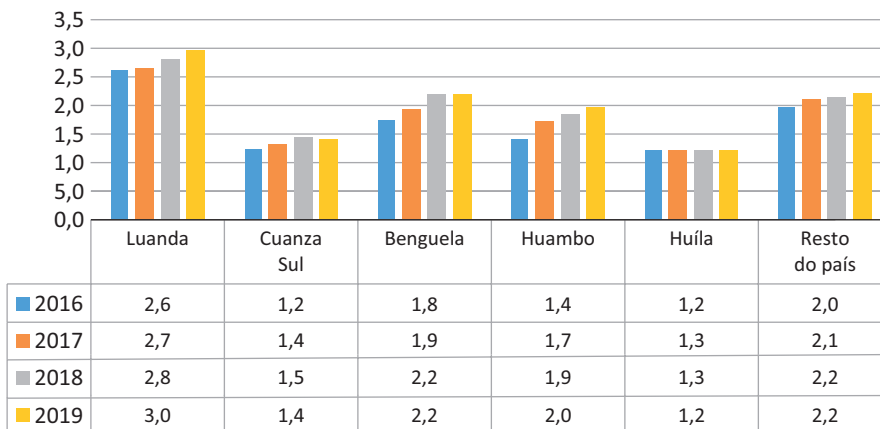
Fonte: INE, Anuário de Empresas, 2016-2019.

Não se entende cabalmente a dispersão entre empresas em actividade e empresas que aguardam o seu início: burocracias impeditivas do seu cabal funcionamento (depois de constituídas), ou entraves relacionados com obtenção de financiamentos, de matérias-primas (importadas e nacionais) e de mão-de-obra especializada?

RÁCIOS DE CORRELAÇÃO AGUARDANDO/EM ACTIVIDADE				
Províncias	2016	2017	2018	2019
Luanda	2,6	2,7	2,8	3,0
Cuanza sul	1,2	1,4	1,5	1,4
Benguela	1,8	1,9	2,2	2,2
Huambo	1,4	1,7	1,9	2,0
Huíla	1,2	1,3	1,3	1,2
Resto do país	2,0	2,1	2,1	2,2

Fonte: INE, Anuário de Empresas, 2016-2019.

RÁCIOS DE CORRELAÇÃO AGUARDANDO/EM ACTIVIDADE



Fonte: INE, Anuário de Empresas, 2016-2019.

As discrepâncias são muito significativas em Luanda e assinaláveis em Benguela. No resto do país, as diferenças são também importantes, mas mais difíceis de comentar porque conglomeram espaços territoriais de características diferentes (por exemplo, Cabinda, Uíge e Malanje).

A integração sectorial de uma qualquer economia depende das articulações entre os sectores de maiores e mais densas cadeias de produção de valor, como a agricultura (e ramos conexos), a construção, a transformadora e a energia.

Áreas de actividade como o comércio, transportes e circuitos de distribuição e intermediação financeira colocam-se a montante e a jusante para contribuir para o seu funcionamento. Não é, ainda. Essa é a realidade do país: *“Considerando a distribuição de empresas nos diferentes ramos de actividade, em 2019, classificadas por Secção da Classificação de Actividades Económicas (CAE) Rev.2, permanecem em destaque o “Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos”, “Alojamento e restauração (restaurantes e similares)”, “Construção”, “Indústrias transformadoras” “Actividades administrativas e serviços de apoio”, “Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares”, e “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” com 49,3%, 9,1%, 5,6%, 5,5%, 5,1%, 4,6% e 4,0%, respectivamente”¹⁵².*

O equilíbrio regional interno continua a não existir, podendo admitir-se ser consequência da liberdade empresarial de localização das suas empresas nos espaços territoriais mais aptos a rapidamente conferirem retornos dos investimentos. Seguramente que não são províncias como as Lundas, Moxico e Cuando Cubango as propícias a isso.

¹⁵² INE – Anuário Estatístico das Empresas, 2016-2019, Luanda, 2020.

Quanto mais distantes se encontrarem dos centros nevrálgicos do poder político e financeiro, mais afastadas estarão das oportunidades de criarem crescimento económico e colaterais, como o emprego e a redução da pobreza.

ÍNDICES DE CONCENTRAÇÃO (% DO TOTAL)								
Províncias	2016		2017		2018		2019	
	Aguardam início	Em actividade	Aguardam início	Em actividade	Aguardam início	Em actividade	Aguardam início	Em actividade
Luanda	67,2	57,7	66,4	58,3	67,0	58,9	68,4	59,2
Cuanza Sul	2,4	4,5	2,6	4,5	2,6	4,4	2,4	4,3
Benguela	6,2	7,9	6,4	7,7	6,7	7,5	6,0	7,0
Huambo	2,8	4,4	3,0	4,1	3,1	4,1	3,1	4,0
Huíla	2,3	4,2	2,2	4,2	2,2	4,3	2,1	4,4
Resto do país	19,1	21,3	19,3	21,2	18,4	20,8	18,1	21,2

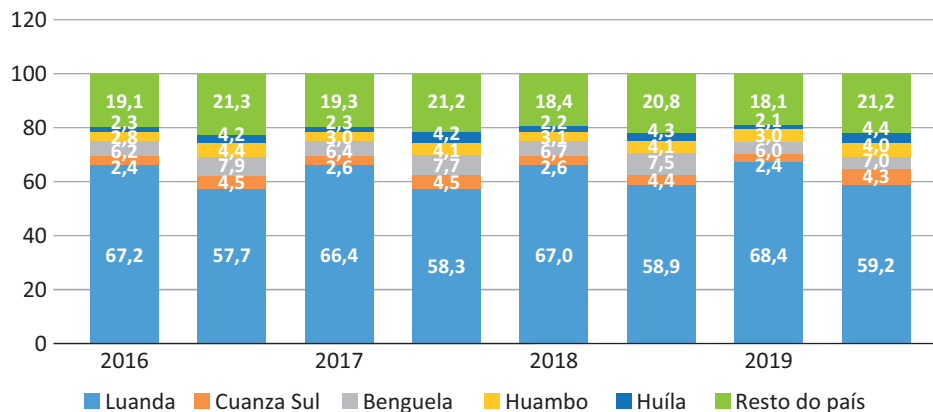
Fonte: INE, Anuário de Empresas, 2016-2019.

A concentração da actividade empresarial em Luanda tem-se agravado de 2016 para 2019 – de resto, uma tendência assinalada desde o tempo da guerra civil, no contexto da qual a capital do país e outras grandes cidades ofereciam condições de vida e de segurança, inexistentes nas províncias do interior, mais próximas do efectivo teatro das operações militares – captando nesse último ano praticamente 60% das preferências dos empresários. Em contrapartida, todas as restantes províncias, seleccionadas no *bouquet* de cinco, perderam representatividade no contexto do país e das empresas em actividade.

Estas diversidades são suficientes para se perceber a necessidade e a importância da descentralização (acompanhada de desconcentração) administrativa e de políticas económicas, sem as quais não se poderão aproveitar as idiosincrasias próprias de cada região e as suas vantagens comparativas naturais (como se referia anteriormente).

Tem de se encarar – nos limites da Constituição da República e do princípio da unidade territorial – a autonomia na configuração de programas de desenvolvimento atinentes a reduzir os desequilíbrios provinciais e regionais.

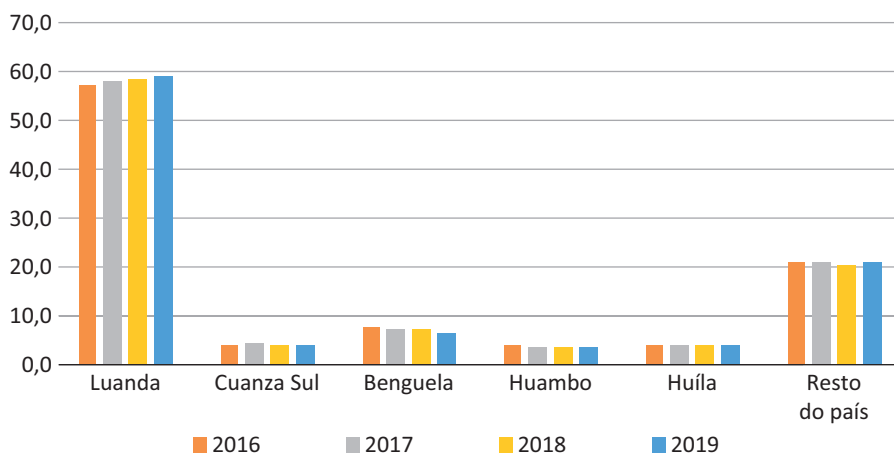
DINÂMICAS DE MUDANÇAS ESTRUTURAIS DA LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DAS EMPRESAS



Fonte: INE, Anuário de Empresas, 2016-2019.

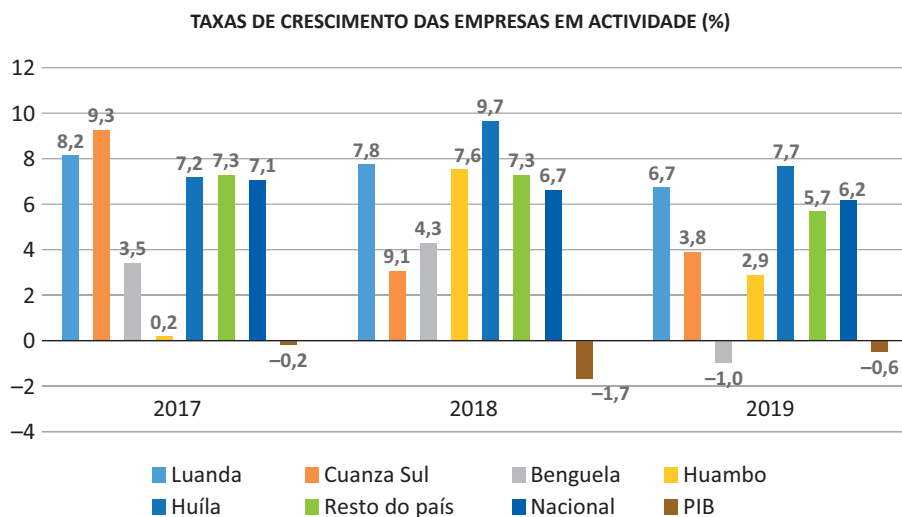
As empresas em actividade – as que afinal criam valor agregado, emprego e rendimento – encontram-se, na sua maioria, sediadas em Luanda.

CONCENTRAÇÃO GEOGRÁFICA DAS EMPRESAS EM ACTIVIDADE



Fonte: INE, Anuário de Empresas, 2016-2019.

Em todas as províncias angolanas, a dinâmica de evolução das empresas em actividade suplantou a do PIB.



Fonte: INE, Anuário de Empresas, 2016-2019.

Em Angola, os riscos para a retoma do crescimento económico serão acrescidos pelo aumento da pobreza e a continuação do modelo de redistribuição do rendimento que ainda não sofreu ajustamentos de monta, permanecendo o essencial da desigualdade proveniente da governação anterior.

O PIB por habitante vai continuar em valores baixos até 2023, estimando-se para 2020 um valor de USD 2014 e prevendo-se para 2021 um valor de USD 1920¹⁵³.

Mas o mais sério é que os incrementos anuais desta grandeza vão sistematicamente diminuindo até final da presente legislatura, permitindo, portanto, concluir-se que o crescimento económico não vai gerar rendimento suficiente para distribuir mais e melhorar as condições de vida da população¹⁵⁴.

Como se tem pontualizado nos diferentes Relatórios Económicos e Sociais do CEIC, os angolanos empobrecem a cada ano que passa, um péssimo sintoma para a criação de um mercado interno de dimensão razoável que sustente a substituição das importações.

¹⁵³ Fundo Monetário Internacional, Relatório de Avaliação de Angola.

¹⁵⁴ Incrementos anuais do PIB por habitante em USD: 2018 = -621; 2019 = -400; 2020 = 97; 2021 = 6.

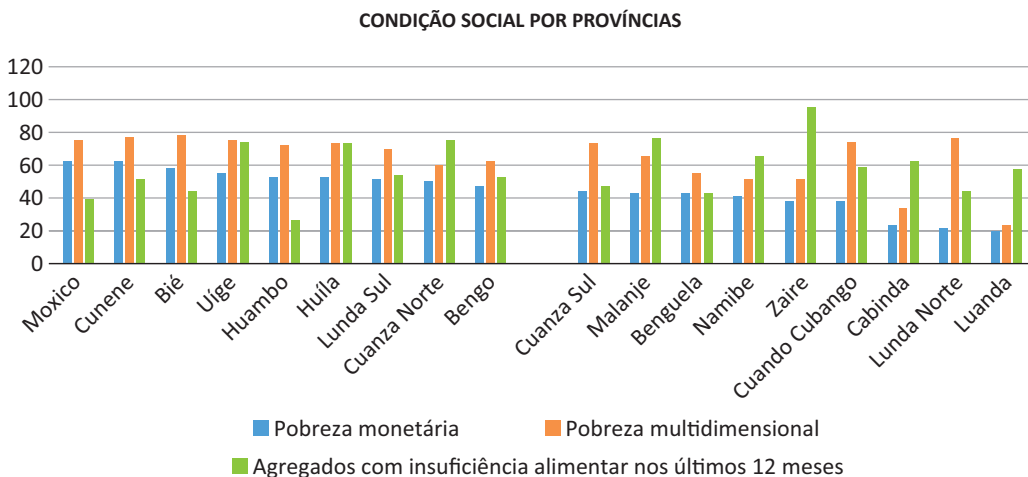
11.2 Contabilidade económica regional/provincial

O perfil das regiões mais ou menos produtivas pode ser estimado de acordo com as recentes publicações do INE, e com isso poderemos concluir não somente quais as regiões que produzem um rendimento maior, como também aquelas que merecem maior atenção devido à prevalência da pobreza e do desemprego.

O ponto anterior deu maior atenção à situação empresarial regional, facto que permitiu aferir que quanto mais distantes se encontrarem dos centros nevrálgicos do poder político e financeiro, mais afastadas estarão das oportunidades de criarem crescimento económico e colaterais, como o emprego e a redução da pobreza e da desigualdade.

A fotografia da condição social das famílias (Pobreza Monetária, Multidimensional e Insuficiência Alimentar)¹⁵⁵ em Angola reforça bem o debate sobre as assimetrias regionais, na medida em que a sua incidência é um forte impedimento à captação de maiores investimentos privados.

Não se consegue compreender que efeitos catalisadores os investimentos públicos causaram naquelas zonas (que mais padecem de intervenção), sendo por isso, importante, analisar o seu papel na criação de condições atractivas do investimento privado.



Fonte: INE, Relatório da Pobreza, Índice de Pobreza Multidimensional de Angola, Inquérito as Despesas Receitas e Emprego (IDREA).

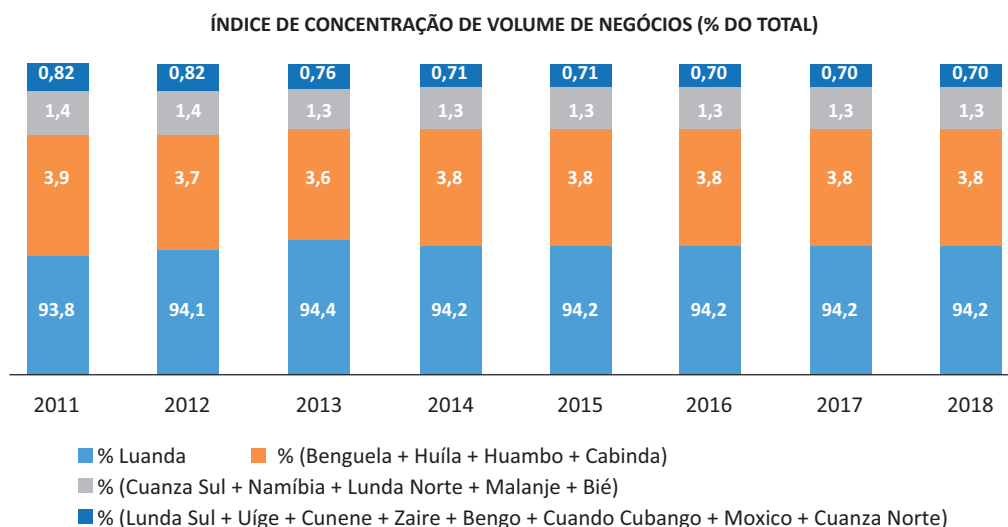
¹⁵⁵ INE – Relatório da Pobreza 2018-2019.

Conforme se referiu em capítulos anteriores, os Investimentos Públicos proporcionam aumento do emprego e da produção e diminuem a desigualdade, decorrendo desse facto a sua relevância para a redução das assimetrias regionais.

A referência às redes eficientes de produção, transporte e distribuição de electricidade e água que conduzam à redução dos custos operacionais de produção, melhorem a qualidade de vida da população e reduzam as disparidades regionais, ilustram muito facilmente a solução necessária para o alcance de uma maior integração económica interna (IEI).

De acordo com o INE, Luanda concentra mais de 90% do volume de negócios do país¹⁵⁶, seguida da região que compreende as províncias de Cabinda, Benguela, Huíla e Huambo, com sensivelmente 4%, o que não deixa de ser surpreendente.

A concentração da actividade produtiva explica bem a preferência que o sector privado tem por aquelas regiões, que oferecem maior atractividade.

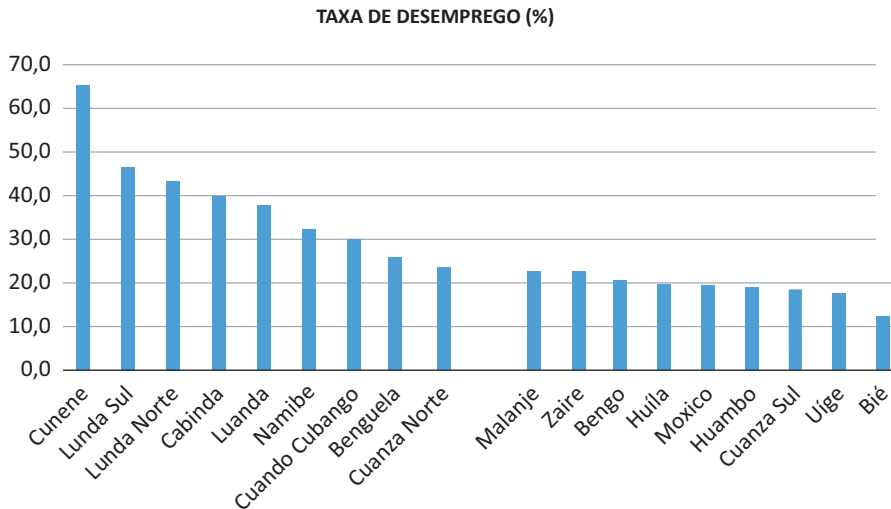


Fonte: Cálculos baseados em documentos oficiais do INE.

Para que haja poder de compra das famílias (o mesmo é dizer, o papel do consumo privado final) é necessário que se tenha emprego. O desemprego, como medida de subaproveitamento da capacidade de trabalho e de outros factores de produção, freia a livre iniciativa e desestimula o investimento privado, donde adquirir relevância o papel do investimento público sobre o emprego no curto prazo e a criação de infraestrutura de apoio ao sector privado no longo prazo.

¹⁵⁶ Condição que pode muito bem ser interpretada como *proxy* do investimento privado por cada região.

A discussão sobre os níveis de desemprego espacial conduz a outros temas, em particular às capacidades de formação e de integração da matriz produtiva nacional.



Fonte: INE- IDREA (2018-2019).

O baixo nível de desemprego¹⁵⁷ em algumas províncias é facilmente explicado devido ao domínio de actividades do sector agrário fortemente intensivas em trabalho.

O elevado nível de subemprego e a fraca resposta que o sector formal tem para absorver o excesso de mão-de-obra, provoca distorções propícias para o surgimento de actividades informais e de emprego sem qualidade.

¹⁵⁷ A taxa de desemprego em Angola não capta a qualidade de emprego (Segurança Social e IRT), devido à forte presença do sector informal no processo de formação de trabalho.

12. O FUTURO DA ECONOMIA E AS MEDIDAS DE RECUPERAÇÃO

A abordagem sobre a evolução futura de qualquer fenómeno implica a adopção de uma diversidade de instrumentos de análise, em que a extrapolação quantitativa de tendências se destaca como uma das principais técnicas de previsão. Numa perspectiva de mais longo prazo, os estudiosos das várias áreas das ciências sociais recorrem às técnicas de construção de cenários, através da adopção de um conjunto de premissas que permitem explorar potenciais futuros (ou futuros prováveis) e idealizar novos caminhos.

Na esfera económica, a construção de cenários busca ordenar as percepções sobre ambientes alternativos futuros, nos quais as decisões de hoje deverão ser tomadas, e preparar as forças vivas da sociedade para reconhecerem os sinais de mudança antes que eles se manifestem.

Para o efeito, é recomendável ter em consideração três factores que permitem fundamentar a evolução futura dos indicadores económicos, nomeadamente:

- a) Os eventos – que são as ocorrências visíveis e perceptíveis que permitem projectar o comportamento dos indicadores económicos.
- b) As tendências – que são padrões de mudanças identificados e que explicam as dinâmicas dos eventos.
- c) As estruturas subjacentes – que proporcionam o referencial lógico das tendências identificadas. Este último factor remete-nos ao que a literatura designa de pressupostos básicos para a construção de cenários, em que, para os objectivos que norteiam o presente estudo destacamos apenas um, designadamente a identificação das forças motrizes, que são encontradas dentro de quatro contextos predeterminados: o contexto sócio-cultural e demográfico, o contexto económico, o político e o contexto tecnológico e de recursos naturais.

O contexto sócio-cultural e demográfico permite analisar a evolução da estrutura demográfica nos seus aspectos quantitativo e qualitativo e o seu impacto nas transformações estruturais da sociedade no seu todo.

O contexto económico permite avaliar os eventos macroeconómicos (impacto da taxa de câmbio, dos juros ou da inflação), microeconómicos e sectoriais (participação de mercado da concorrência estrangeira, existência de mão-de-obra especializada e emergência das novas tecnologias disruptivas).

Por sua vez, o contexto político permite analisar a dinâmica dos ciclos políticos (por exemplo, a análise previsional dos resultados das próximas eleições), a existência de canais de diálogo entre os actores para a construção de consensos e a configuração do sistema legal ou regulatório do país.

O contexto tecnológico e recursos naturais permite identificar os eventos resultantes do desenvolvimento da tecnologia de informação, da biotecnologia e emergência de fontes alternativas de energia.

Feito este enquadramento conceitual e tendo em conta os elementos acima elencados, afigura-se necessário descortinar o tema sobre este capítulo, sugestivo e desafiante, que é o futuro da economia e as medidas de recuperação por via de uma abordagem mais objectiva e concreta. Considerando o facto de o país estar a viver cinco anos de recessão económica – com consequências visíveis e sentidas por todas as franjas do tecido social, com a deterioração sistémica dos indicadores macroeconómicos e agravamento na qualidade de vida da população – o tema em análise pode igualmente suscitar muitas interrogações explícitas: que futuro, que medidas e para quando?

Análise histórica dos planos de desenvolvimento de sucessivos governos desde 2002

Desde logo, qualquer exercício de análise prospectivo deve necessariamente implicar uma avaliação retrospectiva sobre as decisões e as medidas de políticas económicas tomadas no passado, o nível de realização dos objectivos e metas, e a identificação de eventuais factores de estrangulamento que tiveram na base do fracasso de sucessivos programas de governação.

Os instrumentos de orientação de gestão macroeconómica dos países – numa lógica de intervenção parcial – são conhecidos como programas económicos, integrados nos planos de desenvolvimento de médio ou longo prazo, os quais incorporam políticas, subprogramas, projectos, objectivos e metas. Definida como “desagregação a nível global, sectorial ou regional dos objectivos da política económica fixada para um determinado período de tempo”, os programas económicos têm sido objecto de acesas discussões, relativamente à delimitação do espaço de intervenção dos governos e sobre os fins que perseguem para lhes conferir utilidade e legitimidade, considerando que a presença do Estado se estende por todo o processo económico. Portanto, para lá das abstrações teóricas e conceptuais, a presença do estado na economia decorre de três motivações básicas:

- a)** Correção de desajustamentos na repartição da renda.
- b)** Suplementação da iniciativa privada.

- c) Coordenação geral dos agentes económicos, no sentido de que se atinja os fins da política económica em curso.

Outra motivação para a intervenção do Estado é a correcção dos denominados “efeitos de dominação”, que resulta dos desajustamentos resultantes da concentração de poder económico, de que são exemplos os monopólios e os oligopólios.

No entanto, é importante assinalar que as divergências sobre os fins substantivo da política e programação económica reflectidas nos conflitos doutrinários que marcam a evolução do pensamento económico abriram espaço para debates ideológicos, ampliou o quadro de juízos de valores e acabou por conduzir à instituição de sistemas económicos diferenciados, segundo os valores políticos e ideológicos dominantes.

Para o caso de Angola, a análise histórica dos planos e programas económicos leva à fixação de um período de corte, tendo como data de referência 2003, na medida em que não se conhece qualquer plano estratégico ou programa de desenvolvimento económico coerentemente elaborado durante o período de conflito armado – que como se sabe vai até 2002. Por outro lado, de 2003 a 2011 não há registo de um plano de desenvolvimento de médio prazo, existindo apenas programas de governos bienais, situação que prevaleceu até 2012, altura em que foi elaborado o Plano Nacional de Desenvolvimento PND 2013-2017, que foi sufragado nas eleições de 2012 ganhas pelo MPLA.

De 2003 até 2008 houve três programas de governos de curto prazo (dois anos) que nortearam as acções de gestão económicas do país. Um elemento comum marca estes programas em termos de objectivos gerais: “Consolidar o processo de paz e promover a reconciliação nacional”, um objectivo transversal que está presente em todos os programas durante este período, o que se justifica pelo facto de se estar na altura ainda no processo de implementação dos Acordos de Paz do Luena e a vigorar o Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (GURN), que cessou em 2008 após a realização das eleições que ocorreram neste mesmo ano.

Foi, também, neste período que a economia começou a registar taxas de crescimento de dois dígitos (11,7% em 2008), impulsionada pelo *boom* do preço do petróleo no mercado internacional. O quadro seguinte resume os programas de Governo dos últimos 15 anos e o essencial dos objectivos que se propunham alcançar.

HISTÓRICO DE PROGRAMAS DE GOVERNO DO PERÍODO 2003-2017

Ord.	Ano / Período	Nome do Documento	Objectivos Gerais /Eixos de Desenvolvimento	Slogan político
1	2003-2004	PROGRAMA DO GOVERNO PARA O PERÍODO 2003-2004	• Consolidação do processo de paz e promover a reconciliação nacional. • Combate à fome e à pobreza e promoção à estabilidade social. • Alcance da estabilidade macroeconómica. • Melhoria dos serviços sociais, nomeadamente de saúde, educação e de assistência social. • Melhoria das infra-estruturas económicas e promoção do crescimento económico, sobretudo do sector não-petrolífero. • Valorização dos recursos humanos nacionais. • Capacitar as instituições do Estado e assegurar a administração do Estado e da justiça em todo o território nacional.	Não se conhece nenhum <i>slogan</i> político.
2	2005-2006	PROGRAMA GERAL DO GOVERNO PARA O BIÉNIO	• Consolidação da paz e da reconciliação nacional. • Edificação das bases para a construção de uma economia nacional integrada e auto-sustentada. • Restabelecimento da Administração Central do Estado em todo o território nacional. • Desenvolvimento dos Recursos Humanos. • Desenvolvimento harmonioso do território. • Consolidação do processo democrático.	Os programas vigoraram na vigência do Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (GURN)
3	2007-2008	PROGRAMA GERAL DO GOVERNO PARA O BIÉNIO 2007-2008	• Consolidação da paz e da reconciliação nacional. • Edificação das bases para a construção de uma economia nacional integrada e auto-sustentada. • Restabelecimento da Administração Central do Estado em todo o território nacional. • Desenvolvimento dos Recursos Humanos. • Desenvolvimento harmonioso do território. • Consolidação do processo democrático.	
4	2013-2017	PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO	• Preservação da unidade e coesão nacional. • Garantia dos pressupostos básicos necessários ao desenvolvimento. • Melhoria da qualidade de vida. • Inserção da juventude na vida activa. • Desenvolvimento do sector privado. • Inserção competitiva de Angola no contexto internacional.	"Crescer mais e distribuir melhor"
5	2018-2022	PLANO DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL	• Eixo 1 – Desenvolvimento humano e bem-estar. • Eixo 2 – Desenvolvimento económico sustentável, diversificado e inclusivo. • Eixo 3 – Infra-estruturas necessárias ao desenvolvimento. • Eixo 4 – Consolidação da paz, reforço do estado democrático e de direito, boa governação, reforma do Estado e descentralização. • Eixo 5 – Desenvolvimento harmonioso do território. • Eixo 6 – Garantia da estabilidade e integridade territorial de Angola e reforço do seu papel no contexto internacional e regional.	"Corrigir o que está mal e melhorar o que está bem"

Fonte: Documentos oficiais do Governo.

Com o *slogan* político “Crescer mais para distribuir melhor”, o Plano Nacional de Desenvolvimento PND 2013-2017 parece ter introduzido um novo paradigma no processo de programação macroeconómica do país, na medida em que apresenta uma estrutura conceptual alinhado com os esquemas convencionais de planificação e programação económica que os programas anteriores não traziam.

Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017

Uma das novidades trazidas no PND 2013-2017 foi claramente a concepção do conceito de *cluster* que corporizam os também designados “projectos estruturantes”. Durante aquele ciclo político, o Governo previa implementar um considerável número de projectos agregados em seis *clusters* prioritários, tidos como aceleradores da diversificação económica, nomeadamente: i) *cluster* da agro-indústria e alimentação; ii) *cluster* da indústria extractiva; iii) *cluster* da cadeia produtiva de petróleo e gás natural; iv) *cluster* de serviços; v) *cluster* de energia e água; vi) *cluster* de transporte e logística, todos eles localizados em dois aglomerados industriais: pólos de desenvolvimento industrial e zonas económicas especiais. Uma análise mais cuidadosa ao observar a hierarquização das prioridades, permite perceber a incoerência em termos de visão estratégica dos formuladores das políticas públicas em Angola, na medida em que submetem em segundo plano projectos indutores de transformações estruturais a médio e longo prazo, dando-lhes a classificação de outras actividades (não prioritárias), designadamente educação e promoção do empreendedorismo. Entretanto, o nível de execução física dos famosos *clusters* prioritários ficou aquém do esperado, sendo que não se conhece nenhum relatório de progresso nem é sentido o impacto gerado na estrutura do tecido económico e social do país.

Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022

Com uma nova roupagem, e na tentativa de inaugurar uma nova era, o Plano de Desenvolvimento Nacional PDN 2018-2022, vem basicamente substituir o PND 2013-2017. Com uma memória descritiva mais robusta e mais detalhado, o PDN define seis eixos de desenvolvimento, vinte e cinco políticas de intervenção e um número alargado de objectivos. No capítulo económico destaca-se o eixo 2 sobre “Desenvolvimento económico sustentável, diversificado e inclusivo”, com cerca de seis políticas, nomeadamente: i) Política de Sustentabilidade das Finanças Públicas; ii) Política de Ambiente de Negócios, Competitividade e Produtividade; iii) Política de Fomento da Produção, Substituição de Importações e Diversificação das Exportações; iv) Política de Sustentabilidade Ambiental; e vi) Política de Emprego e Condições de Trabalho.

Para conferir operacionalidade ao plano, o Governo criou o Programa de Apoio à Produção, Desenvolvimento das Exportações e Substituição das Importações vulgo “PRODESI” – publicado pelo Decreto Presidencial n.º 169/18 de 20 de Julho – como principal instrumento para a implementação do eixo 2 que define um conjunto de objectivos que visam a expansão da produção

nacional. O programa tem como foco, o fomento e produção de cinquenta e sete produtos prioritários, que se supõe merecerem um tratamento diferencial na tramitação processual para a concessão de créditos. Outro instrumento de apoio que foi concebido para subsidiar o PRODESI é o Projecto de Apoio ao Crédito “PAC”, publicado pelo Decreto Presidencial n.º 159/19 de 17 de Maio, que define o pacote de incentivos e facilidades de financiamento para cinquenta e quatro produtos da cesta básica e outros produtos industriais como cimento, vidros, tintas e embalagens. Este último é praticamente a replicação do Projecto Angola Investe (PAI) que vigorou de 2013 a 2017 com alteração de alguns pressupostos no que tange ao modelo de incentivos que se apresentam ligeiramente mais rigorosos.

Como será a economia nos próximos 10 anos?

Uma das questões cruciais da política económica seja quais forem os traços institucionais do sistema económico, é a determinação e a hierarquização dos objectivos. A explicitação dos objectivos fundamentais da política económica em dado período de tempo envolve complexos problemas, situados não apenas no plano técnico, mas também no domínio político e ideológico. É intuitivo que, para diferentes ideologias políticas, se fixem diferentes objectivos de política económica ou, pelo menos, se hierarquizem os objectivos sob critérios diferentes. Pode ser igualmente intuitivo que a determinação de objectivos esteja sujeita a variáveis conjunturais, aos problemas emergentes de curto prazo e à visualização das transformações estruturais de longo prazo, que se imaginam devam ser provocados pela política económica em curso. Todavia, à margem de todos esses problemas, surgem duas indagações básicas: primeiro, é procurar saber o que deseja a sociedade, dado, de um lado, os problemas quotidianos com que se defronta e, de outro, a escala de valores que deseja preservar. Segundo, é saber o que se propõem as elites políticas governantes, ou ainda a que critérios se submetem para a definição da política económica em curso? De forma resumida são conhecidos quatro objectivos aos quais os governos empreendem a sua linha de acção no campo económico: i) promover o crescimento económico; ii) garantir a criação do emprego; iii) assegurar a estabilidade dos preços; e iv) garantir a estabilidade da balança de pagamento¹⁵⁸.

Qualquer abordagem sobre a evolução futura da economia angolana remete-nos para um exercício de construção de cenários, cujo conceito foi acima desenvolvido. Para começar, é importante realçar que uma situação económica presente está intrinsecamente ligada a um contexto histórico que o criou, assim como a evolução futura da economia dependerá do que estará a ser feito hoje, dentro do princípio de que o crescimento e desenvolvimento económico é um processo cumulativo.

¹⁵⁸ Estes objectivos são por vezes agrupados em dois grupos, especificamente os objectivos conjunturais, que se referem tipicamente a soluções de problemas de curto prazo (por exemplo, o controlo da inflação, pleno emprego, equilíbrio externo), e os objectivos estruturais, que dizem respeito a questões equacionáveis a longo prazo (por exemplo, o crescimento económico).

Um governo, em termos de política económica, não deve limitar-se ao simples enunciado de grandes objectivos. Deve ser consequente, no sentido de converter os objectivos em acções concretas para influenciar a trajetória das variáveis, predominantemente económica, de maneira a transformar os fins em resultados.

Os programas e os objectivos fundamentais da política económica do Governo *versus* O processo de diversificação económica

A história das sociedades retrata uma diversidade de exemplos que ilustram a evolução do nível de interesse dos políticos no processo de estabelecimento de prioridades e definição de objectivos para a resolução de vários problemas – seja económico, social ou político – em função da agenda dominante. Assim, um determinado problema, em função das consequências que pode desencadear na salvaguarda dos interesses da classe política governante – dentro da lógica da manutenção do poder – pode ser encarado inicialmente como um problema secundário e depois evoluir para um estado de preocupação. Na medida em que a situação persistir e começar a dar sinais de criar alguma disfunção sistémica, a questão passa a ser prioridade da agenda política, e evoluir posteriormente para um estado de prioridade absoluta. Em função da progressão dos factos e suas implicações na estabilização do sistema, o problema passa a ser erigido como uma ideologia, a ponto de determinar a dinâmica e ocupar a agenda dos políticos que detêm o poder.

Se analisarmos com cuidado o histórico dos programas económicos, os objectivos fixados e o nível de execução dos projectos que incorporam os respectivos programas, facilmente se pode concluir que a necessidade de diversificação da economia angolana foi sempre encarada pelo Governo como uma questão secundária. O primeiro choque petrolífero de 2008-2009, que abalou as finanças públicas, forçou o Governo a adoptar uma postura de preocupação sobre a necessidade de diversificação económica. Entretanto, os orçamentos que se seguiram e os programas que os suportavam não davam indicadores de se estar interessado no processo de diversificação da economia. Foi a partir de 2016, com a publicação do Decerto Presidencial n.º 40/16 de 28 de Fevereiro – que aprova as Linhas Mestras da Estratégia para a saída da crise derivada da queda do preço do petróleo no mercado internacional – que a diversificação passou a constar (pelo menos no plano formal) nos discursos políticos como uma prioridade de política económica. Entretanto, olhando de forma objectiva para os dispositivos macro programáticos e os planos de acção em curso, não se deslumbra sinais que evidenciem a vontade de elevar a diversificação da economia num estado de prioridade absoluta – para depois ser erigida como ideologia.

Muitas são as razões que podem sustentar este cepticismo. Desde logo, o ambiente de negócios ainda se afigura preocupante em todos os sentidos:

- Persistem deficiências estruturais em todos os sectores da actividade económica.

- Não há melhorias substanciais na prestação de serviços aos utentes ao nível do sector público administrativo.
- No domínio da programação, os planos são elaborados sem a realização de um profundo diagnóstico, solidamente sustentado. O Governo parece não levar a sério este princípio básico do processo de programação económico. Ou os diagnósticos são mal feitos ou as decisões são tomadas sobre informações empoladas o que compromete os resultados desejados.
- O incipiente sector exportador de produtos não petrolíferos e não diamantíferos enfrenta constrangimentos de vária ordem, com elevados custos de contexto, processos onerosos e lentos que lhes retira vantagens competitivas e muitas das vezes com perda de mercado provocada pelos atrasos na expedição das mercadorias.

O Governo teme em aderir ou implementar de forma efectiva os compromissos resultantes de acordos internacionais que poderiam propiciar condições para o país participar na cadeia de valor global, tal como é o caso dos Acordos de Bali da OMC, assinados em 2013 sobre a facilitação do comércio que institui a criação da janela única do comércio, para a simplificação dos procedimentos de exportação e importação.

Como consequência destas disfuncionalidades, nos *rankings* internacionais, Angola está sempre cotada nas piores posições. Algumas reformas, executadas entre 2018 e 2019, no domínio da obtenção de electricidade, emissão de licenças de construção e melhoramento das infra-estruturas do Porto de Luanda, levaram o país a subir sete lugares no Relatório *Doing Business* publicado pelo Banco Mundial – saindo da 182.^a posição em 2017 para a 175.^a posição em 2018 – e voltou a subir mais dois lugares em 2019 ao ascender à 173.^a posição dos 190 países avaliados. Entretanto, a falta de sustentabilidade na execução das reformas levou o país a baixar quatro lugares ao constar na 177.^a posição no Relatório *Doing Business* de 2020.

O mesmo se verifica nos outros relatórios internacionais, com destaque ao Relatório de Competitividade Global (137.^a posição de 140 países), *Ranking* de Liberdade Económica (154.^a posição de 162 países), Índice de Democracia (117.^a posição de 151 países), enquanto no Índice de Percepção de Corrupção está-se na 142.^a posição dos 179 países analisados.

Todos estes factores não ajudam no processo de transformar o país num lugar com maior valor acrescentado e são desfavoráveis para o resgate da confiança dos investidores nacionais e estrangeiros. O quadro seguinte resume os principais *rankings* internacionais e as respectivas variáveis escrutinadas para cada índice e a posição de Angola em anos seleccionados.

POSIÇÃO DE ANGOLA NO RANKING INTERNACIONAL						
Ord.	Índices/Ranking	Variáveis de análise (score)	Posição de Angola e o score			
			2017	2018	2019	2020
1	Índice de Desenvolvimento Humano	– Esperança de vida à nascença. – Anos de escolaridade esperados. – Média de anos de escolaridade. – Rendimento Nacional Bruto (RNB) <i>per capita</i>.	147. ^a	149. ^a		
2	Competitividade Global	– Pilar 1- Instituições – Pilar 2 – Infra-estrutura – Pilar 3 – Adopção de TIC – Pilar 4 – Estabilidade macroeconómica – Pilar 5 – Saúde – Pilar 6 – Competências – Pilar 7 – Mercado de produtos – Pilar 8 – Mercado de trabalho – Pilar 9 – Sistema financeiro – Pilar 10 – Tamanho do mercado – Pilar 11 – Dinamismo empresarial – Pilar 12 – Capacidade de inovação		137. ^a (37,1/100)		
3	Doing Business	– Iniciar um negócio – Obtenção de eletricidade – Tratamento de licenças de construção – Registo de imóveis – Obtenção de crédito – Proteger investidores minoritários – Trabalhadores empregados – Execução de contratos – Resolução da insolvência – Pagamento de impostos – Negociação além-fronteiras – Contratos com o Governo (em breve)	182. ^a (38,41)	175. ^a (41,49/100)	173. ^a (43,86/100)	177. ^a (41,3/100)
4	Índice de Liberdade Económica	– Área 1: Estado de Direito – Área 2: Sistema Legal e Direito de Propriedade – Área 3: Moeda Forte – Área 4: Liberdade para o Comércio Internacional – Área 5: Regulação	155. ^a (5,17/10)			154. ^a (52,2/100)
5	Índice de Democracia	– Processo eleitoral e pluralismo (2,25) – Funcionamento do Governo (2,86) – Participação política (5,56) – Cultura política (5) – Liberdades civis (2,65)				117. ^a (3,66/10)
6	Índice de Corrupção	Nível de transparência no funcionamento das instituições públicas				142. ^a (27/100)

Fonte: Documentos internacionais; *The Economist*; World Bank; PNUD; Transparência Internacional; MO IBRAHIM INDEX.

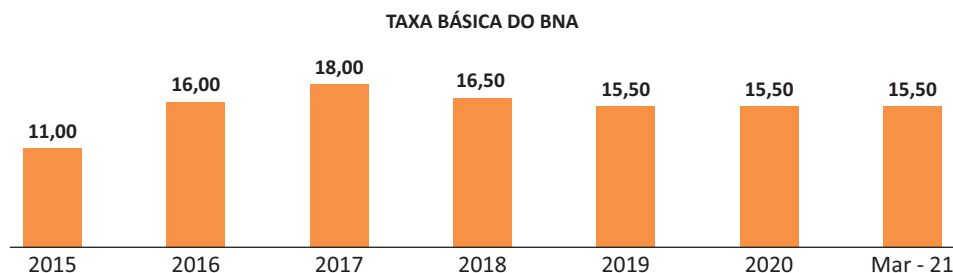
12.1 Conferir liquidez à economia – evitar falências desnecessárias e proteger o emprego

As políticas de regulação conjuntural constituem o quité de instrumentos de políticas preferenciais a que os governos geralmente recorrem para influenciar a dinâmica da economia. Daí justificar-se que, desde o desencadeamento da crise – que começou a dar os primeiros sinais no último semestre de 2014 – o Governo tem aplicado medidas restritivas no âmbito da política monetária e fiscal.

Depois de decidir liberalizar o mercado cambial, o BNA parece ter adotado uma estratégia de política monetária baseada no *target* para inflação, cujo objectivo consiste na manutenção da estabilidade dos preços e controlo da inflação. Entretanto, ao privilegiar esta estratégia o BNA está assumir – pelo menos de forma implícita – que o combate ao desemprego não é do seu interesse. Se a taxa básica BNA se manteve em média em 15,75% do período de 2015 a 2020, o coeficiente de reservas obrigatórias – um instrumento importante que determina o nível de liquidez dos bancos comerciais para a concessão de crédito – situou-se em torno de 22% durante o mesmo período.

EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE JUROS DE REFERÊNCIA							
Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Mar. 2021
Taxa básica BNA	11,00	16,00	18,00	16,50	15,50	15,50	15,50
Facilidade permanente de cedência de liquidez 1/	12,50	20,00	20,00	16,50	15,50	15,50	19,88
Facilidade permanente de absorção de liquidez 1/	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,15
Facilidade permanente de absorção de liquidez 3/	-	7,25	0,00	0,00	0,00	7,00	7,00
Taxa de Redesconto	15,00	20,00	20,00	20,00	20,00	20,00	20,00
Coeficiente Reservas Obrigatórias MN	25,00	30,00	21,00	17,00	17,00	22,00	22,00
Coeficiente Reservas Obrigatórias ME	15,00	15,00	15,00	15,00	15,00	17,00	17,00

Fonte: BNA.

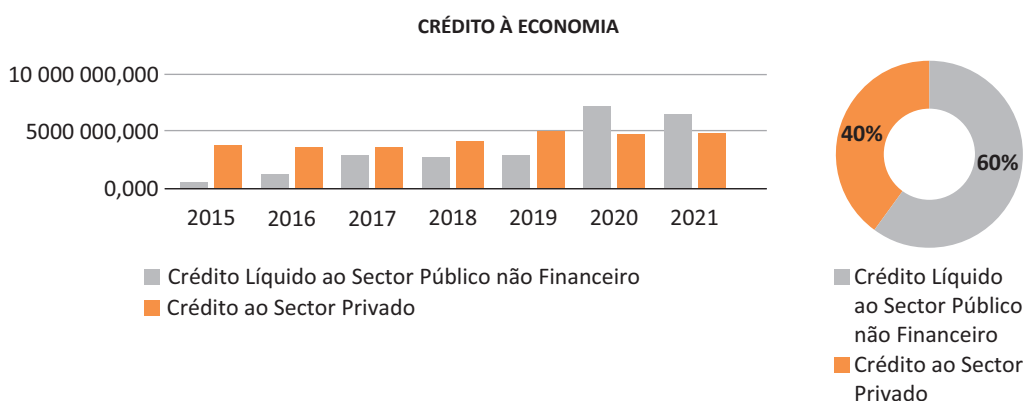


Fonte: BNA.

Discute-se muito ao nível da literatura económica, a eficiência de determinados instrumentos de política económica em função da multiplicidade dos objectivos que se pretende perseguir. Não obstante, há evidências empíricas que comprovam que a actuação dos mecanismos monetários ou fiscais de reajustamento conjuntural dependem do estágio de desenvolvimento do país. A actual composição da estrutura económica de Angola, em que o Estado tem uma presença significativa¹⁵⁹ – por via das despesas públicas – redunda numa competição no mercado financeiro – na mobilização de recursos para o financiamento de projectos. Dados do BNA demonstram que o Estado absorve, em média, 60% do crédito contra 40% do sector privado, sendo que o fluxo do crédito para o sector público registou no mesmo período um crescimento de 54% contra apenas 5% do crédito líquido direccionado ao sector privado.

SÍNTESE FINANCEIRA – CRÉDITO CONCEDIDO À ECONOMIA							
Descrição	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Crédito Líquido ao Sector Público não Financeiro	526 405,800	1 247 526,555	2 751 391,623	2 649 975,904	2 795 719,157	6 622 251,351	6 035 687,199
Crédito ao Sector Privado	3 406 783,720	3 375 203,736	3 344 827,731	3 829 041,589	4 644 479,435	4 345 729,591	4 400 957,896
Crédito ao Sector Público (Variação)		137%	121%	-4%	5%	137%	88%
Crédito ao Sector Privado (Variação)		-1%	-1%	14%	21%	-6%	-5%

Fonte: BNA.



Fonte: BNA.

¹⁵⁹ Os dados do PIB na óptica das despesas publicados pelo INE, indicam que só de despesas administrativas e consumo corrente, o Estado tem um peso de cerca de 10% das totais.

Por causa do ambiente adverso que se vive, caracterizado por incertezas, expectativas negativas e baixos níveis de confiança em relação ao futuro, os agentes detentores de poupanças têm preferido aplicar a sua liquidez aos activos financeiros que apresentam o menor risco de insolvência. As taxas de juro nominal (de mercado) para a remuneração dos Bilhetes de Tesouro (360 dias) é igual a 21,8%, o que proporciona uma margem significativa, se confrontada com a inflação esperada que se situou em 18,59% no exercício de 2020. Desta forma, a disponibilidade de liquidez na economia para financiar os investimentos no sector privado – e consequente criação de emprego – dependerá essencialmente do resultado das reformas resultante do processo de consolidação fiscal encetadas pelo Governo, no sentido de descomprimir a pressão sobre o mercado creditício, de maneira a conceder maior espaço ao sector privado para o financiamento da actividade produtiva.

EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE JUROS DE REMUNERAÇÃO DAS APLICAÇÕES EM ACTIVOS FINANCEIROS

Títulos do Tesouro (BT)	2016	2017	2018	2019	2020
91 dias	18,55	16,15	13,60	0,00	19,04
182 dias	24,08	20,25	17,05	12,00	19,86
364 dias	24,70	23,90	19,06	14,68	20,81

Fonte: BNA.

12.2 Política monetária e financiamento de défices – uma resposta eficiente

A concepção clássica do equilíbrio orçamental é a resposta simultaneamente teórica e prática para os problemas relacionados com a gestão da política fiscal, posto pela necessidade das despesas públicas, isto é, das funções exercidas pelo Estado. A abordagem dos *deficits* fiscais tem sido uma das questões centrais na condução das políticas macroeconómicas tanto nos países desenvolvidos como nos em vias de desenvolvimento, sendo que as restrições impostas às economias que alcançam níveis elevados de *deficits* orçamentais e o consequente aumento do *stock* da dívida, originaram uma série de estudos sobre o tema.

Num estudo intitulado “Assessing Sustainability”¹⁶⁰ – publicado em 2002 pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) – são apresentados quatro conceitos que se afiguram de extrema importância para se aferir com profundidade e rigor analítico, a evolução da dívida pública angolana no actual contexto do ambiente macroeconómico. Trata-se dos conceitos de solvência, liquidez, sustentabilidade e vulnerabilidade externa.

¹⁶⁰ “Avaliando a Sustentabilidade”, numa tradução literal. O estudo pode ser consultado através do link: <https://www.imf.org/external/np/pdr/sus/2002/eng/052802.pdf>

De acordo com o referido estudo, avaliar a sustentabilidade da dívida significa, em primeiro lugar, formar uma visão de como as existências dos passivos pendentes são susceptíveis de evoluir ao longo do tempo. Isto requer a projecção dos fluxos de receitas e despesas – incluindo as relativas ao serviço da dívida – bem como as possíveis alterações cambiais (dada a denominação de moeda da dívida). As projecções da dinâmica da dívida dependem, portanto, da evolução macroeconómica do país, mas também dos mercados financeiros, intrinsecamente, incertos e altamente variáveis.

Aqui, um factor-chave é claramente a disponibilidade dos mercados para fornecer financiamento, que determina os custos de reversão da dívida. Outro factor importante é que a sustentabilidade da dívida externa de um país depende dos balanços, dos saldos e das receitas de vários sectores que compõem o Governo, o sistema bancário, o sector empresarial e das famílias, que estão igualmente ligados entre si na constituição dos passivos reais e contingentes. Todos estes factores devem ser incorporados no processo de avaliação de sustentabilidade, na medida em que tal seja possível, dada a disponibilidade de informação.

No âmbito do programa de ajustamento fiscal anunciado pelo Executivo, a Estratégia de Endividamento de Médio Prazo 2019 – 2021 prevê a adopção de medidas de sustentabilidade da dívida como um dos eixos fundamentais da estratégia de consolidação fiscal, tendo como referência o quadro macroeconómico para os próximos anos. Um dos principais objectivos da estratégia é a implementação de acções que permitam melhorar o perfil de custo e risco da dívida e que apoiem a sua sustentabilidade.

Através do programa resultante da assistência técnica que o FMI está a prestar ao Ministério das Finanças, o Executivo estabeleceu como objectivo a alteração da trajectória da dívida pública, levando-a, após 2021, para níveis próximos dos 60% do PIB, tal como estabelecido pela SADC.

12.3 Respostas directas aos sectores mais afectados (indústria transformadora, comércio, agricultura, transportes)

Conforme descrito no *Relatório de Fundamentação* do OGE de 2020, o Governo perspectivava a reanimação da economia com medidas inseridas no Plano de Desenvolvimento Nacional direccionados para o sector produtivo para impulsionar a diversificação da economia. Perfilam-se entre estas medidas, no quadro do PDN 2018-2022, as seguintes:

- Programa de Apoio ao Crédito (PAC), concebido para dar corpo às linhas mestras do PRODESI, tem uma duração de três anos (2019-2022), e aplica-se aos projectos de investimento que se espera que contribuam, directa ou indirectamente, na produção interna de bens essenciais. O programa visa viabilizar o acesso ao financiamento para os investimentos privados inseridos na cadeia de produção e comercialização de 54 bens da cesta básica e outros bens prioritários de origem nacional inscritos no PRODESI.

- Estímulos do Banco Central para o Financiamento da Economia, através do Aviso n.º 4/19, de 3 de Abril do BNA, que visam estimular as instituições financeiras bancárias a concederem crédito aos produtores nacionais de bens considerados essenciais para a cesta básica e outros passíveis de exportação a curto prazo. O aviso tem um carácter imperativo, visto que o BNA obriga as instituições financeiras bancárias, por via desta norma, a dar prioridade à cobertura das necessidades cambiais que concorram, directa ou indirectamente, para a produção dos bens mencionados.
- Programa de Privatizações (PROPRIV), que prevê a privatização de um conjunto de 195 empresas, das quais 32 estão classificadas como empresas de referência e insere-se no âmbito dos objectivos de Melhoria da Gestão das Finanças Públicas. Espera-se que se for implementado com sucesso, o PROPRIV afigura-se como um dos principais desafios do processo de mudança para um novo paradigma de desenvolvimento em curso no país, assente na presença activa do sector privado nos principais sectores da economia.
- Plano Integrado de Intervenção nos Municípios, que contempla a totalidade dos 164 municípios do país e comporta um conjunto vasto e diversificado de projectos, estando avaliado em 2 mil milhões de dólares, recursos retirados ao Fundo Soberano de Angola.
- Plano de Acção para a Promoção da Empregabilidade (PAPE), trata-se de um projecto de fomento ao empreendedorismo que tem como público-alvo a juventude, com particular preferência as mulheres, e visto como um instrumento que se propõe dar resposta ao problema do desemprego que afecta várias famílias, em particular os jovens. O programa tem um orçamento de 21 mil milhões de Kwanzas, correspondentes a 65,6 milhões de dólares financiados pelo Estado, e espera-se que venha a ser implementado num período de três anos, isto é, de 2019-2021.
- Reforço do Processo de Regularização de Atrasados é outra iniciativa inscrita no OGE que tem como objectivo a redução das pressões de liquidez das empresas, cuja concretização deve gerar impacto positivo para a economia real. Neste quesito, o Governo reconhece que o volume de atrasados internos, acumulados durante os últimos anos, constitui um grande fardo para a economia produtiva e representa uma fraqueza do sistema de gestão das finanças públicas, afectando negativamente a economia. Na sequência deste programa, o Governo terá já regularizado durante o exercício de 2019, cerca de 250 mil milhões de Kwanzas de dívidas a diversos fornecedores.

12.4 Níveis de investimentos necessários para a promoção do crescimento económico

Se o Governo quiser de facto promover as mudanças estruturais que o sistema económico necessita, não será suficiente apenas assegurar os níveis de investimentos públicos adequados para a concretização de tal objectivo. Será necessário antes de mais proceder a uma revisão abrangente do actual modelo e estratégia de execução das políticas públicas. E, mais, será

também precisa uma nova orientação na concepção das políticas económicas. Uma nova orientação não significa necessariamente o incremento de recursos, mas sim apenas o aumento da racionalidade sistémica no uso dos recursos e na execução de programas existentes. Para isso, é necessário que a coordenação horizontal de vários actores tenha que ser complementada com uma coordenação vertical entre os diversos níveis de acção.

Isto quer dizer que, o Estado precisa compreender que a eficiência e produtividade das empresas não dependem apenas do seu próprio esforço e decisão, mas em grande parte, da máquina governamental, e de outras condições que se incluem na esfera da decisão do Governo.

Daí que a regulamentação da actividade económica e financeira deve fazer-se através de regras compreensíveis, relativamente estáveis e de flexível aplicação. Desde 2017 à 2021 registaram-se três alterações no sistema tributário, com introdução de mudanças sucessivas de diferentes códigos de impostos (imposto industrial, imposto de rendimento de trabalho). A introdução do IVA em 2019 e a confusão que se gerou em torno da sua aplicação – relativamente a aritmética fiscal dos diferentes regimes – veio criar mais constrangimentos à classe empresarial que se diz actuar dentro de um ambiente de negócio já em si adverso.

Na actual conjuntura, os investimentos necessários para relançar o processo de crescimento económico devem ser aqueles que apresentam maior poder de encadeamento para trás e para a frente, dentro de uma visão sistémica e estrutural. Abaixo são descritos alguns investimentos que se mostram necessários para criar as condições de base para estimular o crescimento económico a médio e longo prazo. São eles:

- Investimentos destinados a aperfeiçoar as competências dos recursos humanos.
- Investimentos destinados a antecipar as transformações estruturais, sejam as de carácter pioneiro, visando a ampliação do espaço económico, sejam as do tipo estrutural propriamente dito, visando a redução do coeficiente de importações.
- Investimentos do tipo infra-estrutural, que exigem um período longo de maturação.

Outros investimentos com potencial de gerar resultados mais ou menos imediatos para suavizar a vulnerabilidade dos choques ocasionados pelas flutuações do preço de petróleo, são os investimentos destinados a ampliar a base de exploração dos recursos naturais economicamente utilizáveis e que tenham viabilidade comercial. Neste campo, seria oportuno tirar proveito dos resultados do Plano Nacional de Geologia “PLANAGEO”, financiado pelo Governo e inserido no Programa de Diversificação da Indústria Mineira, que tinha como objectivo inventariar a existência e o potencial de recursos minerais que o país possui. Iniciado em 2014 com um orçamento de mais de 400 milhões de dólares, até à data não há nenhum documento oficial público sobre os resultados preliminares deste estudo.

Ainda sobre este tema vale lembrar que em 2015 foi criada – através do Despacho Presidencial n.º 60/15 de 16 de Junho – uma Comissão Multisectorial para proceder a estudos conducentes à criação de Pólos de Desenvolvimento Mineiro nas zonas em que o PLANAGEO revelar grande potencial geológico-mineiro, coordenada na altura pelo Ministro da Geologia e Minas e integrada por mais onze titulares de cargos ministeriais, nomeadamente: Ministro do Planeamento e Desenvolvimento do Território; Ministro da Economia; Ministro da Energia e Águas; Ministro dos Transportes; Ministro do Urbanismo e Habitação; Ministra da Indústria; Ministra do Ambiente; Ministro da Agricultura; Ministro das Telecomunicações e das Tecnologias de Informação; Secretário de Estado para as Minas e Secretário para os Assuntos Económicos da Casa Civil do Presidente da República.

Recomendações dos estudos e diagnósticos sobre a diversificação da economia angolana

Que constrangimentos mais predominam para relançar o crescimento da economia angolana? Factores internos ou externos?

Um estudo exaustivo recomendado pelo Governo em 2014 designado “Estudo de Diversificação da Economia Angolana”, comentava que: *“O forte crescimento evidenciado por Angola na última década tem vindo a ser sustentado por um modelo essencialmente suportado pela produção petrolífera. Contudo, no futuro, o desenvolvimento sustentado da economia angolana não será possível com base no referido modelo, na medida em que: a volatilidade dos preços internacionais do petróleo é alta; segundo alguns estudos, espera-se que a produção quantitativa do petróleo vá baixando; a procura internacional do petróleo poderá baixar no longo prazo, uma vez que o modelo energético baseado no petróleo é altamente penalizador em termos de externalidades negativas sobre o meio ambiente; as fontes de energias renováveis poderão vir a ser exploradas no futuro com custos mais baixos em virtude do progresso tecnológico. Acresce que, a intensidade do capital físico relativamente ao trabalho é muito alta no sector petrolífero e, por este facto, este sector gera pouco emprego”*.

Para tal, o estudo elenca um conjunto de factores que os autores classificam como factores-chave para a diversificação da economia. São abaixo descritos alguns destes factores:

- Sistema fiscal e aduaneiro, que deve incluir a preparação da administração tributária para concretizar a reforma; difusão da reforma pelos contribuintes; inserção de Angola na fiscalidade internacional; incremento da organização contabilística; melhoria do quadro jurídico da economia; controlo da economia informal; melhoria da iliteracia fiscal.
- Sector empresarial. O grande objectivo de diversificação da economia angolana passa essencialmente pela articulação virtuosa das políticas públicas e do investimento produtivo. Os agentes económicos privados, nacionais e internacionais, deverão ter um papel determinante no desenvolvimento do tecido empresarial não-petrolífero, mas, para tal, além da atractividade intrínseca dos sectores onde Angola detém condições de vantagem – evidenciados no estudo –, é necessário desenvolver o contexto e o ambiente de

negócios, criando condições de segurança, suporte infra-estrutural e fluidez nos processos de decisão. Neste domínio, o papel do Estado deverá guiar-se por três eixos de acção: i) superação dos constrangimentos de natureza burocrático-administrativa, prioridade incontornável para a facilitação do investimento; ii) compleição das infra-estruturas essenciais ao desenvolvimento do tecido produtivo – no essencial, energia, água e redes viárias – e a criação de condições favoráveis ao fortalecimento das fileiras industriais mais promissoras; iii) prossecução dos seus programas económicos, focalizando o esforço de investimento público nos sectores onde o capital privado seja insuficiente e, simultaneamente, nas políticas de criação de emprego e desenvolvimento regional.

- Enquadramento internacional regional e global. Os autores do estudo que estamos a citar consideram que a definição mais consensual acerca da diversificação é a capacidade de um país em produzir uma variedade de produtos, relacionados com diversos sectores de actividade. Todavia, a diversificação deve ser entendida como algo mais do que o descrito, pois a capacidade de produção pode ser facilmente substituída por importações de produtos vindos de outros países mais competitivos, a menos que se estabeleçam políticas e medidas proteccionistas. A pauta aduaneira revisada em 2017 apontava para esta direcção, o que poderia fazer algum sentido durante um certo tempo, para dar espaço à indústria e agricultura nacional para se prepararem para a competição. No entanto, para não correr outro tipo de riscos, recomenda-se que o proteccionismo seja uma política com prazo limitado. Assim diversificação deve ser caracterizada como a capacidade de um país em produzir, mas também em exportar uma maior variedade de produtos, e preferencialmente produtos que exijam alguma complexidade no seu processo de produção, pois de outra forma podemos nos limitar a apenas exportar matérias-primas em bruto e pouco mais, contrariando a necessidade de diversificação. Por isso, um país pouco diversificado é um país que exporta pouca variedade de produtos, e eventualmente produtos pouco sofisticados, como é o caso das matérias-primas. Os países podem crescer, bastante até, com economias pouco diversificadas, mas apenas enquanto as matérias-primas estiverem bem cotadas nos mercados internacionais. E, como é sabido, esta é uma forma pouco sustentável de crescimento. Assim, se por um lado Angola não está muito fora da realidade de toda a África no peso do Comércio Externo na produção total, o mesmo não se passa no que diz respeito à variedade de produtos que integram esse comércio externo, onde, em média, África exporta 11 produtos por país, comparando com um único produto exportável de Angola.

Outro aspecto apontado no estudo é a reconversão da economia informal. A formalização da economia informal no contexto angolano, deverá assumir uma prioridade estratégica, em ordem a contribuir para a normalização do processo económico e, indirectamente, para subsidiar o processo de diversificação da economia.

- Recursos naturais. É inquestionável que Angola é um país com abundância de diversos recursos naturais, pelo que o esforço de diversificação terá de passar, obrigatoriamente, pelo aproveitamento destes recursos.

Uma diversificação apoiada no aproveitamento dos recursos naturais de Angola será uma diversificação mais saudável, na medida em que: i) permitirá a correcção de algumas assimetrias regionais, pelo desenvolvimento de actividades produtivas, infra-estruturas e emprego nos locais onde se localizam os recursos naturais; ii) possibilitará a construção de *clusters*, mais ou menos desenvolvidos, subindo na cadeia de valor, a partir da exploração de um dado recurso natural; iii) potenciará as exportações angolanas, contribuindo para a diversificação destas.

Linhas de orientação estratégica

No desenho da estratégia para a diversificação foram definidas onze linhas de orientação que fundamentam as recomendações e as acções propostas no estudo e que pretendem garantir que os desafios actuais de Angola sejam devidamente endereçados e superados.

As linhas de orientação estratégicas derivaram do modelo de actuação e visam estabelecer directrizes de acção para o cumprimento do objectivo de diversificação da economia angolana e dos respectivos objectivos de sustentabilidade. Pretendeu-se, deste modo, delimitar o percurso da diversificação a seguir para garantir um maior foco nos objectivos a que Angola se propõe alcançar no futuro. São então descritas as seguintes linhas de orientação:

1. Estabilização das políticas macroeconómicas de curto, médio e longo prazo.
2. Implementação de reformas institucionais, eficiência processual e mecanismos de coordenação e controlo intermédios.
3. Desenvolvimento e melhoria do sistema concorrencial.
4. Rendibilização dos factores de vantagem.
5. Atracção e incentivos ao investimento e iniciativa privada (ambiente de negócios).
6. Desenvolvimento regional, redução de assimetrias e sustentabilidade ambiental.
7. Investimento na saúde, educação e formação especializada.
8. Desenvolvimento e *roll-out* de infra-estruturas essenciais.
9. Estímulo à formalização das actividades económicas.
10. Diversificação de fontes de financiamento.
11. Integração na economia regional e global.

Nota final

Os objectivos de política económica quase sempre têm como alvo dois diferentes tipos de situações-problemas: as de índole estrutural e as de ordem conjuntural. Se estes últimos, ao que se supõe teoricamente são passíveis de correcções ou atenuação a curto prazo, já as de natureza estrutural implicam a formulação de objectivos de longo prazo. As soluções no curto prazo de problemas de índole estrutural implicam a adopção de medidas cirúrgicas nem sempre compatíveis com a preservação de dadas situações institucionais. É por esta razão, que o contexto conjuntural tem desempenhado papel decisivo na escolha e na ordem de prioridades dos objectivos da política económica.

Na gestão e implementação das políticas económicas, é, muitas das vezes, difícil conseguir soluções óptimas. No entanto, é possível tentar harmonizar conflitos, balanceando custos e benefícios no sentido de se tomarem decisões económicas que sejam compatíveis com as restrições políticas e as demandas sociais.

13. OS NOVOS CONCEITOS DE ECONOMIA QUE AJUDARÃO A CONSTRUIR A NOVA ECONOMIA MUNDIAL – O QUE ANGOLA DEVE COMEÇAR A APRENDER

Poderá (deverá) Angola (e países de rendimentos baixos e intermédios) ser (em) “verde(s)”?¹⁶¹ As actuais condições sociais, sanitárias, climáticas e económicas podem e devem ser usadas como uma oportunidade de ouro para identificar e definir que a degradação ecológica (incluindo as alterações climáticas) não deve ser uma preocupação secundária até os países se tornarem (mais) «ricos» para a considerarem. Mais, o argumento de que esta preocupação ambiental não é importante, porque o crescimento económico acabará por limpar a mesma poluição que cria a substituir os recursos que esgota, já não é válido.¹⁶² A questão actual é quão próspera poderá tornar-se a economia, considerando a capacidade ecológica da Terra, porque na verdade, não há economia sem meio-ambiente.¹⁶³ Logo, o consumo de bens e serviços e da tecnologia disponível para produzi-los tem que respeitar os limites biofísicos impostos pelo ecossistema global.

Independentemente do nível de rendimento de cada país, a teoria económica tradicional tem ignorado o sistema natural/ambiental nas suas análises e modelos teóricos, tratando a problemática ambiental a partir apenas da perspectiva de externalidades (efeitos positivos ou negativos não intencionais decorrentes da decisão de produção e consumo de um agente económico sobre outros agentes que podem gerar uma perda ou um ganho no nível de bem-estar), que significa externo ao mercado. Ou seja, as externalidades têm sido tratadas pela teoria económica tradicional como uma excepção à regra.¹⁶⁴

¹⁶¹ De acordo com as Nações Unidas (2011), uma Economia Verde é «aquela que resulta na melhoria do bem-estar humano e da equidade social, reduzindo, em simultâneo, significativamente os riscos ambientais e a escassez ecológica. Na sua expressão mais simples, uma economia verde pode ser pensada como uma economia de baixo carbono eficiente no uso de recursos e socialmente inclusiva».

¹⁶² «A Índia teve um desempenho económico notável», refere Muthukumanara Mani, economista ambiental principal do Banco Mundial, «mas isso não se reflecte nos seus resultados ambientais» (Mallet, 2013). Esta ideia aplica-se a outros (todos os) países.

Mallet, V. (2013) «Environmental Damage Costs India \$80bn a Year», *Financial Times*, 17 de Julho 2013, <http://www.ft.com/cms/s/0/0a89f3a8eeca-11e2-98dd-00144feabdc0.html#axzz3qz7R0UIf>.

¹⁶³ Raworth (2017).

¹⁶⁴ O credo de «mais coisas» pressiona os indivíduos, as empresas e os governos a passarem por cima de tudo o que possa dificultar o crescimento económico, seja a protecção do equilíbrio ecológico ou a preservação da igualdade social (Harari, 2015).

Esta abordagem neoclássica apesar de estar, progressivamente, a adequar-se às novas dinâmicas (bio)económicas, traduzindo-se pelo facto de nos países de rendimentos (mais) elevados se estar a viver uma época de inovação tecnológica em que a energia é cada vez mais renovável e a intensidade carbónica da economia é cada vez menor; é, no entanto, também verdade que se extraem, consomem-se e desperdiçam-se materiais a um ritmo cada vez maior. A água é cada vez mais escassa e o solo cada vez mais árido. Relativamente aos países de rendimentos baixos e intermédios, apesar de prejudicarem menos o ambiente global, pois há argumentos que sustentam que as suas emissões de carbono anuais por habitante representam uma percentagem mais reduzida (quando comparadas com as emissões dos países de rendimentos mais elevados), os prejuízos climáticos em percentagem do indicador Produto Interno Bruto (PIB) são relativamente elevados.¹⁶⁵ No contexto particular da África Subsariana, apesar das evidências empíricas de que é a região que menos tem contribuído para as emissões de gases com efeito de estufa – GEE – (apenas 3,8% das emissões globais de gases com efeito de estufa, em comparação com 23% para a China, 19% para os EUA e 13% para a União Europeia),¹⁶⁶ é a região do mundo mais vulnerável às alterações climáticas. O aumento das temperaturas, a subida do nível do mar e as anomalias da precipitação estão a aumentar a frequência e a intensidade das catástrofes naturais e a transformar consideravelmente a geografia da região.¹⁶⁷

Ainda no contexto de uma abordagem (bio)económica inovadora (e ajustável), é imperativo conceber uma economia que promova a prosperidade humana quer o PIB esteja a subir, a descer ou a manter-se estável. Ou seja, criar e promover economias que façam prosperar, quer cresçam, quer não.¹⁶⁸ Ou seja, será possível a Economia/Humanidade ser como a Amazônia, que se desenvolve, aperfeiçoa e melhora a sustentabilidade a longo prazo, mas sem ficar maior?¹⁶⁹ O argumento actual da teoria económica neoclássica, é a existência de economias que precisam crescer quer façam ou não prosperar as suas populações. É neste contexto que a economista Dambisa Moyo argumenta que “se o crescimento diminuir, o risco para o progresso humano e o risco de instabilidade social e política aumentam e as sociedades tornam-se mais vagas, mais imperfeitas e menores”.¹⁷⁰ Já Benjamim Friedman, em *The Moral Consequences of Economic Growth*, afirmou que não são os rendimentos elevados, mas sim os rendimentos sempre crescentes que fomentam a “maior oportunidade, tolerância da diversidade, mobilidade social, empenhamento na justiça e dedicação à democracia”.¹⁷¹

¹⁶⁵ Lopes (2020).

¹⁶⁶ FMI (2020).

¹⁶⁷ Capítulo 3 da edição de Outubro de 2017 do *World Economic Outlook*.

¹⁶⁸ Raworth (2017).

¹⁶⁹ Attenborough (2020).

¹⁷⁰ Moyo (2015); Raworth (2017).

¹⁷¹ Friedman (2006); Raworth (2017).

No entanto, é necessária uma economia que faça prosperar as suas populações, quer cresça, quer não. Na verdade, crescimento e prosperidade não estão necessariamente relacionados. Crescimento não é sinónimo de qualidade de vida e, em particular, o crescimento económico actual mundial, está a colocar a humanidade numa trajectória que vai impedir a possibilidade de sobrevivência da mesma no espaço de um século.¹⁷² Na verdade, o próprio conceito do PIB enquanto métrica económica – criado para medir a produção industrial aquando da 1.ª Revolução Industrial – deverá ser reconsiderado em tempos da 4.ª Revolução. Ainda no contexto deste conceito económico universalmente usado, todos os economistas reconhecem o facto do mesmo não contabilizar medidas de bem-estar ou os valores de produção consideradas “não formais”. Ambas as dimensões (bem-estar e “não-formal”) altamente importantes na promoção de níveis de prosperidade não são valorizadas pelo PIB, porque este indicador valoriza apenas as coisas que têm preço e que são comercializadas.¹⁷³

No contexto particular das economias em desenvolvimento, as taxas de pobreza absoluta (a fracção daqueles que vivem com menos de 1,90 dólares por dia em PPC)¹⁷⁴ caíram para metade desde 1990,¹⁷⁵ e isto deve-se, em parte, ao crescimento económico. Ou seja, o crescimento económico continua a ser importante para os países muito pobres. No entanto, quando as pessoas são extremamente pobres, é preciso muito pouco crescimento dos seus rendimentos para os elevar (ou seja, colocar acima dos 1,90 dólares por dia, por pessoa). Talvez porque a definição de pobreza extrema coloque a fatia demasiado baixa, o crescimento económico nos países em desenvolvimento permitiu grandes e importantes melhorias na qualidade de vida dos pobres. Os novos “Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)” propõem acabar com a pobreza extrema (aqueles que vivem com menos de 1,25 dólares por dia) até 2030 e é bastante possível que esta meta seja atingida se o mundo continuar a crescer de forma semelhante ao que tem feito.¹⁷⁶ Isto demonstra o quanto o crescimento económico continua a ser importante para os países pobres.¹⁷⁷ No entanto, é também

¹⁷² O economista Giorgio Kallis exprime bem este paradoxo: “É louca a ideia de que uma economia pode continuar a crescer, por exemplo, 3% ao ano”.

Será que a economia pode continuar a crescer indefinidamente? Não acabará por esgotar os recursos e ser obrigada a parar? A fim de garantirmos um crescimento perpétuo, temos que descobrir uma reserva inesgotável de recursos (Harari, 2015).

¹⁷³ Quando um condutor de riquexó em Calcutá tira a tarde para passar tempo com a namorada, o PIB desce, mas como pode não crescer o bem-estar? Quando uma árvore é cortada em Nairobi, o PIB contabiliza a mão-de-obra utilizada e a madeira produzida, mas não deduz a sombra e beleza que se perderam (Banerjee e Duflo, 2019).

¹⁷⁴ A paridade do poder de compra (PPC) é uma métrica que compara as moedas de diferentes países através de um índice para o poder de compra.

¹⁷⁵ “Poverty”, Banco Mundial, 2019, <https://www.worldbank.org/en/topic/poverty/overview#1>, consultado a 3 de Janeiro de 2021.

¹⁷⁶ Os ODS constituem a Agenda Mundial de Desenvolvimento para 2030. Em 2015, foram identificados 17 objectivos com 169 metas que devem ser alvo da política pública e das estratégias empresariais do sector financeiro.

¹⁷⁷ Banerjee e Duflo (2019).

muito importante reconhecer que, e apesar destes argumentos, à semelhança dos países “ricos”, não há nenhuma receita para fazer o crescimento acontecer nos países pobres. Ainda, e apesar de evidências de que no mundo em desenvolvimento, o crescimento é, por vezes, impedido por um abuso manifesto da lógica económica, é também inconclusivo o resultado de políticas económicas “correctas”.¹⁷⁸ Curiosamente, até o Fundo Monetário Internacional (FMI), durante muito tempo o bastião da ortodoxia do crescimento acima de tudo, reconhece agora que sacrificar os pobres em prol do crescimento é uma política prejudicial. Exige agora que as suas equipas nos países incluam a desigualdade nos factores a considerar quando fornecem orientação estratégica e estabelecem as condições, mediante as quais os países poderão receber ajuda do FMI (“Guidance Note for Surveillance under Article IV Consultation”, Fundo Monetário Internacional, 2015).

No final, o essencial é assumir que o PIB é um meio e não um fim. Trata-se de um meio útil quando cria emprego, aumenta salários ou «engorda» o orçamento do Estado para que possa redistribuir mais. Contudo, o objectivo final continua a ser melhorar a qualidade de vida das pessoas comuns e, especialmente das pessoas em pior situação. E qualidade de vida significa mais do que o simples consumo. É importante para os seres humanos sentirem-se dignos e respeitados. Embora seja verdade que uma vida melhor tem que ver, em parte, com poder de consumir mais, todos (independentemente do nível de rendimento que auferem) se preocupam com a saúde dos pais, a educação dos filhos, em fazer ouvir a sua voz e ser capaz de perseguir os seus sonhos. Um PIB mais elevado pode ser uma forma de possibilitar isto aos pobres, mas é apenas uma das formas e poderá nem sempre ser a melhor. Na verdade, a qualidade de vida, varia muito entre países de rendimento médio. Por exemplo, “o Sri Lanka tem mais ou menos o mesmo PIB *per capita* que a Guatemala, mas a mortalidade materna e a mortalidade infantil são muito menores no Sri Lanka (sendo comparáveis às dos EUA)”.¹⁷⁹ Outro exemplo mostra que ocorreu uma redução drástica da mortalidade de menores de cinco anos, mesmo em alguns países muito pobres que não estavam a crescer particularmente rápido, em grande medida graças aos cuidados prestados aos recém-nascidos, na vacinação e na prevenção da malária.¹⁸⁰ Em 2019, a Nova Zelândia deu o passo arrojado de abandonar formalmente o PIB como a sua principal medida de sucesso económico e criou o seu próprio índice, baseado nas preocupações nacionais mais prementes onde os “três pês” – Proveitos, Pessoas e Planeta

¹⁷⁸ “Após dois anos de trabalho da comissão composta por 21 especialistas e líderes mundiais, de um grupo de trabalho com 11 membros, de 300 peritos académicos, de 12 seminários, de 13 consultas e de um orçamento de quatro milhões de dólares, a resposta dos especialistas à pergunta de como conseguir um crescimento elevado foi basicamente: não sabemos, mas confiamos nos especialistas para descobri-lo.” (Banerjee e Duflo, 2019: 227).

¹⁷⁹ (Banerjee e Duflo, 2019: 249).

¹⁸⁰ <http://data.worldbank.org/indicator/SH.DYN.MORT?end=2017&locations=GT-LK-US&start=2009>, consultado a 10 de Janeiro de 2021. O simples investimento de dinheiro não fornece uma verdadeira educação e uma boa saúde. No entanto, a boa notícia é que, ao contrário do que acontece com o crescimento, é possível saber como fazer progressos nestas matérias (Banerjee e Duflo, 2019: 250).

– estavam representados.¹⁸¹ Outro exemplo importante a destacar é o dos Emirados Árabes Unidos que ocupam o vigésimo lugar no *Relatório Mundial da Felicidade* da ONU, que repousa em indicadores como a expectativa de vida saudável, a liberdade para fazer escolhas, os apoios sociais e a percepção da corrupção. O Dubai tem um ministro da felicidade e do bem-estar (no Ministério da Felicidade). O Departamento encarregue de promover uma cidade inteligente estabeleceu uma *Agenda da Felicidade* em que um dos objectivos é atingir 95% de felicidade em 2021, através de um programa que visa, nomeadamente, educar as pessoas para a felicidade e promover a felicidade em tempo real com base na análise de dados.¹⁸²

Quando a questão é – como pode uma economia prosperar, quer esta cresça ou não – a resposta inclui a necessidade de criar e desenvolver economias que sejam distributivas e regenerativas (economia-borboleta e/ou economia circular) em oposição às actuais dinâmicas económicas que não são distributivas e são degenerativas (economia-lagarta e/ou economia linear).¹⁸³ O actual modelo de crescimento económico está fortemente baseado numa economia linear, dependente de uma produção permanente proveniente de materiais extraídos, tratados e processados em bens que, no final do seu ciclo de vida, são eliminados como resíduos ou emissões. Importa reduzir o consumo de matérias-primas primárias e promover um destino final mais sustentável para os resíduos, através de simbioses industriais e valorização enquanto recursos. É inteligente criar economias que restabeleçam e renovem os ciclos de vida, do local ao global, de que depende o bem-estar humano.¹⁸⁴ No contexto desta economia circular, é estudado como os produtos consumidos podem ser produzidos com menos recursos e garantindo que no seu final de vida possam ainda voltar a ser inseridos no sistema de produção de um outro bem, de forma a evitar a criação de resíduos. Para que isso aconteça, faz sentido promover a identificação de resíduos que podem vir a ser matérias-primas de outros produtos; que alguns produtos possam ser biodegradáveis no fim da sua vida útil; promover a bioeconomia;¹⁸⁵ o surgimento de novos negócios relacionados com a utilização

¹⁸¹ Os economistas ambientais estão concentrados em construir uma economia sustentável. A sua ambição é mudar o sistema para que não só os mercados de todo o mundo beneficiem dos proveitos e ganhos, mas também as pessoas e o Planeta. Chamam a isso os “três pés”.

¹⁸² <https://pt.euronews.com/2019/07/30/dubai-quer-atingir-95-de-felicidade-em-2021> (consultado a 16 de Abril de 2021).

¹⁸³ Economias distributivas incluem dinâmicas que tendem a dispersar e fazer circular o valor à medida que é criado, em vez de o concentrar em cada vez menos mãos. As economias são regenerativas quando todas as pessoas se tornam participantes plenos na regeneração dos ciclos vivificantes da Terra para que a prosperidade aconteça dentro dos limites planetários (Raworth, 2017).

¹⁸⁴ Raworth (2017).

¹⁸⁵ A bioeconomia é, em paralelo com a economia verde e a economia circular outra área em franca expansão. De acordo com a Comissão Europeia, a “Bioeconomia inclui a produção de recursos biológicos renováveis, e a sua conversão em alimentos, alimentação para animais, produtos com base biológica e bioenergias. Assim, inclui a agricultura, florestas, pesca, agroalimentar, pasta e papel, bem como partes das indústrias químicas, biotecnologias e da energia” (Comissão Europeia, 2012). Esta área tem complementaridades com a Economia Verde e com a Economia Circular (Santos e Duarte, 2019).

de bens, e com o usufruto do serviço de um bem, e não propriamente a posse desse bem (Santos e Duarte, 2019).

Em vez de aceitarem a desigualdade crescente como uma lei do desenvolvimento económico, uma inevitabilidade que tem de ser suportada até que, alegadamente, o crescimento proporcione igualdade, os economistas do século XXI deverão procurar tornar as economias muito mais distributivas do valor que geram. Na verdade, é um erro imaginar que é possível manter o foco no crescimento económico e deixar que a desigualdade cuide de si mesmo.¹⁸⁶ E esta é uma mensagem muito importante, em especial para os decisores políticos nos países de rendimentos baixos e intermédios como Angola. Neste contexto, uma estratégia essencial é a necessidade de não só alterar a distribuição do rendimento, mas também da riqueza, em particular da que decorre do controlo da terra, da criação de moeda, da iniciativa, da tecnologia e do conhecimento.

Já é possível identificar países de rendimentos baixos e intermédios onde há aldeias, vilas e cidades que estão a aderir a princípios de concepção regenerativos. É possível citar os seguintes exemplos:¹⁸⁷ “O Bangladesh tem como meta ser a primeira nação movida a energia solar e está a dar formação em engenharia solar a milhares de mulheres que possam instalar, manter e reparar sistemas de energia renovável nas suas própria aldeias.

Na Etiópia, mais de 220 000 hectares de terrenos desertificados foram regenerados desde o ano 2000, graças a comunidades agrícolas que construíram socalcos e plantaram arbustos e árvores. Transformaram encostas, outrora áridas, em vales luxuriantes que providenciam cereais, legumes e frutas às aldeias e cidades circundantes, ao mesmo tempo que fixam o carbono, armazenam água e recuperaram o solo.¹⁸⁸

No Quénia, empresas sociais como a Sanergy estão a construir latrinas higiénicas em bairros de lata e a transformar 100% dos dejectos humanos que recolhem em biogás e adubo orgânico para venda a agricultores locais – melhorando a saúde humana e criando empregos muito necessários, ao mesmo tempo que reduzem a poluição por nitrogénio e aumentam a fertilidade do solo.¹⁸⁹ É, no entanto, preciso acompanhar devidamente a evolução destes investimentos.”¹⁹⁰

¹⁸⁶ Raworth (2017). Há até argumentos de que o crescimento económico é motor de desigualdades (ver Thomas Piketty).

¹⁸⁷ Raworth (2017: 263 – 264).

¹⁸⁸ Vidal (2014).

¹⁸⁹ Sanergy <http://saner.gy>.

¹⁹⁰ Raworth (2017).

No contexto da economia-borboleta (distributiva e regenerativa), interessa criar e promover a economia social.¹⁹¹ Na verdade, “todas as sociedades, porque dinâmicas, contêm em si mesmas, coexistindo no lado a lado, o velho e o caduco com os embriões (pressuposto de inovação) daquilo que se irá revelar como o mais adequado e eficaz no encontrar de um caminho. Neste aparente paradoxo de coexistências, onde as tensões por norma geram conflitos, teremos de saber ler os sinais, interpretar os sintomas e ter a coragem para adoptar as estratégias que a dinâmica impõe”.¹⁹² Ou seja, urge repensar o modelo económico pelo social, pela óptica das pessoas que não pela dos capitais. Há que viabilizar a passagem da economia de mercado à economia social de mercado. Construir um modelo de economia que oriente o funcionamento do mercado para o bem comum. Este modelo de economia solidária realça a dimensão social da economia e do sistema económico, conciliando a igualdade na diferença e invertendo a tendência tão frequente de quantificar a realidade sem a devida avaliação qualitativa.

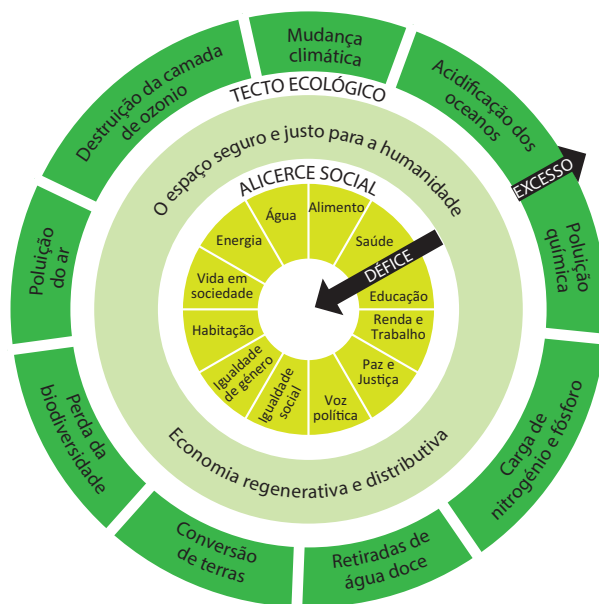
Neste contexto, em Angola deverão ser fomentadas as já existentes (e já emergentes), manifestações associativas de todo o tipo – cooperativas agrícolas, movimentos ecologistas, de consumidores e produtores, de justiça e paz, de promoção social, de luta contra as exclusões, entre outros – já que o desenvolvimento associativo e a criação de movimentos sociais sólidos e locais, são processos de grande importância, dado que estimulam a economia social de baixo e para baixo, garantindo o seu compromisso com os fins sociais e a sua função educacional. Estes

¹⁹¹ Uma das definições de Economia Social inclui a que foi assumida pela Comissão das Comunidades Europeias na Comunicação ao Conselho de 18 de Dezembro de 1989 da seguinte forma: “uma empresa pertence à Economia Social se a sua actividade produtiva se basear em técnicas de organização assentes nos princípios de solidariedade e participação entre membros, sejam produtores, utilizadores ou consumidores, e nos valores de autonomia e cidadania. Em geral, estas empresas adoptam a forma jurídica de cooperativa, mutualidade ou associação.” Assim, a Economia Social é formada pelo conjunto de organizações, fruto do empreendedorismo social, que visam responder a necessidades sociais que não encontram oferta suficiente ou adequada nos sectores público e privado. Ainda, o conceito tem sido desenvolvido no âmbito do CIRIEC (*International Centre of Research and Information on the Public, Social and Cooperative Economy*), atendendo a critérios incluídos na Carta de Princípios da Economia Social da Conferência Europeia Permanente das Cooperativas, Mutualidades, Associações e Fundações (CEP- CMAF). A Economia Social poderá incluir: i) o subsector do mercado, constituído por cooperativas, mutualidades, grupos empresariais controlados por cooperativas, outras entidades da Economia Social e outras empresas sem fins lucrativos; ii) o subsector de “não-mercado”, formado por todas as organizações da Economia Social cujos critérios das contas nacionais consideram como produtores não-mercantis; i.e., que fornecem a produção gratuitamente ou a preços insignificantes. As unidades destes dois subsectores possuem características comuns: são privadas; são organizadas formalmente, sendo dotadas de personalidade jurídica; possuem autonomia de gestão; têm liberdade de filiação; a distribuição de eventuais lucros ou excedentes entre os filiados/usuários não é feita de forma proporcional ao capital ou às quotizações dos membros, mas em função da sua actividade ou participação na organização; exercem uma actividade económica por direito próprio para atender a necessidades de pessoas, lares ou famílias; e são organizações democráticas.

¹⁹² “Entenda-se, não estamos a começar do zero, do nada; estamos, isso sim, a tentar olhar a sociedade, as suas coisas, os seus fenómenos, de forma abrangente, sempre pela óptica de que um ponto de chegada é sempre um ponto intermédio de paragem num percurso humano jamais terminado.” (Barão, 1992: 149 – 151).

espaços intermédios de relação deverão progressivamente ganhar a dimensão de pontos de encontro e de convergência entre o interesse público e as acções do privado. Neste contexto, interessa realçar que o modelo da economia social não se traduz num modelo de carácter alternativo ao sector privado, nem compete com o sector público, sendo complementar a estes dois. Daqui resultará uma melhor distribuição do rendimento, uma correspondência dos serviços às reais necessidades da população angolana, um aumento do valor da actividade económica, corrigindo os desequilíbrios dos mercados e fortalecendo a democracia económica. Em suma, proporcionará inovação social, ambiental e tecnológica.

Considerando a importância de promover a economia social, destaca-se a economista da Universidade de Oxford, Kate Raworth, que em 2012 criou um modelo que incorporou as necessidades básicas das pessoas como um alicerce social (círculo interior), ao já reconhecido tecto ecológico (círculo exterior) e desenvolveu o chamado modelo Donut (imagem abaixo). Foi assim definido um espaço seguro e justo para a Humanidade ao serem incorporados os dois conjuntos de fronteiras. A ideia é que a Humanidade/Economia deve manter-se abaixo do tecto, mas não à custa do bem-estar das pessoas (que inclui habitação digna, acesso a cuidados de saúde, água potável, alimentação suficiente, acesso à energia, acesso à educação, um rendimento mínimo, uma representação política e justiça). Como tal, o modelo funciona como uma estrutura para o desenvolvimento sustentável.¹⁹³



Fonte: Universidade de Oxford, Kate Raworth.

¹⁹³ Uma análise recente estimou que quase 50% do impacto da Humanidade sobre o mundo vivo é atribuído aos 16% mais ricos da população humana. <http://www.gov.uk/government/publications/interim-report-the-dasgupta-review-independent-review-on-the-economics-of-biodiversity>, consultado a 16 de Abril de 2021.

Nos países em desenvolvimento, em particular aqueles que procuram acelerar a sua transição demográfica (essencial dada a pressão demográfica sobre o Planeta) é muito importante apoiar e promover esta transição, pois esta concretiza as ambições contidas no modelo Donut pois ajudará as pessoas a saírem da pobreza, a construir redes de cuidados de saúde, sistemas educativos, melhores transportes e segurança energética, tornando esses países atractivos para o investimento. Entre todas essas melhorias sociais, existe uma em particular que se descobriu reduzir significativamente a dimensão das famílias: o empoderamento feminino.¹⁹⁴ Este traz liberdade de escolha e quando a vida oferece mais opções às mulheres, a sua escolha é com frequência ter menos filhos. Esta melhoria é particularmente importante no contexto angolano.

De acordo com o argumento sobre a necessidade de uma abordagem (bio)económica inovadora, devem ser identificados novos caminhos e medidas para os sectores industrial e agrícola em Angola. De facto, não é possível ter um caminho “verde” que se alimenta de um caminho “cinzento” de *business as usual*.¹⁹⁵

No contexto das políticas climáticas (para o caminho “verde”) é possível diferenciar entre medidas de mitigação e adaptação. Para as primeiras, o objectivo é desacelerar as alterações climáticas para conter os impactos a um nível manejável e o mesmo poderá ser atingido mediante a redução das emissões de gases com efeito de estufa e o aumento do sequestro de dióxido de carbono (CO₂). As medidas de adaptação têm como principal objectivo preparar a sociedade e os sistemas naturais para um clima mais quente. Para isso, as formas de actuação incluem compreender as alterações climáticas e os seus impactos, reduzir exposição ao risco e aumentar a resistência e a resiliência da sociedade e ecossistemas aos riscos meteorológicos e aos aumentos do nível do mar. Considerando a região da África Subsariana, as medidas de mitigação e o seu contributo para uma recuperação económica verde (em particular após a pandemia da COVID-19) poderão incluir a aplicação de impostos sobre o carbono, a eliminação gradual dos subsídios à energia, a transição para fontes de energia verde, uma reflorestação que promova a captura de carbono e de normas financeiras que limitem o investimento em capital poluente.¹⁹⁶ Contudo, as estratégias de adaptação cumprem uma função mais proeminente nesta região. Em primeiro lugar, porque a implementação célere das estratégias de adaptação (que também estimulará o desenvolvimento económico) irão gerar mais postos de trabalho em apoio à recuperação económica após a pandemia da COVID-19. Em segundo lugar, as economias da África Subsariana são particularmente dependentes de sectores sensíveis ao clima. Em terceiro lugar, a região tem influência reduzida sobre o clima quando comparada com as economias

¹⁹⁴ <http://www.unwomen.org/en> e <http://www.unfpa.org/> (consultados a 16 de Abril de 2021).

¹⁹⁵ Em consonância com a definição de economia verde, um caminho “verde” significa fazer face às alterações climáticas. Estas definem-se como alterações no clima atribuíveis, directa ou indirectamente, a actividades humanas que alteram a composição da atmosfera global e que são adicionais à variabilidade climática observada em períodos de tempo comparáveis (Convenção Quadro das Nações Unidas de Alterações Climáticas – UNFCCC em Inglês).

¹⁹⁶ FMI (2019b); Nyiwul (2019).

avançadas e as grandes economias de mercados emergentes que são responsáveis pela maior parte das emissões de gases com efeito de estufa.¹⁹⁷

No contexto angolano, em particular no sector industrial, as alterações climáticas deverão ser usadas para a criação e promoção da industrialização verde. Esta estratégia pode ser iniciada com a modernização do Corredor do Lobito cujo principal componente é o transporte ferroviário (caminho-de-ferro de Benguela) menos poluente e considerando os Pólos de Desenvolvimento Industrial já projectados ao longo da linha férrea e que necessitam de ser dinamizados. De acordo com os Relatórios Anuais produzidos pelos Governos Provinciais, o Parque Industrial da Catumbela (província de Benguela) tem 408 empresas projectadas, o Parque Industrial da Caála (província do Huambo) tem 22 empresas projectadas e o Parque Industrial do Cunje (província do Bié) tem 39 projectos planeados. Industrializar, segundo uma lógica tradicional, já não faz sentido e os custos de uma rota desse género serão in comportáveis. Devem ser evitados os erros praticados por outros países e comunidades e repetidas as boas práticas decorrentes de lições aprendidas. É necessário adoptar um roteiro livre de carbono e inclusivo, usando os recursos finitos de forma eficiente e reduzindo os danos ao meio ambiente, enquanto se aumenta a competitividade global das empresas/indústrias, uma vez que estas passam a estar ancoradas numa sustentabilidade de negócio de longo prazo.¹⁹⁸ A industrialização verde e um tecido empresarial próspero podem fomentar uma rota de transformação. Negócios pequenos, mas que são rápidos e dinâmicos, com alta produtividade e potencial de crescimento, têm oportunidade de prosperar em indústrias de pequena escala nas áreas das energias limpas, como os equipamentos solares domésticos, as estufas verdes, a gestão de resíduos e o saneamento.¹⁹⁹

Para fomentar o investimento em infra-estruturas sustentáveis e na melhoria da sua eficiência (por exemplo, uso de sistemas solares domésticos) vão ser necessárias muitas directivas políticas e incentivos. Em particular, as políticas industriais têm que ser integradas.²⁰⁰ Outra iniciativa estratégica inclui “relocalizar”, ou seja, produzir localmente e para as necessidades locais em empresas financiadas também localmente.²⁰¹ Qualquer decisão económica, política ou cultural que possa ser tomada à escala local deve sê-lo.²⁰² Assim, por exemplo, perante a existência de vastas reservas de recursos para a produção industrial, a estratégia deverá ser aproximar a produção das fontes de recursos. Em Angola, para os trabalhadores desempregados, para

¹⁹⁷ FMI (2020).

¹⁹⁸ Lopes (2020).

¹⁹⁹ Brahmbhatt et al. (2017); Lopes (2020).

²⁰⁰ Lopes (2020).

²⁰¹ Latouche (2020) ainda inclui no contexto do “círculo virtuoso” mais sete “R’s”: reavaliar, reconceitualizar, reestruturar, redistribuir, reduzir, reutilizar e reciclar (além de relocalizar).

²⁰² Esta afirmação não exclui a hipótese dos casos em que as mercadorias não possam ser produzidas localmente ou a sua produção local resulte numa maior emissão de carbono. Um exemplo interessante apresentado por Klein (2020), indica que cultivar alimentos em estufas em zonas frias dos EUA consome frequentemente muito mais energia do que cultivá-los no sul e enviá-los por comboio.

os empresários (e agricultores, considerando-os como fornecedores de matérias-primas para o sector industrial) que não conseguem competir com o preço das importações e com a possibilidade do comércio local ser substituído por grandes lojas, esta é uma opção essencial. No entanto, a “relocalização” não tem que necessariamente excluir investimentos e projectos no sector industrial de maior escala. Apenas, questões reguladoras/legais deverão ser definidas, permitindo que ambas as dimensões coexistam no sentido da promoção da prosperidade das províncias e do país.

Ainda no sector industrial e perante o facto do acesso à energia ser ainda limitado,²⁰³ a redução dos custos das energias renováveis proporciona uma oportunidade real para a implementação em larga escala de uma energia verde e limpa. Esta mudança garantirá que um salto em frente em vez da estagnação nas tecnologias e modelos convencionais com uma utilização intensiva de carbono.²⁰⁴ Ainda, esta opção estratégica permitirá atingir a meta definida pelo Ministério da Energia e Águas que prevê que até 2025 pelo menos 7,5% da electricidade gerada no país será proveniente de novas energias renováveis. Em relação à energia eólica, Angola perspectiva até 2025 instalar 800 MW de produção.²⁰⁵ O recurso eólico no sudoeste do país e na escarpa atlântica, ao longo de um eixo norte-sul identificado nos estudos recentemente concluídos, apresentam condições favoráveis à instalação de parques eólicos. Além do enorme potencial solar,²⁰⁶ existe outra fonte com alto potencial de energia que está lentamente a começar a estabelecer-se e a despertar um grande interesse – a fonte da energia das ondas – e as zonas costeiras da Namíbia e parte sul de Angola, concretamente na província do Namibe (município do Tômbua), têm locais potenciais para conversão de energia das ondas. O objectivo será aumentar o acesso à energia como um capacitador crítico da resiliência, o que irá gerar benefícios em todos os sectores da economia e aproveitar os abundantes recursos renováveis perante a queda dos preços da energia renovável. É necessário planificar a eficiência energética, as tecnologias de armazenamento e nas soluções renováveis fora da rede.²⁰⁷

²⁰³ De acordo com os dados do Ministério da Energia e Águas de Angola, estima-se que apenas 30% da população em Angola tenha acesso à energia eléctrica. Na região da África Subsariana, 541 milhões de pessoas, ou 50% da população, não têm actualmente acesso à electricidade (FMI, 2020). <https://gestoenergy.com/wp-content/uploads/2018/04/ATLAS-AND-NATIONAL-STRATEGY-FOR-THE-NEW-RENEWABLES.pdf> (consultado a 18 de Abril de 2021).

²⁰⁴ O sector energético em Angola é o que mais contribui para a emissão de gases com efeito de estufa, esperando-se a sua redução até 2030 em cerca de 35% (António, 2020).

²⁰⁵ António (2020).

²⁰⁶ Angola dispõe de um número médio anual de horas de sol entre 5800 a 630, tendo-se identificado 55 GW de potencial de geração, de acordo com dados do Ministério da Energia e Águas. A grande dispersão da população e a dificuldade de acesso a determinadas zonas do país contribuem para a eleição da energia solar fotovoltaica como solução para o aumento do nível de electrificação.

²⁰⁷ Na região da África Subsariana, o consumo de energia eléctrica *per capita* é um sexto da média mundial, mas os seus custos são superiores aos de qualquer outro local. A continuação de uma situação de *business as usual*, juntamente com o aumento da população, fará com que 530 milhões de pessoas permaneçam ainda sem electricidade em 2030 (90 % do número global) (FMI, 2020).

Neste contexto, exemplos a seguir, encontram-se no Quênia que tem como objectivo garantir o acesso universal à energia até 2022, com recurso à utilização de sistemas fora da rede, como as mini-redes e sistemas solares independentes.²⁰⁸ A taxa de acesso à electricidade já passou de cerca de 40% para 70% entre 2012 e 2017 (segundo os Indicadores de Desenvolvimento Mundial, do Banco Mundial). Este modelo de energia solar *pay as you go* é alimentado por centrais de energia solar, fora da rede, descentralizadas e de pequena escala. Facilita a expansão, usando tecnologias móveis de baixo custo para fins de pagamento. Tendo em conta o apoio necessário para a instalação, a assistência técnica a longo prazo e o apoio ao cliente, este sistema também está a criar dez vezes mais emprego do que as empresas tradicionais de energia.²⁰⁹

Para efectivar os investimentos, há a necessidade de criar e promover um sistema financeiro sustentável. Nele, verificar-se-á a transformação das poupanças e créditos em investimentos produtivos que proporcionam valor social e ambiental a longo prazo.²¹⁰ Os bancos de desenvolvimento dirigidos pelo Estado têm um papel crucial na oferta de “capital paciente” para investimentos a longo prazo como tecnologias de energias renováveis e sistemas de transportes públicos. Bancos comunitários, cooperativas de crédito e bancos éticos podem parecer pequenos interventores mas assumiram a dianteira neste espaço. É possível citar os exemplos do “banco holandês Triodos, cuja missão é fazer com que o dinheiro trabalhe para a mudança social, ambiental e cultural positiva” e do “First Green Bank, da Florida, fundado em plena recessão de 2008, que decidiu ser um banco regenerativo”.²¹¹ Ainda, os bancos centrais podiam canalizar o dinheiro novo para bancos nacionais de investimento e projectos infra-estruturais “verdes” e sociais, como sistemas de energias renováveis baseados em comunidades, no âmbito da transformação infra-estrutural a longo prazo que constitui uma necessidade urgente – ideia conhecida como “flexibilização quantitativa verde”.²¹²

Relativamente ao sector agrícola angolano e dada a preponderância da economia agrícola familiar (que é responsável por 90% correspondendo a mais de 5 milhões de hectares),²¹³ é importante e estratégico modernizar a agricultura de pequena escala (que promove o desenvolvimento comunal/local) e, em particular, é fundamental considerar o papel das mulheres na agricultura. Não há nenhuma razão para continuar a considerar que a modernização é algo que pertence à esfera dos grandes empresários, que têm acesso ao capital e às instituições

²⁰⁸ Banco Mundial (2018).

²⁰⁹ FMI (2020). De uma forma geral, no continente africano prevê-se que as energias renováveis apresentem um forte e rápido crescimento até 2040, sobretudo nos países da África Subsariana (António, 2020).

²¹⁰ Raworth (2017) apresenta o conceito de «finanças regenerativas» como as finanças que têm como objectivo o de criar meios financeiros que estejam ao serviço da vida.

²¹¹ Raworth (2017: 274).

²¹² Murphy (2010).

²¹³ CEIC (2018).

financeiras.²¹⁴ Aliás, existem (alguns) outros mitos que devem ser desconstruídos, ou seja, em primeiro lugar, “mais” agricultura não é necessariamente “melhor” agricultura e, em segundo lugar, o investimento na agricultura de grande escala não exclui o investimento na agricultura de pequena escala. Mesmo em sociedades como a norte-americana ou as europeias, onde a agricultura é uma actividade totalmente integrada no mercado e altamente capitalizada, o modelo que se consolidou foi o de uma agricultura baseada na organização de base familiar. Na Europa, a agricultura familiar foi sempre predominante devido à grande pressão demográfica sobre as terras agrícolas. Assim, não há nenhuma razão para ter de escolher entre as duas; podem e devem existir ambas para evitar uma economia altamente desigual e frágil. Ou seja, é necessário privilegiar a diversidade e a distribuição.²¹⁵

Em face das actuais dinâmicas climáticas, é necessário planear a agricultura, promovendo o uso de solo para colheitas perenes em policultura.²¹⁶ Este tipo de agricultura, entre outras vantagens, é muito mais intensivo em termos de mão-de-obra (em comparação com a hipótese da prática de uma agricultura industrial mecanizada), o que significa que este sector poderá ser uma fonte substancial de emprego não só para os elementos das comunidades rurais, mas também para fomentar migração urbana-rural de cidades congestionadas, cujos cidadãos sobrevivem em contextos de pobreza. Esta prática agrícola contribuirá ainda para promover a segurança alimentar que está cada vez mais ameaçada em face das alterações climáticas, já que as mesmas implicam impactos negativos no rendimento das colheitas, na produtividade das culturas e do gado e na qualidade nutricional dos produtos agrícolas ao mesmo tempo que perturbam os sistemas alimentares.²¹⁷

²¹⁴ ECA (2013a); NEPAD (2013).

²¹⁵ Raworth (2017).

²¹⁶ Como as plantas perenes não necessitam de ser plantadas todos os anos, as suas raízes compridas são muito eficientes a armazenar a água escassa, a manter o solo escorado e a sequestrar o carbono. As policulturas são também menos vulneráveis a ataques de pragas e à destruição provocada pelos extremos meteorológicos (Klein, 2020).

²¹⁷ Evidências sugerem que um aumento de um único grau na temperatura em África causará uma perda de 65% da capacidade actual de crescimento do milho do continente e uma queda estimada de cerca de 20% na produção global de alimentos. Um relatório da Oxfam estima que o preço do trigo aumentará em 120%, o milho em 177% e o arroz processado em 107% antes de 2030 (Oxfam 2012: 22). Isso colocaria os itens alimentares mais básicos fora do alcance de muitos africanos e prejudicaria o seu direito fundamental à alimentação. Também se estima que um aumento de temperatura de um único grau resultará num declínio de 10% na precipitação até 2050, criando problemas hídricos para 480 milhões de pessoas no continente (FMI, 2020). Estas evidências ainda se tornam mais alarmantes perante o facto de que a maioria das populações pobres de África (82 %) vive em áreas rurais e obtém o seu sustento principalmente da agricultura e o sector emprega 54 % da força de trabalho. A percentagem da insegurança alimentar na região atingiu 277 milhões em 2018, o que representa 22% da população. O sistema alimentar da região é especialmente vulnerável aos choques climáticos (Banco Mundial, 2020).

É ainda estratégico promover o agro-negócio e a sua cadeia de valor (que abarca a agricultura, a indústria e os serviços) em vez de um desenvolvimento meramente baseado na agricultura. Aliás, uma das principais razões pelas quais a agricultura familiar permaneceu ao nível de subsistência é o facto de os pequenos produtores serem subvalorizados e marginalizados nos processos de desenvolvimento das cadeias de valor (incluindo no acesso aos *inputs*). Isto é agravado pelo facto da própria agricultura ser considerada um sector de risco e de pouco rendimento. Assim, deverá verificar-se uma alteração de paradigma – é essencial que os pequenos produtores entendam a forma como se relacionam ou devem relacionar com os consumidores ao nível regional, continental e internacional (orientar o mercado para a procura) para que se possam modernizar (e prosperar).²¹⁸

Na sequência deste argumento, é crucial identificar soluções para o pequeno produtor que enfrenta o obstáculo no acesso ao(s) financiamento(s). A maior parte das regiões rurais não têm ou têm uma rede de instituições financeiras muito limitada. É crucial criar e desenvolver “Bancos de Fomento Agrário” e definir produtos financeiros pensados para dar assistência aos pequenos produtores, especialmente às mulheres, permitindo que os mesmos comecem a ser incluídos nas cadeias de valor.²¹⁹

Finalmente e ainda no contexto da modernização da agricultura de pequena escala, há evidências de que um sistema auto-organizador funciona melhor, porque os agricultores criaram as suas próprias normas para, por exemplo, actividades como a utilização da água, porque se juntam regularmente em reuniões e nos campos e, finalmente, porque colocaram em marcha um sistema de monitorização e sancionaram os que infringiam as normas.²²⁰ Ou seja, as comunidades agrícolas podem gerir as suas terras e recursos comuns melhor do que os mercados e melhor do que programas comparáveis definidos a nível central (pelo Estado).²²¹

O sistema financeiro sustentável no contexto do sector agrícola também inclui, tal como já referido para o sector industrial, a identificação e consequente financiamento de investimentos no desenvolvimento de infra-estruturas (incluindo também melhorias sistemáticas de

²¹⁸ Lopes *et al.* (2017); Yumkella *et al.* (2012).

²¹⁹ É interessante citar um exemplo na Europa em que desde 2005-2006, o montante de apoio dado aos agricultores em França deixou de estar ligado à produção. Em vez disso, baseia-se na protecção ambiental e no bem-estar dos animais. “O resultado é que pequenas quintas artesanais conseguem sobreviver e delas obtêm-se produtos de elevada qualidade e paisagens bonitas. Isto é algo que a maioria dos Europeus acha que vale a pena preservar e que certamente contribui para a qualidade da sua vida. Seria o PIB francês mais elevado se a produção agrícola fosse mais concentrada e as quintas fossem substituídas por armazéns? Talvez. O bem-estar seria maior? Provavelmente não.” (Banerjee e Duflo, 2019: 365).

²²⁰ Ostrom (2009).

²²¹ Raworth (2017). Neste contexto, recomenda-se, por exemplo, mapear os esquemas de financiamento dos pequenos produtores que obtiveram bons resultados, com vista a alterar o discurso sobre investimento na agricultura (Severino e Hajdenberg 2016; McKinsey Global Institute 2016; AUC e ECA 2009).

armazenamento e processamento) que considerem os riscos ambientais. Por exemplo, recomenda-se o financiamento de investimentos no desenvolvimento de infra-estruturas que considerem energias limpas e renováveis.²²² Recomenda-se também que as actividades de valor acrescentado sejam realizadas nas proximidades dos recursos, reduzindo desta forma a enorme pegada carbónica causada pelo transporte das matérias-primas a grandes distâncias para que sejam processadas.

Felizmente, o abandono de modelos de altas emissões de carbono já é uma prática de muitos países africanos.²²³ É verdade que a preparação e o investimento relativos às alterações climáticas têm custos, mas a ausência de ajustamento acarreta consequências catastróficas e terá custos bem mais elevados a curto prazo.²²⁴

Outras estratégias, neste caso de adaptação, bem-sucedidas no sector agrícola e possíveis de replicação em Angola, incluem as práticas de agricultores no Chade que estão a melhorar a retenção de água através de uma técnica de recolha da água das chuvas chamada Zaï. A técnica implica escavar pequenos poços para captar a água das chuvas e fazer a sementeira nos mesmos. Também usam sistemas agro-florestais que combinam a exploração agrícola e florestal na mesma parcela de terreno para reduzir a erosão durante chuvas fortes. Outro exemplo inclui Moçambique que está a dar início a um projecto-piloto global que visa testar novas sementes de feijão tolerantes ao calor, desenvolvidas pelo Centro Internacional de Agricultura Tropical. O programa Rede de Segurança Produtiva na Etiópia, que concede dinheiro e transferências em espécie para combater a insegurança alimentar, contribuiu para melhorar a inclusão financeira ao exigir contas bancárias para a realização das transferências. O uso destes sistemas de transferência ajudou a melhorar a eficiência das respostas de emergência a situações de catástrofes naturais e, juntamente com as sementes melhoradas, permitiu reduzir a escassez de alimentos de 22% para 10% no período entre 2011 e 2016.²²⁵

Desta análise, verifica-se a necessidade imperiosa de acções noutros sectores e áreas, tais como, a educação, as novas tecnologias e o sistema financeiro. Na área da educação é necessário

²²² Lopes (2020).

²²³ Cabo Verde, Quénia, Etiópia, Marrocos ou Uganda já estão a investir em sectores das energias limpas e renováveis e a desligarem-se das fontes tradicionais dependentes de combustíveis fósseis da biomassa e dos recursos florestais. Costa do Marfim, Argélia, Etiópia e África do Sul, entre outros, colocaram os seus sistemas de transportes numa rota de baixas emissões carbónicas (Lopes, 2020).

²²⁴ Ousar a implementação de novas dinâmicas (bio)económicas no Hemisfério Sul é tentar desencadear um movimento em espiral que o coloque na órbita do círculo virtuoso dos oito “R’s” já referidos neste texto. Outros “R’s”, ao mesmo tempo alternativos e complementares, como Romper, Renovar, Reencontrar, Reintroduzir, Recuperar, etc., são importantes. Romper com a dependência económica e cultural em relação ao Norte. Renovar o curso duma história interrompida pela colonização, o desenvolvimento e a mundialização. Reencontrar e recuperar uma identidade cultural própria. Reintroduzir os produtos específicos esquecidos ou abandonados e os valores “anti-económicos” ligados ao passado destes países. Recuperar as técnicas e o saber-fazer tradicionais (Latouche, 2020).

²²⁵ Banco Mundial (2019); FMI (2020).

e urgente reforçar e investir na educação, formação e capacitação do capital humano no geral e para as questões ambientais, em particular. Esta última implica, antes de mais, a alteração de mentalidades e a sensibilização dos agentes económicos consumidores e produtores das zonas urbanas e rurais e dos decisores políticos. Só a participação comunitária e o envolvimento dos cidadãos no planeamento, tomada de decisões, implementação e monitorização permitem uma acção climática eficaz, não só para a responsabilização, mas também para construir a apropriação e sustentabilidade dos esforços. Como escreveu Romer em 2008: *“o conhecimento necessário para proporcionar aos cidadãos dos países em desenvolvimento um nível de vida muito melhor já existe nos países avançados. (...) Se um país investir na educação e não destruir os incentivos para os cidadãos adquirirem ideias do resto do mundo, consegue rapidamente aproveitar a reserva de conhecimento mundial publicamente disponível.”*²²⁶

No entanto, além da informação já disponível, destaca-se a importância crítica dos dados, informações, avaliações e conhecimentos, em particular sobre as realidades e dinâmicas locais, para promover uma mudança para as abordagens proactivas e antecipatórias para as comunidades e países. A aposta na educação ainda é mais relevante, considerando que o investimento em energias renováveis cria mais postos de trabalho em comparação com o investimento em combustíveis fósseis (petróleo e gás).²²⁷ Considerando também o aumento do investimento em transportes públicos e no comboio, que implicará não só a redução dos níveis de dióxido de carbono na atmosfera, o mesmo também permitirá a criação de postos de trabalho. Finalmente, a promoção da educação deverá ser complementada com a da saúde, pois ambas são a base do desenvolvimento de um capital humano saudável e competente para combater os impactos climáticos e enfrentar o problema de uma forma esclarecida e planeada através das gerações. Ou seja, as reduzidas folgas financeiras e os baixos níveis de escolaridade e cuidados de saúde prejudicam a capacidade de adaptação das populações que já vivem abaixo do limiar de pobreza e cuja subsistência depende de actividades sensíveis ao clima, como a agricultura pluvial, a pecuária e a pesca.²²⁸

No contexto das novas tecnologias, é necessário adoptar tecnologias mais modernas, sustentando os argumentos que apontam que o factor que fará crescer o mundo em desenvolvimento é a adopção dessas tecnologias, nomeadamente a internet defendendo que “a Internet é uma força enorme e incontestada para o crescimento económico e a transformação social” em África.²²⁹ Mas, a questão é que “as tecnologias desenvolvidas no Norte não são adequadas para os países pobres”.²³⁰ Ou seja, grande parte do problema parece ser o facto de estas

²²⁶ Banerjee e Duflo (2019: 221).

²²⁷ Klein (2020).

²²⁸ Ainda, as deteriorações associadas ao nível da saúde e frequência escolar das crianças agudizam as desigualdades de rendimentos e género a longo prazo (Shahidul e Zehadul Karim 2015).

²²⁹ Banerjee e Duflo (2019: 227).

²³⁰ Banerjee e Duflo (2019: 228 e 229).

inovações ocorrerem num vazio, ligados de forma insuficiente às vidas que pretendem transformar. Assim, volta-se à questão da educação e capacitação que permita pensar/adaptar/ajustar soluções locais. Ainda, relacionada com a questão das novas tecnologias está, antes de mais, a necessidade de assegurar o acesso à electricidade (conforme já referido no contexto do sector industrial em Angola) a um preço acessível. Assim, em Angola e tal como já referido no contexto da promoção da industrialização verde, recomendam-se investimentos que promovam a expansão do acesso à electricidade, base para o eficiente acesso às novas tecnologias.

Finalmente, no contexto dos decisores políticos e sector privado e a sua relação com o sistema financeiro interessa considerar o *ESG Framework* (E para ambiente – *Environment*, S para Social e G para governação – *Governance*). Os aspectos relacionados com a expressão ESG (ambientais, sociais e de governação) devem ser incluídos na análise de viabilidade de qualquer projecto/investimento para além dos aspectos financeiros.

A abordagem ESG é desenvolvida no contexto da *sustainable finance* sendo esta definida pela Comissão Europeia como “a provisão de financiamento para investimentos levando em conta considerações ambientais, sociais e de governação. A *sustainable finance* inclui uma forte componente financeira verde que visa apoiar o crescimento económico e em simultâneo reduzir as pressões sobre o meio ambiente, ter em conta as emissões de gases com efeito estufa e combater a poluição, minimizar o desperdício e melhorar a eficiência na utilização dos recursos naturais”.²³¹

A grande crise financeira de 2008 foi o marco para a aceleração das actividades internacionais a favor da *sustainable finance* e que se ambiciona ser aplicado em todos os países. A União Europeia, por exemplo, tem estado a trabalhar nesta área desde Dezembro de 2016 e espera-se que, para além da regulamentação necessária, o futuro reserve a difusão de produtos financeiros tais como os empréstimos verdes, fundos de investimento responsável/sustentável e obrigações verdes, entre outros.²³²

No continente africano, destaca-se o Gana como exemplo de um país pioneiro porque estão a ser criadas as condições para a emissão de obrigações verdes (*green bonds*). O país mobilizou recursos dos mercados de capitais nacional e internacional para adaptação às mudanças climáticas, energia renovável, transporte de baixo carbono, gestão sustentável de resíduos, gestão integrada de recursos hídricos, transporte limpo e outros projectos ecológicos. Cerca de 30 funcionários públicos estão a ser capacitados por uma organização internacional sem fins lucrativos denominada *Climate Bonds Initiative*.²³³

²³¹ Conforme já referenciado neste texto, Raworth (2017) também apresentou o conceito de “finanças regenerativas” como as finanças que têm como objectivo o de criar meios financeiros que estejam ao serviço da vida.

²³² Santos e Duarte (2019).

²³³ <https://www.gh.undp.org/content/ghana/en/home/presscenter/articles/2020/exploring-the-potential-of-green-bond-issuance-for-sdgs-financin.html> (consultado a 18 de Abril 2021).

Recomenda-se a necessidade do sector financeiro em Angola desenvolver-se, ambicionando incorporar a retórica ESG, actualizando-se na forma de medir os riscos e na noção de retorno financeiro de curto, médio e longo prazo. Dada a natureza dos bancos como intermediários financeiros, há uma responsabilidade ambiental e social inerente às suas actividades, uma vez que são os bancos que fornecem a maioria do financiamento externo às empresas e projectos de investimento nos diversos sectores.

Terminando com a resposta à pergunta de partida: Poderá (deverá) Angola (e países de rendimentos baixos e intermédios) ser(em) “verde(s)”? Sim, até porque esta opção estratégica não é apenas uma “exigência” nacional, mas a urgência de acelerar para novos caminhos de desenvolvimento robustos, estáveis e verdes é, também, um interesse crucial para o resto do mundo, porque não é possível alcançar objectivos climáticos globais sem uma acção colectiva. Se por um lado, os países mais “ricos” que beneficiaram do crescimento insustentável têm a tarefa gigantesca de manter um bom nível de vida e, ao mesmo tempo, reduzir radicalmente a sua pegada carbónica; por outro lado, os países em desenvolvimento têm o desafio de elevar radicalmente os seus padrões de vida, de uma forma nunca antes feita, atingindo, ao mesmo tempo, uma pegada sustentável.²³⁴ Neste contexto, interessa referir que a 12 de Agosto de 2020, foi aprovado por unanimidade na 8.ª Sessão Plenária Extraordinária da Assembleia Nacional, o Projecto de Resolução para adesão de Angola ao Acordo de Paris.²³⁵ Este acordo no seu artigo 9.º faz especial referência ao facto de que os denominados países desenvolvidos devem prestar apoio financeiro aos chamados países em desenvolvimento nos domínios da mitigação e adaptação. Os países em desenvolvimento são encorajados a fazê-lo também. Há também referências importantes ao papel do acesso e transferência de tecnologia (artigo 10.º), da capacitação dos países em desenvolvimento (artigo 11.º) e da informação e educação do público (artigo 12.º).²³⁶ Finalmente, é amplamente evidente em toda a literatura que o financiamento da adaptação às alterações climáticas terá uma melhor relação custo-eficácia do que a assistência frequente em caso de catástrofe.²³⁷ No caso de Angola, país dependente de um recurso natural não renovável que enfrenta um desafio adicional de redução de receitas, o avanço das

²³⁴ Attenborough (2020).

²³⁵ <https://www.expansao.co.ao/artigo/135112/angola-aprovou-projecto-de-resolucao-para-ade-rir-ao-acordo-de-paris-?seccao=5> (consultado a 15 de Abril de 2021). O Acordo de Paris exprime o compromisso da Humanidade em baixar as emissões de CO₂ de forma a combater os efeitos das alterações climáticas.

²³⁶ Em complemento ao Acordo de Paris, Angola também subscreveu os ODS. <https://angola.un.org/pt/97445-plataforma-dos-objectivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods-e-lancada-amanha-em-luanda> (consultado a 18 de Abril 2021).

²³⁷ A resposta às alterações climáticas por meio do financiamento de medidas de adaptação será dispendiosa para a África Subsariana – entre 30 a 50 mil milhões de dólares (2 a 3% do PIB regional) todos os anos ao longo da próxima década, segundo estimativas (derivado de Narain, Margulis e Essam (2011) e PNUA (2016)) – mas esse custo é substancialmente inferior à assistência frequente em caso de catástrofe (FMI, 2020)

medidas de mitigação à escala mundial, o financiamento do caminho “verde” sublinha a importância crítica da diversificação económica.

No entanto, tanto o regime hidrográfico como a posição geográfica de Angola evidenciam as potencialidades do país em relação à utilização das energias renováveis, particularmente de fonte hídrica, solar, eólica e biomassa. Assim, é interessante reter o exemplo de Marrocos que abraçou a revolução. Na viragem do século, quase toda a energia do país dependia de petróleo e gás natural. Hoje, produz 40% das suas necessidades internamente, numa rede de centrais de renováveis que inclui a maior central fotovoltaica do mundo. Assumiu a dianteira num tipo de armazenamento de energia promissor e relativamente barato, a tecnologia de sal derretido, que usa o sal para reter o calor do sol durante muitas horas, permitindo que a energia solar seja utilizada durante a noite. Situado na orla do Sara, e com um cabo de ligação directa ao Sul da Europa, Marrocos talvez pudesse tornar-se um dia exportador de energia solar.²³⁸

²³⁸ Attenborough (2020).

- African Development Bank, 2020, *African Economic Outlook 2020*, Supplement.
- AGRINATURA/União Europeia/Governo de Angola, *Análise da Cadeia de Valor do Café em Angola*, Abril de 2020.
- Alberto, Manuel, “Políticas Públicas, Diversificação, Agenda Económica e Decisões de Última Hora”, artigo de opinião, publicado no Jornal *Expansão*, edição n.º 369 de 06/05/2016.
- Alberto, Manuel, “Solvência, Liquidez e a Sustentabilidade da Dívida Pública” (Parte II), artigo de opinião, publicado no Jornal *Expansão*, edição n.º 358 de 19/02/2016.
- Amaral, João Ferreira *et al.*, *Economia do Desenvolvimento*, Almedina, 2008.
- António, Afonso (2020), *Estudo de Viabilidade das Energias Renováveis em Angola*, Dissertação de Mestrado em Engenharia e de Computadores, Universidade da Beira Interior, Departamento da Faculdade de Engenharia Electromecânica.
- Attenborough, David (2020), *Uma Vida no Nosso Planeta. O Meu Testemunho e a Minha Visão para o Futuro*, Temas e Debates, Círculo de Leitores.
- Banco Mundial (2018), “Kenya Launches Ambitious Plan to Provide Electricity to All Citizens by 2022”, comunicado de imprensa, 6 de Dezembro.
- Banco Mundial, *Relatório Doing Business 2019 e 2020*.
- Banco Mundial (2019), “Special Topic: Poverty and Household Welfare in Ethiopia, 2011-16”, *Ethiopian Economic Update 7*, Washington, DC.
- Banco Nacional de Angola (BNA), *Série de Estatísticas Monetárias*.
- Banerjee, Abhifit V. e Esther Duflo (2019), *Boa Economia para Tempos Difíceis. As Melhores Respostas para os Maiores Problemas*, Conjuntura Actual Editora.
- Bloomberg, *Comportamento do Preço do Barril de Petróleo, 1988-1991*.
- BNA, Comité de Política Monetária, Março de 2021.
- BNA, Comunicação do Governador no Almoço-Conferência do Grupo Média Rumo no dia 15 de Dezembro 2020.
- BNA, *Crédito Concedido à Economia, 2015 a 2021*.
- BNA, Directiva 05/DSB/DRO/2019, 06/DCC/DMA/2019.
- BNA, *Evolução das Taxas de Juro de Referência 2015 a Março/21*.
- BNA, *PIB, Exportações, Importações de 2002 a 2020*.
- BNA, *Relatório de Estabilidade Financeira Referente ao I Trimestre de 2019*.
- BNA/DES, *Conta Capital de 2012 a 2020*.

- BNA/DES, *Conta Corrente de 2012 a 2020*.
- BNA/DES, *Conta Rendimentos de 2012 a 2020*.
- BNA/DES, *Dívida Pública de 2012 a 2020*.
- BNA/DES, *Exportação e Importações de Serviços de 2012 a 2020*.
- BNA/DES, *Exportações de Bens e sua Estrutura de 2012 a 2020*.
- BNA/DES, *Importações de Bens, de 2012 a 2020*.
- BNA/DES, *Saldo da Conta Comercial de 2012 a 2020*.
- BNA/DES, *Reservas Internacionais Líquidas*.
- Brahmbhatt *et al.* (2017), "Green Industrialisation and Entrepreneurship in Africa", documento de trabalho da NCE, Washington, DC.
- CARPAS, Cadre Africain de Reference pour les Programmes d'Adjustment Strutural, 1994.
- Carter, Susan, "USA GDP Annual Pattern and Long-Term Trend, 1920-40", Ed. Historical Statistics of US: Millennium Edition 2020.
- Casa Civil da Presidência da República, "Estratégia de Valorização dos Recursos Humanos em Angola até 2025", 2015.
- CEIC (2018), *Relatórios Económicos de Angola de 2014 a 2018*, Luanda, Universidade Católica de Angola.
- CEIC, *Efeitos Económicos e Sociais da COVID-19 em Angola*, Abril de 2020.
- Comissão Europeia (2012), *Innovating for Sustainable Growth – A Bioeconomy for Europe*, Novembro 2020, Previsões.
- Constituição da República.
- Despacho Presidencial n.º 60/15 – Criação da Comissão Multisectorial para Estudos Conducentes à Criação de Pólos de Desenvolvimento Mineiro.
- Development Statistics.
- Diversos Planos de Governo, desde 2003 a 2010.
- Duarte, Ana e Santos, Regina, *Desenvolvimento Económico Regional em Angola*, Angola Catholic University Press, 2019.
- Dwight, Perkins, Steven Radelet e David Lindauer, *Economie du Développement*, 2006.
- ECA (2013a), *Millenium Development Goals Report 2013: Assessing Progress in Africa Towards the Development Goals, Food Security in Africa – Issues, Challenges and Lessons*, Adis Abeba, ECA.
- EIU, *Angola*, March 2021.
- Ellis, *et al.* (2010) "Anthropogenic Transformation of the Biomes 1700 to 2000" (Supplementary inf Appendix 5), *Global Ecology and Biogeography* 19, 589 – 606.
- Fernandes, A. (2017), *Introdução à Economia*, Edições Sílabo, 1ª edição.
- Fórum Económico Mundial, *Relatório do Índice de Competitividade Global*.
- Friedman, B. (2006), *The Moral Consequences of Economic Growth*, Nova Iorque, Vintage Books.
- Fundo Monetário Internacional (2020), "Adaptação às Alterações Climáticas na África Subsariana", Abril, Washington, DC.

- Fundo Monetário Internacional, *Assessing Sustainability*, Work Paper, 2002. <https://www.imf.org/external/np/pdr/sus/2002/eng/052802.pdf>
- Fundo Monetário Internacional (2019b), “Fiscal Policies for Paris Climate Strategies – From Principle to Practice”, *IMF Policy Paper*, Washington, DC.
- Harari, Yuval N, (2015), *Homo Deus – História Breve do Amanhã*, Elsinore.
- Heritage Foundation of Economic Freedom, *Relatório do Índice de Liberdade Económica*, 2018.
- IMF e OGE, *Taxas de Crescimento Nominais do PIB e dos Gastos Públicos, 2002-2020*.
- IMF, *World Economic Outlook Update*, January 2021.
- IMF, *World Economic Outlook*, Outubro de 2020.
- IMF, “Angola Request for Arrangement under the Extend Fund Facility”, Country Report n.º 18/370, de Dezembro de 2018.
- IMF, *Guidance Note for Surveillance under Article IV Consultation* (2015).
- IMF, *Investimento Público para a Recuperação*, Outubro de 2020.
- IMF, *Monitor Orçamental – Investimento Público para Recuperação*, Outubro de 2020.
- IMF, *Previsões*, Outubro de 2020.
- IMF, *Regional Economic Outlook, Sub-Saharan Africa*, April 2021.
- IMF, *Relatório de Avaliação de Angola 2019-2020*.
- IMF, *Relatório sobre Angola*, Setembro de 2020.
- INE, *Anuário Estatístico das Empresas 2016-2019*, Luanda, 2020.
- INE, *Relatório da Pobreza 2018-19*.
- INE, *Taxas de Inflação 1991-2000*.
- INE, *Contas Nacionais 1998-2020*.
- INE, *Contas Nacionais 2002-2020*.
- INE, *Emprego e Desemprego em Angola, IV Trimestre de 2020*.
- INE, IDREA 2018-2019.
- INE, *Relatório sobre o Índice de Pobreza Multidimensional em Angola 2020*.
- INE, Nota de Imprensa, *Produto Interno Bruto, II e III Trimestre 2020*, Outubro e Janeiro 2021.
- INE, Nota de Imprensa, *PIB Referente ao II Trimestre 2020*.
- INE, *PIB na Óptica das Despesas*.
- JMJ Angola, “Diagnóstico e Avaliação das Necessidades de Reforço das Instituições do MINAGRIF, MINAMB e dos Governos Provinciais da Huíla, Namibe e Cunene”, FRESAN, 2021.
- Kate, Raworth (2017), *Economia Donut, Sete Formas de Pensar como um Economista do Século XXI*, Temas e Debates, Círculo de Leitores.
- Klein, Naomi (2020), *O Mundo em Chamas. Um Plano B para o Planeta*, Editorial Presença.
- Latouche, Serge (2020), *Pequeno Tratado do Decrescimento Sereno*, Edições 70.
- Lei n.º 04/19, que aprova o Código do Imposto Industrial.

Lei nº 10/79, sobre o Investimento Estrangeiro.

Lopes et al. (2017), *Macroeconomic Policy Framework for Africa's Structural Transformation*, Londres, Palgrave Macmillan.

Lopes, Carlos (2020), *África em Transformação. Desenvolvimento Económico na Era da Dúvida*, Tinta da China Edições.

Louçã, Francisco, "Porquê é que o Salário Mínimo é Essencial?", *Caderno de Economia, Expresso*, 22 de Agosto de 2020.

Lourenço, João Gonçalves (2020), Intervenção no África Debate promovido por Tony Blair Institute.

Mallet, V. (2013) "Environmental Damage Costs India \$80bn a Year", *Financial Times*, 17 de Julho, 2013.

Maximino, Mário Nelson C. (2017), artigos publicados em Agosto, Setembro e Outubro de 2017, *Novo Jornal*.

Mazzucato, Mariana (2019), *O Valor de Tudo – Fazer e Tirar na Economia Global*, Bertrand.

McKinsey Global Institute (2016), *Lions on the Move II: Realizing the Potential of African Economies*, Nova Iorque, MGI.

Ministério da Agricultura e Florestas, *Relatório dos Resultados Preliminares da Campanha Agrícola 2018/2019*, Julho de 2019.

Ministério da Agricultura e Pescas, *Relatório dos Resultados Preliminares da Campanha Agrícola 2019/2020*, Outubro de 2020.

Ministério das Finanças, *Orçamento Geral do Estado, OGE 2020*.

Ministério das Finanças, *Relatório de Fundamentação do OGE 1998-2020*.

Ministério das Finanças, *Relatório de Fundamentação do OGE 2021*.

Missão do IMF, Fevereiro de 1994; *Angola-Recent Economic Developments*, IMF, September 1997; *Concluding Statement of the IMF Mission to Angola*, September 1999.

Moura, Francisco Pereira, *Análise Económica da Conjuntura*, Edição da Associação dos Estudantes do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeira, Lisboa (1968-69).

Moyo, D. (2015), "Economic Growth has Stalled. Let's Fix It." TED Global, Genebra.

Munez, Suely, "Investimento Recente, Capacitação Tecnológica e Competitividade". *Caderno Dinheiro, Folha de S. Paulo*, 17 de Novembro de 1999.

Murphy, R. E Hines, C. (2010), *Green Quantitative Easing : Paying for the Economy We Need*, Norfolk.

NEPAD (2013), *African Agriculture, Transformation and Outlook*, Midrand, NEPAD.

NKC, *African Economics*, 2020.

Nunes, Adérito Sedas, *Sociologia e Ideologia do Desenvolvimento*, Moraes Editores, 1968.

Nyiwul, L. (2019), "Climate Change Mitigation and Adaptation in Africa: Strategies, Synergies, and Constraints", in *Climate Change and Global Development*, orgz. por T. Sequeira e L. Reis. Cham, Suíça, Springer.

OCDE, *Previsões*, Dezembro de 2020.

OGE, *Investimento Público 2003-2020*, Relatórios de Execução Financeira.

OGE, *O Essencial do Social de 2014-2020*.

- Ostrom, E. (2009), “Beyond Markets and States: Polycentric Governance of Complex Economic Systems”, Conferência do Prémio Nobel, 8 de Dezembro de 2009.
- OXAM Research Reports, September 2012, “Extreme Weather Events and Crop Price Spikes in a Changing Climate – Illustrative Global Simulation Scenarios”, Dirk Willenbockel Institute of Development Studies, University of Sussex, UK.
- PAC, *Programa de Apoio ao Crédito*.
- PLANAGEO, *Plano Nacional de Geologia*.
- Plano Nacional de Desenvolvimento 2012-2017*.
- Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022*.
- PNUD, *Angola: Análise Económica Introdutória*, 1998.
- PNUD, *Relatório do Índice de Desenvolvimento Humano, 2019 e 2020*.
- Presidência do Conselho, *IV Plano de Fomento 1974-1979, Angola*, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1974.
- Reigado, F., *Modelos de Crescimento e Técnicas de Planeamento Económico*, Editorial Presença.
- Rocha, A., *Desigualdades e Assimetrias Regionais em Angola – Factores de Competitividade Territorial*, 2.^a Edição, CEIC-UCAN, 2010.
- Rocha, A., *Os Limites do Crescimento Económico em Angola: A Fronteira entre o Possível e o Desejável*, Mayamba Editora, 3.^a Edição, Luanda, 2012.
- Rocha, Alves et al., *Estudos Sobre a Diversificação da Economia Angolana*, CEIC-UCAN, 2016.
- Rocha, A., *Por Onde Vai a Economia Angolana?*, Mayamba Editora, Luanda, 2011.
- Rocha, A., “Que País é Este, Quem é este País?”, *Semanário Expansão*, 4 de Maio de 2018.
- Rocha, A., “Petróleo e Desenvolvimento Económico – Uma Equação Impossível em Angola?” *Revista Lucere* n.º 4, Dezembro de 2006.
- Rocha, A., “Algumas Perguntas para 2021”, *Semanário Expansão*, 8 de Janeiro de 2021.
- Rodrigues, Jorge Nascimento, “Quando Chega a Próxima Crise”, *Semanário Expresso*, Caderno de Economia, 5 de Janeiro de 2019.
- Rossetti, José Paschoal, *Política e Programação Económicas*, Atlas 5.^a edição, 1984.
- Rua, António, “Datação dos Ciclos Económicos em Portugal”, Banco de Portugal, Novembro de 2020.
- Santos, Sofia e Tânia Duarte (2019), *O Sector Financeiro e o Crescimento Sustentável. A Nova Finança do Séc. XXI*, Almedina.
- Severino, J.-M. e Hajdenberg J. (2016), *Entreprenante Afrique*, Paris, Odile Jacob.
- Shahidul, S. e A. Zehadul Karim (2015), “Factors Contributing to School Dropout among Girls: A Review of Literature”, *European Journal of Research and Reflection in Educational Sciences*. 3(2): 25-36.
- Simeão, Alexandra, “Por um País para Todos – O Executivo Perdeu a Bússola?” *Novo Jornal*, 10 de Novembro de 2020.
- Sousa, António Rebelo, *Da Economia Política (Apontamentos)*, Diário de Bordo, 2.^a edição, 2013.
- Stiglitz, Joseph, *A Armadilha da Globalização*, 2010.

The Economist Intelligence Unit, *Angola Country Report*, March 2021.

The Economist Intelligence Unit, *Democracy Index Report 2020*.

Transparência Internacional, *Relatório sobre Percepção de Corrupção*, 2020.

Todaro, Michael e Smith, Stephen, 2003, *Economic Development*.

United Nations, June 1993, *Macroeconomic Data SYSTEM-MSPA*, Handbook of World.

Vidal, J. (2014), "Regreening Program to Restore one-sixth of Ethiopia's Land", *The Guardian*, 30 de Outubro de 2014.

Waldon Volpiceli Alves, *Uma Breve História das Crises Económicas Mundiais*.

World Bank, *World Economic Prospects*, 2020.

World Bank, *Global Economic Prospects*, January 2021.

World Bank, 1994, *Adjustment in Africa: Reforms, Results and the Road Ahead*.

World Bank, *Previsões*, Junho 2020.

World Economic Outlook, October 2017, *Seeking Sustainable Growth: Short-Term Recovery, Long-Term Challenges*, Chapter 3: "The Effects of Weather Shocks on Economic Activity: How Can Low-Income Countries Cope?"

Yumkella et al. (2012), *Agribusiness for Africa's Prosperity*, Viene, UNIDO.

Zamaroczi, Mário e Souto, Marcos, chefe de Missão e representante residente do FMI, respectivamente, Reflexão "Navegando por Mares Bravios", in *Jornal de Angola*.

<https://www.imf.org/en/News/Articles/2019/07/25/NA072519-Six-Charts-on-Boosting-Growth-in-Brazil>

<https://data.worldbank.org/indicator/SH.DYN.MORT>

https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/962785/The_Economics_of_Biodiversity_The_Dasgupta_Review_Full_Report.pdf

<https://www.novojornal.co.ao/economia/interior/covid-19-angola-nao-vai-aos-mercados-porque-custo-e-absurdamente-alto-vera-daves-94856.html>

<https://angola-online.net/>

<https://www.imf.org/external/np/pdr/sus/2002/eng/052802.pdf>

<https://www.worldbank.org/en/topic/poverty/overview#1>

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Relatorio-mundial-da-felicidade>

<https://www.smartdubai.ae/initiatives/hapiness-agenda>

<https://pt.euronews.com/next/2019/07/30/dubai-quer-atingir-95-de-felicidade-em-2021>

<https://www.unwomen.org/en>

<https://www.unfpa.org/>

<https://gestoenergy.com/wp-content/uploads/2018/04/ATLAS-AND-NATIONAL-STRATEGY-FOR-THE-NEW-RENEWABLES.pdf>

<https://www.gh.undp.org/content/ghana/en/home/presscenter/articles/2020/exploring-the-potential-of-green-bond-issuance-for-sdgs-financin.html>

<https://www.expansao.co.ao/artigo/135112/angola-aprovou-projecto-de-resolucao-para-aderir-ao-acordo-de-paris-?seccao=5>

<https://angola.un.org/pt/97445-plataforma-dos-objectivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods-e-lancada-amanha-em-luanda>

ADN – Ácido Desoxirribonucleico

AGOA – African Growth And Opportunity Act

AML / CFT – Anti-Money Laundering /Combating the Financing of Terrorism

ANPG – Agência Nacional de Petróleo e Gás

BAD – Banco Africano de Desenvolvimento

BCE – Banco Central Europeu

BM – Banco Mundial

BNA – Banco Nacional de Angola

CEIC-UCAN – Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola

CBDC – Central Bank Digital Currency

CNEF – Conselho Nacional de Estabilidade Financeira

ECA – Escola no Campo do Agricultor

EDA – Estação de Desenvolvimento Agrário

EIU – Economist Intelligence Unit

FIDA – Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrário

FMI – Fundo Monetário Internacional

FIR – Folha de Informação Rápida

GAFI/FATF – Grupo de Acção Financeira contra Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo

IDA – Instituto de Desenvolvimento Agrário

IDREA – Inquérito de Receitas, Despesas e Emprego

IMF – International Monetary Fund

INE – Instituto Nacional de Estatística

MINAMB – Ministério do Ambiente

MINFIN – Ministério das Finanças

MOSAP – Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Familiar e Comercialização

MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola

MW – Megawatt

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

ODS – Objectivos de Desenvolvimento Sustentável

OGE – Orçamento Geral do Estado

OIT – Organização Internacional do Trabalho

OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo

PAC – Projecto de Apoio ao Crédito

PAPE – Plano de Acção para a Empregabilidade

PAPAGRO – Programa de Aquisição de Produtos Agro-Pecuários

PDN – Plano de Desenvolvimento Nacional

PIAAPF – Plano Integrado de Aceleração da Agricultura e Pesca Familiar

PIB – Produto Interno Bruto

PIIM – Plano Integrado de Intervenção nos Municípios

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRODESI – Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição de Importações

PROPRIV – Programa de Privatizações

ROA – Return on Assets

ROE – Return on Equity

SONANGOL – Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola

VAB – Valor Acrescentado Bruto

